UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

FRANCISCO PEREIRA COSTA

PARA A CHUVA NÃO BEBER O LEITE.
SOLDADOS DA BORRACHA: IMIGRAÇÃO, TRABALHO E JUSTIÇAS NA
AMAZÔNIA, 1940-1945

[versão corrigida]

São Paulo
2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

PARA A CHUVA NÃO BEBER O LEITE.
SOLDADOS DA BORRACHA: IMIGRAÇÃO, TRABALHO E JUSTIÇAS NA
AMAZÔNIA, 1940-1945

[versão corrigida]

FRANCISCO PEREIRA COSTA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
do Departamento de História da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo-USP para obtenção
do título de Doutor em História Social.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Shozo Motoyama

São Paulo
2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

CC837p COSTA, Francisco Pereira
PARA A CHUVA NÃO BEBER O LEITE. Soldados da
borracha: imigração, trabalho e justiças na Amazônia,
1940-1945 / Francisco Pereira COSTA ; orientador
Shozo MOTOYAMA. - São Paulo, 2014.
279 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. Segunda Guerra Mundial. 2. Imigração. 3.
Trabalho. 4. Justiça do Trabalho. 5. Seringueiros. I.
MOTOYAMA, Shozo, orient. II. Título.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Shozo Motoyama
Centro Interunidade de História da Ciência - USP
Membro - Presidente

Prof. Dr. Marcos Silva
Departamento de História – FFLCH - USP
Membro

Prof. Dr. Jorge Luiz Souto Maior
Departamento de Direito do Trabalho e Seguridade Social
Faculdade de Direito - USP
Membro

Prof^a. Dr^a. Marilda Nagamini
Interunidade de História da Ciência - USP
Membro

Prof. Dr. Francisco Bento da Silva
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Curso de História – UFAC
Membro

Aprovada em: 28/11/2014

Dedicatória

A Ana Carolina Oldenburg Nascimento, minha neta, que significa uma nova fase e um momento muito especial de minha vida no cuidar das novas mulheres da família.

In memoriam

A Chico Mota, meu pai, que faleceu no curso de realização desta tese. Por sua dedicação e esforço incomum nas conquistas alcançadas ao longo de minha vida.

Agradecimentos

Ao meu orientador Prof. Dr. Shozo Motoyama pela orientação primorosa e dedicada que se estabeleceu em diversos momentos de diálogo para a construção do resultado que ora apresentamos.

A minha mãe Zumira Pereira Costa, não alfabetizada, que intuiu a importância do conhecimento e saber sistematizado, não olvidando esforços e luta para que eu pudesse, hoje, dar esse passo gigantesco.

A Madge Porto minha esposa com quem tenho vivido momentos muito especiais, pelo apoio e incentivo a este trabalho, sem o qual não teria sido possível realizá-lo.

Ao Instituto Moreira Sales, através de Cídio, pela disponibilidade do uso de algumas imagens do fotógrafo francês Marcel Gautherot que viveu parte de sua vida no Brasil.

A Erilene Pedrosa, Bibliotecária da Associação Comercial do Amazonas que deu total apoio a esta pesquisa, permitindo mesmo em momentos de recesso da entidade a viabilidade da pesquisa no vasto acervo existente.

A Joana Costa e Adriana Casa, do Centro Interunidade de História da Ciência da USP, assistentes do prof. Shozo Motoyama pelo apoio e encaminhamentos sempre eficientes de minhas demandas e contatos com meu orientador.

Aos professores Francisco de Assis Queiroz, Marilda Nagamini, historiadores da História da Ciência, do Centro de História da Ciência, da USP, pelo incentivo e orientações a produção de minha tese, sobretudo, por ocasião do Seminário AMAZÔNIA E TECNOLOGIA: História das técnicas de coagulação do látex e fabricação de artefatos de borracha.

Ao Grupo de Pesquisa Capital e Trabalho no Direito Social coordenado pelo Prof. Dr. Associado Jorge Luis Souto Maior, da Faculdade de Direito da USP por viabilizar um ambiente muito agradável de intensos debates e discussões sobre a História do Direito do Trabalho, Direito do Trabalho, Democracia e Justiça sob a ótica dos trabalhadores brasileiros. Com uma menção especial ao Prof. Jorge Luis Souto Maior, Giovanna, Noa Piatã, Regina Stela, Alessandro, Gustavo, Bruno, Victor, Felipe, Paulo Yamamoto, Valdete e Almiro, Pedro, Alê, Lara Porto, Ana Bianchi, Renata, Tiago Saura, Carlos e Miriam, Lucas, Zeca Babuim, Ana Beatriz, Flávio Leme, Mariana Benevides...

Ao Museu Amazônico que nos proporcionou oportunidade ímpar de acesso aos arquivos da casa aviadora J. G. Araújo, em Manaus.

Ao Tribunal de Justiça do Estado do Acre, através do Desembargador Arquilau de Castro Melo, que autorizou por meio da servidora Ana Lúcia a colaboração com minha pesquisa ao colocar a minha disposição centenas de processos civis, alguns criminais e de execução.

Ao Prof. Dr. Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron, professor do Departamento de História da USP pela amizade e saudável convivência no grupo de Teoria da História que se reunia todas as quartas-feiras no FFLCH, para leitura e debates sobre projetos e teorias da História, com todos os colegas do grupo tive a oportunidade de atualizar esta área da História.

Eduardo Natalino e Madalena, Zeron e Camila que participaram de nossa convivência mais familiar.

Agradecimento especial ao meu irmão Gilmar Pereira, sua esposa Françoise e filhas Larissa e Clarissa Alves que me receberam carinhosamente em Manaus no período de quarenta e cinco dias para pesquisa nos arquivos e bibliotecas da cidade, minha presença ali tirou as meninas de sua zona de conforto... Ocupei o aposento delas!

A minha irmã Maria Zuleide que me acolheu em sua casa em Fortaleza, quando lá fui investigar no Arquivo Público do Ceará, na Biblioteca Pública, na Academia Cearense de Letras, no Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará – MAUC. Momento, mais uma vez que pude desfrutar da convivência de outra parte da família, ali estava Anakan, meu filho, sua esposa Eliane Oldenburg minha netinha Ana Carolina, recém nascida e mais duas sobrinhas. Recebi um apoio incomum.

A minha vó Raimunda Pereira da Silva que me acolheu em Belém-PA e ali além de carinho farto, me proporcionou momentos para conhecer mais ainda sua história e me presenteou uma das frases mais belas que já ouvi “*para a chuva não beber o leite*” com o que a homenageio *in memória*.

A toda minha família que não é pequena pelo apoio durante esta trajetória, em especial, ao meu filho Anakan, que mais uma vez, já em outra fase de sua vida, acompanha com olhares mais atentos minha dedicação a esta pesquisa.

A Kathryn Lheman doutoranda em História na Universidade de Indiana (EUA) pela colaboração e a oportunidade de diálogo sobre nossas pesquisas, estudos e projetos.

A biblioteca Samuel Benchimol, em Manaus, pela concessão das fotos e acesso aos textos deste sociólogo amazonense.

A Suziane Alves Diretora do Museu da Borracha que não mediu esforços, mesmo trabalhando precariamente, concedeu todo o material que havia disponível para a produção desta tese.

Rosalina Concianne mais que uma amiga, uma mãe, que sempre me acolhe em São Paulo proporcionando-me o aconchego necessário num lugar tão disperso.

Ao Prof. Dr. Luiz Balkar Sá Peixoto, do Departamento de História da UFAM por deliciosas conversas e apoio de material, revistas, jornais, e também, incentivo para publicar nas revistas do Programa de Pós-graduação em História da UFAM.

Ao Prof. Dr. Marcos Silva um abnegado historiador e teórico que incentivou, abraçou e defendeu a necessidade de nossas qualificações através do DINTER-USP-UFAC colocando-se como grande colaborador à frente da Coordenação do o programa Dinter.

Aos professores Marcos Silva, Carlos Alberto Zeron, Ivan Ducatti, Neusa Cerveiro, Nelson Tomelin Jr. e Olga Brites, por valiosas contribuições aos nossos projetos durante os seminários de pesquisa em Rio Branco.

A Rosangela Vale que colaborou em alguns momentos da pesquisa de campo vasculhando os arquivos de Rio Branco.

Ao Luis Gustavo Alcaide Pinto e Danniell Gustavo Bonfim Araújo da Silva juízes das Comarcas de Xapuri, Brasiléia/Assis Brasil, respectivamente, pelo apoio e disponibilização para acesso aos processos cíveis e criminais, fontes importantes na narrativa histórica; bem como, a assistente do Juiz de Xapuri Cibele Ferraz ao encaminhar-me ao arquivo para execução da pesquisa.

Ao Ney Secretário do Fórum de Assis Brasil-AC, que me acolheu e colocou-me a disposição os processos para pesquisa.

A Deuza Costa Coordenadora do Centro de Memória da Justiça do Trabalho em Manaus, que apesar do esforço nada pode fazer ante a ausência de processos arquivados nesta área do conhecimento jurídico.

Ao Prof. Dr. José Sávio da Costa Maia, Coordenador local do DINTER/USP/UFAC, pela dedicação, acompanhamento e solução sempre com muita presteza de nossas demandas, dúvidas e necessidades.

Aos meus colegas do Dinter em História Social pela convivência sempre agradável e acolhedora nos momentos de leitura, debates, reuniões para soluções de nossos problemas internos.

Ao Prof. Dr. Seth Garfield do Departamento de História da Universidade do Texas (EUA) pelo diálogo sobre nossas pesquisas e estudos sobre Amazônia, sobretudo, por ocasião de sua visita ao Acre em junho de 2012.

Ao Prof. Dr. Pedro Eymar, Diretor do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará – MAUC, pelo apoio, pela companhia e disponibilização do acervo de Jean Pierre Chabloz para ilustração da tese e outros documentos indispensáveis a estes estudos.

A Abrahim Baze colega historiador e apresentador do programa Literatura em Foco da TV Amazonas, grande incentivador de minha pesquisa e colaborador com obras importantes.

Aos atendentes da biblioteca Pública do Estado do Ceará pela disponibilização dos jornais da década de 1930 e 1940 para consulta e registros.

Ao Fredson Caldas meu sobrinho que nos meses de janeiro e fevereiro de 2013, deu uma grande colaboração com leituras e pesquisa de campo, na Associação Comercial do Amazonas, em Manaus.

Ao Frederico Alexandre de Oliveira Lima na época mestrando do programa de História da Faculdade de História da Universidade Federal do Amazonas, hoje mestre, pelo apoio, troca de idéias e documentos preciosos para a produção da tese.

Ao Arquivo Público do Pará por disponibilizar valiosa documentação muito útil aos estudos e pesquisa.

A Lizbeth Gamarra arquiteta peruana, que cuidou de nossa casa durante o estágio obrigatório de doutoramento na USP em 2012, o que também facilitou seu acesso à Universidade Federal do Acre para fazer seu mestrado.

Ao Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas, prof. Dr. Rubicleis Gomes pelo incentivo e apoio incondicional na produção da tese.

Ao meu colega do Curso de Direito prof. M.sc. Leonardo Lani por se disponibilizar a ocupar minhas disciplinas durante alguns semestres, assim, viabilizando meus estudos e pesquisas.

A Maicon Jucá pelo socorro imediato, eficiente e profissional para assistência técnica ao meu computador bem como “truques” na formatação das imagens.

Agradecimento especial a Vânia Souza que nos últimos meses veio me auxiliar nos serviços da casa, com prioridade para a alimentação, coisa que fazia também, mas que me tomava um precioso tempo. Vânia aceitou esses afazeres temporariamente.

Epígrafe

“Quem vai lá no mar bravio
não sabe o que vai achar”

Lenine e Marcos Suzano. Miragem do Porto. In:
<http://www.vagalume.com.br/lenine/miragem-do-porto.html>

Parafraseando:

Quem entra na floresta calma e silenciosa
não sabe o que vai achar.
Francisco Pereira Costa

Resumo

O período do final da década de 1930 e início da de 1940 do século XX, representou para uma parte do povo do Nordeste brasileiro momentos de grandes sofrimentos devido as estiagens que acometeram aquela região. A situação beligerante na Europa que levou a Segunda Guerra Mundial promovida pelo espírito imperialista alemão, instigado por Hitler, levou vários nações à guerra, consequentemente, envolvendo trabalhadores do mundo inteiro direta ou indiretamente. A Amazônia entra nesse conflito a partir da ocupação pelos japoneses da base militar norte-americana em Pearl Habor, no Havaí, o que se desdobrou no fechamento do fornecimento de borracha crua para os norte-americanos proveniente das colônias inglesas da Ásia. A Amazônia passa a ser vista como alternativa para o suprimento dessa matéria-prima para os norte-americanos. Estudos sobre a viabilidade econômica dos investimentos são feitos e acordos são celebrados entre o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte, ficando conhecido como os *Acordos de Whashington*, que visava basicamente o financiamento para a compra do excedente da borracha brasileira. Um obstáculo deveria ser superado: a baixa quantidade de seringueiros para trabalharem na extração do látex e fabrico da borracha. Uma operação denominada *batalha da borracha* foi colocada em curso, onde o Estado brasileiro aliciou mais de 50 mil trabalhadores, principalmente do Nordeste para as regiões dos altos rios do Acre, Guaporé, Amazonas. Uma propaganda enganosa executada por Chablosz a mando do Estado Novo, contribuiu em parte para arregimentar essa mão de obra. Protegidos por um garantismo trabalhista, vez que, assinaram um termo de compromisso, uma espécie de contrato de trabalho com cláusulas gerais, parecia que Getúlio Vargas conseguira celar com brio e astúcia a proteção aos trabalhadores. Ledo engano, os que vieram para a Amazônia passaram a viver em condições precárias e relações trabalhistas de condições análoga a de escravo. Essa tese é uma resposta à problematização direcionada a entender e responder como os seringueiros acessaram o poder judiciário trabalhista, neste período, a fim de resolver problemas relacionados às relações de trabalho na economia extrativista da borracha. A resposta resulta em duas situações: uma relacionada a um espaço vazio, ou seja, a ausência de fontes para trabalhar e responder à problematização; a outra, é que o Estado Novo e as elites mercantilistas da borracha criaram uma blindagem contra os seringueiros a ponto de cercearem e os impedirem de acessar os órgãos de controle do Estado. E, por fim, a Justiça do Trabalho inexistia na Amazônia. Diante disso, o que se percebeu é que o contrato de trabalho nesse período era uma farsa, não havia nenhuma mediação para garantir aos operários extrativistas os direitos trabalhistas. Na Amazônia a elite da borracha continuava mantendo a ordem e a disciplina.

PALAVRAS-CHAVE: Segunda Guerra Mundial – Imigração – Trabalho – Justiça do Trabalho - Seringueiros

Abstract

Between the end of the 1930s and beginning of the 1940s, thousands of workers from the Northeast of Brazil migrated to the Amazon in search of better working and living conditions. At first in a spontaneous shift, and then directed by the Estado Novo in 1940. This shift was intensified by the Washington Accords between Brazil and the United States of America. During World War II, the Axis blocked American access to Asian trade routes and so the United States attempted to replace its normal Asian raw rubber supply with Brazilian rubber. However, the obstacle of scarce labor had to be overcome in order for Amazonia to function as a viable alternative. In response to the challenge, the Brazilian state mounted the Battle of rubber, in which it solicited over fifty thousand workers, principally from the country's Northeast, to work in the upriver regions of the Acre, Guaporé, and Amazon rivers. By instituting a kind of collective labor contract that included guarantees of workers' rights, it seemed that Getúlio Vargas had deftly managed provide for the protection of the so-called rubber soldiers' rights. Those who actually came to Amazonia under this happy illusion lived in precarious conditions and experienced working conditions analogous to slavery. This thesis responds to the problem of how rubber tappers accessed the labor judiciary in order to resolve problems related to labor relations between bosses and estate owners and rubber tappers in the extractive rubber economy during this period. The response resulted in two situations: the first was related to empty space, in other words the absence of outlets (labor complaints) to work on and respond to problems; the other was that the Estado Novo and the mercantilist rubber elites impeded rubber tappers' access to state and non-state channels for complaints and denunciations, such as the press. And finally, even if workers had access to it, the labor court was inexistent in the Amazon, or if it did exist, it was inoperative. Thus, we can conclude that the labor contract during this period was a farce and there was no mediation to protect extractive workers rights, since Amazonian rubber elites were charged with maintaining order and discipline. In February of 1946, a Parliamentary Commission of Inquiry was established to investigate the responsibilities of state agents with regard to the neglect and abandonment of the rubber soldiers in forests and cities at the end of the war. The commission's results were disastrous and shameful, and revealed a reinforcement of the Brazilian political tradition of shielding elites and heads of state from the illegality of their actions.

KEY WORDS: Second War World - Immigration - Labor - Labor of Justice - Rubber tapper.

Lista de ilustrações

Figura 01: Floresta Amazônica.

Figura 02: Porto e a cidade de Manaus ao fundo nos anos 1902 e 1903, durante o governo de Silvério Neri. Fonte: Álbum do Amazonas, 1901-1902.

Figura 03: Floresta amazônica. Reserva Extrativista Chico Mendes. Foto: Francisco Pereira.

Figura 04: Imigrantes chegando ao Porto de Manaus na década de 1940. Foto: Marcel Gautherot. Acervo Instituto Moreira Sales – São Paulo – SP.

Figura 05: Seringueiro no corte da seringueira para coleta do látex. Acervo Biblioteca Samuel Benchimol. Manaus – AM.

Figura 06: Seringueira gotejando o látex, depois do corte feito pelo seringueiro. Reserva Extrativista Chico Mendes. Xapuri-AC.

Figura 07: Matéria publicada no Jornal Correio do Ceará, Fortaleza-CE, em maio de 1942. Acervo Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel em Fortaleza-CE.

Figura 08: Soldados da borracha em treinamento para a batalha da borracha na Amazônia. Ao fundo os pousos onde abrigavam milhares de nordestinos, onde se podem ver as redes em que dormiam.

Figura 09: Uma das dezenas de charges satirizando Hitler, publicadas pelo Jornal A Tarde, no ano de 1943. Manaus-AM, Jan. 1943. Acervo Biblioteca Pública do Estado do Amazonas.

Figura 10: Soldados da borracha em treinamento militar, num dos pousos na Amazônia.

Figura 11: Soldados da borracha perfilados momentos antes da partida para a Amazônia. Acervo Museu de Arte Contemporâneo da Universidade Federal do Ceará

Figura 12: Cartaz feito pelo propagandista da *Batalha da Borracha* J. P. Chabloz contratado pelo SEMTA.

Figura 13: Pouso lugar onde os nordestinos aguardavam até meses para serem enviados para os seringais.

Figura 14: Jean-Pierre Chabloz (ao centro) propagandista de Vargas para a arregimentar os nordestinos para a Batalha da Borracha. Ao fundo os cartazes da propaganda enganosa

Figura 15: Cartaz produzido por J. P. Chabloz induzindo os nordestinos migrarem para a Amazônia, na década de 1940. Acervo: MAUC – Universidade Federal do Ceará.

Figura 16: Cidade de Boca do Acre, no Amazonas, situada no Rio Purus, década de 1940.

Figura 17: Pélas de borracha produzidas para uso durante a II Guerra Mundial. Acervo Biblioteca Samuel Benchimol – Manaus –AM.

Figura 18: Família J. G. Araújo e amigos em Manaus. Foto: Silvino Santos. Acervo Museu Amazônico.

Figura 19: Mulher seringueira produzindo borracha na década de 1940. Foto: Marcel Gautherot. Acervo Instituto Moreira Sales – São Paulo – SP.

Figura 20: Palacete Boliviano construído durante a ocupação de Xapuri-Acre no final do Século XIX e início do século XX, conhecida como Casa Branca.

Figura 21: Corte da borracha numa usina em Manaus no início do século XX, para verificação de sujeira. Foto: Silvino Santos. Acervo Museu Amazônico.

Figura 22: Rio Branco na década de 1940, ao fundo o Palácio do Governo. Acervo Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural do Acre.

Figura 23: Contrato coletivo para encaminhamento dos trabalhadores para a Amazônia. Acervo MAUC, da Universidade Federal do Ceará.

Figura 24: Utensílios fornecidos pelo SEMTA para os soldados da borracha. Acervo Museu de Arte Contemporânea da Universidade Federal do Ceará.

Figura 25: Belém no início do século XX.

Figura 26: Seringueiro no corte da seringueira utilizando a machadinha, últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Figura 27: Família de soldados da borracha que retornaram da Amazônia depois da Guerra. Foto publicado no Jornal Correio do Ceará na edição de 17 jun. 1946.

Figura 28: Trabalhadores nordestinos recrutados para irem trabalhar como soldados da borracha na Amazônia na extração do látex e fabrico da borracha. Acervo Museu de Arte Contemporânea da Universidade Federal do Ceará.

Lista de siglas mais usadas

ACA – Associação Comercial do Amazonas

ACP – Associação Comercial do Pará

BCB – Banco de Crédito da Borracha

BEW – Board of Economic Warfare

CAETA – Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia

CCAW – Comissão de Controle dos Acordos de Washington

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CI – Comissão de Inquérito

CME – Coordenação de Mobilização Econômica

CNE/CES – Conselho Nacional de Educação e Comissão de Ensino Superior

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DNI – Departamento Nacional de Imigração

EUA – Estados Unidos da América do Norte

LBA – Legião Brasileira de Assistência

MAUC – Museu de Arte Contemporânea da Universidade Federal do Ceará

RDC – Rubber Development Corporation

RRC – Rubber Reserve Company

SAVA – Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico

SEMTA – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia

SESP – Serviço Especial de Saúde Pública

SNAPP – Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução	18
Capítulo I - Deslocamentos populacionais de trabalhadores nordestinos para a Amazônia	27
1.1 Imigração e colonização – o projeto de reorganização do território brasileiro.....	27
1.2 A Amazônia na mira do projeto de colonização de Getúlio Vargas	45
1.3 A seca, a fome, a guerra. E agora, o que fazer?.....	47
1.4 A propaganda e a marcha para a Amazônia	58
Capítulo II - Trabalho e dominação na economia de escambo	72
2.1 A economia de escambo e o sistema de aviamento.....	72
2.2 Garantia da exploração dos seringueiros pela legalidade jurídica: o Termo de Compromisso.....	81
2.3 Condições de trabalho, subordinação e dependência na economia da borracha	100
2.4 Rotas de fuga: o regatão como elemento desestabilizador da ordem nos seringais	106
2.5 Repercussões do desabastecimento nas cidades e a repressão dos órgãos de controle da economia mercantil.....	127
Capítulo III - A lei e o controle social na sociedade extrativista	135
3.1 Estado intervencionista e a nova estrutura político-jurídica para os trabalhadores.....	135
3.2 As leis sociais, o direito do trabalho e a justiça trabalhista na Amazônia.....	144
3.3 A lei, disciplina e controle do trabalho nos seringais da Amazônia.....	149
3.4 Discurso e criminalização do trabalho do seringueiro.....	162
Capítulo IV - Os direitos e as práticas judiciais na economia da borracha	176
4.1 Aspectos históricos sobre a organização do Judiciário no Acre em tempos de guerra	176
4.2 O interesse estadunidense pela proteção, garantias sociais e trabalhistas dos seringueiros	180
4.3 As justiças e os direitos dos seringueiros na Amazônia durante a Segunda Grande Guerra	186
4.4 Cidadania às avessas: uma tentativa de controle social mediada pelos Interventores..	194
Capítulo V - O retorno dos indesejáveis.....	229
5.1 O fim da guerra e a sorte da economia mercantil na Amazônia.....	229
5.2 Retornar ou ficar – uma decisão de Estado ou pessoal?.....	232
5.3 A Comissão de Inquérito da Borracha: a busca dos responsáveis.....	241
5.4 Compromissos e responsabilidades do Estado com os soldados da borracha.....	246
Considerações finais	266
Referências	271
Arquivos e acervos pesquisados	274
Obras consultadas	277

Introdução

Inicialmente convém explicar o título de fantasia da tese *Para a chuva não beber o leite*. Ouvi essa expressão pela primeira vez e única em Belém-PA, em setembro de 2012, quando lá estive para a pesquisa de campo nos arquivos da cidade. Fiquei por duas semanas lá, hospedado e recebendo atenção, carinho e beijos de minha avó Mundoca, como era muito mais conhecida, Raimunda Pereira da Silva.

Disse-me ela que as pessoas a perguntavam por que e como conseguia andar tão depressa, e ela explicava que aprendeu a andar ligeiro nos seringais do Acre, quando cortava seringa (extraía o látex) da seringueira na década de 1940. Em virtude de, às vezes, ser período de chuva tinha que andar muito rápido para que a chuva não inundasse as tijelas penduradas nos troncos das árvores a esperar o leite escorrer e, quando vinha a chuva, tinha que andar muito depressa para recolhê-las “*para a chuva não beber o leite*”, ou seja, não caísse dentro das tijelas e não se misturasse com o látex, do que para nada mais servia, porque o leite se diluía e ficava fraco.

Essa expressão me chamou muito a atenção, e fiquei a pensar muito no seu conteúdo e significado, que vai além do que exponho, mas enseja um primado do trabalho, do uso do tempo do trabalho na cidade e na floresta, que são tempos distintos, mas que têm algo em comum: a produção de uma mercadoria ou produto para o capitalismo e, nesse, caso, revela também pensar sobre o papel e o trabalho social das mulheres nos seringais, que mesmo não sendo objeto desta tese, é notório que teve a participação decisiva delas. Além disso, trata das técnicas de produção. A atividade de extração do látex das seringueiras nativas exigia métodos e técnicas de trabalho bastante sofisticadas, cuja prática era objeto de controle e disciplina nos seringais, com um sistema de punição para quem as violasse.

O tema da presente tese remete ao projeto para estudar e investigar a questão da História do Direito do Trabalho, no contexto das relações sociais que se estabelecem a partir do trabalho, pois muito se tem escrito, produzido sobre este tema, seja na cidade ou no campo, conquanto, na Amazônia as relações sociais que se estabelecem e se desdobram a partir dele, se revestem de uma particularidade, sobretudo, o caso dos *soldados da borracha*.

Também, enveredar pelo papel da justiça, enquanto instituição, nessas relações sociais do trabalho, tentando entender e analisar de forma crítica sua função e suas práticas. E, sobretudo, como os sujeitos, os trabalhadores dialogam, disputam os espaços de poder e da legalidade nos marcos institucionais na reivindicação por direitos.

Nesse sentido, é importante e necessário contextualizar e dizer a forma de abordagem do tema. Ainda, devem-se salientar alguns problemas encontrados ao longo desse trajeto.

A princípio tive apoio de todas as pessoas e instituições que busquei. Mas a dificuldade maior foi quanto à questão do acesso aos acervos dos arquivos. Em vários lugares a documentação estava em condições precárias, jornais rasgados, folhas retiradas ou recortadas, também fungos nos jornais e em outros documentos, coleções incompletas, documentos sem inventário da sua origem, o que mostra a falta de investimento nesse campo que guarda parte da memória da história do Brasil.

As coleções não estão catalogadas, sistematizadas e dispostas dentro das técnicas arquivísticas para a pesquisa, isso, por um lado, nos exime de responsabilidades quanto à citação correta dos *fundos*.

Algumas instituições recusaram-se a fornecer dados e informações a partir do acesso aos seus arquivos. É o caso do Banco da Amazônia, antigo Banco de Crédito da Borracha, responsável pelo monopólio de compra e venda da borracha no período da II Guerra.

Outra instituição que poderia trazer e dar uma grande contribuição à história dos trabalhadores *soldados da borracha* na Amazônia seria a Justiça do Trabalho e as Delegacias Regionais do Trabalho, tendo em vista que jornais da época, documentos remetem-se constantemente aos diversos conflitos enviados ao conhecimento das autoridades destes órgãos; a informação dada foi da inexistência dessa documentação. Estaria onde?

Mesmo a Justiça Trabalhista, que não guarda essa documentação mais antiga, uma vez que ela está autorizada por lei a descartá-la, dando-lhe o fim que lhe achar conveniente, não dispõe dos processos desta época.

Algo muito grave, e isso diz respeito à História do Acre, quartel general da *batalha da borracha*, que na época de território federal tinha uma imprensa pública e privada, em praticamente todos os municípios. O governo tinha o jornal O Acre, onde publicava as coisas que eram de seu interesse. Isso parece ser incontestável, posto que, esse jornal que publicava matérias ufanistas em prol do governo, induzindo os trabalhadores, durante a Guerra, a assumirem um espírito belicoso, contra o nazi-fascismo, em prol da democracia e da liberdade, tenha a coleção do ano de 1945 desaparecido dos arquivos da cidade. Qual o interesse, diria, do Estado em fazer sumir, desaparecer essa documentação? É algo, no mínimo, muito estranho. Talvez a questão tratada no Capítulo V traga alguma resposta a isso, ou levante questionamentos mais pertinentes para promover dúvidas quanto ao desaparecimento dessa documentação.

Mesmo diante de algumas dificuldades, foi possível realizar uma pesquisa de campo de fôlego, trazendo à tona documentação pouco consultada por historiadores da Amazônia, sobretudo diante do enfoque dado ao tema, que não é muito do agrado de historiadores, quando trata do Direito ou História e Direito, os historiadores têm certa aversão a essa associação, se bem que isso tem diminuído nos últimos anos. Keila Grinberg coloca como marco no campo metodológico, em que se passou a usar as fontes cartoriais, precisamente os processos criminais, os trabalhos de Boris Fausto, *Crime e cotidiano*, em 1984; o *Trabalho, lar e botequim*, de Sidney Chalhoub, publicado em 1986, e, na mesma década, *Crime e escravidão*, de Maria Helena Machado.¹

Do ponto de vista metodológico, trabalhar com o Direito permeado pela História é usar as fontes judiciárias, processos (de todas as áreas do Direito), inventários, sentenças, recursos, cartas, leis e as regras processuais que fazem a dinâmica das leis.

Nesse sentido, sempre se utilizou destas fontes judiciárias no Brasil, mas não foi o suficiente para estabelecer uma cultura ou uma tradição² no campo da História do Direito, tanto é que esta disciplina não existe nos cursos de História do país; existe nos cursos de Direito por força da Resolução CNE/CES n.º 9, de 29 de Setembro de 2004, do Ministério da Educação e Cultura.

Nesse contexto histórico, para mim, representa uma continuidade das pesquisas que tenho feito desde o mestrado, ocasião em que analisei as fontes cartoriais, processos criminais, civis, inventários, ações de execução, *habeas corpus* e outros processos para apresentar uma interpretação crítica sobre as relações sociais de trabalho, a lei e as instituições jurídicas e suas práticas, mediando estas relações sociais no Acre, nas primeiras décadas do século XX.³

Certamente, estes não são os únicos trabalhos, provavelmente e destacam devido a um momento histórico diferente, numa nova conjuntura política e interesse do mercado editorial. Há sem dúvida outros trabalhos de grande envergadura, à altura dos que são referenciados. O

¹ GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (Orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2012, pp. 125-126.

² A Alemanha, desde 1814, passou a publicar a *Revista de História do Direito*, fundada por Savigny, Gustavo Hugo e outros. No Chile, desde 1959, a Universidade do Chile, através da Faculdade de Ciências Jurídicas, publica a *Revista de História do Direito*, e a PUC-Chile publica o Anuário de 'História' que inclui uma sessão com temas de História do Direito. In: EYZAGUIRRE, Jaime. Historia del Derecho. 16.ª edición, Santiago: Ed. Universitaria, 2000. No Brasil a universidade mais importante do continente a Universidade de São Paulo – USP, através da Revista de Direito, da Faculdade de Direito, abre uma seção para artigos sobre História do Direito.

³ COSTA, Francisco Pereira. Seringueiros, patrões e a justiça no Acre Federal, 1904-1918. Rio Branco: Edufac, 2005.

desconhecimento dos mesmos revela a ausência desta tradição no Brasil sobre a História do Direito e, o que dizer, então, da História do Direito do Trabalho?

A idéia até aqui não é problematizar esta historiografia, mas apontar a relevância de qualquer trabalho de historiadores que venham a se interessar pelos temas do Direito do ponto de vista histórico. Este trabalho se propõe isso, resgatar a história de parcela de trabalhadores brasileiros que vieram para a Amazônia em determinadas circunstâncias, para trabalhar no extrativismo da borracha, sobretudo em prol dos EUA, quando se viram de uma hora para outra sem os suprimentos de borracha crua fornecida pelas colônias inglesas da Ásia, principalmente depois que Pearl Harbor foi tomada pelos japoneses, em dezembro de 1941.

O campo teórico deste trabalho são os fundamentos teóricos da *história social inglesa*, com os pressupostos desenvolvidos por Edward Palmer Thompson, Raymond Williams, Christopher Hill e outros que, sem se afastarem do materialismo histórico e dialético, propõem novos elementos conceituais que possibilitam dar conta de sujeitos sociais, até então, no contexto do marxismo ortodoxo, vistos como classe social ou uma categoria abstrata.

Nesse caso, ao propor *uma história vista de baixo*⁴, E. P. Thompson trouxe a lume sujeitos esquecidos, negados, colocados à margem da História, que, mesmo nessa condição, são portadores de práticas de resistência, luta, modos de vida, experiências, valores morais e religiosos... Propôs-se, também, a adentrar os meandros das relações sociais de trabalho, no trato com a lei, com a cultura como estratégia de luta e organização para intervenção nas questões relacionadas à experiência, ao cotidiano, cujas trocas e fazeres reinventam o mundo do trabalho e do direito.

Essa forma de reescrever a História exige do historiador a negação da repetição de versões consagradas pela História, ou, no mínimo, quando a elas se dirigir devem ter o cuidado de cruzar as fontes, questionar as versões históricas, exigir a fala, a participação de todos os sujeitos sociais silenciados, em tese, contra a versão histórica do vencedor.

Para o historiador, às vezes, é muito mais pertinente e vigoroso dialogar com os espaços vazios da História para entrelaçá-los com as novas vozes que se encontram nesses espaços, e que sempre existiram ali, sempre atuaram, agiram, participaram das conquistas e derrotas de sua comunidade, de sua sociedade, do seu povo, do seu país.

A idéia que desenvolvemos nesta tese, o diálogo entre História e Direito, sobretudo quando a abordagem é referenciada na lei, foi colocá-la como refém do processo histórico,

⁴ SHARP, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). A escrita da história – novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 39-62

das mudanças e das transformações sociais, políticas e econômicas, em especial, realçando o nível de manipulação e transgressão da norma. Com isso, tentou-se afastar do *essencialismo* que a cerca.

Para tanto, uma problematização norteadora da tese era o acesso dos trabalhadores extrativistas na Justiça do Trabalho, após o rompimento do contrato de trabalho com validade por dois anos, antes mesmo da existência da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Diante disso, era necessário localizar fontes cartoriais, principalmente processos trabalhistas que fossem desdobramentos do rompimento do contrato de trabalho entre o patrão-seringalista e o seringueiro, para, a partir daí, entender as relações sociais e as normas coercitivas de conduta e controle dos trabalhadores nos seringais. Era notório que a Justiça do Trabalho seria o lugar natural da guarda dessa documentação, mas em vão foi a procura, pelas razões já apresentadas.

Não foi muito diferente nos arquivos da Prefeitura de Rio Branco-AC, onde milhares de documentos seculares se transformaram em um bolo de tortulhos, ácaros, umidade, transformando-se num entulho que foi oficialmente autorizado seu descarte. Apesar de desta Prefeitura está a mais de dezesseis anos nas mãos de um partido tido como inovador na política local e nacional.

De certa forma, a pesquisa para este trabalho é desenvolvida toda dentro deste vazio histórico, que é preenchido com os códigos de conduta (regulamentos) dos seringais e um ou outro processo, as notícias de jornais e a historiografia, que nesse viés é inexistente.

Mas o que é importante destacar é que nesses vazios e silêncios ou esses vazios e silêncios revelaram práticas sociais, experiências e comandos hierarquizados na economia extrativista da borracha, onde o poder na visão foucaultiano é plenamente realizado no controle e disciplina das relações sociais de trabalho e da norma jurídica⁵. O capitalismo aparece no contexto da economia da borracha na Amazônia plenamente hierarquizado.

A década de 1940 traz esse enunciado, pois representou uma reviravolta na economia e nas relações sociais e jurídicas na Amazônia, no sentido de que o marasmo que vinha vivendo a economia mercantil desde a decadência que se instalou em Manaus e Belém, com o fim da *belle époque*, dadas a produção e a concorrência da borracha cultivada nas colônias inglesas da Ásia, bem como o problema das condições sociais e materiais dos nordestinos, e,

⁵ Ver a discussão sobre estes conceitos em FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999 e, também em FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1996.

sobretudo, a II Guerra Mundial, tudo isso repercutiu em cheio no cotidiano, na organização social das cidades, nos modos de vida e no trabalho nos seringais da Amazônia.

A Amazônia era vista não só como um lugar salvacionista para os que estavam destituídos de condições materiais para viver com dignidade, mas também, com Vargas, passou a fazer parte do projeto de ocupação e colonização, como também foi o Centro-Oeste com a Marcha para o Oeste, de modo que, antes da guerra, já apoiava e incentivava os deslocamentos dos trabalhadores nordestinos para a Amazônia.

Um conjunto de fatores se somou para acelerar o deslocamento de trabalhadores para a Amazônia na década de 1940, e uma das que mais pesaram foi a aliança do Brasil com os Estados Unidos da América do Norte, aquele apoiando este, em troca de materiais bélicos, aeroportos, equipamentos bélicos, pontes, financiamento da *batalha da borracha*, da Siderúrgica Nacional de Volta Redonda e homens, mulheres e crianças para lutarem numa guerra entre nações.

Nesse sentido, a pesquisa alinhavou o problema dos deslocamentos de trabalhadores brasileiros, principalmente nordestinos para a Amazônia: a fixação nos seringais; com a caracterização do trabalho; com as normas de controle e disciplina nos locais de trabalho; com as práticas judiciárias; e, por fim, com o abandono e retorno destes operários aos seus locais de origem, situação que teve repercussão internacional, havendo funcionado uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso Nacional para apurar as condições materiais e assistenciais desses trabalhadores.

Explicitando melhor o que foi tratado em cada capítulo. No **primeiro capítulo**, *Deslocamentos populacionais de trabalhadores nordestinos para a Amazônia*, tratou-se dos deslocamentos de trabalhadores brasileiros para a Amazônia, principalmente do nordeste brasileiro. Aqui foi possível apresentar uma análise histórica dentro de uma escala de observação para ampliar a visão e análise das motivações que levavam as pessoas a deixarem seu lugar de pertencimento para outro lugar, para outra região do país, ou até para outro país. Procurei utilizar *fontes de primeira mão*, como diz, Umberto Eco⁶, cujo objetivo foi trazer a fala dos sujeitos sociais que se mobilizaram e foram mobilizados para a *batalha da borracha*. E alinhavando esta questão sem dar destaque a um ou outro fato, para que nenhum sobressaia ao outro, mas que todos estão entrelaçados.

No **segundo capítulo**, trouxe a caracterização do trabalho, das relações sociais de trabalho nos seringais, permeado por um contrato coletivo de trabalho, chamado pelo Estado

⁶ ECO, Umberto. Como se escreve uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 39.

de *termo de compromisso*. Ainda, analisei como que os trabalhadores extrativistas eram submetidos a outra norma que disciplinava e controlava o sistema de aviação, traduzido numa cadeia de interdependência que ia do padrão-seringalista ao seringueiro, à casa aviadora e desta às casas de importação e exportação em Manaus; e desta, por fim, aos bancos e indústrias na Europa e Estados Unidos da América do Norte. Ainda, trouxe a narrativa sobre os regatões, mascates fluviais da Amazônia, por considerar que o papel que exerceram na economia da borracha, apesar de ambíguo do ponto de vista das autoridades locais, na essência, introduziam a contraordem nos seringais.

No capítulo sobre *A lei e o controle social na sociedade extrativista* discuti, numa análise de cima para baixo, sobre o papel e a função das leis trabalhistas e sociais, no governo Vargas, a partir da concepção da proteção e melhoria das condições de vida e trabalho dos operários brasileiros. Nisso, preocupei-me em ver quem eram esses trabalhadores que estavam protegidos e que leis eram elaboradas para estes sujeitos. Se de fato atingiam a todos, como era a pretensão do Estado. Enveredando essa análise para o trabalho e as relações sociais nos seringais da Amazônia, se observam marcos diferenciadores da função e papel que a lei pode exercer numa sociedade, seja ela qual for.

Por sua vez, o capítulo *Os direitos e as práticas judiciárias na economia da borracha* cuidou principalmente das práticas judiciárias sobre os direitos, supostamente existentes, ou concedidos aos seringueiros. Enquanto prática, refiro-me, como que a lei era gerenciada pelos sujeitos responsáveis pela guarda da lei (advogados, juízes, promotores, ministros, delegados) e as próprias instituições onde isso, em tese, realizava o papel do Estado diante da lei.

O último tópico desse capítulo abordou a relação dos interventores⁷ estaduais com as pessoas das cidades, sobretudo as cidades da Amazônia, Belém, Manaus, Rio Branco. Talvez isso pareça deslocado do contexto, do tema, mas não está.

⁷ O termo *Interventor* aqui empregado tem o significado que emprega os jornais e a Constituição Federal de 1937, art. 9º, “O Governo Federal intervirá nos Estados mediante a nomeação pelo Presidente da República de um **interventor**, que assumirá no Estado as funções que, pela Constituição, competirem ao Poder Executivo, ou as que, de acordo com as conveniências e necessidades de cada caso, lhe forem atribuídas pelo Presidente da República [...]” (grifo meu), portanto, legitimou a política de governo de Getúlio Vargas no Estado Novo, que ao dar o golpe de Estado, nomeia militares para o cargo de interventor nos diversos Estados da Federação, em descompasso com a previsão constitucional, embora, alguns fossem chamados também de governadores, por exemplo Agamenon Magalhães de Pernambuco, mas a meu ver, o sentido é equivocado, tendo em vista que estes “governadores” não eram eleitos pelo povo, mas nomeados, porque apadrinhados de Getúlio Vargas e dos aliados. A guisa de ilustração o Jornal A Tarde de Manaus, na edição n.º 1.791, de 8 de janeiro de 1943, usa o termo *interventor* e em tantas outras também. No Arquivo Público do Pará que guarda parte da documentação da história daquele Estado, tem um acervo riquíssimo de abaixo-assinados, petições, cartas, ofícios e outros documentos, relacionados ao período 1930 a 1945, centenas deles dirigidos ao *Interventor Federal*, no caso Joaquim de Magalhães Cardoso Barata (1930-1935) ou a José Carneiro da Gama Malcher (1935-1943). Também o jornal O Acre edição n.º 528, de 15 de março de 1940, se reporta a uma reunião dos interventores da Amazônia em Belém, ocorrida no mês de março de 1940. Evidentemente, que alguns interventores eram

A idéia foi associar enquanto práticas de solução de conflitos com os direitos dispostos em normas positivadas com as mesmas práticas e direitos positivados na economia extrativista da borracha. Assim, em outras palavras, é possível que se tenha feito outra problematização sobre as formas e dificuldades de solução de problemas na cidade; ou seja, se lá o canal de diálogo social eram os Interventores, o Estado de Exceção, como seria possível isso ou quem seriam os interlocutores nos seringais, ou nas cidades mais próximas dos seringais, como Xapuri, Brasília, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Tarauacá etc.

Por fim, em *O retorno dos indesejáveis* foi o diálogo com o legado desta guerra. O próprio título é extremamente provocativo, mas está dentro do contexto de guerra mesmo. Um sujeito qualquer envolvido numa batalha da dimensão que foi ou é uma guerra, um motim, uma revolução, está sujeito a qualquer sorte. Exatamente isso, a sorte que foi reservada a esses trabalhadores brasileiros, crianças, jovens, mulheres, homens, que vieram para a Amazônia atendendo um chamamento dos Estados Unidos da América mediado pelo Estado brasileiro, financiado pelos EUA para produzirem borracha.

Ao mesmo tempo, efetuo uma análise sobre as responsabilidades do Estado na proteção e cuidados com esses indivíduos depois da guerra: o que foi feito, quais os desdobramentos de uma possível negligência com o destino destes trabalhadores.

A contribuição que este trabalho traz para a historiografia e a sociedade amazônica é marcar o oportunismo do Estado ante a fragilidade e a ineficácia da própria lei que ele mesmo produz, ou até, burlar a própria lei quando não cumpre com suas exigências e responsabilidades. E o que é mais grave quando se coloca como um ser onipresente sobre quem (aos seus agentes) não recai nenhuma responsabilização pelos atos ilícitos praticados.

Outro aspecto são os mecanismos utilizados para pôr em prática o projeto de governo. O discurso que permeia as práticas e o autoritarismo de Estado, grande parte disso aparece nos estudos sobre a propaganda do governo Vargas, as leis, a repressão aos movimentos operários.

Convém, por fim, destacar que todas as citações no texto são *ipsis litteris*, a explicação é oportuna por duas razões o próprio doutorando em alguns momentos tivera dúvida do formato e qualidade da grafia dos documentos, inclusive de jornais, mais preocupado ainda ficou o professor Batistinha, revisor de meu texto. Tive que ratificar todas as situações que ele

chamados de “governadores” isso era uma estratégia do governo para esconder sua feição autoritária e fascista, como se isso suasse mais agradável e diminuísse o impacto negativo junto a sociedade. Portanto, não é verdade, senão para aqueles que gozam de uma visão romântica do período getulista, que o conceito de *interventor* tenha sido empregado somente no período de 1930 a 1937.

indagava “original?” O questionamento dele suscitou em mim dúvidas e em algumas passagens tive de fato que retornar ao texto.

Capítulo I - Deslocamentos populacionais de trabalhadores nordestinos para a Amazônia

1.1 Imigração e colonização – o projeto de reorganização do território brasileiro

A ocupação do território brasileiro pelos portugueses ocorreu de forma predatória, em total desrespeito à cultura, ao trabalho, rituais e aos direitos dos povos originários; estes foram dizimados, aniquilados, expropriados, e os que sobreviveram foram submetidos ao processo de escravidão. Esse formato opressor e autoritário do Estado português favoreceu o processo de retaliação do território com a distribuição de grandes latifúndios no litoral brasileiro, capitanias hereditárias, sesmarias.⁸

Com o passar dos anos, já no século XVII, na busca de incorporação de novos produtos no mercado europeu e, principalmente, para favorecer a acumulação de capital da Metrópole, dos colonos e comerciantes; e para garantir o patrimônio e a gastança do Estado Monárquico Português, várias frentes de exploradores e mercenários se jogaram ao interior do país para incorporar, ao território, até então existente, novas faixas de terra, novamente, num processo predatório, genocida e de rapinagem.

Esse modelo de organização do território-Estado a partir da expropriação das terras dos povos indígenas, por mais que em determinadas circunstâncias houvesse resistências, por parte destes povos, não foi suficiente para barrar esse processo genocida e expropriador dos colonizadores portugueses.

Há na nossa história um legado de concentração da terra, num processo que se dava pela expropriação, longe de parecer com os *cercamentos*⁹ de terras na Inglaterra do século XVIII. Não que esse procedimento fosse legítimo ou que justificasse a expropriação dos pequenos camponeses ingleses, mas porque a eles era garantida a propriedade, ou, pelo menos, o direito anglo-saxão permitia com base no direito consuetudinário a disputa pela terra.¹⁰

Em nosso caso, os *cercamentos* adquirem vários formatos, um deles, mais perverso, se dá sob os auspícios das estruturas do liberalismo jurídico, que, em 1850, implanta a *lei de terras* que:

⁸ Cf. PASSOS, Alberto Guimaraes. Quatro séculos de latifúndio. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; ABREU, Daisy Bizzocchi de Lacerda. A terra e a lei. São Paulo: Roswitha Kempf Editores e Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo/Comissão de Geografia e História, 1983; MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983.

⁹ Cf. MARX, Karl. A origem do capital – a acumulação primitiva. 5.ª ed. São Paulo: Global, 1985.

¹⁰ THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. Rosaura Eichenberg. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

[...] proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra. Essa proibição era dirigida contra os camponeses, aqueles que se deslocavam para áreas ainda não concedidas em sesmarias aos fazendeiros e ali abriam suas posses.¹¹

Desse modo muitos pequenos camponeses passaram a viver sob o jugo dos fazendeiros, uma vez que a *lei de terras* passava a exigir do pequeno, médio colono, dos posseiros, a comprovação do título de propriedade da terra, ou de compra e venda, precaução que, via de regra, não se tomava, por motivos diversos.

Todavia, um direito positivado se contrapõe ao direito costumeiro, onde, neste, a palavra das testemunhas para provar a cadeia dominial de posse consuetudinária do imóvel não tinha validade jurídica. Desta forma, milhares de hectares de terras foram expropriados e incorporados ao patrimônio da elite dominante da época, mediado pela República que, já em 1891, transfere as terras devolutas aos Estados, e estes as coloca: “[...] *nas mãos das oligarquias regionais. Cada Estado desenvolverá sua política de concessão de terras, começando aí as transferências maciças de propriedades fundiárias para grandes fazendeiros e grandes empresas de colonização interessadas na especulação imobiliária*”.¹²

Nesse viés, é provável que o problema da migração esteja muito mais associada às práticas de expropriação e rapinagem do patrimônio dos povos originários, dos pequenos e médios camponeses, dos quilombolas, enfim, daqueles que foram tangidos para outros lugares, do que a vinculação e determinismo dos fenômenos naturais. Porém há autores que afirmam ser a migração associada e está sempre associada as mudanças climáticas no Nordeste, por isso, diz Secreto que: “[...] *o binômio seca-emigração é indissociável*”.¹³

Esse fenômeno que implica a falta de água para irrigar a plantação, para os humanos e os rebanhos beberem é, sobretudo, um problema social, de ordem política. Segundo Secreto, um jornal que divulgava sobre a seca do período de 1888-1889, numa visão crítica já denunciava que o problema era daquela dimensão, assim, para ele, aparece o duplo significado: um de ordem meteorológico e outro de ordem governamental.¹⁴

Se isso for verdade, convém perguntar: Será que o sertanejo que possui um naco de terra num momento de estiagem por mais aguda que fosse, deixá-la-ia e partiria para outro

¹¹ MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petropolis: Vozes, 1983, pp. 41-42.

¹² MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil, p. 43.

¹³ SECRETO, Maria Verônica. Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Perseu Abramo, 2007, p. 37.

¹⁴ SECRETO, Maria Verônica. Soldados da borracha, p. 38.

lugar e nunca mais voltaria? Ou seria um abandono provisório pela impossibilidade absoluta de continuar no mesmo local durante esse momento?

Uma situação muito peculiar na história do Brasil é a escravidão africana. As várias etnias expatriadas da África e introduzidas no Brasil na condição de escravos, resistiram ao latifundiário, às teias de dominação e poder; as diversas formas de resistência contra o poder dos coronéis latifundiários mostram isso, pois lutaram e se contrapuseram ao modelo econômico imposto pelo mercantilismo no Brasil, um modelo agro-exportador.

É o caso dos *quilombos* que representam a expressão mais radical das várias resistências travadas contra os mercenários e exploradores latifundiários mercantilistas brasileiros, fincados no litoral. Assim, o que se convencionou chamar de *fugas*, na realidade deve ser interpretado como sublevações e motins contra a exploração das elites brasileiras. Os quilombos representam essa resistência.¹⁵

A caricatura geopolítica de ocupação do território brasileiro é consolidada nesse processo de expropriação e combate às várias formas de resistência dos índios, escravos e camponeses contra o latifúndio.

No final do século XIX e início do XX, ainda vamos ver essas resistências contra a exploração da mão de obra. É o caso, em Belo Monte/Canudos, na Bahia, para onde milhares de sertanejos pobres, explorados e sem terras migraram em busca de uma sobrevivência digna, o que chegou a representar uma ameaça às estruturas do latifúndio nordestino e na pretensa disputa pelo regime monarquista, Antonio Conselheiro foi acusado de defendê-lo. Na análise de Macedo e Maestri:

O rápido desenvolvimento do reduto sertanejo preocupava políticos e proprietários de terra. O princípio do uso útil da terra implementado pelos conselheiristas era uma prática que provavelmente assustava os latifundiários. [...] Havia igualmente a questão da mão de obra. Os latifundiários viam sem nada poder fazer seus trabalhadores, espécie de semi-escravos, partirem para o reduto divino. [...] Inevitavelmente, a falta crescente de braços obrigaria os latifundiários a subirem os salários dos trabalhadores e a baixarem as rendas dos arrendatários.¹⁶

As diversas formas de organização social e econômica reinventadas pelas populações pobres, desempregadas, famintas e sem perspectivas de vida no Nordeste representavam uma ameaça para os coronéis nordestinos, para os latifundiários que montaram seus impérios numa organização social escravocrata. Destruir esse modelo a partir da fuga em massa dos

¹⁵ Cf. MOURA, Clovis. *Rebeliões da senzala*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

¹⁶ MACEDO, José Rivair e MAESTRI, Mário. *Belo Monte: uma história da guerra de Canudos*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, pp. 88-89.

trabalhadores do sertão e das regiões afetadas pela seca, representava um duro golpe nas relações de poder e dominação do latifúndio, pois segundo Facó: *“Essa emigração em massa representa na prática uma ruptura com o latifúndio, um sério desfalque para ele. Para sobreviver como latifúndio semifeudal, ele deveria dispor de mão-de-obra semi-servil. E esta lhe fugia agora. [...] O latifúndio fora violado irremediavelmente”*.¹⁷

Além desse modelo de organização política criado por Antonio Conselheiro no final do século XIX, outros poderiam surgir, mas o que mais parecia razoável na leitura do Governo Federal no final da década de 1930 era a migração desses trabalhadores para a Amazônia, que já faziam a migração espontânea diante da seca que assolava várias regiões do Nordeste.

Figura 01: Floresta Amazônica. Foto: Francisco Pereira. Janeiro/2013

Mesmo porque alguns aventureiros no sul do país, em viagens de reconhecimento do Brasil, constatavam que:

Em nossas viagens pelo interior dos Estados do Nordeste temos passado dias sem encontrar uma casa e mesmo em Minas e São Paulo, onde está localizada a maior parte de nossa população o que se vê é o deserto; anda-se horas sem encontrar uma vivenda, uma plantação, um sinal de vida humana! Imagine-se o que não será o Amazonas, Mato Grosso e Goiás?¹⁸

O autor de certa forma tem razão ao apontar para uma Amazônia pouco povoada nesta época, devido à crise da borracha que atingiu esta região desde o início da segunda década do século XX, fazendo com que centenas de trabalhadores extrativistas migrassem dos seringais para as cidades, além do que a Amazônia sempre foi vista como um vazio demográfico.

¹⁷ FACÓ, Rui. Cangaceiros e fanáticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p. 31.

¹⁸ MELO, Othon Bezerra de. O imigrante. O Acre, Rio Branco, n° 519, ano 12, 14 jan.1940, p. 07.

Figura 02: Porto com navios e barcos e a cidade de Manaus ao fundo, nos anos 1902 e 1903, onde é possível ver o Teatro Amazonas, construído durante o governo de Silvério Neri. Fonte: Álbum do Amazonas, 1901-1902

Duas grandes motivações impulsionaram os nordestinos a procurar a Amazônia como possibilidade de encontrar solução para a vida difícil que levavam; uma, foi quando acossados pelas secas nos anos finais de 1930/1932 e 1941-1942, quando as condições de sobrevivência ficaram extremamente precárias; a outra foi por ocasião da ratificação dos *Acordos de Washington* em março de 1942, que visavam, principalmente, arregimentar mão de obra para trabalhar nos seringais para a produção da borracha, para a indústria bélica dos EUA produzir artefatos de guerra para o combate durante a II Guerra Mundial.

Essas são as duas grandes razões: uma de ordem ecológica e outra de ordem político-econômica, que forçaram a migração dos nordestinos para a Amazônia.

No período de finais de 1930 e primeiros anos de 1940, a migração para a Amazônia foi quase espontânea; depois, reverteu-se para política de Estado, tratou-se de uma *migração planificada*. Segundo Secreto, apoiada em Beneval de Oliveira, este dizia que:

[...] era necessário aceitar os movimentos dos sertanejos que, empurrados pelas secas, eram obrigados a procurar outros ambientes mais favoráveis à existência. O salutar e desejável, dizia, seria que esse movimento se realizasse para outras zonas rurais e não para as cidades. Por isso as migrações planificadas eram, para ele, a melhor solução achada pelo Estado, 'reajustando as populações dentro de seus territórios'. Exemplo disso seria o encaminhamento de trabalhadores nacionais, principalmente do Nordeste, para a planície amazônica.¹⁹

Vieram não só para a planície amazônica, pois a política colonizadora de Vargas empurrou também milhares de brasileiros para o Centro-Oeste, numa situação que se verificou que em nada se diferenciava da Amazônia.

O Senador Ruy Carneiro viajou até o Centro-Oeste para verificar *in loco* a situação dos seringueiros daquela região. Depois levou ao conhecimento do parlamento brasileiro forte

¹⁹ SECRETO, Maria Verônica. Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Perseu Abramo, 2007, p. 25.

denúncia contra os descasos com os trabalhadores extrativistas, a maioria oriunda do Nordeste brasileiro.²⁰

Já em 1933, por ocasião de uma viagem a Belém do Pará, Getúlio Vargas pronunciou um discurso tratando do problema da economia da Amazônia e, conseqüentemente, da necessidade da mão de obra:

[...] O problema capital da Amazonia consiste porem, em transformar em exploração sedentária a exploração nômade, a que até agora se têm sujeitado as suas riquezas. Para isso, é preciso povoá-la, colonizando-a, isto é, fixando o homem ao solo. Mas o solo da Amazonia, exuberante em fauna e flora, com a sua fertilidade impetuosa e hostil á atividade humana, é conquista certamente rude e difícil. Para realiza-la, impõe-se antes de tudo, organização e cooperação. Apesar de não possuirmos abundancia de recursos, nem por isso devemos julgar o problema insolúvel.²¹

Entre 1930 e 1932 havia ocorrido mais uma grande seca no Nordeste. Certamente, para amenizar os impactos negativos que a estiagem impunha em muitas cidades nordestinas, principalmente em Fortaleza, o Governo Federal, em 1940, cria o Departamento Nacional de Imigração com um orçamento de 27:102:100\$000 (vinte e sete contos, 102 mil e cem reis)²², com ele pretendia-se investir na reorganização demográfica do Nordeste brasileiro, deslocando milhares de nordestinos para a Amazônia e o Centro-Oeste.

Essa preocupação acompanha o discurso de espaços *vazios* e aparece num artigo de Othon Bezerra de Melo, o qual, tendo feito uma viagem pelo interior do Nordeste e Sudeste brasileiro, e encontrando grandes áreas despovoadas, veio a defender a imigração estrangeira para o Brasil.²³

Havia uma afirmação e reconhecimento por parte do Estado e das elites brasileiras da existência de um suposto *vazio populacional* na faixa à esquerda do litoral brasileiro em direção aos Andes, o qual necessitaria ser ocupado. Mas isso não é verdade, ao considerar que estes espaços tinham habitantes e donos, ou seja, várias etnias indígenas, embora nunca reconhecidos pelo Estado brasileiro. Nele habitavam centenas de etnias indígenas. Enfim, estes territórios eram ocupados. Estas terras tinham dono, se o Estado brasileiro reconhecesse, desde então, os direitos consuetudinários.

²⁰ Ver LEITE FILHO, Barreto. O drama dos seringueiros. In: O Juruá, ano 4, nº 74, Cruzeiro do Sul-AC, de 28 out.1956.

²¹ MENDONÇA, Carlos. Gente do Nordeste no Amazonas. Manaus: Imprensa Pública, 1943, p. 40.

²² Orçamento do Governo Federal para 1940. O Acre, Rio Branco, ano 12, nº 518, 7 jan. 1940, p. 08.

²³ MELO, Othon Bezerra de. O imigrante. O Acre, Rio Branco, ano 12, nº 519, 14 jan. 1940, p. 07.

Figura 03: Floresta amazônica lugar onde os *soldados da borracha* travaram suas lutas. Reserva Extrativista Chico Mendes. Foto: Francisco Pereira, 2014.

Esse discurso nos parece um tanto ambíguo. É como vê Agamenon Magalhães, Interventor nomeado de Pernambuco no período de 1937-1945, em *Terra de Espinhos*, onde articula um discurso afirmando a harmonia entre o homem e a natureza, uma simbiose entre os dois, em que a ação daquele nesta afirma que o homem nunca abandone a sua terra.²⁴

E continua enfático:

A planície sem fim, os desertos, as montanhas, as regiões mais ásperas da terra, atraem e fixam o homem na terra. Dir-se-ia que o destino do homem é a conquista vegetal da terra. É aproveitar tudo o que nasce a sua superfície. Nem os espinhos, nem as ervas daninhas o homem despréza. O quadro da terra sêca no nordeste é um dêsses pedaços da vida, que ninguém interpreta. Sem a água, sem o verde, sem sombras, só há nele a luz de um sol, que não se apaga, queimando a terra e o homem. Eis que um dia o homem transforma esse quadro, montando máquinas no meio das juremas mortas, das macambiras e do caroá, para aproveitar dos cactus a fibra, violenta e dura. O caroá que mãos não plantaram, e que a terra, como para se defender do sol e do homem, se esconde atrás das suas folhas cortantes, como o gume das facas. Os teáres do litoral têm fome de matéria prima. A juta da Índia não vem mais porque os povos do outro lado do continente estão em guerra. A notícia chega aos sertões como um pregão de riqueza. Como se um veio de ouro tivesse aflorado dos taboleiros [...] Em dois meses, no Estado de Pernambuco, foram assentadas 400 máquinas, quase todas aqui feitas ou improvisadas, para beneficiar o caroá.²⁵

Esse discurso é contraditório porque, de um lado, tenta buscar uma solução para amenizar as mazelas causadas pelas secas na região do sertão nordestino, com a necessidade de fixação dos flagelados nesse mesmo território. Problema que sempre assolou estas

²⁴ MAGALHÃES, Agamenon. Terra de espinhos. O Acre, Rio Branco, ano 12, nº 522, 02 fev. 1940, p. 10.

²⁵ MAGALHÃES, Agamenon. Terra de espinhos. O Acre, p. 10.

populações, e governo nenhum se propôs introduzir políticas públicas e mecanismos eficientes para extirpar definitivamente o sofrimento dos atingidos pelas secas. De outro, trata de defender a permanência do homem em seu próprio lugar de pertencimento. Mas essa ambiguidade aparece mesmo é quando a migração destas populações provoca impacto negativo, ou seja, quando representa um golpe no exército de reserva de mão de obra disponível e fácil de manipulação pelo capitalismo representado pelos latifundiários nordestinos, ante o deslocamento para outras regiões do país.

E, como num toque de mágica, Agamenon vê o Nordeste com uma potencialidade econômica, quando aplicados os recursos e meios tecnológicos adequados para a exploração de suas riquezas naturais, de sua biodiversidade. Recorremos a parte da citação anterior para enfatizar essa perspectiva sócio econômica:

Sem a agua, sem o verde, sem sombras, só há nele a luz de um sol, que não se apaga, queimando a terra e o homem. *Eis que um dia o homem transforma esse quadro*, montando maquinas no meio das juremas mortas, das macambiras e do caroá, para aproveitar dos cátus a fibra, violenta e dura.²⁶
(sem grifo no original)

Contrário a esse discurso, há um interesse do Governo Federal pelo deslocamento interno dessa população para outras regiões do país. Esse interesse é um dos mecanismos para a solução dos conflitos sociais no interior da economia do Nordeste.

O cheiro e os gritos da barbárie cometida contra Canudos ainda soavam nos ouvidos da elite dominante, novos Belos Montes surgiriam, no campo e na cidade, com a organização e a tendência política do sindicalismo revolucionário, contra o qual o Estado não mediu esforços para impor uma prática repressiva e de aniquilamento da sua existencia.²⁷

Para isso, segundo Samis, militante e pensador anarquista, que buscou entender, do ponto de vista desta corrente as origens da repressão e controle do Estado brasileiro ao pensamento e práticas anarquistas como instrumentos de lutas dos sindicatos, sobretudo, no período de governanças dos presidentes Arthur Bernandes, Epitácio Pessoa e Washington Luiz, sua pesquisa revelou as práticas de perseguição e exclusão social dos militantes

²⁶ MAGALHÃES, Agamemnon. Terra de espinhos. O Acre, p. 10.

²⁷ SAMIS, Alexandre. Moral pública e martírio privado. Rio de Janeiro: Achiamé, 1999. Ver também LOPES, Carmen Lúcia Evangelho. Sindicatos no Brasil. São Paulo: Global, 1986. Para este tema do *sindicalismo revolucionário*, que consistiu na formação de tendências anarquistas, socialistas e comunistas na organização do sindicalismo brasileiro uma excelente obra é TOLEDO, Edilene. Anarquismo e sindicalismo revolucionário – trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

estrangeiros no processo de organização e luta dos trabalhadores brasileiros. O auge desta repressão é o desterro ou deportação para o presídio de Cleveland, no Oiapoque.²⁸

Por sua vez, Lopes em estudos sobre o sindicalismo narra que “*As organizações operárias estavam cheias de militantes de diversas nacionalidades e logo se manifestaram conta a lei que expulsava estrangeiros e confinava brasileiros aos seringais do Acre*”.²⁹ Entre parênteses ela escreve Cleveland, dando a entender que era algum lugar no Acre, na realidade trata-se da prisão de Cleveland, no Oiapoque. A lei que a autora se refere é o Decreto 1.641, de 7 de janeiro de 1907, também conhecido como Lei Adolfo Gordo, cujo foco era o combate aos “[...] *militantes anarquistas, quase todos de origem estrangeira, cerceando a liberdade de pensamento e impedindo a participação desses militantes na formação de organizações operárias [...]*”³⁰

Então, não era recomendável manter os operários e trabalhadores organizados, semiorganizados ou mesmo desorganizados, como eram os podres, desempregados e miseráveis, ameaçando a propriedade e a ordem social burguesa na cidade.³¹

Nas perambulações do Chefe de Estado brasileiro e seus assessores mais próximos encarregados do rearranjo e esquadrinhaento interno da geopolítica e da política demográfica brasileira, cuidam de divulgar em vários discursos proferidos no Nordeste a necessidade de expandir os limites internos das fronteiras brasileiras.

O discurso do Presidente feito em 1933 em Fortaleza é seletivo, pois, segundo Morales, ele esteve no mesmo ano em outras capitais do Nordeste, mas: “*Somente em Fortaleza seu discurso faz referências à Amazônia*”.³²

²⁸ SAMIS, Alexandre. Moral pública e martírio privado. Rio de Janeiro: Achiamé, 1999. Em nota de rodapé na p. 70, o autor adverte que “*As obras e jornais consultados não fazem distinções claras entre as condições jurídicas de deportação e desterrado*”. Embora a Constituição Federal de 1891, no art. 80, em que declara a possibilidade de imposição de estado de sítio ocasião em que se suspenderiam as garantias individuais quando houvesse agressão estrangeira ou *comoção intestina*, assim, pessoas poderiam receber, segundo o item 2º, a pena de *desterro para outros sítios do território nacional*. In: ALMEIDA, Fernando H. Mendes de. Constituições do Brasil. São Paulo: Saraiva, 1954, p. 144. MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 09, usa o conceito de “deportações”, nestes termos “*Mesmo os não estrangeiros sofriam deportações para regiões longínquas do país [...]*”. Podemos recorrer também a BARROS, Glimes Rego. A presença do Capitão Rego Barros no Alto Juruá (1912-1915). Brasília: Senado, 1981, p.168-169, onde cita um artigo sobre Deportações para o Acre em que o autor diz que em 1905 o governo brasileiro varria “[...] *o lixo humano de sua metrópole, a burguesia carioca mantinha a integridade de suas posses e dos seus untos e a polícia ficava sossegada. A fina flor da criminologia nacional foi enviada para o Acre. [...] Em 1910 repetiu-se o episódio, quando da expulsão dos marinheiros envolvidos na revolta da Esquadra. Voltou o Acre a ser lembrado em ambas as Casas do Congresso. Não na lembrança de suas necessidades vitais, mas o Acre degredo, lugar de coito e homizão. Antecâmara da morte, lá estava para receber as fezes da anarquia na leva de deportados, que pela segunda vez se expurgavam as prisões da Capital Federal*”.

²⁹ LOPES, Carmen Lúcia Evangelho. Sindicatos no Brasil. São Paulo: Global, 1986, p. 17.

³⁰ LOPES, Carmen Lúcia Evangelho, p. 16-17.

³¹ ARAÚJO, Maria Neyá de Oliveira. A miséria e os dias: história social da mendicância no Ceará. São Paulo: Hucitec, 2000, pp. 66-67.

Diz ainda Morales:

Nesse mesmo ano, Vargas autoriza a administração do Lloyd Brasileiro a conceder, gratuitamente, 4.000 passagens a *trabalhadores* nordestinos que desejassem ir para os seringais da Amazônia e do Acre. Da mesma forma, procedeu com os trabalhadores residentes em Manaus: concedeu-lhes meios de transporte para se dirigirem aos seringais. [...]³³

Na realidade havia interesses econômicos daqueles que migravam para a Amazônia, o foco sempre foi esse, inclusive numa fantasia de enriquecimento fácil: Amazônia *Eldorado*. O projeto de Vargas vai na direção de encurtar os vazios, fixar o homem na terra, colonizar e produzir. Senão, eliminar os conflitos sociais no campo, através do expediente migratório.

Não são, portanto, Othon Bezerra de Melo, Agamenon, Beneval e Vargas as únicas pessoas a se preocuparem com a ocupação e o desenvolvimento econômico do território brasileiro, mas nos chama a atenção o fato de todos se voltarem para a Amazônia nesse período histórico; e Othon, ao comparar a ocupação do centro-sul do país, levanta dúvidas quanto à densidade demográfica da Amazônia ou reforça a ideia de *vazio demográfico*.

Mas o que se ver é que os governos, num determinado momento o Estadual, e depois de 1930, o Governo Federal, passam a traçar uma política de Estado para os deslocamentos populacionais dentro do território brasileiro.

Morales, ao estudar a política de colonização desse período, assegura que ela não difere muito do que ocorrera no final do Império e durante a Primeira República, mas:

Ao promover uma expansão territorial, a política de colonização interna do regime Vargas criava as bases para o exercício de sua soberania. Portanto, nesse aspecto, ela aguarda também uma linha de continuidade com propostas e práticas presentes no final do Império e que ganharam força durante a Primeira República.³⁴

Não se trata de o Governo criar as bases para a consolidação de sua soberania, do ponto de vista do liberalismo isso é quase *conditio sine qua non* para a existência de um Estado, independente das condições políticas e, sobretudo, econômicas para a existência desse Estado. Mas é razoável dizer que esse rearranjo interno de deslocamento de um contingente significativo de pessoas para o Centro-Sul e para a Amazônia reforçava, sim, a soberania nacional, ante a ideia de *vazio demográfico*. Era preciso ocupar esses espaços.

³²MORALES, Lúcia Arrais. Vai e vem, vira e volta: as rotas dos soldados da borracha. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002, p. 99.

³³MORALES, Lúcia Arrais. Vai e vem, vira e volta, p. 100.

³⁴MORALES, Lúcia Arrais. Vai e vem, vira e volta, p. 105.

É no contexto da consolidação de um projeto de soberania de um Estado que ocorrem também os ajustes internos, quero dizer, o Estado precisa mostrar sua força, poder de mando, controle, isso se faz, através do poderio militar de repressão³⁵ de que ele dispõe, em todos os momentos de nossa história. Em algumas vezes, mesmo de forma capenga, o poder militar do Exército brasileiro se fez presente, em Canudos, Canudinhos de Lage-SC (1916); Contestado-SC (1912-1916); os Mucker (RS, 1869-1874); a Guerra de Farroupilha (RS, 1835-1845); a deposição de Luiz Galvez Arias (AC, 1902), embora não tivesse havido derramamento de sangue, o navio de guerra da Marinha estava com os canhões apontados em direção ao barranco em que vivia Galvez.

E os casos não se resumem somente a estes; essa política de intervenção nos conflitos sociais internos se deu em todo o território nacional, ou seja, quando o país já se constituía numa nação soberana. Assim, desde o Acre ao Nordeste brasileiro, do Sul ao Norte, as forças de repressão do Exército estiveram presentes, expulsando os peruanos no Alto Juruá. Muitos dos comandantes dessas missões militares eram oriundos do genocídio cometido em Canudos, estes agentes militares, foram agraciados, no Acre, pelos Presidentes da República, com cargos de prefeitos, delegados de polícia, juízes, promotores.

Canudos é um dos legados históricos da prática de genocídio que o Exército Brasileiro praticou na história da República e, dele, fez o seu discurso, sua plataforma de formação e divulgação de seus feitos em prol de um modelo de governança e exploração econômica do capitalismo emergente no país. E a tendência foi, ao longo da República Velha, o aperfeiçoamento, a profissionalização e a transformação dessas experiências/missões militares numa ferramenta articuladora/formadora e inspiradora para as práticas da caserna:

Belo Monte/Canudos foi uma das maiores operações militares movidas pelo Exército em solo nacional. As 'lições' aprendidas na guerra serviram igualmente para reflexões sobre outras formas de reação organizada contra o governo. A guerra empreendida contra os 'jagunços' foi tomada como objeto de debates pelos adeptos da Doutrina de Segurança Nacional. Já em 1946, imediatamente após a II Guerra Mundial, o oficial Nelson Carvalho publicava artigo na revista *A Defesa Nacional*, comparando a bravura do soldado que lutara contra os 'fanáticos' de Antônio Conselheiro com a valentia dos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira, na Itália, na luta contra os 'fanáticos' nazistas. Duas décadas mais tarde, em 1968, a Escola de Comando do Estado Maior do Exército fornecia aos seus alunos um panfleto intitulado 'Guerras insurrecionais no Brasil', abordando a guerra de Belo Monte/Canudos e a guerra do Contestado. O tema de Belo Monte/Canudos apareceria em vários fascículos de periódicos destinados à formação militar, especialmente no final da década de 1960, num momento

³⁵ Cf. PEDROSO, Regina Célia. Estado autoritário e ideologia policial. São Paulo: Humanitas: Fapesp, 2005.

em que o Brasil vivia sob o regime ditatorial, instaurado pelo golpe militar de 1964.³⁶

Desde então, o Exército Brasileiro orienta a política de colonização e migração e reforça sua atuação, ‘legítima’ a repressão aos movimentos sociais que lutam por melhoria das condições de vida e democracia. Morales, dialogando com Flores, diz que:

[...] com a Missão Francesa, o Exército brasileiro modifica sua forma de se fazer presente no território nacional. Ela introduz, a partir de sua experiência na África e de sua campanha estática na Primeira Guerra, a noção de ocupação territorial como estratégia de defesa. [...] Portanto, as idéias de ‘ocupação de amplos espaços vazios e integração do território nacional’, presentes nos discursos de Vargas para justificar a Marcha para o Oeste e seus projetos de ocupação da Amazônia, têm raízes nas instruções da Missão Militar Francesa do início da década de 20.³⁷

Assim, após a tomada do poder, o novo governo, em 1930, propôs um redirecionamento da política migratória no país, que assume nova dinâmica na II Grande Guerra, precisamente, na década de 1940.

É diante deste caos que nas secas de 1930-1932 e 1941-1942 o Governo Federal impõe uma nova forma de lidar com esse problema, cria campos de concentração onde os desalojados pela seca passam a viver; com isso, descentraliza os problemas sociais e de segurança pública, abastecimento de víveres, água potável e outros, vivenciados em secas anteriores, cujo impacto na capital cearense fora imprevisível.

Isso, segundo Morales, aparece em parte no relatório do conselheiro Dulphe Pinheiro Machado, publicado na *Revista de Imigração e Colonização*, de agosto de 1942:

De um momento para outro, viu-se o governo na contingência de promover formidável organização, para socorrer milhares de pessoas, que fluíam de todos os pontos assolados pela seca. Muitos foram aproveitados em trabalhos públicos, todavia, a carência de projetos, a falta de ferramentas não permitiu o emprego de todos os flagelados o que levou o governo a criar sete campos de concentração em Fortaleza (Urubú e Otávio Bonfim), Patú, Quixeramubim, Crato (Buriti), Cariús e Ipú, nos quais estiveram mais de 100.000 pessoas, tendo sido distribuídas 18.946.196 rações.³⁸

Vê-se que toda essa população ficava sob a tutela e vivendo subsidiada, em parte, pelo Governo Federal, que procurava dar um destino a ela, arrumando trabalho e outros tipos de

³⁶ MACEDO, José Rivair e MAESTRI, Mário. Belo Monte: uma história da guerra de Canudos. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 156.

³⁷ MORALES, Lúcia Arrais. Vai e vem, vira e volta, p. 114.

³⁸ MORALES, Lúcia Arrais. Vai e vem, vira e volta, p. 136.

ocupação, mas reconhece o agente público que a falta de projetos, de políticas públicas, não permitia a ocupação de todos.

Durante estas secas, que expulsavam um enorme contingente de pessoas para a capital cearense, em Fortaleza, as autoridades induziam os moradores locais à busca de solução para lidar com uma população onde não havia sequer planejamento para tal, muito menos, infraestrutura, o que provocara grande desajuste social, sanitário, conflitos, roubos, assassinatos.

Mas o discurso de Agamenon sobre a fixação do homem à terra é dúbio, pois ele mesmo revela as condições a que os nordestinos são submetidos durante uma longa estiagem (seca). Será que ele aposta nisso mesmo? Pelo menos do ponto de vista da oratória, sim.

Então, o que ocorreu com toda essa gente desocupada? Ou o que faziam os governos estaduais diante de uma grave seca?

A questão que está posta é considerar a discussão ou o debate teórico no processo migratório brasileiro, onde há um vício de origem que desconsidera a população existente, e dentro dela promover um corte étnico no sentido da construção de uma sociedade segregacionista, discriminatória. Essas migrações cumprem também esse papel.

É o meio, e não o início e o fim deste discurso que importa, ou seja, a discussão travada no interior da disputa teórica que aborda a questão litoral/sertão não incorpora as etnias indígenas, mas a abordagem migração litoral/sertão vale para o processo de branqueamento com o que se cria uma versão conservadora e preconceituosa das pessoas e dos lugares para onde migraram. Não é o mesmo que acontece se considerar a população europeia que se deslocou para o Sul e Centro-Sul do país, para realizar a política do embranqueamento do governo brasileiro.³⁹

Esse recorte étnico não começa com a migração europeia, começa com a forma de organização e gestão da política, da economia, das manifestações culturais, religiosas e o formato de controle imposto pelo aparelho de repressão e as normas jurídicas legitimando as práticas segregacionistas⁴⁰, ou imprimindo a elas validade para garantir a acumulação de capital das elites da Colônia, do Império e da República brasileira.

³⁹ Cf. GONÇALVES, Paulo Cesar. Migrações e mão-de-obra – retirantes cearenses na economia cafeeira do centro-sul (1877-1901). São Paulo: Humanitas, 2006, p. 81ss.

⁴⁰ Na obra de LOPES, Carmen Lúcia Evangelho. Sindicatos no Brasil. São Paulo: Global, 1986, p. 16-17. Ela faz referência de que “*As organizações operárias estavam cheias de militantes de diversas nacionalidades e logo se manifestaram contra a lei que expulsava estrangeiros e confinava brasileiros aos seringais do Acre*”. Entre parênteses a autora escreve Cleveland, dando a entender que era algum lugar no Acre, na realidade trata-se da prisão de Cleveland, no Oiapoque. A lei que a autora se refere é o Decreto 1.641, de 7 de janeiro de 1907, também conhecida como Lei Adolfo Gordo, cujo foco era o combate aos “[...] militantes anarquistas, quase

É certo que a Amazônia, historicamente, causou fascínio aos humanos, não é de hoje, que se recorre a ela, que é uma reserva de recursos biológicos para a humanidade, de modo que sempre apareceu na literatura, nas versões históricas, nas ciências naturais, nos relatórios de viajantes, aventureiros e saqueadores desde o século XVI.⁴¹ Sempre grafaram a Amazônia com o olhar de fora e os interesses do capital em suas mais variadas fases e formas, portanto, desde o mercantilismo.

Diante da potencialidade de solução de problemas de abastecimento de alimentos, a abundância de água e, especialmente, o mito criado em torno da acumulação de capital, devido à exploração da borracha nos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, levaram milhares de pessoas a se deslocarem para aquele território, sobretudo em momentos de secas ocorridas em parte do Nordeste. Isso levou o presidente do Conselho de Imigração e Colonização – CIC, a afirmar em abril de 1942, ao jornal carioca *Correio da Manhã* que:

É preciso considerar, por um lado, que as migrações do nordeste ocorrem sempre em consequências do fenômeno climático que aflige periodicamente aquela região. As secas matam as plantações, aniquilam os rebanhos e reduzem, portanto, a um nível muito baixo os meios de subsistência do sertanejo. Este apela para o único recurso que lhe resta – a migração. Ora, não vejo como o governo poderia conservar-se surdo a tal apelo, abandonando o sertanejo à sua sorte, ao invés de facilitar-lhe transporte e meios de vida em regiões mais afortunadas do país, só porque de seu ato poderia, eventualmente, resultar o despovoamento do nordeste.⁴²

O sociólogo amazonense Samuel Benchimol flagrou em 1942 a chegada de milhares de nordestinos aos portos de Manaus, vindos do Nordeste e outros lugares, tomou-lhes suas histórias de vida como referência para entender as condições, motivações e: “[...] *analisar o peso da tradição e dos costumes antigos da mentalidade sertaneja [...]*”⁴³, o que os fazia, sertanejos de todas as idades, migrarem para a Amazônia.⁴⁴

todos de origem estrangeira, cerceando a liberdade de pensamento e impedindo a participação desses militantes na formação de organizações operárias [...]”

⁴¹ Cf. GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

⁴² MORALES, Lúcia Arrais. *Vai e vem, vira e volta*, p. 135-136.

⁴³ BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. 2ª ed. Manaus: Edua, 2010, p. 374.

⁴⁴ Há relatos de jovens por curiosidade e aventura terem fugido de casa para ir para a Amazônia.

Figura 04: Imigrantes chegando no Porto de Manaus na década de 1940. Foto: Marcel Goutherot. Acervo Instituto Moreira Sales – São Paulo - SP

Numa série de mais de uma centena de entrevistas, descobre que há desde aventureiros a exímios conhecedores do trabalho na seringa, mas o que os motivava, de fato, a grande maioria das 57 “vidas” humanas⁴⁵ apresentadas, era o sentimento do enriquecimento fácil, uns por já terem vivido esta experiência, outros porque parentes a viveram e outros devido à propaganda, e muitos outros por pura curiosidade, que não se encaixavam no grupo dos flagelados.

Talvez o foco que Agamenon Magalhães atribui ao papel e a necessidade de o homem permanecer em seu território - “*O homem não abandona nunca a sua terra...*”⁴⁶, seja o impacto e as consequências que a migração causa na redução da mão de obra empregada na lavoura, no enfraquecimento ou desestruturação das relações de poder que subjugava o trabalhador nordestino. Agamenon, na condição de Interventor de Pernambuco, defendia o *ruralismo*, que consistia numa:

[...] oposição aos segmentos oligárquicos hegemônicos. Portanto, não era um movimento que visasse à oposição campo x cidade ou agricultura x indústria. Não era um contraponto ao urbanismo e à industrialização. A exaltação do mundo rural se prestava à defesa dos setores da classe agrária menos privilegiados frente ao predomínio da agroexportação e da política agrária vigente. Portanto, o ruralismo se refere a um reordenamento das

⁴⁵ Cf. BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: um pouco-antes e além-depois. Ver especialmente o capítulo *Crônicas I e II: Estórias e folclore de 57 vidas humanas*, pp. 336-387.

⁴⁶ MAGALHÃES, Agamenon. Terra de espinhos. O Acre, Rio Branco, ano 12, nº 522, 02 fev. 1940, p. 10.

linhas de força no interior da classe agrária. O confronto se faz entre os setores oligárquicos menos dinâmicos e a grande burguesia agroexportadora.⁴⁷

Sendo assim, Agamenon não queria ter que lidar com todos os problemas trazidos por uma concentração de milhares de flagelados vagando nos bairros e centro de Recife colocando em risco a propriedade, a segurança e a saúde da população. Deixa claro isso, numa resposta para um proprietário rural que lhe escrevera dizendo ter compreendido o que dissera sobre o *trabalho por tarefa*, mas havia algo mais para o Estado tomar providências em defesa da economia. Reclamava o latifundiário: “[...] o trabalhador rural mora na fazenda, tem casa, terra, água e lenha, e só dá ao proprietário os dias de serviço, que quer. Trabalha, em geral, um dia, dois, até três por semana. O trabalhador avulso, êsse, então, faz a semana e vai embora”.⁴⁸ E, conclui: “A lei que protege o trabalhador devia impor também obrigações [...]”.⁴⁹

É obvio que o latifundiário via o trabalhador rural como um vagabundo. Trabalhava pouco ou quase nada, apesar das regalias anunciadas. Do que duvidamos!

É contra essa ideia de vagabundagem que Agamenon responde a um grande proprietário de terras, a princípio afirma que se trata de um direito social constitucional, *de todo brasileiro*, por outro lado, defende que:

Devemos, pois, combater a preguiça, a conformação, a malandragem por todas as formas. Tenho feito recomendações reiteradas aos prefeitos e autoridades do interior contra a malandragem, nas cidades. Quando eu luto para elevar as condições de vida do homem do campo, pela habitação e pela assistência social, é precisamente para reformar esse homem despertando-lhe o desejo de viver. [...] ⁵⁰

Essa política social do Interventor pernambucano está associada à política social e trabalhista do governo federal, é incorporada como mecanismo de combate as questões de ordem meramente econômica, que garantissem a produção interna com uma mão de obra farta e barata ou semiescrava.

O *agrarismo* ou *ruralismo* assume outra dimensão no contexto da política de industrialização do país quando há uma inversão vultosa de recursos do capital financeiro para

⁴⁷ MORALES, Lúcia Arrais. Vai e vem, vira e volta. No título *Velhas ideias no Estado Novo*, a autora explica o conceito de ruralismo, p. 102.

⁴⁸ MAGALHÃES, Agamenon. O trabalho é uma forma de vida. O Acre, Rio Branco, ano 12, nº 573, 26 jan. 1941, p. 05.

⁴⁹ MAGALHÃES, Agamenon. O trabalho é uma forma de vida, p. 05.

⁵⁰ MAGALHÃES, Agamenon. O trabalho é uma forma de vida, p. 05.

o projeto de industrialização em detrimento de investimentos na agricultura. Segundo De Decca:

[...] o agrarismo funcionou como eficiente dispositivo ideológico para conter a mobilização operária ao mesmo tempo que atacava os ‘grandes’ industriais, isto porque, na lógica da defesa da agricultura, estava subjacente a idéia de que a luta de classes era criada artificialmente no Brasil.⁵¹

Quando a borracha feita do látex extraído da *hevea brasiliensis* aponta no cenário internacional como uma matéria-prima imprescindível e propulsora da revolução tecnológica europeia e estadunidense, na Amazônia, como atesta Celso Furtado, a produtividade da borracha sempre esteve atrelada não aos meios e técnicas empregados, mas à quantidade de mão de obra utilizada na empresa extrativista, posto que por décadas os métodos de extração do látex em nada se modificaram.⁵²

Além disso, este território sempre foi alvo da cobiça internacional⁵³, um lugar em que se vislumbrava a possibilidade de acumulação de riquezas; isso ficou impregnado na memória coletiva popular, por muito tempo, em função do sucesso de uma minoria que voltava ao Ceará depois de um tempo na Amazônia e investia todo o dinheiro aqui ganho. Agora, na década de 1940, a propaganda de que era possível enriquecer na Amazônia servia como uma ação de guerra.⁵⁴

Portanto, não é de estranhar que tenham, novamente, colocado a Amazônia como um desaguadouro dessas expectativas de riqueza, que, de fato, para aqueles mais gananciosos, espertos, agiotas, exploradores de plantão intimamente comprometidos com as regras do capitalismo monopolista internacional, obtiveram êxito. Por isso que um articulista escreve um extenso artigo defendendo a migração dos flagelados para a Amazônia, porque:

Milhares de famílias do Ceará viveram, enquanto não se operou a queda da borracha, de recursos vindos da Amazônia. Havia uma verdadeira canalização de dinheiro para este Estado, o que vale dizer que economicamente o fenomeno emigratorio nos trouxe reais benefícios. Não vejo assim razões para que ainda hoje, que se antevê uma época promissora para o Amazonas, se crie embaraço aos que voluntariamente, queiram ir abrigar-se á sombra das seringueiras cujo leite, transformado em oiro, poderá atender ás necessidades de muitas famílias pauperrimas do nosso Estado,

⁵¹ DECCA, Edgar de. 1930: o silêncio dos vencidos. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 125.

⁵² FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil: edição comemorativa: 50 anos. (Org.) Rosa Freire d'Aguiar Furtado: São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 201.

⁵³ Cf. REIS, Arthur Cezar Ferreira. A Amazônia e a cobiça internacional. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: SUFRAMA, 1982.

⁵⁴ Os cearenses da Amazônia enviam dinheiro para as suas famílias. Gazeta de Notícias, Fortaleza, ano 16, nº 4.714, 16 ago. 1942.

sem os grandes perigos que oferecia outrora o clima das gigantescas florestas onde os mosquitos faziam mais danos que as feras bravias.⁵⁵

Essa perspectiva ilusória de enriquecimento fácil na Amazônia bate com a tese de Mario Guedes, à qual Rui Facó se associa, ao afirmar que alguns seringueiros faziam remessas de dinheiro para suas famílias no Nordeste, com o que muitas se arremediavam e passavam a ter uma vida mais digna com acesso a educação, saúde e moradia: “*Cada ano entram no Ceará centenas de contos [de réis]. Há um sem-número de famílias que vivem do que lhes mandam os seus da Amazônia; estudantes que fazem os seus cursos, nos diversos institutos do País, com recursos de igual procedência*”.⁵⁶

Ou mesmo, estes seringueiros, os que conseguiam mobilidade social nos seringais e alcançavam o *status*, na economia de escambo, de patrão-seringalista, coisa muito rara, eram quem ia ao Nordeste visitar os familiares e danavam a torrar o dinheiro ganho nos seringais do Acre. Rodolfo Teófilo, outro historiador cearense, ao qual Facó recorre, destaca essa prosperidade da Amazônia:

O Ceará progredia [...] devido a alguns anos de estações regulares e sobretudo à grande alta da borracha no Amazonas, que derramou rios de dinheiro no Estado. Em 1910, quando a borracha chegou a dar 16 mil-réis por quilo, entraram para aqui cerca de 30 mil contos... Em Fortaleza tudo se valorizou. As casas subiram de preço e o comércio teve grandes lucros. Os *paroaras* tudo compravam sem regatear preço.⁵⁷

Advertimos que isso não era a regra, mas resultado da única fase de acumulação capitalista na Amazônia mediado pela exploração dos operários extrativistas nos seringais.

Figura 05: Seringueiro no corte da seringueira para coleta do látex.
Acervo Biblioteca Samuel Benchimol. Manaus – AM.

⁵⁵ FIRMEZA, H. Os cearenses e a Amazônia. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, ano 15, nº 4.637, 17 mai.1942.

⁵⁶ Mário Guedes *apud* FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p. 34.

⁵⁷ Rodolfo Teófilo *apud* FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*, p. 35.

Figura 06: Seringueira gotejando o látex, depois do corte feito pelo seringueiro. Reserva Extrativista Chico Mendes, Xapuri-AC.
Foto: Francisco Pereira Costa (2014)

Esse imaginário criado durante o *boom* da borracha foi deslocado para a década de 1940. Nesse sentido, a ocupação do território amazônico vem dessa herança dúbia, de um lado, o território que possibilitava o enriquecimento e, de outro, o lugar que servia de solução para os flagelados do Nordeste brasileiro, que se viam tangidos pelas secas.

1.2 A Amazônia na mira do projeto de colonização de Getúlio Vargas

Vários momentos tomaram conta de intervenções nos deslocamentos de populações nordestinas para outras regiões do país, decorrentes das secas. Um foi no período de 1930/1932, e o outro em 1941-1942; em ambos, o Nordeste sofria secas mortíferas e, este último, coincidiu com o estado de guerra que vivia as grandes potências internacionais: Alemanha, Inglaterra, França, Estados Unidos, Itália e, no bojo, arrastou os países que, de um lado, agredidos e, de outro, aliados, se envolveram na guerra.

Esses dois momentos revelam não a totalidade das secas ocorridas no Nordeste, pois estas e o consequente agravamento das condições de vida das populações do sertão vêm desde o século XVI. Araújo, baseada em dados de Tomaz Pompeu (1953), Paulo de B. Guerra (1981), Phelipe Guerra (1909), Minter-Sudene (1983) e Funceme (1994), apresenta um quadro com todas as secas havidas no Nordeste, desde o século XVI até o ano de 1993, do século XX, num total de 40.⁵⁸

Nesse momento destacamos a seca de 1941-1942, como disse, coincide com a II Grande Guerra Mundial, a qual se vincula aos acordos celebrados entre Brasil e Estados

⁵⁸ ARAÚJO, Maria Neyára de Oliveira. A miséria e os dias: História Social da mendicância no Ceará. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 35.

Unidos para o deslocamento de aproximadamente 50 mil trabalhadores para os seringais da Amazônia.

Esse é o grande desafio que se apresenta, posto que esse momento seja misturado com questões relacionadas a nacionalismos, patriotismos, valores morais e desejos de vingança⁵⁹; vinganças contra aqueles, leia-se alemães, que tiraram vidas de brasileiros ao torpedearem navios no litoral.⁶⁰ É nesse contexto que aparece o interesse diplomático do Estado brasileiro para se lançar na comunidade internacional como um país influente nas decisões entre as grandes nações,⁶¹ mesmo que só tenha vindo a declarar guerra contra o nazi-fascismo em 1944, as pretensões do governo brasileiro foram frustradas.

O episódio histórico que faz os Estados Unidos pressionarem o Brasil para fornecer matérias-primas para o abastecimento da indústria bélica e alimentícia foi a tomada de Pearl Harbor pelos japoneses em dezembro de 1941, suprimindo aquele país de uma matéria-prima indispensável ao esforço de guerra – a borracha.

Diante disso, em março de 1942, o governo estadunidense firma acordos com o governo brasileiro, cujo objetivo principal era o fornecimento de borracha para as indústrias dos EUA, para o fabrico de artefatos de guerra.

A implementação dos acordos exigiria uma reviravolta na capacidade de produção instalada dos seringais da Amazônia e, também, nas condições de trabalho, uma vez que, a partir de 1911-1914, a produção da borracha teve uma ligeira queda, devido à concorrência das colônias inglesas na Ásia chegando a suplantam a produção da Amazônia, havendo, portanto, mais oferta e, conseqüentemente, queda dos preços no mercado internacional. O resultado disso, segundo Roberto Santos: “[...] *foi de um massacre ou cataclisma. Fechamento de seringais, falência de ‘casas aviadoras’, prejuízos múltiplos, inclusive, do Banco do Brasil, etc. Para resumir, a renda interna ficou reduzida em 1915 a um terço do que fora em 1910*”.⁶² (grifo do original)

⁵⁹ Mais adiante apresento várias matérias de jornais que revelam esse universo panfletário do governo, da sociedade civil organizada, da opinião pública sobre a necessidade de declaração de guerra e combate as nações do Eixo.

⁶⁰ Cf. PERES, Leopoldo. Frente do trabalho na guerra: o Proletariado Brasileiro e a Palavra de Ordem do Presidente Getúlio Vargas, na Marcha para a Vitória. Manaus: Imprensa Pública, 1942. É interessante ver o discurso de Leopoldo Peres, Presidente do Departamento Administrativo do Amazonas, hoje uma espécie de Secretario de Administração, enfim, um agente do Estado, que numa fala rebuscada, cheia de rococós, contextualizada num momento de ataques a navios brasileiros, defendia a união da Nação, exortava o fim de desavenças e ressentimentos e, combate implacável aos insubordinados, aos revolucionários, aqueles que se contrapunham ao governo e, sobretudo o esforço e dedicação dos seringueiros para produzirem borracha.

⁶¹ Cf. MORALES, Lúcia Arrais. Vai e vem, vira e volta: as rotas dos soldados da borracha. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002, p. 110.

⁶² SANTOS, Roberto. História econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 257.

É certo que houve um tremendo baque na economia da Amazônia, mas nos parece que há um exagero nessa avaliação de Santos, visto que ele mesmo apresenta outros elementos para o desequilíbrio das exportações da borracha amazônica, dentre eles: “[...] *não só a dificuldade de transporte marítimo, como restrições explícitas a sua importação por parte dos países europeus e dos Estados Unidos, haveriam de acarretar um arrefecimento da demanda.*”⁶³ Além disso, segundo Santos, há o problema da política de preços no mercado internacional, que fez com que as exportações amazônicas caíssem de 37.178 t em 1912 para 29.925 em 1914, e para 24.713 em 1918⁶⁴. Como se vê por esses dados, a queda corresponde, respectivamente, de 1912 para 1914, em 8 mil toneladas, e de 1914 para 1918, em 13 mil toneladas, conquanto, diante desse novo contexto internacional, a demanda estadunidense pela borracha natural na economia de guerra era insuficiente ante a produção da Amazônia, cuja produtividade estava associada a quantidade de mão de obra existente nos seringais, conquanto insuficiente com a demanda estadunidense. A saída encontrada foi deslocar em torno de 50 mil nordestinos para a Amazônia e impor-lhe a atividade de extração do látex e fabrico da borracha, numa verdadeira operação de guerra que ficou conhecida como *a batalha da borracha*.⁶⁵

1.3 A seca, a fome, a guerra. E agora, o que fazer?

A seca ou as secas se tornaram uma parte integrante da vida do nordestino, uma cultura, um modo de vida.⁶⁶ O problema que se impõe é considerar isso como algo intransponível. É certo que não podemos observar e analisar isso sem desconsiderar os interesses de toda ordem numa sociedade que foi constituída socialmente por privilégios, latifúndios⁶⁷ e a escravidão. As secas e os desdobramentos delas devem ser examinados nos jogos de interesses e poder, no contexto do Nordeste.

Considerando o contexto histórico da II Grande Guerra, a referência da seca de que nos ocuparemos é a ocorrida em 1941-1942.

⁶³ SANTOS, Roberto. História econômica da Amazônia (1800-1920), p. 260.

⁶⁴ SANTOS, Roberto. História econômica da Amazônia (1800-1920), p. 260.

⁶⁵ Reconhecidamente a tese de Pedro Martinello elaborada no doutorado em História Econômica da USP continua válida como uma obra de grande envergadura por adentrar os meandros das relações internacionais, o jogo de interesses entre seringalistas e casas aviadoras e os conflitos entre os dois governos, através de suas agências, na implantação dos *Acordos de Washington*.

⁶⁶ Cf. THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

⁶⁷ Ver a obra *A terra e a lei* de Daisy Bizzocchi de Lacerda de 1983, que faz um estudo das formas de apropriação das terras na Capitania de São Vicente, no período dos séculos XVI a XVII.

Em abril de 1942 um articulista por nome Lira Pimenta publica um extenso artigo, que pode ser traduzido como um diagnóstico das condições materiais que vivia a população do sertão ante a seca que assolava a região, o que ele chamou de *tristíssimo o cenário atual do sertão*.⁶⁸ As condições materiais e as esperanças com o inverno deixaram os sertanejos desiludidos e, já sem comida, esfarrapados, tomam o rumo das sedes dos municípios à procura de socorro. Deixam de ir aos lugares onde poderia existir água nos açudes, mas não o fazem porque a irrigação não fora feita, tendo em vista que, comparando com outros países onde há terras áridas, primeiro faz-se a desapropriação para depois realizar a obra de irrigação; aqui é o inverso: “*Entre nós, são as barragens as obras iniciais. Nada percebermos de engenharia, apenas argumentamos com a penúria do povo, formando um trágico cortejo de necessidades e aflição para os governantes e governados.*”⁶⁹

Nesse sentido, as reservas d’água, leiam-se açudes, ficavam em propriedades privadas. Na seca de 1930, vários destes foram criados em terras de particulares, as quais deveriam ter sido imediatamente desapropriadas, mas, vinte anos depois, o responsável por essas obras – o ministro da Aviação José Américo de Almeida, quando do retorno ao poder, reclamava que elas ainda não haviam sido desapropriadas.⁷⁰

Voltando ao artigo de Pimenta Lira, destacamos a resistência de grupos que se colocavam contrários a programas de irrigação nessas regiões:

Contestam quase sempre: Os governos não podem e nem devem imobilizar capitais de vulto, em obras de irrigação, mais caras do que as da açudagem. Há porem quem replique que o emprego de dinheiro, por parte dos poderes publicos não dará lucros imediatos, mas oferecerá, em escala progressiva, consequentemente, uma compensação cento por cento vantajosa.⁷¹

Pimenta convoca, exorta as autoridades e até os grupos contrários a projetos de açudagem, numa visão de conjunto, para um exame desapassionado: “[...] *sem espírito de crítica sistemática, a estatística da açudagem pública e particular em nossa terra. Some-se a quantidade dagua represada. Calcule-se a quilometragem de canais de irrigação. Qual a conclusão, tomando-se também em conta, as datas da conclusão das obras?*”⁷²

⁶⁸ LIRA, Pimenta. Lagrimas de fome. Correio do Ceará, Fortaleza, ano 28, nº 8.256, 10 abr. 1942.

⁶⁹ LIRA, Pimenta. Lagrimas de fome.

⁷⁰ ARAÚJO, Maria Neyára de Oliveira. A miséria e os dias: história social da mendicância no Ceará. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 70.

⁷¹ LIRA, Pimenta. Lagrimas de fome.

⁷² LIRA, Pimenta. Lagrimas de fome.

O autor defende claramente que a açudagem e a irrigação são a solução para o problema da seca. Mas conclui dizendo que de nada valem tais comentários e sugestões numa situação de amargura, tendo em vista que:

Os nossos irmãos famintos sucumbem, naufragam em ‘mar de areia’ e estendem as mãos, não consultando as nuvens, mas pedindo uma esmola, pelo amor de Deus. E nas faces dos que morrem, vislumbramos, não as lágrimas dos sentimentos do amor ou de odio mas... lágrimas de fome.⁷³

Por isso, com justa razão, migram, devido à inércia dos governos, que não fizeram a irrigação das terras nem as distribuíam a preços módicos e a juros baixos às famílias ruralistas, fixando-as ao solo. Assim, o deslocamento para outras cidades resulta do instinto da sobrevivência e: “*Não se trata de aventura. É o nomadismo da miséria.*”⁷⁴

Figura 07: Matéria publicada no Jornal Correio do Ceará, Fortaleza-CE, em maio de 1942. Acervo Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel em Fortaleza-CE.

Esse articulista, no fundo, critica a falta de vontade política para solucionar os problemas que aparecem com as consequências das secas. Nesse sentido, as promessas e empenho do governo federal para construir as soluções caem no vazio ou encontram essas barreiras seculares diante dos interesses escusos dos latifundiários e políticos nordestinos mancomunados com uma oligarquia conservadora e atrasada. Com o agravamento da fome e da miséria, aparecem diversas formas de resistência de grupos descontentes, dentre elas, *o cangaço e a formação de seitas de místicos – fanáticos.*⁷⁵

⁷³ LIRA, Pimenta. Lágrimas de fome

⁷⁴ LIRA, Pimenta. Lágrimas de fome.

⁷⁵ Ver a obra FACÓ, Rui. Cangaceiros e fanáticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p. 37

Num outro artigo que trata também da seca, outro articulista, Mauro Dutra Ladeira, tece fortes críticas ao problema da seca e às modalidades de ajuda, através do pagamento de salários por serviços prestados nas frentes de trabalho. Segundo ele:

Esse problema de efeitos tão catastróficos, ao qual estamos sujeitos periodicamente, não parece ser resolvido apenas com os trabalhos de emergência que se arranjam aos flagelados. Com tal sistema de socorro, exatamente na hora mais crítica, que atravessam as populações das zonas atingidas pela falta de chuvas, tão somente conseguimos fazer com que esses milhares de sofredores, continuem desconhecendo o meio de lutar e sobreviver ao impiedoso flagelo da natureza.⁷⁶

Propõe que esses ciclos climáticos de estiagem e as práticas governamentais em torno deles deveriam ser enfrentados dentro deles mesmos, pois o pagamento de salários, por si só, não resolveria o problema, porquanto, não teriam o que comprar dada a dificuldade de abastecimento de alimentos no interior destas regiões, porque:

Para combater a Sêca é necessário que se trabalhe dentro da própria Sêca, produzindo aquilo que ela nos tira. O salário por si só não resolve tudo, apenas atenua os sofrimentos e isso mesmo em determinadas circunstâncias. Necessidade mais imperiosa é da produção de gêneros para que o operário possa adquiri-los com o seu ganho, do contrário será morrer de fome com o dinheiro no bolso.⁷⁷

Mas, na concepção de José de Souza Martins, adotada por Neyara, essa política para as secas era um instrumento, um meio de *acumulação primitiva* de capital dos latifundiários, que se dava em parte com o investimento de recursos públicos nas propriedades privadas com a construção de açudes, ficando seu resultado, a água acumulada, uma propriedade privada, portanto, um meio de extração da renda num Nordeste castigado pela seca e miséria.⁷⁸

Ladeira, ao mesmo tempo em que defende a ideia da produção e abastecimento de gêneros nas regiões castigadas pelas secas, entende que a logística para suprir a região com mantimentos e alimentos importados não seria tarefa fácil, pois, além do que, se daria de maneira irregular, tardiamente chegaria, e a preços inalcançáveis ao bolso dos sertanejos. Para se sobrepor a essa dificuldade, propõe que:

[...] interessante, **seria a criação de grandes depósitos de cereais**, no interior onde os açudes permitissem o cultivo das terras sob irrigação. Esses armazéns teriam assim, anualmente, os seus stocks reformados depois da

⁷⁶ LADEIRA, Mauro Dutra. A seca. Gazeta de Notícias, Fortaleza, ano 15, nº 4606, 10 abr. 1942, p. 3

⁷⁷ LADEIRA, Mauro Dutra. A seca, p. 3.

⁷⁸ ARAÚJO, Maria Neyá de Oliveira. A miséria e os dias: história social da mendicância no Ceará. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 70.

certeza do inverno e caso esse falhasse, haveria alimento bastante para atender em escala bem maior e com mais eficiência às necessidades da ocasião.⁷⁹ (sem grifo no original)

Na proposta de Ladeira, além de ser um reservatório com estoques de alimentos para as situações das estiagens, também serviria para regularizar a política de preços no mercado: *“Durante os periodos normais, ao se aproximarem as nóvas safras, seriam as que estivessem guardadas vendidas ao comercio, fazendo assim baixar o preço de gêneros de primeira necessidade em favor da população”*.⁸⁰

A política do governo para controle de preços dos alimentos, de certo modo, para os latifundiários agricultores, soaria como uma disputa ou uma concorrência com os produtores locais, o que ensejaria por parte deles um boicote à política de regulação de preços, mas segundo Ladeira:

[...] veremos lógico que tal não se daria, uma vez que, a nóssa produção não é suficiente às necessidades do consumo. O comercio importa dos estados do Sul, a maioria dos generos que consumimos, o que indica de modo claro existir em nosso meio deficiência de produção. E como, efetivamente, o particular ainda não se encontra, por vários motivos capaz de preencher essa lacuna, compéte então aos serviços oficiais tomarem a iniciativa á guiza de estímulo ao fazendeiro.⁸¹

Essas ideias parecem merecedoras de aplausos, todavia, se o processo de deslocamentos dos sertanejos para os municípios próximos, para as cidades e capitais do Nordeste, ocorria em todas as estiagens, constituindo práticas sociais viciadas, isso mostra que as estratégias de combate à seca eram esporádicas, inadequadas e insuficientes para solucionar o problema a longo prazo.

Explicações para a perpetuação dessa realidade são diversas, encontrando motivações tanto no campo dos interesses políticos quanto econômicos. De certa forma as razões disso aparecem em discurso proferido por Getúlio Vargas, em Fortaleza, em setembro de 1933, quando realça a bravura do nordestino, primeiro nas rebeliões que preservaram o território nacional, depois sua audácia em manter-se nas regiões que pelas circunstâncias esporádicas

⁷⁹ LADEIRA, Mauro Dutra. A seca, p. 3; Cf. YRIGROYEN-GARCIA, Franklin Pease. Los Incas. 4ª edición. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2009, pp. 90-92. A defesa da criação de depósito de alimentos no Nordeste brasileiro, nos remete as práticas incaicas, que faziam isso com técnica e muita eficiência em todo Império incaico, tendo os invasores espanhóis encontrado os celeiros abarrotados de alimentos e, outros com roupas, supostamente para os exércitos incas.

⁸⁰ LADEIRA, Mauro Dutra. A seca, p. 3.

⁸¹ LADEIRA, Mauro Dutra. A seca, p. 3.

que o afligiam, já as teriam se tornado deserto, se não fosse: “[...] à resistência física, à coragem, à atividade e ao espírito de resignação do nordestino”.⁸²

Dizia isso para em seguida tecer uma crítica aos interesses políticos de grupos pouco interessados em resolver os problemas da seca, pois, mesmo no período do Império e da Primeira República, os governos: “[...] agiram, sobre esta questão vital para o Nordeste, com imprevidência dolorosa”.⁸³ E toca na ferida interna das elites locais, que também se guiavam por esse mesmo espírito - um certo descaso com a situação:

Para debelar o mal, as obras, executadas morosamente, *atendendo mais às injunções partidárias e sem obedecer a um plano de conjunto*, com a prévia segurança de chegar ao fim colimado, eram sempre intervaladas e desconexas. [...] No entanto, o problema da seca, se, racionalmente tivesse sido atacado com programa de solução técnica, prática e inteligente, já estaria resolvido ou, pelo menos, atenuados os seus dolorosos efeitos.⁸⁴

Vargas se colocava para o país e o Nordeste brasileiro criticamente ante um processo histórico avesso aos propósitos que assumira para o comando do país e, mais do que isso, se propõe fazer de forma inovadora, com técnica e planejamento, pois nos seus discursos parece que isso não era um protocolo dos governos anteriores, assim, se propõe romper com o improvisado, com a falta de profissionalismo das gestões anteriores.

O novo momento histórico ao qual Vargas coloca a técnica e a ciência como únicas capazes de alavancar o desenvolvimento do país, em oposição ao bacharelismo na administração pública, encontra respaldo no sociólogo pernambucano Gilberto Freyre. Num artigo publicado sobre a colonização na Amazônia, este sociólogo aproveita para referenciar o talento de Paulo Assis Ribeiro, que esteve em sua casa em Apipucos, encarregado, pelo Governo, da migração para a Amazônia, ao constatar o desatino que o mesmo carrega para soluções burocráticas. Mas lamenta que isso não é a regra no país, e se vale de uma suposta frase que teria dito Hitler, que: “*para fazer alguma coisa no país, não é tanto o capital como o espírito de iniciativa e [é] o talento de organização*”.⁸⁵ Freyre considera uma atribuição injusta de Hitler, embora destaque que:

[...] a verdade, entretanto, é que nos falta sobretudo seleção e aproveitamento dos organizadores de talentos, dos grandes administradores, dos grandes

⁸² VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil. Vol. II. Rio de Janeiro: José Olympio, [1933?].

⁸³ VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil, p. 164.

⁸⁴ VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil, p. 164.

⁸⁵ FREYRE, Gilberto. Em torno da colonização da Amazônia. Correio do Ceará, Fortaleza, ano 29, nº 8.621, 30 jun. 1943. É possível perceber que a frase nos parece que contem um erro, pois ela se refere que o que falta ao Brasil não é capital nem talentos, mas a falta de organização. No caso o “e” depois da palavra iniciativa deveria está com o acento agudo [é].

técnicos, de grandes especialistas que já possuímos, mas que nem sempre procuramos para as funções, para os postos de comando, para as responsabilidades de direção, infelizmente entregues, algumas vezes, áqueles ‘mestiços corrutos’ da generalização afoita e injusta de Hitler sobre os governantes do Brasil.⁸⁶

Em todos os discursos Vargas se remete à supressão destas falhas científicas e técnicas nos projetos e nas formas de condução das políticas públicas para combater todos os problemas do país, o que exigia doravante uma política de planejamento.

Nesse sentido, segundo Motoyama, o governo voltava-se para uma política de modernização do país, a partir de grandes projetos de infraestrutura, por essa razão:

[...] não se podia fiar apenas na experiência e no empirismo. A postura não poderia ser outra a não ser aquela adotada pelo CFCE, de efetuar estudos, análises e planos para enfrentar questões de envergadura relacionadas com carvão, siderurgia, petróleo e eletrificação, pelo menos nos momentos iniciais.⁸⁷

Diz, ainda, Motoyama, a partir da leitura de Otávio Ianni, que: “*Durante a Segunda Guerra, a técnica de planejamento tornar-se-ia de uso corrente, centralizada na Coordenação de Mobilização Econômica (CME), estatuída em 1942 e funcionando como um verdadeiro superministério*”.⁸⁸

Mas, no período de 1933 a 1942, portanto um percurso de nove anos, o Presidente não obtivera o êxito desejado, sua administração *planificada* não surtiu os efeitos esperados, é o que aparece na crítica de Lira Pimenta, já referenciado.

Certamente, o fiasco da política getulista de combate à seca estava no que ele mesmo criticava e, sobretudo, consequência das alianças com o coronelismo do Nordeste que se mantinha mutuamente no poder, numa relação de trocas e favores.⁸⁹ Mesmo porque os primeiros anos da ditadura varguista em que houve uma tentativa de ruptura com o coronelismo no Nordeste: “[...] a Revolução de 30, nos seus primeiros meses, apenas iniciou uma guerra contra os potentados locais, especialmente no Nordeste, abandonando-a em seguida”.⁹⁰

⁸⁶ FREYRE, Gilberto. Em torno da colonização da Amazônia.

⁸⁷ MOTOYAMA, Shozo. 1930-1964: período desenvolvimentista. In: MOTOYAMA, Shozo (Org.). Prelúdio para uma História. Ciência e Tecnologia no Brasil. São Paulo: Edusp, 2004, pp. 273-274

⁸⁸ MOTOYAMA, Shozo. 1930-1964: período desenvolvimentista, p. 274.

⁸⁹ Cf. LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. 6ª ed, São Paulo: Alfa Omega, 1993.

⁹⁰ MARTINS, José de Souza. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Cortez, 1999, p. 31

E, em especial, a correlação de forças internas, as disputas e governos déspotas impediam a implantação dos programas e projetos de combate a seca, pois os adversários e as formas de administração pública apareciam, segundo Zaidan, nas práticas de Agamenon Magalhães no período em que foi interventor de Pernambuco:

A obra administrativa de Magalhães pode ser dividida, primeiro, pela busca desenfreada do "consenso máximo" na sociedade pernambucana, a partir de uma falsa imagem de paz e harmonia social no Estado. Objetivo perseguido através de uma feroz repressão aos adversários, críticos, comunistas, prostitutas, afro-brasileiros, vadios e homossexuais.⁹¹

Essa tese de Zaidan se confirma quando analisamos um artigo publicado no jornal Correio do Ceará, em março de 1944, em que o autor não poupa crítica a este interventor déspota, além de compará-lo a Lampião, considera seus dias contados quando ele não terá mais as alianças e o apoio da ditadura Vargas.

Agamenon havia publicado um artigo num jornal de Fortaleza que dizia, segundo o Editorial do Correio do Ceará: *“Os que tripudiam sobre os valores morais de um povo ou de uma nacionalidade sentirão, cedo ou tarde, o fogo das reações coletivas”*.⁹² Percebe-se que Agamenon ameaçava aqueles que discordavam dos métodos e das formas de governo que ele entendia corretos e praticava. Todavia, uma crítica dura e implacável, esboçada no mesmo Editorial, desnudou a faceta tirana de Agamenon:

Foi assim que começou sua arenga, tipo ‘sujeira de mosca’, inserta, como matéria paga, num vespertino desta capital, que se dispõe ao sacrifício de divulgar a defesa de uma causa ruim, por isso que adversa aos brios de um povo altivo, que há seis anos, vive nas trevas de uma abjeta tirania. Bonita sentença e bem verdadeira, tomada, decerto, por empréstimo, mas, no caso, aplicada com endereço errado. Sim, porque ela é bem uma advertência ao proprio fascista Agamenon Magalhães e á sua grei inconsequente e ignorante das leis que regem, inapelavelmente, os destinos dos povos. Verão eles, chefe e quadrilha, a justeza do conceito quando, em breve, o ‘clima do poder’ não mais os favorecer. Parece até que a inconsciência com que os tiranos encaram as coisas é um imperativo mesmo daquelas leis, ao traçarem a rota dos acontecimentos. E, depois, toca o homenzinho a falar em coisas superiores como: consciência, cultura, ordem, leis do coração, etc., etc. O’ profanação! É bem ver-se Satanaz vestido de Ermitão!⁹³

⁹¹ ZAIDAN, Michel. Tradição oligárquica e mudança. Revista Eletrônica Tempo Histórico, ano 1, nº 1, Recife, jun-dez/2005, p. 4 Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistatempohistorico/index.php/revista/article/viewFile/8/4> Acesso em: 06.08.2013

⁹² Numa singular coincidência Lampeão e Agamenon nasceram na mesma cidade. O fascismo de Pernambuco encontra nos métodos do famoso bandoleiro os meios para chegar aos seus fins sinistros. Correio do Ceará, Fortaleza, [s.a], nº 8.839, 20 mar.1944.

⁹³ Numa singular coincidência Lampeão e Agamenon nasceram na mesma cidade [...]. Correio do Ceará, Fortaleza, [s.a], nº 8.839, 20 mar.1944.

Novamente o autor retoma trechos da fala de Agamenon, como este: *“O que eles visam de preferência é anular os valores morais, é oprimir as forças sadias da sociedade, porque o seu clima é a corrupção”*.⁹⁴

E, continua, o Editorial com a crítica ferrenha contra Agamenon:

Isto dito pelo sr. Agamenon até parece trecho de uma autobiografia: que o é, bem o comprovará ligeira observação á luz dos estudos psicanalíticos. Então, teremos, patente, e bem claro, um fenomeno de ‘ato falhado’, pois quem foi que, em Pernambuco, impondo o dilema do ‘crê ou morre’, se lançou contra valores morais, contra homens de carater ilibado, que foram metidos nas enxovias uns, e deportados outros! Quem foi que instituiu um regime de opressão, corrompendo, assaltando e privando a sociedade pernambucana de valores incontestaveis?! Quem adotou a norma de ausência absoluta de garantias de vida e de propriedade, em consequencia da qual se vem processando consideravel evasão de capitais, em detrimento da economia pernambucana?!⁹⁵

Mais adiante o crítico de Agamenon depois de dizer que seu sistema de governo não teria êxito, se tentasse disseminá-lo pelo país, diante de forte resistência que encontraria, sobretudo, naqueles defensores dos direitos à vida e à propriedade, enquadra Agamenon num grave quadro psíquico:

O caso do sr. Agamenon Magalhães, é, positivamente, um caso da morbidez psíquica. Cento por cento fascista, deliberou e exultou quando a humanidade parecia mergulhar definitivamente na noite tenebrosa da brutalidade nipo-nazi-fascista; fez, então, pela sua folhazinha, arranjada á custa de extorsões criminosas, o panegirico do totalitarismo; pregou a força e a violencia contra os fracos porque clamou para o povo de Pernambuco, sob os aplausos dos famulos: ‘L’Etatciest moi’ antegozando o louco sonho de vir a ser um Hitler de vigesima ordem, como ‘gaul leiter’, a mando do que seria o dominador mundial: viu por terra os seus sonhos com o que se firmarem as luzes da Liberdade, da Democracia, que tanto malsinará.⁹⁶

Como se vê, os cearenses, pelo menos este grupo, não cultuavam uma relação cortês como o interventor de Pernambuco, aparentemente ele representava, ao contrário, perigo à economia e aos interesses políticos dos cearenses.

Independentemente desta relação institucional, o Brasil estava sendo atacado por forças do Eixo, e a situação se agravava. A configuração interna que estava de certa forma voltada para o problema dos flagelados que migravam para Fortaleza e outras cidades,

⁹⁴ Numa singular coincidência Lampeão e Agamenon nasceram na mesma cidade [...]. Correio do Ceará, Fortaleza, [s.a], nº 8.839, 20 mar.1944.

⁹⁵ Numa singular coincidência Lampeão e Agamenon nasceram na mesma cidade [...]. Correio do Ceará, Fortaleza, [s.a], nº 8.839, 20 mar.1944.

⁹⁶ Numa singular coincidência Lampeão e Agamenon nasceram na mesma cidade [...]. Correio do Ceará, Fortaleza, [s.a], nº 8.839, 20 mar.1944.

mormente, por conta do ataque e afundamento de cinco navios brasileiros, constituindo isso num insulto e rápido clamor de vários setores da sociedade brasileira exigindo retaliação e vingança⁹⁷, o socorro aos flagelados, segundo Assis, caiu numa espécie de limbo:

Desde que foi anunciado oficialmente, no dia 17 de agosto, o afundamento de cinco navios brasileiros entre Baía e Sergipe, caiu sobre os flagelados cearenses um espesso silêncio. Calaram-se as vozes que clamavam na imprensa por socorro às vítimas da seca e todos os articulistas passaram a preocupar-se com os problemas da defesa nacional, o combate à Quinta Coluna e o fortalecimento do nosso ‘front’ interno. Nesse clima de exaltação patriótica, as subscrições em favor dos flagelados foram substituídas pelas contribuições para o fundo de guerra, para a defesa passiva, para o amparo das famílias das vítimas dos torpedeamentos ou dos soldados convocados, para a compra de aviões para a F.A.B. e para a Campanha Nacional de Aviação.⁹⁸

Depois de criticar o desinteresse dos cearenses na campanha de solidariedade aos flagelados, melhor seria dizer que o esforço financeiro dos civis foi deslocado para apoio ao Estado para aparelhá-lo com os instrumentos e equipamentos bélico e pessoal para o combate na guerra, ficando em segundo plano a solidariedade aos flagelados da seca. Concorria essa ajuda com um *fundo de guerra*, em que pequenos, médios e cidadãos comuns depositavam dinheiro para ajudar o Estado brasileiro a suportar as despesas materiais da guerra.

Embora não faltasse apoio dos gaúchos aos flagelados, pois, mais solidários do que os próprios nordestinos, provavelmente, era uma forma de não constranger ou agradar o Presidente da República, que era do mesmo Estado, mesmo assim, a demanda material de que necessitavam os nordestinos e o que se dispunha não era suficiente. Contudo, o interventor Menezes Pimentel divulgara na imprensa local a terceira remessa de gêneros alimentícios recebida dos gaúchos:

[...] 1.130 sacos de feijão preto, 321 sacos de arroz beneficiado, 266 sacos de farinha de mandioca, 30 fardos de xarque, uma caixa de banha, uma caixa de carne seca e um saco de erva mate. Mais de 250 contos já angariou entre o

⁹⁷ Chegou a hora do Brasil! Nossa paciência esgotou-se! “[...] Chegou para o Brasil o momento decisivo. A nossa paciência está mais do que esgotada. O povo já não pode sopitar a sua revolta e um desejo incontido de vingança domina cada cidadão de brio e de vergonha [...]” Correio do Ceará, Fortaleza, ano 28, nº 8368, 17 ago.1942; Imediata declaração de guerra. Correio do Ceará, Fortaleza, ano 28, nº 8370, 20 ago.1942; O interventor gaúcho marchou à frente do seu povo, ontem, na grande passeata de protesto. Correio do Ceará, Fortaleza, ano 28, nº 8370, 20 ago.1942; São Paulo pede declaração de guerra. Correio do Ceará, Fortaleza, ano 28, nº 8370, 20 ago.1942; Os magistrados cearenses repelem a estúpida agressão totalitária. Correio do Ceará, Fortaleza, ano 28, nº 8370, 20 ago.1942.

⁹⁸ ASSIS, Maurício de. Os flagelados. Correio do Ceará, Fortaleza, ano 28, nº 8350, 28 jul.1942. A data desta edição sem dúvida nenhuma está errada, posto que, no cabeçalho da citação o autor se remete a data de 17 de agosto, em quanto o jornal publica o artigo de Maurício em 28 de julho, portanto, o autor não poderia se referir a uma data de um evento que ainda não ocorrera. Tanto é verdade isso, que muitos jornais estavam com datas repetidas, sem o ano e até sem o número do jornal. Então, devemos considerar 28 de agosto e não julho.

povo o governo do rio Grande do Sul para auxiliar os seus distantes irmãos nordestinos.⁹⁹

Ainda, diante desta situação, não faltavam propostas mirabolantes, e Maurício de Assis resgatava propostas apresentadas por algumas pessoas, como uma senhora que sugeriu o aumento dos ingressos no setor de entretenimento, sendo isso prontamente rechaçado pelo órgão de classe. Também foi ventilada a ideia de construção de campos de concentração no sertão com o objetivo de reter a população:

[...] evitando, assim, o exodo das populações do nosso ‘hinterland’ para outros Estados. Aliás, esse ponto de vista foi amplamente discutido em editoriais do CORREIO DO CEARÁ, que chamavam a atenção do governo para os catastróficos efeitos da emigração do nosso melhor material humano para a Amazonia. Normalizada a situação, a economia cearense lutaria com irremediável falta de braços. Salientou o nosso vespertino em varios topicos, que o Ceará estava substituindo, como fornecedor de contingentes humanos para a Amazonia e para São Paulo, países de grande densidade demográfica, como a Italia, a Alemanha e o Japão.¹⁰⁰

Rui Facó¹⁰¹ faz uma síntese da migração dos nordestinos para a Amazônia, até a primeira década do século XX, o que não vai diferir muito do que ocorre com a seca de 1942 e de outras, segundo Araújo¹⁰². É que para aquele autor, aquela migração representava para milhares de nordestinos a libertação do regime semisservil a que estavam submetidos secularmente: “[...] a saída das levas de emigrantes para fora do meio rural nordestino subtrai ao latifúndio pré-capitalista, aí, um precioso excedente de mão-de-obra que lhe assegura a quase gratuidade da mesma e a possibilidade de impor-lhe condições de trabalho semi-servis”.¹⁰³

Embora Facó admita essa característica da economia agroexportadora nordestina, que ele chama de *resultado*, dizia que os emigrantes, ao se inserirem na economia extrativista da borracha na Amazônia, com possibilidades de ganhar dinheiro, passavam a: “[...] localizar-se em outro meio de condições idênticas no fundamental”.¹⁰⁴

⁹⁹ ASSIS, Maurício de. Os flagelados.

¹⁰⁰ ASSIS, Maurício de. Os flagelados.

¹⁰¹ FACÓ, Rui. Cangaceiros e fanáticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

¹⁰² Cf. ARAÚJO, Maria Neyá de Oliveira. A miséria e os dias: história social da mendicância no Ceará. São Paulo: Hucitec, 2000.

¹⁰³ FACÓ, Rui. Cangaceiros e fanáticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p. 32. Ver especialmente o capítulo *A emigração em massa*, pp. 29-37.

¹⁰⁴ FACÓ, Rui. Cangaceiros e fanáticos, p. 32.

Então, parece que a vida do nordestino em nada mudava. Ou estamos simplesmente diante de um discurso contraditório, em que, para entender, acabamos enveredando pelos princípios do utilitarismo?¹⁰⁵

Em toda a história das secas no sertão brasileiro, a Amazônia foi sempre vista como uma válvula de escape; acolheu os nordestinos, mesmo em períodos em que não havia a estiagem.

Os eventos de migração para Amazônia extrapolam movimentos espontâneos e iniciativas de governos locais e apoio do governo federal, uma vez que, desde a colonização no século XVI outras nações tentaram ocupar a Amazônia, com interesses de outra ordem, disputa de território e mercados, enveredaram por esses caminhos franceses, espanhóis, ingleses, alemães, irlandeses. Inclusive, por ocasião do curto período do governo dos cabanos, sob a liderança de Raimundo Angelim, a Inglaterra tentou seduzi-lo para decretar a secessão do Brasil e incorporar o Pará ao Reino Britânico.¹⁰⁶

No contexto de relações amistosas entre as nações, na década de 1920, do século XX, o governo do Pará assina contrato com a Companhia Nipponica de Plantação do Brasil S. A., cujo fim era a concessão de dois terrenos no centro urbano de Belém para a construção de uma hospedaria para imigrantes japoneses; um deles, enquanto o governo não reclamasse sua entrega, poderia ser utilizado para horticultura e agricultura. Os imóveis ficavam à disposição dos japoneses por um prazo de quinze anos, podendo, ainda, ser prorrogado por uma ou mais vezes.¹⁰⁷

Outros países também foram chamados e sondados sobre a possibilidade para a colonização agrícola na Amazônia.

1.4 A propaganda e a marcha para a Amazônia

O trinômio seca – fome – guerra motivou e facilitou seguramente a migração dos nordestinos para a Amazônia na estiagem de 1941-1942.

¹⁰⁵ Ver o capítulo 2. O princípio da máxima felicidade/O utilitarismo. In: SANDEL, Michel J. Justiça. O que é fazer a coisa certa. Trad. Heloísa Matias e Maria Alice Máximo. 5ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, pp. 43-74.

¹⁰⁶ Cf. REIS, Arthur Cezar Ferreira. A Amazônia e a cobiça internacional. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: SUFRAMA, 1982.

¹⁰⁷ Arquivo Público do Pará. Fundo: Secretaria de Governo. Série Contrato. Caixa 16. Contrato assinado entre o Governo do Pará e Companhia Nipponica de Plantação do Brasil S. A.

Para os flagelados sem emprego, sem água potável para consumir ou para plantar. Socorro minguido do governo. A necessidade americana de matérias-primas estratégicas, necessitando incrementar em 50.000 toneladas de borracha/ano para sua indústria bélica. No entanto, para atingir essa meta, esbarrava na falta de mão de obra nos seringais. Por essa razão, o Governo Vargas se propôs executar um plano extremamente ambicioso: deslocar para a Amazônia mais de 50 mil novos trabalhadores em três meses: “[...] 12.000 mil em Fevereiro, 15.000 em Abril e em Março 23.000”.¹⁰⁸ O responsável por essa façanha, Paulo de Assis Ribeiro, havia estado em Belém para tratar desta árdua tarefa com o Banco da Borracha e o com o diretor do Serviço de Navegação e Abastecimento do Porto do Pará - SNAPP, sendo em seguida autorizado por Valentim Bouças, coordenador dos Acordos de Washington no Brasil, que fora a Belém no dia seguinte do retorno de Paulo de Assis.

Figura 08: Soldados da borracha em treinamento militar para a batalha da borracha na Amazônia. Ao fundo os pousos onde abrigavam milhares de nordestinos, onde se pode ver as redes em que dormiam. Acervo Museu de Arte Contemporânea da Universidade Federal do Ceará

Isso se fazia necessário porque a produção anual *per capita* por trabalhador seringueiro não passava de 800 kg, quando muito, um bom seringueiro produzia 1.000 kg por ano. Matematicamente, sendo otimista, se considerarmos 1.100 kg por seringueiro, e a população existente no interior da Amazônia não produzia 10 mil toneladas. Se bem que, quando a necessidade por borracha se fez mais premente, o Governo Federal instituiu prêmios gerenciados pela Associação Comercial do Amazonas – ACA, aos seringueiros que produzissem mais borracha por ano, num total de Cr\$ 35.000,00, distribuído e escalonado um

¹⁰⁸ Mais de 50.000 trabalhadores. Dentro de três meses ocuparão os seringais da Amazônia. O transporte será feito em aviões, trens e caminhões. A Tarde, Manaus, ano 6, nº 1.791, 08 jan.1943.

único prêmio de Cr\$ 4.000,00; quatro prêmios de Cr\$ 2.000,00; e 23 premiações de Cr\$ 1.000,00.¹⁰⁹

Embalados, também, por uma cultura da vingança, um discurso maniqueísta e maquiavélico voltado para a defesa da democracia e da justiça, os trabalhadores extrativistas se jogaram nessa aventura de produzir *mais borracha* para a guerra. A imprensa do Ceará¹¹⁰, Amazonas e Acre¹¹¹ passaram a trabalhar uma campanha pró-combate à guerra, exortando e criando, especialmente, um espírito belicista nos nordestinos que se deslocavam para a Amazônia, para a *batalha da borracha*.

O jornal *A Tarde* de Manaus, de propriedade e direção de Aristophano Antonny, que foi perseguido, preso e julgado pelo Tribunal de Segurança da ditadura Vargas, por publicar diariamente matérias sobre Hitler e que se autoproclamava *um vespertino que será sempre o arauto das aspirações populares*, a partir de março de 1943 passou a divulgar mensagens patéticas e ridículas dirigidas aos seringueiros, com certo destaque numa das páginas do seu jornal, tais como: “*SERINGUEIRO! Os teus irmãos e os amigos do teu país confiam na missão gloriosa que o Brasil te incumbe. Trabalha! Trabalha muito, para que sejas digno dessa confiança e dessa glória*”.¹¹²

¹⁰⁹ Associação Comercial do Amazonas-ACA. Boletim. Manaus, ano 2, n° 24 jul. 1943, p. 12

¹¹⁰ O Jornal Correio do Ceará destacava a necessidade da migração em função da seca, bem como as vantagens do contrato de trabalho que os nordestinos assinavam para trabalharem na Amazônia.

¹¹¹ O jornal oficial O Acre, de propriedade do Território Federal do Acre e manipulado por seus interventores, anunciava desde 1940, matérias tais como: A hora da borracha; 500.00 dólares para a borracha; Para o soerguimento da economia da Amazônia; O inferno verde transformar-se-á em paraíso; Aviões, homens e navios para o ressurgimento da Amazonia; Amazonia celeiro do mundo; A guerra atual é uma oportunidade para a nossa borracha; É a vez da borracha; Toda a America empunhará armas; Mais borracha; O tempo do cativo nos seringais não voltará mais; A borracha e a guerra; Borracha e mais borracha; Borracha Pelo Brasil; Nos Seringais Contra Hitler; Aos Soldados da Borracha – Mensagem do Presidente; É titânica a batalha no front da borracha; Vitoriosa a batalha da borracha; Construindo a vitória e reerguendo a Amazônia; Eles estão lutando como os Melhores Soldados da Democracia em prol da vitória comum; “Vamos para o front” frase atribuída num discurso de Getúlio Vargas; A voz dum acreano. E tantas outras notícias jornalísticas plantadas pelos jornais para sensibilizar a opinião pública para não se condoerem com a exploração dos seringueiros.

¹¹² A Tarde, Manaus, ano 7, n° 1.859, 1 abr.1943.

Figura 09: Uma das dezenas de charges satirizando Hitler publicadas pelo Jornal A Tarde, no ano de 1943. Manaus-AM, Jan. 1943. Acervo Biblioteca Pública do Estado do Amazonas.

Sucessivamente, em outras edições não muito distante uma das outras, exortações, apelos patrióticos, continuaram sendo publicados:

SERINGUEIRO! Um quilo de borracha é o pedaço de um avião de bombardeio!; SERINGUEIRO! Enquanto descansas, há batalhas, em todos os céus, entre as forças do mal e as do bem. O produto do teu trabalho é elemento vital para os povos que se rebelaram contra os governos despóticos; SERINGUEIRO! O Amazonas, notadamente, poderia duplicar a sua produção sem aumentar um braço nos seus seringais, bastando, para isso, que todo o seringueiro trabalhasse CINCO DIAS na semana! Esta é que é a verdade; SERINGUEIRO! Deixa as caçadas e as festas para os dias de domingo. A tua semana deve ser de trabalho constante, pois, só assim, corresponderás ao apêlo da Pátria!; SERINGUEIRO! Trabalha cinco dias por semana e terás concorrido eficientemente para a Vitória da causa do Brasil; SERINGUEIRO! Trabalho normal é tributo que deves ao direito de existir. Só elevando ao máximo o nível de tua produção, terás respondido ao apêlo da Pátria; SERINGUEIRO! Eleva, ao máximo, a tua capacidade de produção. Lembra-te que tôda a borracha que produzires será convertida em elementos de combate para a vitória da causa do Brasil e seus aliados; SERINGUEIRO! Só o aumento da tua produção far-te-á um brasileiro cumpridor de uma tarefa patriótica em hora oportuna; SERINGUEIRO! E's tão digno quanto os que lutam nas trincheiras! O Brasil confia no patriotismo de seus filhos! Trabalha muito. Eleva ao máximo a produção de guerra, que disso depende a VITÓRIA DE TEU PAÍS!¹¹³

¹¹³ Edições do Jornal A Tarde, Manaus-AM, que circularam nos meses de março e abril de 1943.

Figura 10: Soldados da borracha em treinamento militar, num dos pousos na Amazônia.
Acervo Museu de Arte Contemporânea da Universidade Federal do Ceará.

O discurso em torno da proteção da soberania nacional beirava o ridículo e insensatez. Tudo se voltava para um patriotismo e um *heroísmo pessoal*¹¹⁴, para demonstrar isso, o Interventor Álvaro Maia organizou uma *parada dos soldados da borracha*¹¹⁵, evento que contava com a celebração de uma missa; desfile pelas ruas de Manaus e concentração no Estádio Gen. Osório e terminava com a fala do seringueiro n.º. 1, do Interventor e também, com o desfile de mais de 1.000 operários filiados ao Círculo Operário como uma singela homenagem aos que iam morrer nos seringais.

A parada foi organizada para comemorar, também, o mês da borracha, que teve a participação de 1.500 seringueiros, por ocasião da visita do responsável e coordenador, pelo lado brasileiro, dos Acordos de Washington, Valentim Bouças. O pronunciamento do Interventor, que foi ao ar através do rádio, parte dele foi publicada no Boletim da ACA, com o pomposo título de *Decálogo do Seringueiro*, que dentre outras coisas dizia: “*Juramos permanecer nos seringais para que formos designados, porque são quartéis do Brasil, e deles não sairemos, cometendo crime de deserção, como não sairemos de uma frente de batalha;*”¹¹⁶

E, ainda, pregava a conciliação entre seringalistas e seringueiros:

Juramos viver em máxima harmonia e disciplina, ao lado de seringalistas e seringueiros veteranos, porque são soldados da mesma batalha e brasileiros das mesmas edéias, porque descendem de pioneiros e desbravadores que souberam resistir e vencer, abrindo caminhos para as investidas de hoje;¹¹⁷

¹¹⁴ SECRETO, Maria Verônica. Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Perseu Abramo, 2007, p. 79.

¹¹⁵ Parada da borrahca. A Tarde, Manaus, ano 7, n.º 1.912, 05 jun.1943.

¹¹⁶ Associação Comercial do Amazonas - ACA. Boletim, Manaus, ano 2, n.º 24, jul. 1943, p. 12.

¹¹⁷ Associação Comercial do Amazonas- ACA. Boletim, p. 12.

E, entregavam a alma, o corpo, a vida a Deus, a Getúlio Vargas e à Pátria, e também a prisão na floresta, que desconheciam e onde iriam morrer ou viver por muito tempo:

Queremos proclamar em juramento perante Deus, ante a Bandeira e o Hino da Pátria, o nosso espírito de sacrifício e a lealdade ao Presidente Vargas, de quem cumpriremos as ordens, sejam quais forem as circunstâncias. Queremos tornar bem claro que, pela vida ou pela morte, tudo faremos e aceitaremos em bem do Brasil, do Continente Americano, das Nações Unidas, na guerra universal contra a tirania e a opressão.¹¹⁸

Um detalhe: o *script* deste discurso tem um vício de origem, não é o discurso dos soldados da borracha – seringueiros mobilizados, mas do dominador, das elites, do Interventor subserviente aos ditames do Governo Federal, que pomposamente aproveitava-se de um evento e empurrava goela abaixo dos soldados da borracha, como se deles fosse esse pensamento. Não era.

Figura 11: Soldados da borracha perfilados momentos antes da partida para a Amazônia. Acervo Museu de Arte Contemporânea da Universidade Federal do Ceará

Evidentemente que isso foi uma forma de extrair a mais-valia, intensificando a exploração dos seringueiros, ante a comoção e a propaganda de combate ao Eixo do mal, aos nazistas e fascistas; por isso, alguns chegaram a produzir, mesmo, mais de mil quilos numa safra.

¹¹⁸ Associação Comercial do Amazonas - ACA. Boletim, p. 1

Assim, levas e mais levas de trabalhadores foram encaminhadas para a Amazônia, para trabalharem em vários seringais do Acre, de Rondônia, Mato Grosso, Pará, Amapá e outros lugares.

A intervenção efetiva do Governo Federal no processo migratório só ocorreu com a assinatura dos Acordos de Washington em março de 1942, quando os Estados Unidos da América do Norte foram autorizados, a partir de então, a ditar as regras¹¹⁹ da cadeia produtiva da borracha na Amazônia e em Mato Grosso.

Parte da historiografia que trata desse período joga um peso muito grande na propaganda para arregimentar trabalhadores para os seringais. Não me parece que este marketing da *batalha da borracha* tenha tido tanto importância quanto querem. Por um lado, vemos que a condição do nordestino em todos os momentos de seca, cuja consequência mais drástica é a escassez de alimentos, derivando disso, a fome, o que lhe resta, nessa situação é migrar para outro lugar, mesmo que depois retorne ao seu tapiri, se não tiver vendido sua terra, ou se o burguês latifundiário ainda quiser lhe recepcionar como arrendatário, meeiro ou semiescravo. Essa situação *a priori* é a condição da sobrevivência. Essa é a forma motora, propulsora da busca e luta pela vida. Assim, nessas circunstâncias a propaganda não teve esse poder de mobilização como querem alguns estudiosos.

Quando falamos em propaganda específica para a Amazônia, no contexto da guerra, tem-se o caráter e a intenção de arregimentar mão de obra, diferentemente do período anterior à seca de 1941-1942, mas agora: “A *idéia de povoamento, de famílias sendo encaminhadas para a região amazônica, foi substituída pela de recrutamento de trabalhadores, homens sós, a ser trasladados em caráter de urgência para os seringais*”.¹²⁰ Era uma operação de guerra.

Segredo, que se debruçou, em parte, na documentação do desenhista suíço Jean Pierre Chabloz, enveredou por uma análise da moral, da estética, da semiótica e do papel político que o trabalho do artista desempenhou na propaganda local e nacional visando o deslocamento dos nordestinos para a Amazônia, mas em nenhum momento faz referência ético-jurídica a que também se emprestou esse material aos interesses do Brasil e dos Estados Unidos. Para ela: “*Acreditamos que seu trabalho implicou em duas coisas: reproduzir idéias*

¹¹⁹ Cf. LOUREIRO, Antonio. Tempos de esperança. Manaus: Ed. Sérgio Cardoso, 1994. Antonio Loureiro, um curioso pela História, fala de intervenção americana na Amazônia, embora esta questão não esteja desenvolvida por ele, há razão convincente na sua afirmação, considerando que, a partir da pesquisa empírica que fiz no Arquivo Público do Pará e na Associação Comercial do Amazonas, foi possível constatar a presença militar estadunidense na Amazônia, documentos reservados mostram isso.

¹²⁰ SEGRETO, Maria Verônica. Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Perseu Abramo, 2007, p. 25

geradas pela ‘elite intelectual’ do regime e criar, ele mesmo, imagens e conceitos”.¹²¹ Não seria diferente, enquanto artista e profissional que era, inclusive, na época, em Fortaleza, expôs suas teorias sobre a arte e a pintura, em vários artigos nos jornais locais, tendo, além disso, participado de algumas exposições, além de ter mantido contato com a Universidade de São Paulo - USP para ministrar um curso de pintura, que por razões desconhecidas, pelo menos não esclarecidas nas correspondências, sua pretensão fora frustrada.

Figura 12: Cartaz feito pelo propagandista da Batalha da Borracha J. P. Chabloz contratado pelo SEMTA.

A pesquisadora chega ainda a afirmar que: “A propaganda política vale-se de idéias e conceitos transformados em imagens e símbolos. A principal referência da propaganda é trabalhar com elementos de ordem emocional. [...] O regime também utilizou-se de outros de menor sofisticação, mas de grande aceitação popular [...]”.¹²² E cita as diversas situações. O problema diante desta afirmação de Secreto: é como comprovar isso? Como mensurar qualitativamente que um indivíduo diante de uma situação de extrema pobreza, fome, saúde precária, desempregado, expulso de sua terra, esfarrapado, enfim, sem perspectiva de vida, tenha sentimentos nobres pela Pátria? É exigir demais destes sujeitos sociais, de modo que, é possível enxergar nisso somente uma encenação patética.

A propaganda era enganosa, nos termos do que diz hoje o direito do consumidor, se quisermos encontrar um conceito jurídico apropriado. Dizia Edmar Morel em 1946, depois de transcorrido a *batalha da borracha* e os nordestinos estavam largados a própria sorte nos seringais da Amazônia:

¹²¹ SECRETO, Maria Verônica. Soldados da borracha, p. 75

¹²² SECRETO, Maria Verônica. Soldados da borracha, p. 72

E assim, a fina flor sertaneja emigrou dos pagos nativos e *enganados por uma falsa propaganda*, rumou em bandos alegres pelas estradas do nordeste rumo à Amazônia, em cujo solo já repousavam, a partir do século passado, 300.000 cruzes. Eram túmulos dos seus avós, dos seus pais, 90% cearenses, os intrenidos desbravadores do Inferno Verde.¹²³ (sem grifo no original)

Pedro Martinello também acompanha essa tese, com a comprovação de várias situações em que esse discurso e imagem falaciosos apareciam nas cidades trajetos e nos campos de concentração ou “pousos”, uma palavra mais poética pra indicar pontos de aglomeração dos flagelados: “[...] a propaganda solerte se encarregou ainda de difundir outros atrativos para o aliciamento dos incautos futuros extratores. A mais chocante, porque *mentirosa e desonesta*, era a maneira como apresentava a coleta do próprio látex.”¹²⁴ (sem grifo no original)

Figura 13: Pouso, lugar onde os nordestinos aguardavam meses para serem enviados aos seringais.

Para arrematar, na década de 80 do século passado, Martinello recorre à história oral e recolhe depoimentos de ex-soldados da borracha que revelaram como a propaganda aparecia por onde passavam:

Em Recife, tinha retratos de seringueiras em todas as esquinas com a tigela embutida em pote como se fosse uma mangueira d'água. Mas deixa que quando a gente vai cortar a seringa o leite sai devagarinho. É tanto que a gente sai às 3 horas da manhã, às vezes às 2 horas corta a estrada todinha no período de 4 a 5 horas de corte e depois de terminar a derradeira madeira a gente retorna à primeira para colher o leite. Às vezes tem madeira que tem um dedal de leite no fundo da tigela.¹²⁵

¹²³ MOREL, Edmar. Está morrendo o exercito da borracha. Escravidão monstruosa e um apelo ao pres. da Republica. O drama dos cearenses que ficaram na Amazônia. Correio do Ceará, Fortaleza, ano [s.nº], nº 9.806, 9 jul.1946, p. 04.

¹²⁴ MARTINELLO, Pedro. A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico. Rio Branco: UFAC, 1988, p. 240.

¹²⁵ MARTINELLO, Pedro. A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico, p. 240.

Para ilustrar ainda mais a propaganda enganosa a qual atinge um estágio de mau caráter e má-fé sem precedentes, vejamos o que diz Martinello:

Em outras capitais como Fortaleza, João Pessoa e Natal, foram afixadas as fotos de seringueiros em meio a infindáveis fileiras de árvores de hévea, colhendo o *látex* em grandes tambores carregados por caminhões e jeeps. É claro que não se tratava dos seringais da Amazônia, mas retratos das plantações da Firestone na África ou das *plantations* da Malásia e Ceilão.¹²⁶

A análise de Secreto não alcança uma crítica veemente na obra do propagandista de Vargas e do Departamento de Informação e Propaganda - DIP – Jean Pierre Chabloz, está mais como uma descrição contemplativa.

Para esse serviço nem o próprio Pierre Chabloz acreditava no que estava caricaturando, uma vez que trabalhou no SEMTA, somente no período de janeiro a julho de 1943: “[...] tendo então deixado as funções de seu cargo, por sua livre e espontânea vontade, - por estar em desacordo com o referido Serviço e seu funcionamento”.¹²⁷

Uma correspondência de Jean-Pierre Chabloz ao senhor Charles Wagley, diretor do Projeto de Migração do Serviço Especial de Saúde Pública – SESP, antecipando-se à chegada deste em Fortaleza, o desenhista volta a reclamar das condições de trabalho a que estava submetido, alegava falta de material, irregularidade na confecção de seus cartazes e ausência de solicitação de outros:

[...] a minha saída do SEMTA, cujo serviço de propaganda deixei nos primeiros dias de julho, depois de um ultimo grande esforço para a famosa PARADA DA BORRACHA, no 1º de julho. Fui eu mesmo a propor à chefia do Semta a minha saída do serviço como funcionário permanente, pondo-me a disposição do Semta, para trabalhos eventuais e NECESSARIOS, os quais seria disposto de executar e cobrar, como qualquer empresa livre, fora do SEMTA. Com efeito, estas ultimas semanas, o meu serviço tornava-se cada vez mais irregular, obstaculado; muitas das minhas iniciativas ficavam ignoradas, sem esperança de realizações, etc. De outra parte não recebia ordens nítidas para executar trabalhos eficientes de propaganda: já que o Semta licenciou muitos funcionarios, por razão de economias, eu preferi, na minha situação incerta, propor eu mesmo a minha saída. E, ao que parece, não me serão confiados outros trabalhos; há já quase uns 20 dias que estou fora do Semta, e não fui chamado para nenhum serviço. Como eu conheço a situação complexa e incerta do SEMTA na hora

¹²⁶ MARTINELLO, Pedro. A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico, p. 240.

¹²⁷ Museu de Arte Contemporânea – MAUC, da Universidade Federal do Ceará. Fundo: Jean Pierre Chabloz. Declaração pública dos ex-funcionários do SEMTA, os senhores José Aristobulo de Castro Filgueiras, ex-Chefe do Departamento de Assistência Social e José Augusto de Moraes Lima, ex-Chefe do Departamento de Material, prestada junto ao Cartório Ponte em Fortaleza, em 03 de setembro de 1946.

atual, imagino que este ultimo não vai mais precisar da minha colaboração e já me considero quase livre [...]¹²⁸

As queixas de Chabloz, no contexto da guerra e dos propósitos do Estado, revestem-se de características que precisam ser mais bem estudadas, no sentido de que, praticamente, o desenhista relata que seu trabalho fora descartado e que não assumia tanta importância e significado para uma operação de guerra, além do que, ele sempre reclamava que os cartazes não eram confeccionados tal como as matrizes, o que o deixava bastante desapontado.

Figura 14: Jean-Pierre Chabloz (ao centro) propagandista de Vargas para a arregimentar os nordestinos para a Batalha da Borracha. Ao fundo os cartazes da propaganda enganosa. Acervo Museu de Arte Contemporânea da Universidade Federal do Ceará.

A questão que podemos levantar é: será que devido à miséria, à fome, milhares de trabalhadores flagelados no centro de Fortaleza, teria a propaganda a mesma importância numa situação contrária a esta? Ou esta população, jogada a própria sorte, estaria disposta a se submeter a qualquer situação, desde que garantida sua sobrevivência? Parece-nos que a resposta adequada é sim.

Noutra correspondência de Chabloz, desta vez endereçada ao Chefe da Mobilização Econômica no Rio de Janeiro, a quem chama por Dr. Thiers, o desenhista apresenta seus desapontamentos e motivos por que deixou o SEMTA.

Inicialmente elogia a qualidade dos dois últimos cartazes: *Vida nova na Amazônia* e *Rumo a Amazônia*, que estavam há meses para serem impressos na gráfica Naua e que eram os melhores comparando com outros anteriores. Pierre Chabloz chega a dizer admirado com o resultado, sobretudo, do último cartaz que: “[...] saiu ótimo, fiel ao original; e foi uma

¹²⁸ Museu de Arte Contemporânea – MAUC, da Universidade Federal do Ceará. Fundo: Jean Pierre Chabloz. Carta de Jean Pierre Chabloz enviada para Charles Wagley, diretor do Projeto de Migração do Serviço Especial de Saude Publica – SESP no Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1943.

*felicidade, porque, do lado publicitário e artístico-gráfico, este trabalho é, sem duvida alguma, o melhor dos quatros que realicei para o SEMTA”*¹²⁹

Mais adiante, em sua carta manifesta, não com tantos detalhes, o motivo que o fez colocar-se à disposição do SEMTA, para fazer trabalhos como *freelancer*, e não como um funcionário contratado:

Desde o fim de junho, estou fora do SEMTA, tendo deixado o serviço de própria vontade; nao podia mais ficar decentemente, como desenhista, de que o trabalho de propaganda vinha continuamente atrapalhado [do] pelos obstaculos que atingiram o serviço do SEMTA em geral, e que deve ser conhecidos do Senhor. Muitos projetos de propaganda desenhada [da] eram sempre adiados, de maneira que preferi ficar ‘a disposição’ do Semta, para trabalhos eventuais, os quais, ao que parece, não se manifestarão..¹³⁰

Na correspondência de Chabloz dirigida a Charles Wagley, recorre a outro plano, para continuar servindo ao governo brasileiro na operação de guerra. Ele havia entabulado uma conversa com este dirigente na casa deste na praia de Iracema, durante a qual o senhor Wagley prometera trabalho para Chabloz no Rio de Janeiro, no SESP. Diante da situação incerta no SEMTA e, sobretudo, por ter requerido afastamento, implorava ao diretor sua colocação no SESP:

[...] pensei então na proposta do Senhor, feita no mes de maio, (sabado de maio) na sua residência da Praia de Iracema, para trabalhar ao Serviço do SESP, de maneira permanente, eventualmente no Rio-de-Janeiro. Porisso mesmo, eu queria que o Senhor, ANTES de deixar o Rio para Fortaleza, falasse, no seu Serviço, no rio, da minha proposta e fosse assim em condições de me informar, quando chegar por aqui, das possibilidades de trabalho-artístico-gráfico, no SESP. Poderei discutir pessoalmente com o senhor, aqui mesmo, as condições de minha colaboração ao SESP.¹³¹

No final da carta dizia que não tinha mais “munições”, ou seja, estava sem material nenhum para trabalhar e solicitava que o senhor Wagley trouxesse-lhe do Rio material para fazer sua arte a serviço da guerra, visto que no setor em que se encontrava faltava tudo.

Vê-se que Chabloz trabalhava precariamente, sem condições materiais adequadas, e chega até a denunciar a sua *primeira decepção profissional* referindo-se às técnicas de

¹²⁹ Museu de Arte Contemporânea – MAUC, da Universidade Federal do Ceará. Fundo: Jean Pierre Chabloz. Carta de Jean Pierre Chabloz enviada para Thiers, da Coordenação da Mobilização Econômica no Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 1943.

¹³⁰ Museu de Arte Contemporânea – MAUC, da Universidade Federal do Ceará. Fundo: Jean Pierre Chabloz. Carta de Jean Pierre Chabloz enviada para Thiers, da Coordenação da Mobilização Econômica no Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 1943.

¹³¹ Museu de Arte Contemporânea – MAUC, da Universidade Federal do Ceará. Fundo: Jean Pierre Chabloz. Carta de Jean Pierre Chabloz enviada para Charles Wagley, diretor do Projeto de Migração do Serviço Especial de Saude Publica – SESP no Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1943.

reprodução dos seus cartazes: “[...] traições graves, falta de gosto, desenho inábil: a reprodução foi litografada à mão e não fotograficamente”.¹³²

Em outra correspondência deixou escapar ou não escondia as intenções perniciosas que sua arte servia para ludibriar os nordestinos flagelados. Ao comentar o cartaz *Vida Nova na Amazônia*, quando ainda não havia se colocado à disposição do SEMTA, dizia:

[...] Sempre muito trabalho para o SEMTA. Terminei hoje o meu terceiro cartaz: uma pequena casa de seringueiro na floresta amazônica, com vida em família, homem entalhando a seringueira, mulher estendendo a roupa a secar, animais domésticos etc. Texto: na parte superior, destacando-se sobre a folhagem das árvores: VIDA NOVA, e em baixo, em bonitas grandes letras de um verde intenso sobre fundo preto: NA AMAZÔNIA. *Bonito efeito, bastante literário e anedótico, mas feito para seduzir os camponeses.*¹³³ (sem grifo no original)

O final da descrição anatômica de seu cartaz, Chabloz confessa os fins escusos, enganosos e a má-fé de sua obra, sobretudo da campanha marqueteira de Getúlio Vargas. O que no fundo, a propaganda da ditadura varguista, seja ela qual fosse e em que tempo fosse, era a perpetuação da história e do lugar de vencedor do grupo de 1930 que ascendeu ao poder.

Figura 15: Cartaz produzido por J. P. Chabloz induzindo os nordestinos migrarem para a Amazônia, na década de 1940. Acervo: MAUC – Universidade Federal do Ceará

¹³² Museu de Arte Contemporânea – MAUC, da Universidade Federal do Ceará. Fundo: Jean Pierre Chabloz. Carta de Jean Pierre Chabloz enviada para Georges Rabinovitch, no Rio de Janeiro, em 23 de maio de 1943.

¹³³ Museu de Arte Contemporânea – MAUC, da Universidade Federal do Ceará. Fundo: Jean Pierre Chabloz. Documento avulso, 1943.

Nesse sentido, o que motivou a migração de nordestinos para a Amazônia durante a seca de 1941-1942 foi uma série de fatores articulados e agindo simultaneamente, de modo que não é possível colocar um ou outro fator como mais relevante que outro, mesmo porque, também, essa migração sofria resistência por alguns setores da sociedade cearense¹³⁴ e, também, no Acre, onde alguns seringalistas ingressaram com ação na justiça questionando a distribuição de terras devolutas na faixa de fronteira, pois havia uma lei que proibia.

É aí onde reside a engenharia do Estado Novo para arregimentar essa mão de obra, mas nada que não fosse possível, senão criar o culto à personalidade e uma campanha publicitária enganosa, o que facilitava os nordestinos acreditarem que a Amazônia era uma Canaã, terra onde corria leite e mel, e o dinheiro se ganhava fácil, como se juntassem folhas de árvores com cambito.

¹³⁴ ARAÚJO, Maria Neyára de Oliveira. A miséria e os dias: história social da mendicância no Ceará. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 45.

Capítulo II - Trabalho e dominação na economia de escambo

2.1 A economia de escambo e o sistema de aviamento

O trabalho na Amazônia, em particular nos seringais, onde trabalhadores extrativistas do látex, mais conhecidos como seringueiros, atuam ou exercem essa atividade, teve, nessa região, uma peculiaridade.

Em linhas gerais, desde o início desta atividade econômica, inserida no contexto da economia internacional, conseqüentemente, na lógica capitalista da divisão internacional do trabalho, decorrente das revoluções tecnológicas na Europa e Estados Unidos da América do Norte, o trabalho na Amazônia estava condicionado ao *sistema de aviamento*, o que, em regra, impunha a imobilidade social do seringueiro.

Um panorama histórico apontado por Santos diz que:

Desde os tempos da Colônia, porém, um regime de crédito informal vinha se esboçando. Naquela época, o negociante sediado em Belém supria de mantimentos a empresa coletora das ‘drogas do sertão’, para receber em pagamento, ao fim da expedição, o produto físico recolhido. Essa modalidade de financiamento ficou conhecida com o nome de *aviamento*, uma espécie de crédito sem dinheiro.¹³⁵

A aproximação com mercados altamente monetarizados e organizados poderia ter contribuído para amenizar ou até arrefecer a economia de escambo e aviamento, com a introdução do dinheiro como moeda de troca e uso em larga escala modificando os velhos costumes numa ação modernizadora, mas isso não seria de fácil compreensão:

[...] e talvez sequer aceito pela população cabocla. Este, um dos motivos por que os negócios de borracha entre a liderança mercantil e os negociantes do interior, embora já contivessem maior índice de participação em dinheiro, continuaram a praticar-se principalmente com base no escambo, servindo a moeda quase tão só como medida de comparação. O tradicional sistema de *aviamento* era retomado e ampliado.¹³⁶

O processo de arregimentação da mão de obra seguia *o mesmo modelo, misturando escambo com crédito*. É certo que o trabalhador em qualquer fase da economia extrativista arcava com seu deslocamento para os seringais, por isso que, ao ingressar na floresta (seringal) para trabalhar, submetido ao poder e controle do patrão-seringalista, já estava endividado, já que o deslocamento dele até o seringal era custeado pelo seringalista.

¹³⁵ SANTOS, Roberto. História econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 156.

¹³⁶ SANTOS, Roberto. História econômica da Amazônia (1800-1920), p. 157.

Roberto Santos levanta uma hipótese de que talvez: “[...] os seringalistas e comerciantes nem tivessem consciência do quanto o escambo era importante na preservação da hierarquia de poder vigente, do quanto ele reforçava a dependência do trabalhador em relação ao patrão”.¹³⁷

É uma tese difícil de ser sustentada, uma vez que um dos sujeitos sociais mais importantes e mais submetidos a controle social é o seringueiro, dadas as normas internas no interior da economia de escambo. Além disso, os patrões-seringalistas tinham consciência do lucro, e este só seria possível por meio da imobilização dos seringueiros.

Tanto é que no primeiro ano de trabalho, ao fazer o encontro de contas no Barracão, ele se deparava com débito em decorrência da contabilidade engenhosa do contador do patrão, que fraudava os lucros do extrator.

O *sistema de aviamento* consistia numa cadeia produtiva, na qual estava inserida uma estratificação socioeconômica, política, cultural e jurídica com vários sujeitos sociais envolvidos e cada um exercendo papéis específicos. O endividamento na cadeia produtiva do extrativismo da borracha implicava uma relação vertical, a dependência um do outro, ou seja, a economia da borracha tinha as casas aviadoras em Manaus e Belém que financiavam a produção, disponibilizando aos seringalistas todo o insumo necessário e até objetos supérfluos para os seringais.

Os bancos se recusavam a financiar a cadeia produtiva da borracha devido aos riscos advindos dessa atividade. Talvez esse financiamento se desse no início de qualquer atividade produtiva na Amazônia, mas depois com um certo tempo alguns tomadores do aviamento conseguiam acumular, talvez, riquezas suficientes para ter sempre saldo na casa aviadora e pouco ou quase nenhum débito.

A última fase da linha do financiamento da borracha era o seringalista a abastecer, numa relação de escambo, os seringueiros, que tinham suas compras registradas em *Contas de Venda* ou em livros de contabilidade do Barracão, o mesmo ocorria entre seringalistas e casas aviadoras em Belém e Manaus, Rio Branco, Itacoatiara, Santarém, Boca do Acre, Xapuri, Tarauacá, Cruzeiro do Sul e tantos outros locais da Amazônia brasileira.

Figura 16: Cidade de Boca do Acre, no Amazonas, situada no Rio Purus, década de 1940.

¹³⁷ SANTOS, Roberto. História econômica da Amazônia (1800-1920), p. 158.

Essa territorialidade do aviamento se estendia também pelos países vizinhos Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela, países com floresta tropical; em tese, é possível sustentar essa assertiva dado o comércio travado com a casa J. G. Araújo, localizada em Manaus e empresas destes países. Inclusive, na década de 1940, quando Manaus se viu desabastecida de petróleo, o empresariado local apresentou e exigiu do Governo Federal que a solução viesse do Peru, com a compra do petróleo.

Num movimento de baixo para cima, o seringueiro “pagava” o seringalista com a produção da borracha, e estes, endividados com as casas aviadoras, bancos e outros órgãos financeiros, pagavam-no com a borracha e outros produtos coletados pelos seringueiros, dentre eles castanha, peles de animais (oriundos da atividade da caça), madeira; por fim, as casas aviadoras pagavam às casas de exportação, localizadas em Manaus e Belém.

O seringalista obtinha lucros exorbitantes, em função do poder de manipulação da escrita e do superfaturamento dos preços de mercadorias entregues aos seringueiros. A economia da borracha era uma economia de letrados, com exceção de milhares de seringueiros que não conseguiam manipular a escrita, e isso constituía uma das condições para lesar o seringueiro.

Figura 17: Pélas de borracha produzidas para uso durante a II Guerra Mundial. Acervo Biblioteca Samuel Benchimol – Manaus -AM

No período da II Grande Guerra Mundial, a produção da borracha nos seringais na Amazônia estava abaixo dos índices das primeiras décadas do século XX, devido as colônias britânicas na Ásia haverem suplantado a produção da borracha na Amazônia, provocando uma grande crise no comércio e na atividade produtiva dos seringais.

A guerra travada na Europa, provocada pela campanha imperialista alemã, e, sobretudo, quando o Japão invadiu e ocupou Pearl Harbor, cortou o fornecimento de borracha para os Estados Unidos e os países aliados, e desde então a borracha passou a ser a matéria-prima imprescindível para a guerra, tal qual dizia o Diretor Geral da Indústria Bélica dos Estados Unidos: “*Sem borracha talvez ganhemos a guerra; com a borracha ganha-la-emos seguramente*”.¹³⁸

No lado de cá, representou para as elites amazonenses uma possibilidade ímpar para soerguer sua economia, levada a bancarrota desde a segunda década do século XX. Agora, o espírito capitalista aguçava as mentes e desejos da burguesia mercantil da borracha na Amazônia¹³⁹ dando viva e exaltando a nova oportunidade; frases, propagandas como *Construindo a Vitória e reerguendo a Amazônia*¹⁴⁰, passaram a ocupar espaços generosos na imprensa local.

Figura 18: Família J. G. Araújo e amigos em Manaus. Foto: Silvino Santos. Acervo Museu Amazônico

A exaltação desenfreada pela necessidade da borracha repercutiu no Brasil e levou os EUA a efetivar os Acordos de Washington assinados com o Brasil em março de 1942.

Todavia, os Estados Unidos não queriam a implantação do acordo a qualquer preço, além de financiar a produção, que implicou desde o pagamento dos custos da migração de

¹³⁸ MENDONÇA, Carlos. *Gente do Nordeste no Amazonas*. Manaus: Imprensa Pública, 1943, p. 37.

¹³⁹ Edgar de Decca utiliza o conceito de *capital mercantil cafeeiro* para tratar de um novo deslocamento e aliança com o capital financeiro inglês para o projeto político-econômico de industrialização do Estado de São Paulo. DECCA, Edgar de. 1930: o silêncio dos vencidos. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 142.

¹⁴⁰ O Acre, Rio Branco-AC., ano 14, nº 716, de 17 out. 1943, p. 06.

quase 50 mil brasileiros e estrangeiros para a Amazônia ao abastecimento de insumos e equipamentos para os seringueiros e seringalistas a preços módicos.

Propugnavam, através da Rubber Reserve Company - RRC, por relações de trabalho e assistência mais dignas para os seringueiros com um único objetivo: aumentar a produção da borracha. A carta da RRC foi também chancelada pela Associação Comercial do Pará.¹⁴¹

O governo brasileiro, já em 1940, estava a reorganizar a onda migratória para a Amazônia. Em parte, devido à seca no Nordeste, milhares de trabalhadores rurais, tais quais, as secas de 1877 e outras tantas que se seguiram, buscavam a Amazônia e o centro sul do país como refúgio para superação das condições de vida no Nordeste. Evidentemente, que nesses momentos de estiagem os deslocamentos ocorriam em maior intensidade, pois não significa que fora destes recortes históricos não houvesse um deslocamento de população de várias partes do mundo e do Brasil para a Amazônia.

Em dezembro de 1940 Vargas determinou ao Ministério da Agricultura que fossem: “[...] tomadas providências necessárias à intensificação da corrente imigratória de nordestinos, para o repovoamento dos seringais do Amazonas e do Acre [...]”¹⁴², mesmo que o governo já viesse atuando nesse processo ao conceder: “[...] transporte gratuito para os imigrantes, do local de origem até o hinterland amazônico. Nos portos de embarques dos emigrantes vem sendo feita a seleção dos homens sadios e trabalhadores”.¹⁴³

O Ministério da Agricultura entendeu que essa determinação de Vargas seria uma tarefa que envolveria vários setores e instituições, necessariamente, os governos locais estaduais e municipais, o Ministério do Trabalho e o da Educação com, o intuito de: “[...] preparo do meio, para possibilitar o êxito dos novos elementos recebidos”¹⁴⁴ e, vai mais longe, ao diagnosticar que:

A solução dos vários problemas relacionados com o desenvolvimento da região depende, precisamente, do melhoramento de suas condições naturais; da reunião dos elementos necessários ao aumento de sua capacidade produtora; da organização do trabalho, de modo a assegurar a fixação do homem na terra, do saneamento em que terão de colaborar o governo do Amazonas e o Ministério da Educação; do repovoamento, em que agirão, simultaneamente, o govêrno amazonense e o Ministério do Trabalho; da colonização e do desenvolvimento agrícola, sob bases nacionais, em que o Ministério da Agricultura terá que exercer importante atuação.¹⁴⁵

¹⁴¹ Ata da sessão ordinária da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas realizada em 26 de setembro de 1942.

¹⁴² Para o repovoamento dos seringais da Amazônia. O Acre, nº 560, ano XII, 27 out.1940, p.06

¹⁴³ O Acre, nº 560, 1940, p. 01.

¹⁴⁴ O Acre, nº 560, 1940, p. 01.

¹⁴⁵ O Acre, nº 560, 1940, p. 01.

Nesse mesmo ano, são regulamentadas: “[...] *as relações entre os imigrantes e os seringalistas, de modo que êstes fiquem a cavaleiro de prejuízos pela falta de cumprimento de compromissos tomados no contrato inicial*”.¹⁴⁶

O Diretor da Divisão de Terras e Colonização elaborou a minuta do contrato e apresentou ao agrônomo Carlos de Souza Duarte, que respondia pela pasta da Agricultura, no período de junho de 1941 a fevereiro de 1942.

A minuta de contrato entre o trabalhador e o seringalista teve a aprovação do sr. Ministro Fernando Costa, devendo ser mimeografada e remetida para os srs. Interventores na Amazônia, Associações Comerciais e Inspetores do Departamento Nacional de Indústria, dos Estados donde emigram os trabalhadores, bem como dos que os recebem.¹⁴⁷

Dentre outras medidas disciplinadas, o instrumento legal previa que: “*O contrato deve ser assinado em 3 vias ficando duas com os interessados e uma com o Inspetor do D.N.I., onde tiver sido o mesmo assinado.*”¹⁴⁸ Além disso, o contrato previa:

[...] poder o pagamento ao seringueiro ser feito a dinheiro ou em quantidade de borracha correspondente; a que obriga o proprietário a fornecer, gratuitamente, ao arrendatário meios de transporte para si, seu pessoal e suas bagagens, da estação ou porto próximos ao seringal e dêste àquela, depois de findo o prazo estabelecido no contrato e, bem assim, casa para residência; a que permite o arrendatário comprar os gêneros de que precisar, onde lhe convier, e a que discrimina o horário de trabalho e de refeição e repouso.¹⁴⁹

A contrapartida das “benesses” jurídicas ao contrato de trabalho com o seringueiro seria: “[...] *o arrendatário se obriga a trabalhar nas ‘estradas’ que lhe forem indicadas pelo proprietário, com todo o zelo, de modo a não danificar a seringueira, preparando convenientemente o látex*”¹⁵⁰.

Havia, também, a previsão de penalidades quando as cláusulas do contrato fossem transgredidas, bem como se sobre o mesmo, recaísse interpretação e dúvidas:

[...] O não cumprimento das obrigações estipuladas no contrato, por qualquer das partes, importará em multa para o infrator. As questões que suscitarem na interpretação ou execução do referido contrato serão resolvidas de conformidade com o decreto n. 3.610 de 20 de agosto de 1938.¹⁵¹

¹⁴⁶ O Acre, nº 560, 1940, p. 01.

¹⁴⁷ O Acre, nº 560, 1940, p. 01.

¹⁴⁸ O Acre, nº 560, 1940, p. 01.

¹⁴⁹ O Acre, nº 560, 1940, p. 01.

¹⁵⁰ O Acre, nº 560, 1940, p. 01.

¹⁵¹ O Acre, nº 560, 1940, p. 01. O decreto nº 3.610, de 20 de agosto de 1938 não se aplica ao caso, tendo em vista que existe um decreto com o mesmo número, porém de 20 de agosto de 1959, que organiza e cria parte da Justiça do Trabalho no Rio de Janeiro, com 02 (duas) vagas para Desembargador do Tribunal Regional do

O Ministro da Agricultura Fernando da Costa, em exposição de motivos para solucionar o problema da produção da borracha na Amazônia em franca decadência desde 1912 e, diante da emergência da guerra, na década de 1940, anunciava ao presidente Vargas em comunicações protocolares que, para alavancar a economia amazônica, precisava pôr em prática um plano de deslocamento de trabalhadores - que passava por concessão de passagem gratuita e o trabalho efetivamente regulamentado; relação contratual entre seringueiro e seringalista garantida; proteção da propriedade e bens do seringalista, em síntese sugeria: “[...] *que sejam regulamentadas as relações entre êsses imigrantes e os seringalistas, de modo a que estes fiquem a cavaleiro de prejuízos, pela falta de cumprimento de compromissos tomados no contrato inicial*”.¹⁵²

Em edição do dia 08 de dezembro de 1940, o jornal O Acre publicava matéria enviada por seu correspondente no Rio de Janeiro, escrita no dia anterior, dando conta de que: “*Finalmente, acabam de ser regulamentadas as relações entre imigrantes e os seringalistas*”.¹⁵³

Atenta à defesa dos interesses da *classe conservadora* de Manaus e dos seringalistas, a Associação Comercial do Amazonas – ACA, logo se manifestou contrária a esse estatuto jurídico, reiterando sua posição, em 1941, por ocasião de uma consulta feita pelo deputado federal, Dulfe Pinheiro Machado, que entre 13 de junho e 29 de dezembro de 1941, assumiu interinamente o Ministério do Trabalho.

Na sessão realizada em 10 de maio de 1941, responderam que: “[...] *a propósito dos contratos de trabalho a serem adotados entre seringalistas e extratores, sendo, mais uma vez, manifestada a impossibilidade de sua aplicação*”.¹⁵⁴ O termo *mais uma vez* nos faz perceber que a Diretoria da ACA já havia se manifestado sobre esse assunto.

O mesmo periódico porta-voz de Getúlio Vargas, dos Interventores e dos seringalistas, comerciantes, profissionais liberais e outros aliados, no Território Federal do Acre, na edição nº 639, de janeiro de 1943, publica o Decreto-Lei nº 243, de 11 de novembro de 1942,

Trabalho da 1ª região e 06 (seis) Juntas de Conciliação e julgamento, sendo 02 (duas) no Distrito Federal (Rio de Janeiro) e as demais em quatro municípios, também, estende as atribuições das quatro juntas para atender a outros municípios.

¹⁵² O Acre, nº 560, ano XII, 27 out.1940, p. 06.

¹⁵³ Para o soerguimento da economia da Amazônia – Regulamento do trabalho nos seringais – O pagamento do seringueiro só será feito em dinheiro ou em quantidade de borracha correspondente. O Acre, nº 566, ano XII, 08 dez.1940, p. 01.

¹⁵⁴ Ata da sessão ordinária da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas realizada no dia 10 de maio de 1941.

portanto, três meses depois de ser redigido pelo Prefeito, normatizando o trabalho no Seringal Empresa. Esse Decreto-Lei, com jurisdição e tutela exclusiva sobre o Seringal “Empresa”, vem na esteira do Decreto-Lei nº 4.841, de 17 de outubro de 1942, ou seja, quarenta e seis dias depois do decreto varguista. Vê-se, com isso, não só a sintonia, mas a teia das relações governamentais e a intervenção do poder público na economia da borracha, cujos interesses se manifestam de diversas formas.

É importante notar que, de março a novembro de 1942, tempo em que o Prefeito emite aquele decreto, já decorriam mais de 08 (oito) meses da assinatura dos **Acordos de Washington** celebrados em março daquele ano, quando os Estados Unidos da América do Norte, por meio deste acordo bilateral, iniciaram o processo de financiamento da *batalha da borracha*, reivindicado desde a reunião dos Chanceleres latino-americanos no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942.

É provável que os Estado Unidos se interessassem em ter do governo brasileiro as cautelas necessárias para as garantias trabalhistas, em decorrência de precedentes ocorridos na Amazônia peruana, durante o *boom* da borracha, ocorrido na primeira década do século XX.

Praticamente, toda a região de floresta tropical na América do Sul era produtora de borracha, retirada de diversos tipos de árvores que produziam o látex, Bolívia, Colômbia, Venezuela e Peru, sobretudo na área de Putumayo, Departamento de Loreto-Lima, onde imperavam as companhias de Julio Cesar Araña, todas de má reputação.

As primeiras denúncias contra a barbárie da Companhia dos Araña, cometida contra os índios peruanos, foram feitas pelo engenheiro Jorge von Hassel e publicadas nos jornais *La Sanción* e *La Felpa*. Hassel afirmava que alguns índios:

[...] aceptaron la civilización ofrecida por los mercadores del caucho, otros fueron aniquilados por ellos. Por el contrario el alcohol, las carabinas y las enfermedades causaron en pocos años estragos entre ellos. Tuve la oportunidad de protestar ante el mundo civilizado en contra los abusos y de la innecesaria destrucción de estos seres primitivos, quienes debido a la capacidad de los así llamados hombres civilizados, fueron considerados como meros productos mercantiles en los esclavos nativos eran cotizados como cualquier otra mercancía. A lo largo de la región selvática que se hallaba bajo el control de los gobiernos de Perú, Colombia, Bolívia y Brasil, los nativos se hallaban expuestos a los ataques, sin la protección de la ley de los blancos, que los cazaban y perseguían como a animales de la selva,

reconociendo como su único valor la suma que representaba su venta.
(...).¹⁵⁵

Com a possibilidade de fazer grandes fortunas, em 1907, os irmãos Araña passaram a negociar e a atrair o capital britânico para a extração da borracha no Peru. Para isso, criaram e registraram em Londres a Companhia Amazônica Peruana da Borracha, e os ingleses, para fazerem frente aos peruanos, fundiram, um ano depois, a empresa dos Araña em Companhia Britânica da Borracha com um capital inicial de um milhão de libras esterlinas, a qual passou a ter a participação de acionistas tanto peruanos quanto britânicos.

Desta forma foi possível participar do quadro diretivo da empresa os ingleses H. M. Read, que participava do Banco do México; J. Russel, exímio conhecedor do Peru; John Lister Kaye Bart; T. J. Medina, filho do presidente da Companhia, e J. F. Medina, um dos homens mais ricos do Peru. Em síntese, a companhia fundada era de capital inglês e peruano, sob a administração de indivíduos dos dois países.

Os Jornais *La Sancion* e *La Felpa* continuaram em outras edições com a ofensiva contra os Araña, acusando-os de terem: “[...] *total conocimiento y responsabilidad sobre el tratamiento criminal infligido a los indígenas.*”¹⁵⁶

Estes jornais, mesmo com poucos recursos e com uma circulação limitada, publicaram dez histórias de assassinatos. A reação da Companhia Britânica da Borracha, através de Medina e Read, foi suspender as edições do jornal e acusá-los de promoverem uma trama contra eles e, que tinham o apoio do governo para suas atividades de exploração da borracha. O Governo Peruano veio em defesa dos empresários, acusando os jornais de desonestos e que as histórias publicadas eram fantasiosas. O Governo não duvidou em manter sua posição e a Companhia Araña em empastelar os jornais.

Por mais que o governo peruano e a Companhia Britânica da Borracha tentassem blindar a barbárie cometida contra os indígenas de Putumayo, notícias continuavam a circular na Europa. Desta vez, em 1909 foi publicado no jornal “Truth”, de Londres, informações trazidas por experiência própria do engenheiro norte-americano W. E. Hardenburg, em que incluía testemunhos juramentados, os quais revelavam: “[...] *una horripilante historia sobre matanzas, puñaladas, flagelaciones, quemaduras y mutilaciones.*”¹⁵⁷

¹⁵⁵ CASEMENT, Roger. Putumayo: caucho y sangre – relacion al parlamento ingles (1911). Segunda edición. [s/l], Ediciones Abya-Yala, 1988, p. 5.

¹⁵⁶ CASEMENT, Roger. 1988, p. 7.

¹⁵⁷ CASEMENT, Roger. 1988, p. 8.

Aos editores do “Truth”, o cônsul britânico que estava em Londres e o cônsul americano declararam conhecer histórias similares, e diante disso, os editores consideraram as informações verdadeiras e dignas de rápida publicação, sendo a primeira reportagem a denunciar a política da Companhia *El paraíso del diablo*:

Los agentes de la compañía forzaban a los pacíficos indígenas del Putumayo a trabajar día y noche en la extracción del caucho, sin darles ni la mínima remuneración; no les daban nada de comer; les robaban las coselhas; les azotaban inhumanamente hasta que sus huesos quedaban al descubierto; no les proveían de ningún tratamiento médico, les dejaban seguir en vida hasta que comidos por los gusanos morían, para servir luego de comida para los perros y piernas (...).¹⁵⁸

Para entender a lógica da exploração do caucho no Peru: governo e empresários uníssonos e aliados na manutenção do estado de violência e atrocidades contra os índios em troca do lucro fácil para eles e a violência inadmissível para os indígenas de Putumayo.

Outro aspecto no contexto da exploração do caucho no Peru, é que ela se operacionalizava num momento de forte apoio e influência da Inglaterra com investimentos do capital britânico na Companhia Amazônica Peruana da Borracha ou *Peruvian Amazon Rubber Co.*¹⁵⁹, como passou a se chamar a companhia dos Arañas depois que se transformou numa empresa de caucho transnacional.

Outro aspecto é que a região de Putumayo era disputada pela Colômbia desde o final do século XIX, e a influência inglesa na região colocava em risco as pretensões dos Estados Unidos da América do Norte.

Embora a violência e genocídio cometido contra os indígenas da região de Loreto no Peru, tenham ocorrido ainda no final do século XIX início do XX, tenham levado os norte-americanos a exigirem um marco legal para poderem financiar a produção da borracha na Amazônia brasileira, no período da Segunda Guerra Mundial.

2.2 Garantia da exploração dos seringueiros pela legalidade jurídica: o Termo de Compromisso

O marco regulatório para proteção dos migrantes trabalhadores brasileiros na Amazônia estava garantido nas cláusulas do *termo de compromiso*, uma espécie de *contrato*

¹⁵⁸ CASEMENT, Roger. 1988, p. 8.

¹⁵⁹ PANDO, Óscar Paredes. Explotación del caucho-shiringa, Brasil-Bolivia-Peru: economías extractivo-mercantiles en el Alto Acre – Madre de Dios. Cusco: JL Editores, 2013, p. 163.

coletivo de trabalho elaborado em comum acordo entre o Governo Getúlio Vargas, através das agências de articulação e mobilização destes trabalhadores para a Amazônia, no Brasil – o Departamento Nacional de Imigração – DNI, e preposta *Rubber Reserve Company - RRC* que, depois deu lugar a *Rubber Development Corporation - RDC*, por parte dos Estados Unidos, e os trabalhadores brasileiros. Este documento salvaguardava mais os interesses dos Estados Unidos do que do Brasil.

Segundo o historiador Pedro Martinello¹⁶⁰, comparando com os regulamentos de trabalho no primeiro período do *boom* da borracha, estipulado unilateralmente pelos patrões-seringalistas, este novo contrato até que representava um avanço nos direitos trabalhistas nos seringais. É algo contestável, pois, o próprio Martinello se esforça para desmistificar essa realidade.

Entretanto, o *termo de compromisso* não era o único dispositivo legal, pois o Prefeito da cidade de Rio Branco, capital do Território Federal do Acre, em novembro de 1942, através do Decreto nº 243, talvez interpretando erroneamente o Decreto-Lei nº 4.841, de 17 de outubro de 1942, avocou para si autoridade para regular as relações de trabalho no Seringal “Empresa”, defendendo no preâmbulo uma sintonia entre o município e o Governo Federal: “[...] ao lado dessa competência corre em cooperação paralela a do Município[...]”.¹⁶¹ Acreditava possuir competência atribuída pelo decreto federal para legislar sobre o extrativismo e as relações de trabalho no seringal:

Atendendo a que ao lado dessa competência corre em cooperação paralela a do Município a quem incumbe a arrecadação administrativa da produção nos moldes do decreto-lei n. 4.841, de 17 de outubro de 1942, que dispõe sobre o desenvolvimento da colheita, beneficiamento e guarda da borracha, para melhor execução do convênio de Washington, resolve baixar o seguinte regulamento, que será observado na arrecadação da borracha e produtos extraídos no seringal “Empresa” e no seu transporte para o porto de embarque.¹⁶²

Essa *cooperação* não se restringia somente a articulação e empenho ou colocar a máquina administrativa em favor da campanha da *batalha da borracha*, no sentido de

¹⁶⁰ MARTINELLO, Pedro. A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico. Rio Branco: UFAC, 1988. Cf. A vida e o regime de trabalho nos seringais, p. 250ss.

¹⁶¹ ACRE. Prefeitura do Município de Rio Branco. Decreto-Lei nº 243, de 11 de novembro de 1942. Regulamenta o trabalho e a produção da borracha no seringal “Empresa”. In: O Acre, nº 679, de 31 jan.1943, p.03.

¹⁶² ACRE. Prefeitura do Município de Rio Branco. Decreto-Lei nº 243, de 11 de novembro de 1942. Regulamenta o trabalho e a produção da borracha no seringal “Empresa”. In: O Acre, nº 679, de 31 jan.1943, p.03.

interferir e organizar diretamente a produção. O prefeito entendia que era dever dele regulamentar as relações de trabalho no Seringal Empreza.

E essa regulamentação coincide com uma declaração do futuro interventor do Acre Luiz Silvestre Gomes Coelho, que à imprensa carioca, em 23 de setembro de 1942, antes de viajar e assumir seu posto de Interventor no Acre, disse:

Sou cearense, filho de Sobral. Meu Estado é o que maior contingente de trabalhadores dá à zona da borracha. Desde criança, que ouvia falar da escravização dos trabalhadores em seringais. *Tudo farei e com íntima satisfação para que o cativo não volte aos sertões do extremo norte*, onde procurarei incentivar a agricultura sempre relegada a segundo plano, pelas vantagens mesmo que a borracha oferecia e voltará a oferecer. As informações que tenho da população acreana, são excelentes, no que diz respeito ao trabalho e à ordem. População honesta, laboriosa e pacata que esteve mergulhada por algum tempo em grande pobreza e que agora está ressurgindo. Para mim será motivo de enorme satisfação poder se impulsioná-la, colaborando com meu esforço para mais rápido e melhor porvir desse povo.¹⁶³ (sem grifo no original)

A matéria foi replicada no Jornal o Acre sob o título *O tempo do cativo nos seringais não voltará mais* talvez uma mera retórica para impressionar os burocratas militares e civis de plantão na Avenida Rio Branco. De qualquer forma representa uma nova atitude política ante a nefasta prática de espoliação do seringueiro. No fundo é necessário perscrutar se o Interventor de Vargas, no Acre, cumpriu com sua promessa implementando mecanismos de fiscalização e punição.¹⁶⁴

Provavelmente, deste manifesto, apressou-se o prefeito *Manoel Fontenele de Castro* ao outorgar, um mês depois, o Decreto-Lei nº 243, publicado em matéria do jornal *O Acre*, edição nº 679, de janeiro de 1943, regulamentando a produção e as relações de trabalho no Seringal “Empreza”.

¹⁶³ O tempo do cativo nos seringais não voltará mais. In: O Acre, nº 622, ano XIV, 04 out.1942, p. 01.

¹⁶⁴ Depois de um bom tempo que escrevi sobre a entrevista de Luiz Silvestre Gomes Coelho, voltei em dezembro de 2012, aos arquivos do jornal O Acre, depositados no Museu da Borracha, em Rio Branco - Acre, de certa forma, para responder a problematização apresentada acima. Construí uma mudança de escala que seria um recorte no período de intervenção deste militar no Acre, que foi de 25 de outubro de 1942 a 14 de fevereiro de 1946, portanto, aproximadamente, quatro anos de governo, que abrange a maior parte dos Acordos de Washington. Durante este novo percurso de investigação histórica, os indícios apontam para uma omissão do governante ante a situação de escravidão por dívida do seringueiro. Tendo em vista que dos 309 decretos emitidos por Luiz Silvestre Gomes Coelho nenhum deles acode aos seringueiros, é uma omissão absoluta. O que leva um gestor público calar-se diante de tanta opressão?

Porém, em nenhum momento o decreto federal nº 4.841, 17 de outubro de 1942¹⁶⁵, autorizava o Prefeito a emitir normas regulamentando as relações de trabalho nos seringais, a produção e comercialização da borracha, pois atribuiu ao Banco de Crédito da Borracha a responsabilidade para tomar as medidas necessárias e adequadas para o funcionamento da economia extrativista em tempos de guerra. Conforme se ver no art. 5º do mesmo decreto, estaria havendo uma superposição de poderes nas atribuições de regulamentar o trabalho e a produção da borracha:

Ao Banco de Crédito da Borracha S.A. compete superintender a produção da borracha, expedindo, por meio de “avisos”, as instruções que os seringalistas e seringueiros terão de seguir, solicitando, sempre que julgar necessário, a cooperação dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Agricultura nos assuntos a estes peculiares.¹⁶⁶

Em princípio, não cabia ao prefeito regulamentar as relações de trabalho no seringal “Empresa”, talvez, o fez por conta do seringal ser uma propriedade pública do Município de Rio Branco e, estava arrendado para particulares, pois quatro anos depois, em 1946, por meio do processo nº 30.160-46, não se sabe se administrativo ou judicial, a Prefeitura reivindicava ou questionava a conveniência e pedia a anulação do arrendamento do seringal:

ATA DA 39ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 1946. Ofício do Governador do Território do Acre sobre a situação em que se encontra o seringal denominado “Empresa” proc. nº 30.160-46.
- Opinar pela aprovação do parecer do relator, que assim conclui:
"nulo o arrendamento e não sendo este, como se afirma, conveniente aos interesses públicos e do território, a administração do Acre deverá emitir-se, pelos meios judiciais, na posse do referido imóvel, dando-lhe a destinação aconselhável aos citados interesses."¹⁶⁷

Desde 1934 passou a vigorar um Código Florestal Brasileiro, para impor restrições ao avanço da economia do café no sudeste do país, que aumentava as áreas de produção para incrementar a produtividade. As florestas destes Estados eram colocadas à baixo, de forma predatória, sem nenhum critério. Esse código disciplinava o uso das florestas públicas e privadas e classificavam-na de: protetoras; remanescentes; modelo; e, de rendimento.

¹⁶⁵ BRASIL. Decreto-Lei nº 4.841, de 17 de outubro de 1942. Dispõe sobre o financiamento a ser concedido pelo Banco de Crédito da Borracha S.A. para o desenvolvimento da produção da borracha, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4841.htm. Acesso em 2012.

¹⁶⁶ BRASIL. Decreto-Lei nº 4.841, de 17 de outubro de 1942. Dispõe sobre o financiamento a ser concedido pelo Banco de Crédito da Borracha S.A. para o desenvolvimento da produção da borracha, e dá outras providências. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4841.htm. Acesso em 2012

¹⁶⁷ O Acre, nº 798, Ano XVII, 15 dez.1946, p. 01.

O código previa que o uso das florestas públicas de rendimento se desse por meio de concorrência pública, bem como a exigência de fixação dos limites territoriais para a devida exploração.¹⁶⁸

Os seringais da Amazônia se enquadravam dentro da característica de florestas de rendimento, mas não podemos afirmar que se constituíam em exploração industrial intensiva, dado o baixo nível técnico empregado na extração do látex e fabrico da borracha. Também, não sabemos se o Prefeito abriu concorrência pública para exploração do Seringal “Empresa”.

O código não era claro em relação à definição de *exploração industrial intensiva*, atribuindo muito mais a uma questão de controle administrativo do que de característica de produção agrícola ou extrativa: *Entende-se por exploração florestal intensiva a que sofre unicamente as restrições estabelecidas expressamente pela repartição florestal competente, de conformidade com este código.*¹⁶⁹

Se não podia fazê-lo, o fez, e a lei municipal estipulava uma série de parafernália jurídica para resguardar a produção e o trabalho do seringueiro. O artigo primeiro chama a atenção que, para a extração do látex, o seringueiro ficará isento de pagar o arrendamento ou quaisquer outras taxas. O art. 4º ainda reforça esta proibição - O seringueiro é isento do pagamento de qualquer taxa, armazenagem, impostos ou outras despesas como as de freteiro encarregado do transporte do produto para entregar à “Cooperativa dos Seringueiros”.¹⁷⁰

Esses dispositivos devem ser observados porque, tradicionalmente, os seringueiros foram submetidos a um regime de espoliação tributária; aqui, a lei municipal afastava, em tese, os seringueiros da responsabilidade dos encargos tributários, taxas e outros emolumentos. Antes, isso era embutido no processo de endividamento do seringueiro com um artifício chamado “renda”. Esta consistia em cobrar do seringueiro a taxa de 10 a 20% em borracha, em benefício do patrão, como pagamento da exploração do seringal, cujo pagamento era feito com parte da produção do seringueiro - a borracha. Na realidade era mais uma forma de extorquir o seringueiro.

Neste caso é o poder público, mais próximo, com mais probabilidade de fiscalização dada a proximidade do seringal Empresa, que arrendara para particulares. Não é um caso de seringalista proprietário do seringal a organizar e impor sua própria lei, sua própria norma;

¹⁶⁸ BRASIL. Decreto-Lei nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Approva o código florestal. Arts. 36 e 37.

¹⁶⁹ BRASIL. Decreto-Lei nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Approva o código florestal. Arts. 36 e 37.

¹⁷⁰ ACRE. Prefeitura do Município de Rio Branco. Decreto-Lei nº 243, de 11 de novembro de 1942. Regulamenta o trabalho e a produção da borracha no seringal “Empresa”. In: O Acre, nº 679, de 31 jan.1943, p.03 .

considerando, ainda, que já vinha de cima a norma mestra. Este caso é *sui generis*, pois é o Poder Público que disciplina e impõe a lei, para organizar a produção.

O decreto nº 4.841 não trata de cifras relacionadas a tributação, taxas ou qualquer outro tipo de emolumentos, mas disciplina o rateio da produção da borracha entre o seringueiro, o patrão/seringalista e o dono do seringal, depois da borracha vendida ao Banco de Crédito da Borracha: *“O valor líquido, depois de vendida a borracha, se distribuirá na proporção de 60% para o seringueiro, 33% para o seringalista e 7% para o proprietário, sendo essa proporção aplicada a partir desta data até mesmo aos contratos de arrendamento já existentes.”*¹⁷¹

Este dispositivo nos leva a especular sobre quem é seringalista e quem é proprietário. São dois personagens distintos? Pode ser que sim e que não. A distinção é que o proprietário pode ser seringalista ou não, por exemplo, quando ele arrenda o seringal, neste caso, um terceiro explora a atividade, este é o arrendatário, é o seringalista, e o dono é o proprietário afastado da atividade.

Então, temos duas situações no rateio da produção da borracha: se o seringal está sendo explorado por um arrendatário, este tem somente direito a 33% da produção e os outros 7% para o proprietário; no caso do proprietário, ele mesmo explorar o seringal, tanto de acordo com o art. 4 quanto com o § 1º, a ele cabe a cota de 40%, pois abocanha os dois percentuais.

O que acontece de fato é que alguns seringalistas-proprietários arrendaram seus seringais para serem explorados por arrendatários. É o caso de Antonio Marinho Falcão que locou o seringal “Liberdade”, localizado no rio Purus, com aproximadamente 1.200 estradas de seringueiras, para Horácio Guedes da Silva. Este arrendamento desdobrou-se num litígio judicial nos fóruns de Rio Branco-AC e Belém-PA, capitaneado pelo Banco de Crédito da Borracha que emprestara dinheiro para Horácio, e este não honrou o compromisso assumido perante a instituição financeira, ou seja, produzir borracha e com esta pagar o empréstimo.¹⁷²

É estranho o rateio da borracha proposto pelo decreto federal. O que motivou os legisladores ou técnicos do governo a instituírem essa forma de partilha do produto feito pelo seringueiro? Considerando que ele arca com os custos da produção, ou seja, é quem paga os alimentos superfaturados adquiridos no barracão, é quem paga os instrumentos de trabalho, é

¹⁷¹ BRASIL. Decreto-Lei nº 4.841, de 17 de outubro de 1942. Dispõe sobre o financiamento a ser concedido pelo Banco de Crédito da Borracha S.A. para o desenvolvimento da produção da borracha, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4841.htm. Acesso em: 2012

¹⁷² Fundo: Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Território Federal do Acre. Juizado de Direito da Comarca de Rio Branco. Ação de rescisão de contrato nº 4.758. Rio Branco, 17 de março de 1944, p. 38.

quem paga o próprio “salário” para trabalhar, uma vez que deste ele é expropriado, o remédio, a passagem e tudo que consumiu até chegar ao seringal, e o que lhe sobra para um encontro de contas é a borracha que produz, porque ele não é dono, proprietário do resultado do seu trabalho.

É possível explicar isso pelas leis de mercado? Sim, e estaremos a explicitar isso melhor quando abordarmos o capítulo que trata do comércio, das transações comerciais entre cidade e seringais, envolvendo todos os agentes vinculados à cadeia produtiva, com uma nova proposta para compreensão do processo produtivo tradicionalmente conhecido por *sistema de aviamento*, onde nele se estabelecem, criam e recriam as relações de produção, o estabelecimento das normas, sistemas de controle, enfrentamento e resistência à opressão do padrão seringalista.

Como veremos mais adiante, aquele rateio era uma farsa, pois invertia a lógica da acumulação de capital por parte do seringalista, das casas aviadoras e outros exploradores que não se situavam na base da cadeia produtiva, mas no cume.

Nesse processo que o Banco da Borracha executa Horácio Guedes da Silva, aliás, o Banco não só executa, mas, promove uma intervenção, faz uma auditoria, uma devassa na contabilidade do Seringal “Liberdade”, os auditores encontram uma relação com o nome de vários funcionários da burocracia seringalista que se retiraram durante a gestão do seringalista, Sr. Horácio Guedes da Silva. Em seguida o rol das pessoas e os valores contabilizados, onde se veem mais devedores do que credores, em função de serviços realizados no seringal, como sejam:

[...] Manoel Macário, ferreiro, CR\$ 10.404,90; Odílio Melo, mateiro, CR\$ 3.870,20; João Francisco, mateiro, CR\$ saldado; Fernandes Barroso, gerente, CR\$ 1.789,20; Juvêncio Francisco, mateiro, CR\$ 1.122,30; Pedro Inácio, mateiro, saldado; Manoel Rufino, mateiro, CR\$ 882,90; Antonio Venancio, mateiro, saldado; Manoel Ferreira, seringueiro, CR\$ 2.200,30; Gregorio Amaro, fiscal, saldado; Enéas Pinto Mesquita, seringueiro, CR\$ 421,00; Vicente Ferreira, seringueiro, 2.668,00; e, Joaquim Paulino, CR\$ 1.000,00.¹⁷³

No documento há umas ressalvas de que Vicente Ferreira havia falecido, e Joaquim Paulino nunca compareceu ao seringal, não era seringueiro. Paulino era guarda da cadeia de

¹⁷³Fundo: Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Território Federal do Acre. Juizado de Direito da Comarca de Rio Branco. Ação de rescisão de contrato nº 4.758. Rio Branco, 17 de março de 1944, p. 38.

Sena Madureira, mas recebera de Horácio a quantia de Cr\$ 13.500,00: “*para se transportar ao seringal e ali instalar um depósito de estivas (comércio)*”.¹⁷⁴

Provavelmente este valor foi uma propina paga por Horácio para ter a garantia e a segurança de que seus negócios não seriam perturbados.

Horácio foi levado às barras do Tribunal de Segurança Nacional, talvez um caso raro, visto que os seringalistas, que efetivamente estavam engajados com a produção da borracha, estavam protegidos pelo aparato policial e jurídico, mas Horácio não teve a mesma sorte. Ele não era um seringalista, talhado na lida e nas artimanhas da corrupção dos seringais, não conhecia os segredos desta atividade. Era um aventureiro, um mero arrendatário. O suposto desvio do empréstimo levou o Procurador do Tribunal de Segurança – Gilberto Goulart de Andrade a apresentar denúncia, com fundamento no art. 3º, inciso III, do Decreto-Lei nº 869/1939, contra Horário Guedes, por ter tomado: “[...] *emprestado ao Banco de Crédito da Borracha S. A. a importância de um milhão trezentos e trinta mil cruzeiros para ativar a produção da borracha do seu seringal, desviando-a em outros fins estranhos ao contrato*”.¹⁷⁵

O caso foi distribuído ao ministro Teodoro Pacheco.

A perspectiva de retribuição por alguma modalidade de pagamento de salário para o seringueiro, *a priori* estava estabelecida na fórmula do Decreto-Lei nº 4.841/42 e no *regulamento* redigido pelo Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria e refutado pela Associação Comercial do Amazonas.

Indaga-se se seria possível ante as supostas facilidades inibir ou acabar com o sistema de aviamento que escravizava o seringueiro pela dívida? Isso era impossível, pois podemos assegurar que o patronato seringalista-comercial urbano em Manaus e em Belém era totalmente articulado e mancomunado com a política-econômica, administrativa, cultural e jurídica da borracha. Havia uma sintonia, até podemos dizer uma simbiose entre as duas associações comerciais na defesa intransigente de seus interesses. Houve um momento em que ocorriam negociações com o Governo Federal pela política de fixação do preço da borracha, e a Associação Comercial de Belém contrariou a defesa da Associação Comercial do Amazonas, ao defender a política para a borracha dos empresários paulistas e cariocas; isso foi o suficiente para criar um incidente de grande magnitude.

Na manhã do dia 30 de junho de 1942, o empresariado local, através de sua Associação se reuniu para discutir vários temas. Trataram da conjuntura internacional, da

¹⁷⁴ Fundo: Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Território Federal do Acre. Juizado de Direito da Comarca de Rio Branco. Ação de rescisão de contrato nº 4.758. Rio Branco, 17 de março de 1944, p. 38

¹⁷⁵ Abusou da confiança do Banco – um seringalista nas malhas do T. de Segurança. O Acre, nº 757, ano XIV, Rio Branco, 30 jul. 1944.

situação da guerra. Comunicou o encontro com o Interventor Álvaro Maia e se colocou ao lado do Estado ao convocar o próprio Interventor para a comunhão com o Interventor-mor Getúlio Vargas para conduzir os destinos da Associação. Também leram um telegrama do Diretor do Instituto Agrônômico do Norte, com sede em Belém, que pedia a crítica sobre um projeto de regulamentação da borracha, principalmente na parte que entende com o Estado do Amazonas e pedia, ainda, consulta sobre as medidas que deveriam ser adotadas para garantir o aumento da produção da borracha. A resposta da Associação foi no sentido de que continuam com o mesmo pensamento, de lutar por: “[...] *medidas de segurança ao produtor mais adequadas sendo indispensável uma garantia de preços por cinco anos e preço mínimos oferecidos antecipadamente aos produtores por espécies de borracha*”.¹⁷⁶

Quanto à fixação de um preço mínimo para a borracha não era uma boa política comercial, diante do contexto internacional e da procura por esta matéria-prima. Assim, em 3 janeiro de 1941, o Interventor interino do Estado do Amazonas, Ruy Araújo, envia correspondência ao Presidente da Associação Comercial do Amazonas anunciando um acordo entre os Estados Unidos da América do Norte e a Grã-Bretanha para a compra de 180 mil toneladas de borracha da Amazônia referente a toda produção do ano que se iniciava.¹⁷⁷

Em julho do mesmo ano, o Delegado Técnico na Europa e Diretor do Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil em Berlim, Cel. Gaelzer-Netto, depois de anunciar o sucesso que estava tendo na Europa ao divulgar o guaraná e indagar à Associação Comercial do Amazonas sobre a possibilidade de ter uma produção à altura da demanda daquele continente, adverte que: “*Continua enorme a procura da nossa borracha no mercado europeu assim que, me parece muito conveniente os exportadores brasileiros não se comprometerem com contratos longos para fornecimentos, á preços fixos*”.¹⁷⁸

O Estado brasileiro ainda não declarara guerra contra os alemães, e as relações entre os dois países continuaram em plena cordialidade, mesmo quando os Estados Unidos da América do Norte estava envolvido no combate ao bloco europeu contrário à pseudo-democracia e à ideia de justiça, o Brasil, através de Getúlio Vargas, aplicava uma política de equidistância, ou seja, negociava e realizava acordos comerciais tanto com os Estados Unidos quanto com a Alemanha, simultaneamente.

¹⁷⁶ Ata da sessão ordinária da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas realizada em 30 de junho de 1942.

¹⁷⁷ Associação Comercial do Amazonas. Correspondências recebidas, 1941. Carta nº 4348/41/Vo, Berlim, 21 de julho de 1941.

¹⁷⁸ Associação Comercial do Amazonas. Correspondências recebidas, 1941. Ofício nº 9, de 3 de janeiro de 1941.

A orientação e recomendação do Cel. Gaelzer-Netto advinha, também, dos círculos sociais e das relações de poder estabelecidas com o Reich, onde transitava como autoridade diplomática brasileira. O contexto dessa relação aparece num evento descrito no *El Observador del Reich* n. 134, de 13 de junio de 1941, quando da realização de uma festa de confraternização promovida pela Embaixada Brasileira em que se comemorava o quinto aniversário da fundação do Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil, em Berlim.

Esse evento contou com a participação de um grande número de membros da Embaixada e do Consulado brasileiros, vários ministros de Hitler, do Instituto Ibero-Americano, do Instituto de Estudos Estrangeiros da Universidade de Berlim, representado pelo professor catedrático Kessewetter, bem como representantes do comércio, da indústria e dos bancos alemães.

A ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes, abriu os trabalhos, fazendo crer haver ali um ar de brasilidade tropicalista.

Fazendo uso da palavra, o Cel. Gaelzer-Netto destacou o papel, a relação de amizade e a prosperidade da relação comercial estabelecida com a Alemanha e fez questão de referenciar um dos colaboradores mais íntimo do Führer - Alfred Rosenberg, que não media esforços para trazer à comunhão do Brasil os interesses alemães. Em seu discurso o Cel. Gaelzer-Netto assegurou que: “[...] o Brasil se manterá firme em sua política de estrita neutralidade e que continuará realizando todo seu empenho em promover suas relações comerciais com todas as nações de boa vontade”.¹⁷⁹

O ambiente de camaradagem se prolongou até altas horas da noite com o Escritório Técnico Brasileiro exibindo, ainda, dois filmes mostrando a beleza paisagística e o desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro e São Paulo.

Naquela sessão, o Presidente Auton Furtado, um coronel de barranco que fez fortuna em Vila Seabra, Território do Acre, hoje, Tarauacá, Estado do Acre, colocou para discussão um ofício de sua coirmã, considerado por ele um verdadeiro libelo contra sua pessoa.

O referido documento foi apresentado a todos os diretores e tratava do problema das garantias da borracha, embora tendo o diretor Nunes de Lima usado de todos os meios em defesa deste propósito. O cerne do conflito e das desavenças entre as duas Associações é que o Presidente da Associação Comercial do Pará defendeu os empresários industriais e não o produtor de borracha: “[...] traindo, assim, aqueles que procuravam solucionar o caso da

¹⁷⁹ Associação Comercial do Amazonas. Correspondências recebidas, 1941. *El Observador del Reich* n. 134, de 13 de junio de 1941.

borracha, procurando uma garantia, não somente aos industriais, mas, também, e sobretudo, ao extrator da nossa hevea”.¹⁸⁰

A Associação Comercial do Amazonas havia enviado cartas endereçadas ao Presidente Getúlio Vargas; a Joaquim Eulálio do Nascimento e Silva – Presidente da Defesa Econômica Nacional; a Leonardo Truda – Diretor da Carteira da Exportação e Importação do Banco do Brasil, e concedido diversas entrevistas na imprensa no Rio de Janeiro defendendo a produção da borracha e, por conta disso, denunciavam, naquele instante, o Presidente da Associação Comercial do Pará que: “[...] *não foi sincero nas negociações que levou a efeito em S. Paulo e no Rio de Janeiro*”.¹⁸¹

Oliveira Marques se posicionou no sentido de ignorar o ofício da congênere o que foi questionado por Fausto Dario Mendes, ao dizer que deveria sim: “[...] *tomar conhecimento dos dizeres do ofício para se refutar ponto por ponto as insinuações que nele se fazia à pessoa do sr. Presidente*”.¹⁸²

O Presidente Auton Furtado relatou sobre a visita que fizera ao Presidente Eugenio Soares e que o mesmo havia demonstrado interesse na sua conferência, todavia, tomando conhecimento dos fatos hoje: “[...] *considera o sr. Eugenio Soares um traidor*[...]”¹⁸³. Continuando os debates, Aristoteles Bomfim, Fausto Dario Mendes, Charles F. Baumam e Sidney Russel eximem-se de votar alegando que não receberam, a tempo, o ofício posto em discussão.

O diretor Nunes de Lima convidou Oliveira Marques a retirar sua proposta, uma vez que a reunião prosseguiria à tarde por falta de quórum, sendo este reticente em fazê-lo e exigiu que ficasse consignada em ata, recebendo, também o apoio de Oscar Maia que fundamentou o apoio a Marques no art. 52 do Estatuto da Associação.

Retomado os trabalhos à tarde, a reunião começou presidida por Auton Furtado, segundo vice-presidente, tendo em vista que os de escalão maior na hierarquia do Instituto não reuniam condições para tal. Os debates continuam onde os diretores se manifestam em apoio ou rejeição à proposta de Oliveira Marques. Valdemar Pinheiro de Souza defendeu, contrariando Marque, que:

[...] não se deveria como não se deve tomar uma resolução tão brusca quanto a proposta pelo diretor Oliveira Marques. [...] considera os termos da C.T.N.

¹⁸⁰ Ata da sessão ordinária da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas realizada em 30 de janeiro de 1942.

¹⁸¹ Ata de 30 de janeiro de 1942.

¹⁸² Ata de 30 de janeiro de 1942.

¹⁸³ Ata de 30 de janeiro de 1942.

de 10 do corrente severos demais, além de que os seus termos não representam, de forma alguma, a resposta à pergunta da congênere paraense. Considera os rompimento das duas associações como de graves consequências, principalmente e sobretudo, na atual situação em que atravessa o mundo e no instante em que o Chefe [inelegível] Governo Nacional diz que devemos ‘unimo-nos cada vez mais para uma colaboração em conjunto porque’ dessa colaboração surgirá um estado forte, coeso, capaz de promover a ventura e a fortuna da coletividade acima dos ódios e das rivalidades’ e que devemos colocar ‘acima dos partidos e das competições pairam a imagem da pátria’.¹⁸⁴

Encerra seu discurso propondo que se encontre uma solução conciliatória para levar a efeito entendimento com o presidente Nunes de Lima: “[...] *afim de que se obtenha uma solução pacífica, sem quebra de dignidade de qualquer lado e declara estar autorizado pelo sr. dr. Alvaro Maia a dizer que S. Exia. está a disposição da Associação para servir de arbitro nesse importante assunto*”.¹⁸⁵

Aristoteles Bomfim ao apoiar a tese de Valdemar Pinheiro de Sousa, estende em longo discurso apontando os motivos por que se deve rejeitar a proposta de Marques. Os debates são acirrados, tendo ainda Isaac Sabá recusado apoiar Marques, o que este insiste na defesa de sua tese. Oscar Maia insiste em afirmar que a congênere paraense não colabora na solução dos problemas da região amazônica. Valdemar Pinheiro de Sousa destaca as qualidades de um bom rotariano, que é Nunes Lima, cuja força está em ‘dar de si antes de pensar em si’.

Oscar Maia, usando da palavra, mantém o espírito fleumático dos que defendem o confronto: “[...] *não devemos recuar ante qualquer ameaça e que se deve manter o prestígio do sr. Nunes de Lima, não se tomando conhecimento desse libelo acusatório contra o mesmo e que uma resolução em contrário só poderá ser considerada uma covardia*”.¹⁸⁶ Estas palavras de Oscar Maia encontram resistência em Aristoteles Bomfim, que retruca dizendo que:

[...] covardia seria se se apoiasse a proposta do sr. Oliveira Marques, porque se houve desaforos esses partiram do nosso Instituto e que a resposta do Pará constitui uma represália aos termos agressivos e insultuosos com que o sr. Nunes de Lima se referia à congênere paraense. A situação é grave e como bem disse o diretor Valdemar Pinheiro de Sousa devemos cumprir a recomendação do presidente Vargas unindo-nos cada vez mais para o bem estar da coletividade e progresso do país e conclui dizendo que o momento exige calma e reflexão.¹⁸⁷

¹⁸⁴ Ata de 30 de janeiro de 1942.

¹⁸⁵ Ata de 30 de janeiro de 1942.

¹⁸⁶ Ata de 30 de janeiro de 1942.

¹⁸⁷ Ata de 30 de janeiro de 1942.

Ao longo da sessão, os debates continuam com tom agressivo e há certa animosidade, configurando ao longo dos trabalhos duas propostas: uma que entende uma via conciliatória satisfazer a posição dos paraenses, e a outra que defende o rompimento e uma resposta agressiva ao presidente da Associação Comercial do Pará. Em votação, venceu a proposta conciliatória do diretor Valdemar Pinheiro de Sousa, que no início da reunião se colocou como emissário do Interventor Álvaro Maia, uma vitória apertada: 8 (oito) votos a favor e 7 (sete) votos contra.

O encaminhamento da proposta vencedora implicava a formação de uma comissão para conversar com o presidente Nunes de Lima, a qual incluía o nome de Oliveira Marques, que se recusou participar da mesma por: “[...] *considerar uma indignidade tal resolução*”.¹⁸⁸ Abílio da Silva e Sá, também se recusou a participar pelo mesmo motivo ao ser indicado para substituir Oliveira Marques.

É provável que algo que pesou na aprovação da proposta conciliatória entre as duas associações foi, embora em nenhum momento isso tenha tomado o rumo das conversas, Sousa ter apresentado o Interventor Álvaro Maia como árbitro para solução do conflito.

Na sessão seguinte, realizada em 07 de fevereiro, o Presidente Auton Furtado pede uma retificação na ata, na tentativa de consertar a acusação de “traidor” atribuída ao colega paraense Eugênio Soares, “[...] *dizendo que não se referira nesses termos ao sr. Presidente da Associação Comercial do Pará e sim que o chamava como continúa a chama-lo de ‘mistificador’*”.¹⁸⁹

O incidente assumiu proporção destruidora a ponto de o Presidente Nunes de Lima colocar em caráter irrevogável a renúncia ao cargo de Presidente, o que foi refutado por todos.

Na reunião que acabou por não ter *quorum* e que prosseguiu na parte da tarde sem oito dos diretores, a fuga lhes custara a acusação, por um dos colegas, de *falta de coragem moral* para debaterem o assunto, mas o que seria um suposto boicote, deu-se por motivos de força maior, segundo os faltosos. No final pactuaram e aprovaram fazer sem efeito os termos *falta de coragem moral*.¹⁹⁰

Vê-se que a pauta fundamental das duas Associações era a política de produção da borracha, de toda a engenharia que envolvia as transações nacionais e internacionais desta matéria-prima, isso fazia com que debates acalorados criassem clima de animosidade e estranhamentos entre os diversos atores envolvidos na cadeia produtiva da borracha.

¹⁸⁸ Ata de 30 de janeiro de 1942.

¹⁸⁹ Ata da sessão ordinária da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas realizada em 07 de fevereiro de 1942.

¹⁹⁰ Ata de 07 de fevereiro de 1942.

Todavia, isso se dava por uma causa nobre: controlar e manipular o *sistema de aviamento* para garantir os lucros escorchantes. O manuseio desse mecanismo era uníssono, de modo que em várias situações se recorria ao Interventor como mediador dos problemas que poderiam fugir de seus controles, e esta figura político-fascista representava aquele que podia intermediar, usar a força e impor a lei.

Amenizar a força dos tentáculos do sistema de aviamento fazia parte do projeto de investimento e financiamento da produção da borracha por parte dos Estados Unidos da América, ao empregar uma logística para abastecimento, transporte, assistência técnica e saúde dos trabalhadores deslocados para a Amazônia, cujo financiamento havia sido reivindicado por eles na reunião de chanceleres das Américas, realizada no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942. O compromisso maior dos países sul-americanos foi o fornecimento de matérias-primas para o esforço de guerra.

Era preponderante para que isso se tornasse realidade que os produtos fossem adquiridos, pelos seringalistas, diretamente nos armazéns da *Rubber Reserve Company* - RRC –, em Rio Branco, Porto Velho, Belém, Manaus, Lábrea, Boca do Acre, Mamoré e outros, e repassados aos seringueiros baixo custo. Mas quanto a isso, travou-se uma batalha ferrenha entre a RRC e a Associação Comercial do Amazonas, que via seus interesses e o de seus consortes ameaçados, com a política de controle de preços tanto por parte da RRC quanto por parte do Banco de Crédito da Borracha, que fixava o preço da borracha e repercutia no custo da produção da borracha.

Quando o Governo Federal fixou o preço da borracha, depois de insistir tanto, o Instituto, como era chamada a Associação Comercial do Amazonas, durante as sessões de deliberações, se voltou contra essa medida, porque o lapso de tempo entre a fixação do preço da borracha e o início do fornecimento dos produtos que seriam vendidos aos seringalistas e à praça de Manaus, por parte da RRC, tornava-os muito mais caro, porque os seringalistas e proprietários das casas aviadoras já haviam vendido seu estoque de borracha a preços mais baixo, e isso implicaria a diminuição da margem de lucro dos seringalistas, embora essa política defendida pelo empresariado seringalista urbano de Manaus e Belém não fosse recomendada pelas autoridades consulares brasileiras em Berlim.

Outros indicadores que em tese poderiam contribuir para inibir a escravidão por dívida – era um subsídio que o trabalhador recebia dos Estados Unidos, através das agências brasileiras, criadas para implementar o esforço de guerra. Esse subsídio consistia na ajuda de custo diário e um salário-família que deveria ser pago às famílias e dependentes que ficaram no Nordeste, até o trabalhador começar a trabalhar na produção da borracha. Acrescente-se

aos subsídios a cota de 60% prevista no decreto federal paga ao seringueiro quando da venda do produto.

Então, como explicar que uma nova dinâmica econômica de abastecimento de mercadorias para os seringais permitia que o seringueiro ainda fosse submetido à escravidão por dívida? A política de distribuição das mercadorias era precária e padecia do modelo secular dominado e controlado pelos seringalistas o qual estava inserido numa cadeia enorme de vários sujeitos sociais.

O gerente da RRC, O. O. Koski, estava preocupado com a distribuição das mercadorias importadas, e em comunicado publicado no jornal O Acre pedia que todos os seringalistas que estivessem em Rio Branco, em fevereiro de 1943, comparecessem ao escritório da RRC, localizado no Hotel Madrid, para prestar informações sobre seus seringais, antes do início da venda das mercadorias. Essa era uma condição para se credenciar como produtor da borracha.¹⁹¹

Nesta mesma edição, a RRC publica um *regulamento* estabelecendo como deve ser a relação de compra e venda entre ela, os seringalistas e os aviadores. No preâmbulo diz que os artigos de ferragens foram importados pela Rubber Reserve Company com isenções de direitos e outras taxas, com o objetivo de: “[...]ser o custo reduzido para as pessoas realmente dedicadas à colheita de borracha. Portanto, a distribuição dêsses materiais deve ser acompanhada de certas precauções, a afim de evitar especulações ou revenda por preços maiores que os de lista fixada pela Rubber Reserve”¹⁹²

Essa estratégia indicava como os EUA pretendiam lidar com o regime de escravidão por dívida nos seringais, em parte com uma política de preços mais vantajosa para o seringueiro, a partir dos produtos importados. Num comunicado dirigido a todos os prefeitos do Território do Acre, a RRC era enfática:

[...] na qualidade de entidade do Govêrno dos Estados Unidos da América do Norte, tivemos a fortuna de conseguir importar daquele País grande quantidade de artigos vitais ao desenvolvimento da produção da borracha. Esses artigos constam da lista anexa, na qual estão mencionados os preços que estabelecemos e que serão mantidos até o dia 15 de julho p. vindouro. Estamos certos de que num simples relance a essa lista v.s. compreenderá o esforço feito no sentido de diminuir os preços de venda desse material tão indispensável. Esperamos sinceramente poder contribuir assim eficazmente para o aumento de produção da borracha que é de importância vital para a vitória das Nações Unidas.¹⁹³

¹⁹¹ Rubber Reserve Company. A todos os seringalistas ora na cidade de Rio Branco. O Acre, nº 680, ano XIV, de 7 fev.1943, p. 06.

¹⁹² Rubber Reserve Company. O Acre, nº 680, ano XIV, de 7 fev.1943, p. 06.

¹⁹³ Solicitadas. Rubber Reserve Company. O Acre, nº 684, ano XIV, de 07 mar.1943, p. 03.

E conclama os prefeitos a colaborarem com a divulgação dessa política e realçam a existência de uma: “[...] *carta compromisso que deve ser assinada pelo comerciante no ato da aquisição desses materiais e na qual ele reconhece saber o destino que deve dar aos mesmos*”.¹⁹⁴ O comunicado aos prefeitos reivindica que

[...] a mercadoria importada nestas condições seja realmente consumida ou usada pelos homens empenhados na extração de latex, sendo vedada a revenda com outros objetivos e ficando v(v)s(s). responsável (is) perante as autoridades brasileiras por quaisquer transgressões das recomendações contidas nesta circular.¹⁹⁵

Nota-se que é recorrente a preocupação da agência norte-americana com o destino dos produtos por ela importados e fornecidos, embora não se constituíssem em nenhuma dívida, pois o seringalista, no ato da compra, tinha que desembolsar o pagamento da mercadoria de uma só vez, ao contrário da casa aviadora, que gozava da *benesse* de um desconto de 15% na aquisição das mercadorias.¹⁹⁶

Consubstanciado a essa determinação, o regulamento da Rubber Reserve Company exigia que o seringalista comprasse somente o que pudesse enviar imediatamente aos seringueiros, proibindo desta forma que o seringalista adquirisse mercadoria para fazer estoque (item 02). Estabelecia o horário de atendimento das 8 às 12 horas, momento em que o seringalista podia escolher o material que necessitasse e o preço. Após efetivada a compra, a RRC providenciaria os trâmites burocráticos junto ao Banco de Crédito da Borracha para carimbar as notas (Item 03). Na parte da tarde o seringalista deveria voltar a RRC para pegar cópia da nota fiscal carimbada pelo Banco, em cinco vias, com as quais deveria providenciar junto à Mesa de Rendas e à Fiscalização o desembaraço alfandegário e fiscal para embarque dos produtos (Item 04). Cumprida esta fase, o seringalista deveria voltar a Rubber Reserve para pegar: “[...] *os gêneros comprados, devendo, transportá-los daí sob direta fiscalização de um polícia fiscal, até ao Cais de Cabotagem ou o lugar onde estiver atracada a embarcação condutora*”.¹⁹⁷

É curioso que a mercadoria comprada fosse escoltada por um policial fiscal. Como entender ou explicar isso? Uma pequena nota no final do *regulamento* explica, como nos dias de hoje, o *ticket* do cartão de crédito vem indicando a via do cliente, a via do estabelecimento,

¹⁹⁴ O Acre, nº 684, p. 03.

¹⁹⁵ O Acre, nº 684, p. 03.

¹⁹⁶ O Acre, nº 684, p. 03.

¹⁹⁷ Rubber Reserve Company. O Acre, nº 680, ano XIV, Rio Branco, 07 fev. 1943, p. 06.

etc., naquele momento, também, se exigia que as vias 6 e 7, depois de apresentadas na mesa de Rendas, fossem entregues à Fiscalização de Embarque. Então, é provável que o *polícia fiscal* realizasse o termo final da transação entre o seringalista e a RRC, traduzida numa ação vigilante de que os gêneros adquiridos não fossem desviados, nem estocados, ante a proibição prevista no *regulamento*. Era, ainda, uma garantia de que a mercadoria iria subir ou descer os rios do Acre, até o território de domínio e poder dos coronéis da borracha.

Como se pôde observar, havia um controle e fiscalização sobre as transações e o papel que o seringalista deveria exercer junto à economia da borracha neste período de guerra. Se isso acontecia dentro das metas e objetivo pretendido por norte-americanos e brasileiros, é bastante duvidoso. Percebe-se que as coisas tomavam outros cursos tortuosos, iguais aos rios caracóis da Amazônia. Assim, a RRC, por meio de seus prepostos Harold L. Hartman e O. O. Koski, denunciava publicamente que a firma Lopes & Araripe entrava para uma *lista negra* por violação do *regulamento*:

Fáz-se público que: por altos interêsses da produção da borracha, a firma Lopes & Araripe, estabelecida em Rio Branco às ruas Getúlio Vargas e Juarez Távora, não mais poderá ter, comprar ou vender quaisquer mercadorias daquelas que são distribuídas pela Rubber Reserve Company. A firma foi levada para a *Lista Negra* pelo fato de ter comprado e guardado para fins de especulação, mercadorias adquiridas à Rubber Reserve Company as quais foram vendidas a preços muito mais elevados que aqueles mencionados em nossa lista de preços.¹⁹⁸

Esses *altos interesses da produção da borracha* podem ser interpretados como interesses de guerra, portanto, contrariar estes interesses seria uma violação aos primados militar e de guerra, por isso, em 25 de fevereiro de 1943, retiravam-lhe a possibilidade de compra com a RRC, tal qual previsto no regulamento, e ainda, podiam sofrer as punições legais previstas nas leis brasileiras. Será que os proprietários desta firma foram punidos por crime de violação à economia popular ou/e no código penal, que previsão havia sobre esse tipo de crime? Sim, de fato foram, pois o Tribunal de Segurança Nacional, através do Procurador que ali atuava, apresentou denúncia contra estes dois comerciantes.

Ocorre que o ato praticado pelos gerentes da RRC foi objeto de contestação e denúncia da Lopes & Araripe junto às Associações Comerciais do Amazonas e do Pará por meio de correspondência datada de 30 de abril de 1943. Na carta enviada defendia a sanidade moral da empresa e criticavam a ignorância dos americanos para com os negócios e gestão privada das empresas brasileiras: “[...] *parecem desconhecer o respeito que lhes deve*

¹⁹⁸ Solicitadas. Rubber Reserve Company. O Acre, nº 684, ano XIV, de 07 mar. 1943, p. 03.

merecer uma firma brasileira, com um passado impoluto”¹⁹⁹ cancelado ou comprovada pelos: “[...] *gerentes do Banco do Brasil e do Banco de Credito da Borracha, além de todo o comercio local, de cohenestarem o seu procedimento comercial, particular e social, repudiando a insinuação de OPORTUNISTA, que lhe foi assacada por tal publicação*”.²⁰⁰

Depois destas preliminares, a empresa Lopes & Araripe fez uma defesa do que ocorreu. Afirmou que havia comprado vinte espingardas calibre 16 nos armazéns da RRC em Manaus e que, junto com outras cargas, foram transportadas até Boca do Acre ao preço de 25% (vinte e cinco) por cento a mais no frete, incidindo sobre o valor da mercadoria. Em decorrência da estiagem dos rios, teve que embarcar a mercadoria em barcos menores até Rio Branco, com frete de mais 20 centavos o quilo. Disse ainda que: “*Calculadas todas as despesas, estas ascenderam a cerca de 30%, e assim vendemos as espingardas, logo que chegaram (não as guardámos). A primeira venda foi de 10 espingardas ao preço de Cr.\$ 280,00*”.²⁰¹

Diante de uma suposta prática de crime contra a economia popular, a Lopes & Araripe foi visitada pelo preposto da RRC – H. Hartman, que questionou a empresa a respeito da transação das espingardas: “*Esplicamos o que se havia dado, fazendo-lhe notar a inormidade das despesas, ao que ele contestou que A CARGA COMPRADA Á RUBBER DEVE SER DESPACHADA ISOLADAMENTE. Mais uma vez o cientificamos que desconhecíamos essa exigência [...]*”.²⁰²

Pressionada pela RRC e interessada numa solução para o caso, a empresa acreana propôs: “[...] *devolver o excesso, ao interessado*”. E, “[...] *as outras 10 espingardas, vendemo-las aos preços da Rubber*”.²⁰³

Os proprietários da Lopes & Araripe, filiados à ACA, consideravam que o caso estava encerrado, todavia foram surpreendidos com uma conversa de bastidores que sairia uma publicação no jornal contra eles: “*Em vista disso, nada dissemos e aguardamos a tal publicação*”.²⁰⁴

¹⁹⁹ Carta da empresa Alencar & Araripe, de 30 de Abril de 1943, Rio Branco-AC, endereçada a Associação Comercial do Amazonas com cópia para a Associação Comercial do Pará. Associação Comercial do Amazonas. Correspondências Recebidas 1943.

²⁰⁰ Carta da empresa Alencar & Araripe, de 30 de Abril de 1943, Rio Branco-AC, endereçada a Associação Comercial do Amazonas com cópia para a Associação Comercial do Pará. Associação Comercial do Amazonas. Correspondências Recebidas 1943.

²⁰¹ Carta da empresa Alencar & Araripe.

²⁰² Carta da empresa Alencar & Araripe.

²⁰³ Carta da empresa Alencar & Araripe.

²⁰⁴ Carta da empresa Alencar & Araripe.

A empresa denunciada publicamente solicitou às associações comerciais que tomassem conhecimento dos fatos, que agissem a respeito e julgassem como conveniente, pois avaliavam: “[...] *que A Rubber Development C., ou a sua antecessora Rubber Reserve, não têm idoneidade nem credenciais ou prerrogativas, para incluir alguém em LISTA NEGRA*”.²⁰⁵

O caso teve repercussão na classe patronal em Manaus. Assim, em 10 de maio de 1943, a Diretoria da ACA se reuniu, promoveu um debate, relatou e apreciou o requerimento. Os debates apontaram para o descontentamento dos diretores da ACA. O Presidente considerou imprescindível que a Associação envidasse todos os esforços no sentido de desagravar a firma acreana *de reconhecida idoneidade*.²⁰⁶ Ferreira da Silva defendeu que fosse enviada uma carta à *Rubber Development Corporation* comunicando o caso e que se aguardasse a manifestação da agência americana. Carlos Colares, ao fazer uso da palavra, defendeu que fosse: “[...] *proporcionado aos nossos referidos associados o mais sagrada dos direitos – o direito de defesa; entendendo porém, que, preliminarmente, a atuação desta Associação deveria ser de um entendimento verbal com quem de direito, sôbre o assunto em aprêço*”.²⁰⁷

Nos debates, entendeu-se que havia duas propostas, embora convergentes, mas que exigiam encaminhamentos diferentes, o que foi sugerido colocar em votação; este procedimento foi abortado porque o diretor Ferreira da Silva concordou com a proposta de Carlos Colares. Sendo nomeada uma comissão formada pelo: “[...] *1º e 2º vice-presidentes e o 1º secretário encarregados de, em comissão, promoverem as necessárias démarches*”.²⁰⁸

Não se tratava mais de comunicar o caso a RRC, pois esta já estava sendo comunicada pela Lopes & Araripe e era parte; o que a Associação deveria fazer era tomar as medidas cabíveis. Ademais, a RRC tinha escritório em Manaus, Belém, Porto Velho, Rio Branco, Boca do Acre e poderiam nos termos legais ou da política da boa vizinhança promover um encontro e reivindicar a retratação, a punição aplicada a sua associada.

²⁰⁵ Carta da empresa Alencar & Araripe.

²⁰⁶ Ata da sessão ordinária da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas realizada no dia 10 de maio de 1943.

²⁰⁷ Ata de 10 de maio de 1943.

²⁰⁸ Ata de 10 de maio de 1943.

2.3 Condições de trabalho, subordinação e dependência na economia da borracha

Inicialmente, podemos perceber uma problematização, qual seja: a quem o seringueiro se vinculava nas relações de trabalho? Ao Governo? Ao Banco de Crédito da Borracha? Ao seringalista? Ao regatão? À Casa Aviadora em Manaus ou Belém? Ou a quem ele contraía débito e seu corpo, sua mente e seu espírito, a partir deste pacto, estavam comprometidos quase que por toda vida, dadas as artimanhas de manipulação da contabilidade do Barracão, que o tornava um escravo pela dívida? É provável que estivesse subordinado a qualquer um destes ou a todos eles. Na realidade, a todos eles, se levamos a ferro e fogo a chamada cadeia de interdependência do sistema de aviação em que todos os sujeitos sociais estavam amarrados um ao outro. Ademais, o Governo não tinha condições de controlar a cadeia produtiva.

Por razões que, inicialmente, desconhecemos, o Governo Federal, ao criar o Banco de Crédito da Borracha - BCB, em 09 de junho de 1942, através do decreto 4.841, de 17 de outubro de 1942, atribuía ao BCB, além da política de compra e venda da borracha, poderes de judicatura administrativa e de polícia, pois se o produto estivesse sendo desviado poderia apreendê-lo: *“Toda a borracha produzida no País tem a sua operação final no Banco de Crédito da Borracha S.A., que poderá apreender todo aquele produto que, por qualquer motivo, seja desviado do seu trânsito normal e destino”*.²⁰⁹

Um aparato normativo, repressor, controlador e fiscalizador é direcionado à produção da borracha, o poder de polícia do Banco de Crédito da Borracha aparece na parte final do artigo primeiro. É preciso indagar como os regatões conseguiam tanto sair, quanto burlar essa norma jurídica, porque, a borracha produzida pelo seringueiro sofria um controle que impossibilitava, em tese, qualquer espécie de fraude ao negócio dos seringalistas.

Assim, um sistema verticalizado de controle, de baixo para cima, disciplinava a circulação do produto.

O decreto da Prefeitura de Rio Branco, em consonância com o decreto federal que regulamentava o financiamento da borracha e arrolava as competências do BCB, exigia que o seringueiro tivesse uma marca registrada no Departamento de Produção, localizado em Rio

²⁰⁹ Art. 1º do Decreto-Lei nº 4.841. Dispõe sobre o financiamento a ser concedido pelo Banco de Crédito da Borracha S. A. para o desenvolvimento da produção da borracha, e dá outras providências, de 17 de outubro de 1942. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/De14841.htm. Acessos em 2013 e 2014.

Branco, através da qual: “[...] assinalará a sua borracha de modo inconfundível, previamente, ou no ato da entrega ao encarregado do transporte”.²¹⁰

Quando as relações sociais de trabalho e a gestão do esforço de guerra descem aos barrancos e planície Amazônica, a coisa toma outro rumo, o que é dito em termos legais, administrativos, e quando colocados em prática, assume novos atores e procedimentos e significados. Nesse sentido, a *marca* e *contra-marca* da borracha a que se refere o decreto presidencial acima, tem novo locatário - o Banco de Crédito da Borracha que, respaldado no decreto 4.841, baixa o Aviso nº 4 e impõe que: “o registro de marcas e contra marcas será feito, obrigatoriamente, no BANCO DE CRÉDITO DA BORRACHA S/A, até de dezembro de 1943”.²¹¹

Isso não deixava de ser uma forma inteligente de desburocratizar e acelerar o controle e a circulação da produção da borracha em toda a Amazônia, pois, de chofre, determinava que todos os seringalistas e seringueiros tivessem, para efeito de controle da procedência da borracha, uma marca e contramarca, para ser aposta na pela de borracha.

Além disso, o item 9 determinava que o transporte da borracha dos seringais para os locais de venda fosse acompanhado de uma *guia de trânsito* devendo constar: “[...] o nome do seringal produtor e sua localização; o nome do seringalista remetente; porto de embarque; porto de destino; nome do consignatário; quantidade de volumes e peso; marcas e contra-marcas da borracha”.²¹² E que o uso da guia de trânsito seria de uso obrigatório a partir de 1 de novembro de 1943.

As normas trabalhistas e administrativas de controle da produção da borracha eram portadoras de princípios de imperatividade e do poder de polícia, assim, o “aviso nº 4” disciplinava: “Toda a borracha produzida será entregue ao seringalista e só poderá sair do seringal devidamente marcada e pela barraca ou porto que o seringalista determinar”.²¹³

Havia um canal de escoamento da produção determinado por lei e a violação desta orientação implicava: “fraude, sujeita á ação policial, inclusive apreensão do produto, e procedimento criminal que no caso couber”.²¹⁴

Daí que a ação de João Conrado denunciado por Jovino Lemos não foi bem recepcionada por este articulista, uma vez que, ele, João Conrado, articulava uma rede de

²¹⁰ Acre. Prefeitura do Município de Rio Branco. Decreto-Lei nº 243, de 11 de novembro de 1942. Regulamenta o trabalho e a produção da borracha no seringal “Empreza”. O Acre, nº 679, Rio Branco, 31 jan. 1943, p. 03.

²¹¹ Acre. Prefeitura do Município de Rio Branco. Decreto-Lei nº 243, de 11 de novembro de 1942. Regulamenta o trabalho e a produção da borracha no seringal “Empreza”. O Acre, nº 679, Rio Branco, 31 jan. 1943, p. 03.

²¹² Banco de Crédito da Borracha. Aviso nº 04. O Acre, nº 717, ano XIV, Rio Branco, 25 out. 1943, p. 07.

²¹³ Banco de Crédito da Borracha. Aviso nº 04. O Acre, nº 717, ano XIV, Rio Branco, 25 out. 1943, p. 07.

²¹⁴ Banco de Crédito da Borracha. Aviso nº 04. O Acre, nº 717, ano XIV, Rio Branco, 25 out. 1943, p. 07.

fornecedores. Assim, os regatões para João Conrado eram fornecedores, ou seja, eles agilizavam a entrega da borracha e, é um paradoxo, porque era isso que a economia de guerra necessitava.

De qualquer sorte, era duvidoso o sucesso dos regatões, ante um aparato militar e repressor deste, concluída a transação com o seringueiro. Como se deslocaria o regatão dentro dos rios, igarapés e florestas sob a posse e poder dos coronéis, aliás, *comandantes*, com o produto objeto de uma transação ilícita como denunciava Pimentel Gomes?

O Governo Federal através de seus órgãos de controle e repressão levava a sério, pelo menos é o que parece, o programa de esforço de guerra com os EUA, pois no Rio de Janeiro a Comissão Central de Requisições, depois de receber uma denúncia da Companhia Brasileira de Artefatos de Borracha, fez uma busca no armazém pertencente à Empresa Guanabara e, ali, apreendeu 280 toneladas de borracha que estavam estocadas em nome da empresa sueca S. K. F. do Brasil. A borracha havia sido adquirida na praça de Manaus e foi removida para outro local sob ordem do aparato administrativo de controle e fiscalização.²¹⁵

Isso não seria diferente em qualquer lugar da Amazônia. Assim, é no mínimo passível de dúvidas o sucesso dos regatões em burlar o cerco, o controle e a fiscalização sobre a produção e escoamento da borracha, mesmo que o Aviso nº 4 do BCB, ao disciplinar como as pelas de borracha deveriam ser identificadas, também, determinasse por onde a borracha deveria ser embarcada: *“Toda a borracha produzida será entregue ao seringalista e só poderá sair do seringal devidamente marcada e pela barraca ou porto que o seringalista determinar”*.²¹⁶

Além disso, o governo federal, por meio de seus prepostos no Acre, ante seu interesse e política intervencionista nos sindicatos, impondo sobre eles controle e fiscalização, exigia que os seringueiros criassem sua própria cooperativa. Todavia, a Cooperativa era para centralizar a entrega da borracha ao patrão e, deste, ao Governo Federal através do Banco de Crédito da Borracha:

Tôda borracha assim, recebida, em bola ou lâmina, será confiada à “Cooperativa dos Seringueiros”, da qual fará parte o produtor, e do seu valor apurado, depois de vendida, será feita a distribuição, nos termos do artigo 4, § 1.º do Decreto-lei n. 4.841, de 17 de outubro de 1942.²¹⁷

Ao mesmo tempo, a *Cooperativa dos Seringueiros* seria utilizada como articuladora da produção da borracha nos seringais, centralizaria também as negociações entre

²¹⁵ O Acre, nº 706, ano XIV, Rio Branco, 08 ago.1943, p. 03.

²¹⁶ Banco de Crédito da Borracha. Aviso nº 04. O Acre, nº 717, ano XIV, Rio Branco, 25 out. 1943, p. 07.

²¹⁷ BRASIL. Parágrafo único, do art. 3º, do Decreto-Lei nº 4.841/1942.

seringueiros e patrões seringalistas, quem estaria encarregada de fazer o pagamento do seringueiro pelo sistema do rateio, previsto no decreto federal nº 4.841/42.

Se bem que este sistema de rateio era uma imposição, pois, no sistema jurídico de decisões de baixo para cima, havia previsão legal de que, se o seringueiro não concordasse com a forma de pagamento, a borracha deveria ser apreendida e levada para o Banco de Crédito da Borracha:

Por ocasião da entrega e do recebimento da borracha, verificado o seu peso na sede da Cooperativa, esta poderá liquida-la com o pagamento na ocasião, ao preço de Cr\$ 8,00 com taxa de 5%.

- Se ao seringueiro não convier essa forma de liquidação, a borracha será embarcada, nos termos do artigo do Decreto-lei citado.²¹⁸

A determinação para embarcar a borracha do seringueiro a sua revelia não tinha amparo legal nem no decreto federal nem no decreto baixado pelo Prefeito Manuel Fontenele de Castro em novembro de 1942, o que se deduz haver um casuísmo, uma ação *manu militari* para se apropriar do produto de seringueiro. Isso se justifica pelo esforço ou Estado de guerra em que o Brasil se encontrava, ante os compromissos assumidos.²¹⁹

Assim, a *Cooperativa de Seringueiros*, aparentemente voltada para organizar os trabalhadores seringueiros e com isso garantir a venda da borracha em bons termos ou nos termos que previa a lei, se escondia, por trás disso, a política da ditadura varguista de engessar os sindicatos, de colocá-los sob sua tutela, portanto, longe de expressar uma organização oriunda da necessidade de luta e resistência dos trabalhadores contra a exploração capitalista, tal qual fizeram, historicamente, os operários e trabalhadores urbanos.

Além disso, por adesão, todos os seringueiros faziam parte da Legião Brasileira de Assistência:

[...] todo seringueiro é considerando inscrito na Legião Brasileira de Assistência, associação instituída na Conformidade dos Estatutos aprovados pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores e reconhecida como órgão de cooperação com o Estado e de consulta no que concerne ao funcionamento de associações congêneres, recentemente instalada nesta cidade.²²⁰

²¹⁸ Acre. Prefeitura do Município de Rio Branco. Art. 5º e Parágrafo único, do Decreto-Lei nº 243, de 11 de novembro de 1942. Regulamenta o trabalho e a produção da borracha no seringal “Empresa”. O Acre, nº 679, Rio Branco, 31 jan.1943, p. 03.

²¹⁹ Valentim Bouças, o Secretário Executivo da Comissão de Controle dos Acordos de Washington por ocasião de seu depoimento na Comissão de Inquérito da Borracha, em 10 de setembro de 1946, disse que “Rompendo com o Eixo, o Brasil reafirmava sua política de solidariedade, de mais de um século, com a política de liberdade sempre adotada pelos Estados Unidos. Por outro lado, assumimos compromissos que, infelizmente, não cumprimos nossas diretrizes econômico – financeiras”. In: Diário da Assembléia, 10 de setembro de 1946, p. 4763

²²⁰ Art. 15, O Acre, nº 679, Rio Branco, 31 jan.1943, p. 03

Pelas regras do decreto 243, não bastava ser membro da LBA, era obrigado a pagar sua contribuição, por amor à Pátria, voluntarismo e um civilismo messiânico:

Do produto da primeira arrecadação feita no corrente ano, no seringal “Empreza” e a título de cooperação e quota da Cooperativa dos Seringueiros será atribuída uma percentagem à Legião Brasileira de Assistência (L.B.A), como quota de patriotismo, destinada à aplicação mencionada no art. 1º. do decreto-lei n. 4.830 de 15 de outubro de 1942.²²¹

O espírito da lei municipal é apelativo aos valores cívicos quando exorta o patriotismo, valores de desprendimento e apego à Pátria. E ao vincular o desconto da contribuição dos seringueiros, através da Cooperativa dos Seringueiros à LBA, se fundamenta no Decreto-Lei 4.830, de 15 de outubro de 1942, art. 1º, que cria e coloca o órgão assistencial encarregado de: “[...] *prestar, em todas as formas uteis, serviços de assistência social, diretamente ou em colaboração com instituições especializadas, fica reconhecida como órgão de cooperação com o Estado no tocante e tais serviços, e de consulta no que concerne ao funcionamento de associações congêneres [...]*”.²²²

A Legião Brasileira de Assistência passaria a centralizar a política de assistência social no Brasil, com os estatutos aprovados no Ministério da Justiça e Negócios Interiores e, por intermédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ser-lhe-ia assegurada uma contribuição composta das seguintes cotas, previstas no art. 2º:

a) de uma cota mensal correspondente à percentagem de 0,5% (meio por cento) sobre o salário de contribuição dos segurados de Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, e descontada juntamente com a contribuição devida a tais instituições; b) de uma cota mensal a ser paga pelos empregadores, de importância igual àquela prevista na alínea anterior, e recolhida juntamente com a dos respectivos empregados; c) de uma cota paga pela União, de valor igual ao da arrecadação a que se refere a alínea a.²²³

A contribuição de cotas à LBA provinha dos empregados e segurados dos Institutos e das Caixas de Aposentadoria e Pensões, num percentual de 0,5% (meio por cento), igual ao

²²¹ Art. 16, O Acre, nº 679, Rio Branco, 31 jan.1943, p. 03

²²² BRASIL. Decreto-Lei nº 4.830, de 15 de outubro de 1942. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4830-15-outubro-1942-414830-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 de setembro de 2012.

²²³ BRASIL. Decreto-Lei nº 4.830, de 15 de outubro de 1942. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4830-15-outubro-1942-414830-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 de setembro de 2012.

descontado dos empregadores e, um terceiro contribuinte, a União, recolhendo também o mesmo percentual. Era uma contribuição tripartite.

É um ordenamento jurídico de baixo para cima. A forma como essa norma foi editada, e sua aplicação, sua funcionalidade, suscita dúvida. E a pergunta: considerando que o seringueiro tinha que contribuir, obrigatoriamente, para o regime da assistência social, usufruía, ele, do resultado? Enfim, quem, de fato, se aproveitou destas verbas destinadas à contribuição à assistência social administrada pela LBA? Em que e como o seringueiro iria oportunamente usufruir das contribuições?

O processo de vinculação do soldado da borracha ao serviço de assistência social da Legião Brasileira de Assistência - LBA necessita ser mais bem estudado, inclusive analisando a política construída pelo Governo Vargas, a partir do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que tinha à frente, dentre outros agentes encarregados de elaborar essa política, Oliveira Viana²²⁴.

Haveria, dadas as condições da cadeia produtiva muito precária e a relação desta com os órgãos estatais de controle e fiscalização, possibilidade de se efetivar esse instituto de garantias sociais aos seringueiros? Essa é uma questão muito improvável pois exige averiguar as contas do Instituto de Previdência Social da época, e isso não é um objeto de nossa pesquisa e estudos.

O que se percebe é que, nas histórias de vida dos seringueiros soldados da borracha ou na literatura, encontrem-se depoimentos e registros de soldados da borracha aposentados logo após o período de guerra. Provavelmente, não foram cobertos com a contribuição depositada nas contas da LBA, pois somente a partir de 1970 é que passaram a usufruir de aposentadoria como trabalhadores rurais; depois, na década de 1980, com a Constituição Federal de 1988, foi incluído dispositivo constitucional que reconhecia a participação na II Guerra, por isso concedia pensão vitalícia aos soldados da borracha.²²⁵

A questão, enfim, é o que fizeram com os recursos daqueles que ainda conseguiram contribuir? Não temos resposta para essa pergunta, senão dúvidas. E dúvidas da lealdade e boa-fé do governo de Getúlio Vargas.

²²⁴ Cf. VIANNA, Oliveira. *Direito do Trabalho e democracia social: o problema da incorporação do trabalhador no Estado*. Rio de Janeiro, 1948.

²²⁵ Ver o art. 54, da ADCT, da CF/88.

2.4 Rotas de fuga: o regatão como elemento desestabilizador da ordem nos seringais

A cadeia produtiva da economia da borracha, via de regra, era estabelecida entre mercado internacional, aviadores, seringalistas, seringueiros, atravessadores - chamados de regatão, e, nesse momento de guerra, outros atores participavam dessa empreitada. O mais inusitado foi a presença do Banco de Crédito da Borracha como órgão que detinha o monopólio da compra e venda, e o Banco do Brasil, intermediário nessas transações com a Carteira de Exportação, se bem que a criação desta agência financeira foi uma exigência dos EUA, porém suas atribuições extrapolavam as fronteiras do mercado financeiro, atividade específica dos regimes bancários.

Dentre estes atores sociais, o seringalista era visto como o Grande Benfeitor, o grande empreendedor, sem o qual a atividade econômica do seringal era inexequível. É ilustrativa a defesa, a ode à imagem deste tipo de patrão, num artigo escrito por Pimentel Gomes, que o intitulou de *Regatões*:

O seringalista é o homem que está à frente dos negócios do seringal. [...] É ele que controla todo o movimento financeiro dos seringais. É ele que abre novas estradas de seringa, edifica barracas, coloca os imigrantes que o governo envia para a planície amazônica, abre dezenas de quilômetros de varadouros na floresta para o tráfego de cargueiros, constrói pontes, empata centenas de milhares de cruzeiros na cara e complexa instalação que se faz mister à exploração da 'Hevea brasiliensis'. É ele que fornece, a crédito, aos seringueiros, mercadorias no valor de dezenas de milhares de cruzeiros. É ele que sofre os prejuízos quando o seringueiro endividado não trabalha por doença ou inércia, morre ou simplesmente abandona o seringal em busca de outro. As baixas bruscas no preço da borracha deixam os proprietários com suas terras. Desvalorizadas no momento, adquirirão novamente valor quando melhorarem os preços da goma elástica. O seringalista, não. Quase sempre não pode resistir á derrocada. Todo o seu capital está empatado em mercadorias, em tropas de muares, na conservação de pontes e varadouros ou emprestado aos seringueiros. A paralização parcial da extração e o preço baixo aniquilam quase completamente todo este capital.²²⁶ (sic)

Ainda, a esse sujeito social lhe era atribuído um papel de destaque e vanguarda na batalha da borracha. Não por menos que o jornal porta-voz de Vargas no Acre, abriu uma coluna intitulada *os comandantes da batalha da borracha em revista*. Uma frase de profundo apelo militar publicada semanalmente a partir de julho de 1943. A matéria trazia a lume os valores, o posicionamento social, a fala, enfim, a história de vida de vários seringalistas que estavam à frente da produção da borracha.

²²⁶ GOMES, Pimentel. O Regatão. O Acre, nº 699, ano 14, Rio Branco, 20 jun. 1943, p. 01.

A ocupação social de um novo lugar com novas atribuições a estes sujeitos sociais, dentro de um contexto belicoso, o que poderíamos hoje chamar de uma espécie de história oral²²⁷, apresentava, a imprensa, vários *Comandantes*, e não mais seringalista, dentre eles, Francisco Olímpio de Queiroz.

A patente de *Comandante* servia de *marketing* ou resgatava uma tradição do coronelismo para enaltecer e aflorar os ânimos patrióticos e moralistas dos latifundiários no Brasil e na Amazônia - o seringalista.

Ao narrar sua história, Olímpio conta que estava no Acre desde 1906, e exercia a atividade de Promotor Público no Purus, concomitante à atividade da produção da borracha e que agora: “[...] trabalha nos seringais Flôr de Ouro, Vera Cruz e Frásqueira. Nêstes seringais, apesar de pequenos, todos os meus homens trabalham com amor à Pátria e só uma ideia lhes assalta – produzir mais borracha pela vitória do Brasil”.²²⁸

O seringalista *Comandante* reconhecia e engrandecia o empenho do Governo Federal e do Território em amparar e criar mecanismos de incentivo e apoio à produção da borracha e se dizia satisfeito, porque também se arvorava o direito de falar em nome dos seus seringueiros: “*Todos nós, os homens que trabalham na indústria gomífera, estamos satisfeitos com as medidas governamentais*”.²²⁹

Ele está a falar deles, os empresários/seringalistas ou dos seringueiros? Provavelmente, os seringueiros estão inclusos, sim, nesse discurso. Mas, será que os seringueiros estavam mesmos satisfeitos com o trabalho de extração do látex e fabrico da pele de borracha, nas condições impostas pelos patrões seringalistas?

Pimentel, em seu artigo, continua narrando as condições de vida do seringueiro. Definia-o como aquele que sofre; que está submetido a duras dificuldades de trabalho e do meio, e isso é sua sina, pois: “*Sem o seu sacrifício, sem o seu espírito de renúncia não seria possível explorar e ocupar a planície amazônica e lentamente trazê-la à civilização*”.²³⁰

Outro não menos implicado nessa relação comercial e extrativista era o regatão, atividade esta monopolizada pelos portugueses desde o século XIX, passou a sofrer concorrência dos sírios, turcos, armênios e marroquinos, *já escolados na terra de origem*,

²²⁷ *História oral* aqui referida remete ao fato de que o conteúdo das matérias sobre os *Comandantes da Borracha* são entrevistas feitas a esses sujeitos, que falavam de suas histórias de vida e eram publicadas no jornal local.

²²⁸ O Acre, nº 711, ano 14, Rio Branco, 12 set. 1943, p. 01.

²²⁹ O Acre, nº 711, ano 14, Rio Branco, 12 set. 1943, p. 01.

²³⁰ GOMES, Pimentel. O Regatão. O Acre, nº 699, ano 14, Rio Branco, 20 jun. 1943, p. 01.

*gente voraz e empreendedora*²³¹ e responsáveis por um capítulo muito peculiar na história social e econômica da Amazônia.

Trata-se de uma atividade que data de 1668 na bacia amazônica, em que se fundaram duas opiniões divergentes sobre o regatão, mas os proprietários de seringais [...] *não viam com bons olhos a presença do regatão pelas mediações dos seus latifúndios.*²³²

Antigamente a atividade sofria forte repressão dos governos locais, às vezes, a fiscalização fechava os olhos à penetração do regatão na economia da região, desde que pagassem os impostos. Mário Ypiranga Monteiro, que estudou a fundo esse mascate ambulante, chega a ter uma posição ambígua, quando se indaga:

Se o nosso interesse aqui fosse advogar a causa secular dêsse curioso vagabundo, não há dúvida que o tomaríamos ora por mecânico agente socializador que desconhece a valia do bem longo itinerário pela história, ora como portador de qualidades dissolventes com um objetivo único: enriquecer à custa da simplicidade das vítimas.²³³

A posição contraditória de Monteiro desaparece quando ele assume uma postura de defesa do regatão.²³⁴ Pois era quem regateava, levando aos lugares mais longínquos dos altos rios, igarapés, paranás, mercadorias, produtos, notícias que não chegavam aos seringais, senão pela boca do regatão. Ele se utilizava de um barco movido a motor ou canoa de pequeno porte onde depositava toda espécie de mercadorias para troca com os seringueiros, o castanheiro, caçadores e outros produtores. E aplicava sua lógica do comércio, onde, praticamente, pouco ou quase dinheiro nenhum circulava.²³⁵

E denuncia a malícia do mercador fluvial:

A sua balança, suspensa do travejamento do tôlido, ou as medidas de capacidade para secos e líquidos, ou o côvado e hoje o metro, são sempre viciados. A barganha consome-lhe tempo mas não lhe esgota os recursos. Acaba impondo o seu – o melhor, diz sempre – pelo que deseja e procura desmerecer.²³⁶

Não é estranho que o governador interventor no Acre Federal promulgasse o Decreto 163, proibindo o comércio do regatão. Monteiro Ypiranga mostra com muita propriedade que esta atividade de comércio sofria restrições legais e era vista com reservas desde o período

²³¹ MONTEIRO, Mário Ypiranga. O regatão – notícia histórica. Manaus: Edições Planície (col. Muiraquitã), Sérgio Cardoso & Cia Editores, 1958, p. 37.

²³² MONTEIRO, 1958, p. 24.

²³³ MONTEIRO, 1958, p. 25.

²³⁴ MONTEIRO, 1958, p. 25.

²³⁵ SALLES, Waldemar Batista. Geografia econômica do Amazonas. Manaus: Rex, 1971, p. 88-89

²³⁶ MONTEIRO, 1958, p. 37.

colonial, sendo objeto de regulamentação desde então; e no século XIX,²³⁷ prevaleceu uma postura mais reacionária e autoritária que obrigava o regatão ao recolhimento dos impostos reais.

Também, prosperaram na sociedade imperial amazônica comentários desabonadores contra os regatões, em parte, devido às práticas ilícitas deles, por exemplo, como transacionavam em grande parte com os índios; tem-se que eles os embriagavam para se apossarem de seus produtos, cometendo barbárie como o caso de um índio que levava a borracha para pagar suas contas, e o regatão, recebendo dele a recusa para a transação, puxou-o para dentro do barco e o embriagou. Colocou o índio dentro de uma canoa. Cortou a corda que atava ao barco e deixou descer rio a baixo. O índio acordou no dia seguinte a uma distância que correspondia a três dias do local onde fora roubado.

Denunciaram o regatão ao Presidente da Província do Amazonas, o qual tomou as medidas legais cabíveis, dentre elas prendeu o comerciante ambulante, mas este fora beneficiado com a proteção do Tribunal do Júri que o absolveu, promovendo indignação ao Presidente, que atribuía a atividade do regatão eivada de: “[...] *imoralidade que pratica na choupana do índio, onde a família é ofendida em sua honra, depois que o chefe é embriagado, para não se lhe impor uma nova sorte de flagelação*”²³⁸, o que não permitiria em estado sóbrio.

Essa prática também ocorria na Província do Amazonas. Monteiro Ypiranga se remetendo ao seu tempo, em plena década de 1940, questionava-se: “[...] *essa atividade ainda ocorria nos rios da Amazônia?*” Respondia positivamente.²³⁹

É nesse contexto histórico que podemos entender a reclamação de Pimentel Gomes contra os regatões:

Há um quarto elemento que surge perturbando e dificultando a vida dos seringais, prejudicando a ordem e a produção da borracha. É o regatão. Não desempenha nenhum serviço útil. Não empata capitais na exploração da goma elástica. Não corta a seringueira. Nada arrisca. [...] Não perde quando a borracha entra em declínio. Encolhe-se apenas. Escolhe outra vítima. É um parasita que vive dos seringalistas e seringueiros como a traça vive das abelhas. Procura desfrutar o que os outros conseguem a custa de tremendos esforços e sacrifícios. Numa embarcação pequena o regatão tem um bazar. Em regra, nada de cousas uteis. Bugigangas. Aguardente. Muito boato. Atraca. Sóbe o barranco e visita o seringueiro. Depois de ter adquirido os gêneros de primeira necessidade do seringalista, os utensílios de trabalho, tudo a crédito, o seringueiro compra umas bugiarias ao regatão. O

²³⁷ Ver BRASIL. Lei nº 19, de 25 de novembro de 1853. Permite nesta Província o comércio de canoas chamado de regatão.

²³⁸ MONTEIRO, p. 88.

²³⁹ MONTEIRO, p. 92.

seringueiro entrega borracha, borracha que deveria entregar a quem gastou milhares de cruzeiros abrindo as estradas que explora, construindo-lhe a barraca e em pagamento aos gêneros alimentícios que lhe chegam de quinze em quinze dias, produza ele ou não a borracha, esteja trabalhando ou doente, sem cortar seringueira, ou simplesmente com preguiça. E não fica aí a ação maléfica do regatão.²⁴⁰

Ainda, na sua longa descrição, denuncia as práticas dos regatões, atribui a eles a responsabilidade pela violência nos seringais, porque: *“Vende cachaça em quantidade. Provoca reuniões. A anarquia. Os seringueiros paralizam o serviço. Vem as desordens. Os crimes. O decréscimo na produção. E as questiúnculas entre os seringueiros e patrões, questiúnculas prejudiciais ao fabrico, questiúnculas atizadas pelo regatão que vive melhor quando vive em águas toldadas”*.²⁴¹

A crítica de Pimentel Gomes contra os regatões não difere muito da de Jovino Lemos nem do que apareceu num editorial do Jornal O Acre, de 26 de junho de 1943, intitulado *Quinta coluna*. Nele os escribas a serviço do ditador Getúlio Vargas e do Interventor do Território Federal do Acre, ao destacar o esforço destes na produção de mais borracha: *“[...] pela vitória da liberdade e da justiça”*, combatem o regatão, que: *“[...] entre nós já se tornou tradicional pelos seus malefícios e processos inescrupulosos de comércio, procura impedir a concretização dos planos elaborados: o regatão”*.²⁴²

Os jornalistas denunciavam em detalhes as práticas, supostamente, ilícitas dos comerciantes ambulantes nos rios do Acre, que atravancavam o sucesso do projeto e acordos da ditadura varguista, diante do esforço de guerra assumido com os aliados:

Visitando as colocações dos soldados da borracha levado pelo interesse de comerciar aguardente e outras quinquilharias prejudiciais, a trôco do ouro elástico, promovem festas, reuniões e implantando a desordem e o descontentamento com boatos criminosos, o regatão assume nos dias que atravessamos o papel de quinta-coluna. De alto ao baixo dos rios da planície, é unânime a voz de quantos – se empenham com elevação patriótica nesta monumental obra de soerguimento amazônico, em condenar a ação destruidora do regatão. Vendendo uma garrafa de aguardente por um preço que varia de 25 a 30 cruzeiros e em troca oferecendo 10 cruzeiros por um quilo de borracha, ou ainda, como geralmente acontece, pagando mais cinquenta centavos do que o preço pago pelo seringalista, esse elemento nocivo à boa marcha dos trabalhos no front da borracha, munido de uma balança especialmente para esse fim, rouba no peso do produto que recebe em troca no seu comércio criminoso. Adotando processos deshonestos dessa ordem, o comerciante ambulante dos seringais além de estar enquadrado na lei que protege a economia popular, desempenha o papel desprezível de

²⁴⁰ GOMES, Pimentel. O Regatão. O Acre, nº 699, ano 14, Rio Branco, 20 jun. 1943, p. 01.

²⁴¹ GOMES. O Regatão, p. 01.

²⁴² GOMES, Pimentel. Quinta-coluna, O Acre, nº 700, ano 14, Rio Branco, 26 jun. 1943, p. 01.

desagregador das energias despendidas pelo govêrno e pelo pôvo, no sentido de que unidos e fortes todos os brasileiros produzam mais e melhor em prol da vitória da causa que abraçamos.²⁴³

O debate e o conflito em torno desta atividade estavam em pleno vigor. Numa das edições do Jornal A Tarde, o jornalista Avelino Pereira publicou uma entrevista com o seringalista João Conrado, em que este exalta:

[...] as *excelências* dos chamados *regatões*, frente ao soerguimento do Vale Amazônico. Não pertencesse a um *seringalista* essa afirmativa, o caso poderia ser levado à conta de auto-defesa dos interessados, não tendo repercussão alguma, nem constituindo o espetacular escandolo a que atingiu, pela desfaçatez e insinceridade manifestadas.²⁴⁴ (grifos do original)

Em seguida Jovino Lemos, autor do ataque ao seringalista João Conrado diz, que as declarações só podem ser vistas como um ato de *audácia e inconsciência*, e passa a explicar o papel social do regatão:

[...] Porque os vapores que fazem o comércio das casas-aviadoras da praça de Manaus sejam, às vezes, chamados por esse nome, do fato se valem inescrupulosos negociantes furtivos, aproveitando-se da confusão nominal a que me refiro, para apunhalar o seringalista pelas costas, roubando-lhe a borracha e prejudicando a ordem e o bem estar de sua freguezia, sobre dar origem à provocação de outros fenômenos importantes, de natureza financeira, que vão atingir, indiretamente, também, os seus financiadores.²⁴⁵

Continua Lemos:

Para que não haja dúvidas, devo declarar que esses últimos são um caso de polícia. Entretanto [...] sendo seringalista, sequentemente inimigo irreconciliável dos donos de *regatão*, o senhor João Conrado encontrou razões não só para defendê-lo, senão, também, para proclamar as suas vantagens, na Batalhão da Produção. O entrevistado do jornalista Avelino Pereira tem seu seringal num igarapé muito grande, chamado “Eirú”, que domina completamente, porque é *totalmente* seu e onde ninguém penetra sem o seu consentimento... Por outra parte, o senhor João Conrado é o maior fornecedor de regatões da região, recebendo, dessarte, toda a borracha que os mesmos vão arrecadando, clandestinamente, nas propriedades dos outros seringalistas. Agora, está mais compreensível porque o regatão é o fator essencial à Batalha da Produção, no dizer do senhor João Conrado...²⁴⁶ (grifos do original)

²⁴³ GOMES, Pimentel. Quinta-coluna, p. 01.

²⁴⁴ LEMOS, Jovino. O “regatão” e o Seringalista. A Tarde, nº 1.948, ano 7, Manaus, 19 jul. 1943, p. 04.

²⁴⁵ LEMOS, Jovino. O “regatão” e o Seringalista, p. 04.

²⁴⁶ LEMOS, Jovino. O “regatão” e o Seringalista, p. 04.

Jovino Lemos, na defesa intransigente das casas-aviadoras em Manaus, proprietário de regatões, numa série de cinco artigos que publicou no jornal A Tarde, na edição seguinte faz uma distinção semântica para o conceito de regatão e suas práticas. Segundo ele, as casas-aviadoras possuem embarcações, vapores e barcos de todos os calados para que possam *penetrar todos os rios, indo deixar, no porto do seringalista, a mercadoria de que necessita e receber a borracha que ele produziu*,²⁴⁷ diga-se: o seringueiro. Ainda, diz Lemos: “*Essas casas, porém, através dos seus representantes-embarcados, negociam exclusivamente com os proprietários e nunca interferem ou prejudicam, por qualquer forma, o seringalista, antes, procuram servi-lo bem, no que andam acertados, já que objetivam aumento de produção*”.²⁴⁸

Para Lemos aqueles tipos de embarcações eram conhecidos e chamados de regatões, então sugere uma apropriação indevida do uso deste termo para práticas ilegais, chamando os fora da lei de *furões*:

A qualidade de regatões PREJUDICIAIS à paz dos seringais e ao comércio da praça de Manaus, é das do gênero chamado FURÃO, e é exercido em grandes canoas, impulsionadas por quatro laias, cheias de cachaça e quinquilharias que vão ser trocadas pelo produto do seringueiro, dentro do próprio seringal. Claro que o seringalista que tem suas terras e grandes capitais invertidos em *adiantamentos* aos seus *freguezes*, não agrada que quem quer fôr invada as suas propriedade para negociar com a sua gente, roubando-lhe o produto destinado as casas aviadoras que, por seu turno, os financiam...²⁴⁹ (grifos do original) (sic)

Ainda destaca a forma sorrateira em que os *furões* se utilizam para penetrar nos latifúndios dos seringalistas... Os barcos não são equipados com motores nas popas, para evitar que o barulho desperte a vigilância dos seringalistas ou capatazes.

No terceiro artigo, todos intitulados *O “regatão”, o Seringalista* Lemos condena o Poder Público pelo fato de se colocar conivente com a prática do regatão ilegal, ao cobrar os impostos; desta forma entende Lemos que o Poder Público, em vez de combater o regatão, o promove, quando o Estado deveria usar de todos os meios para fazer: “[...] *desaparecer essa malta desagregadora, para que as energias de todos se congreguem no pensamento exclusivo de aumentar a nossa produção de borracha, em obediência sadia às ordens emanadas do Presidente da República e para o bem do Brasil e das nações unidas*”.²⁵⁰

E sentencia talvez como propósito para a legítima defesa de sua propriedade quando invadida por esses mercadores fluviais: “*De outra forma, o seringalista será obrigado a*

²⁴⁷ LEMOS, Jovino. O “regatão” e o Seringalista, p. 04.

²⁴⁸ LEMOS, Jovino. O “regatão” e o Seringalista, p. 04.

²⁴⁹ LEMOS, Jovino. O “regatão” e o Seringalista, p. 04.

²⁵⁰ LEMOS, Jovino. O “regatão” e o Seringalista, p. 04.

*distrair elementos para efeito de policiamento de suas terras, desfalcando a produção em milhares de braços de homens **mansos**, afeitos ao trabalho”.*²⁵¹ Em outras palavras, se o Poder Público não resolve o problema, a justiça privada resolve através de seus próprios meios e recursos – fazer justiça com as próprias mãos.

Critica ainda os regatões, ou os *Prejudiciais*, como apelidou:

O *regatão* é um parasita, uma sangue-suga que se alimenta do sacrifício do seringalista e do seringueiro. [...] Os que a ele se dedicam enriquecem rapidamente, uma vez que não sofrem as contingências do meio e têm a *certeza* do lucro. Tudo ganham porque nada arriscam. Exclusivé, unicamente, o senhor João Conrado, e pelas circunstâncias especialíssimas que vimos ontem, todos os outros seringalistas do Amazonas assinariam esse depoimento.²⁵² (grifos do original)

No quarto artigo apela para os prejuízos econômicos destacando o emprego de homens nesse tipo de atividade, quando deveriam trabalhar na extração do látex, pois o regatão, ao invadir os seringais a remo, utiliza no total por canoa 06 (seis) pessoas. Em seguida faz uma suposição de que trafegassem pela bacia amazônica 500 regatões, cada um destes com seis pessoas, tem-se um total de 3.000 homens. Considerando que cada homem produz em média 700kg de borracha, teriam uma produção de 2.100 toneladas os 3.000 homens.²⁵³

Outros relatos aparecem oriundos de vários agentes públicos denunciando os regatões, como este feito por Manuel Gomes Correia de Miranda:

Entre os criminosos caturados ocupa lugar de primeira importância Izidoro José Elias, regatão, a quem se imputa o fato de haver encurralado nove gentios da nação Catauixi no rio Purús em 1857, fazendo-os soltar e correr separadamente os fuzilava como passatempo, e de ter esquartejado um recém-nascido, que restava. Foi este criminoso prêso em dezembro do ano passado (1860?) pelo Sub-delegado Suplente de Vila Bela da Imperatriz, Primo Feliciano da Silva.²⁵⁴

Por mais que a Câmara Municipal de Manaus reivindicasse intervenção governamental contra os regatões, como pretendia o vereador José Coelho de Miranda Leão, em março de 1865, as medidas tomadas não surtiam efeitos, assim, em 1877, outro vereador, desta vez, Sebastião de Melo Bacuri, exigia uma medida mais dura para:

[...] sustar o abuso de pessoas que se entregam ao comércio de porto em pôrto, pelos rios próximos à cidade, sem que paguem o imposto de regatão, proponho que pela chefatura de polícia se solicite sérias providências em

²⁵¹ LEMOS, Jovino. O “regatão” e o Seringalista, p. 04.

²⁵² LEMOS, Jovino. O “regatão” e o Seringalista, p. 04.

²⁵³ LEMOS, Jovino. O “regatão” e o Seringalista., p. 04.

²⁵⁴ MONTEIRO, p. 93.

ordem a que os inspetores de quarteirões exijam a competente licença desses indivíduos que se empregam em tal comércio, com o qual não só lezam os direitos provinciais e municipais como ainda fazem que no mercado se compre os gêneros por preços exorbitantes ao que podem ser vendidos pelos lavradores.²⁵⁵

Nas atas da Câmara Municipal de Manaus, desde 1850, podem ser encontradas outras queixas e reclamações contra os regatões, dirigidas aos vereadores para que se tomassem providências, e dos próprios vereadores reivindicando ao Governo medidas mais enérgicas. Todavia, segundo Monteiro Ypiranga, *os interesses eram mais fortes que a lei e a diligência dos fiscais*²⁵⁶, que quase nada podiam fazer, pois viam os barcos e canoas passarem em frente à Vila de Parintins [...] *sem darem cavaco; e não tendo êle meios, nem autorização para os fazer vir a registro, cruza os braços, e olha para elas*.²⁵⁷ Mas essa inércia do Estado, em parte, se manifestava também na falta de recursos: “[...] *Por consequência precisão de canoas e quem as mova. Mas isto exige despesas para as quais só V. Ex. pode obter autorização da Assembléia Provincial. O que não me oferece duvida é que tal despesa, feita com a fiscalização fora do povoado será bem produtiva*”.²⁵⁸

O editorial termina defendendo que, contra os quintas-colunas, o que merecem é a *cadeia*. Esse também era o pensamento de Jovino Lemos que, ao rebater a defesa que fez João Conrado aos regatões, disse: *Para que não haja dúvidas, devo declarar que esses últimos são um caso de polícia*.²⁵⁹

Apesar do o tom muito pesado, podemos perceber que os seringalistas e o governo, para quem o comércio do regatão violava a lei que protege a economia popular, viam-se ameaçados no gerenciamento e controle da economia da borracha. Por isso que Pimentel Gomes vaticinava:

O regatão deve desaparecer, seja ele fluvial, vivendo dentro de um minúsculo bazar flutuante, ou terrestre, utilizando mulas e bois cargueiros no transporte de suas mercancias. Muito mal já provocou êle à Amazônia. E agora, além de estar perturbando de maneira acentuada a produção da goma, está também dificultando o financiamento do próprio Banco de Crédito da Borracha. O Banco de Crédito da Borracha emprega na Amazonia centenas de milhões de cruzeiros em financiamentos. O seringalista financiado obriga se a entregar a borracha produzida em pagamento do dinheiro recebido. E vai empregar lo na abertura de novas estradas, na construção de barracas, na limpeza dos varadouros, em mercadorias, em empréstimos aos seringueiros. Haja o acréscimo de produção almejado e o Banco terá o seu dinheiro os

²⁵⁵ MONTEIRO, 1958, p. 94.

²⁵⁶ MONTEIRO, 1958, p. 98.

²⁵⁷ MONTEIRO, 1958, p. 99.

²⁵⁸ MONTEIRO, 1958, p. 99.

²⁵⁹ LEMOS, Jovino. O “regatão” e o Seringalista. Jornal A Tarde, nº 1.948, ano 7, Manaus, 19 jul.1943, p. 04.

lucros merecidos e as Nações Unidas mais borracha para a vitória. Como pôde o seringalista porém tirar os proventos indispensáveis e pagar ao Banco se os seringueiros financiados entregam a borracha aos regatões? Não tome o governo uma medida forte, coercitiva e o aumento de produção não corresponderá ao financiamento, os seringalistas que tanto estão fazendo pelo Brasil não poderão satisfazer seus compromissos.²⁶⁰

Vê-se nos discursos de sujeitos a serviço do Estado autoritário no Acre que o regatão continuava no foco da atenção como uma atividade que incomodava, que cerceia o progresso, o bom andamento da economia e das transações comerciais. Ademais, num momento muito peculiar na história da humanidade – o mundo em guerra, e a borracha o terceiro produto mais importante nos conflitos bélicos, o regatão deveria ser levado aos tribunais, julgado e condenado... porque não dizer: fuzilado. Só faltou quem defendesse essa proposta. Afinal, poderia ser enquadrado em crime de guerra.

Mas, vendo de outra forma, era o regatão que promovia entre os seringueiros outras oportunidades de romper com a exploração do patrão-seringalista, pois este violava tanto quanto as regras da economia popular. Roubava o seringueiro e, mais grave, ao ter sobre ele domínio e poder de mando e hierarquia, mantinha-os na *condição análoga a de escravo*²⁶¹ e quase nenhuma denúncia recebeu, ou foi investigado, sequer punido por essas práticas criminosas, ao contrário do regatão, que com eles não convivia, podia estabelecer outro nível de relação livre, independente.

No fundo este discurso coloca o seringalista como vítima, quem deve suportar o ônus pesado para manter sua atividade econômica, mas isso não seria possível sem as práticas arbitrárias, fraudulentas e ilícitas dentro do sistema produtivo da borracha:

É sabido que a cupidez de certos seringalista, ávidos de ganhos fáceis – infelizmente é a maioria -, oprime de tal modo a economia do seringueiro, que êste, dentro de pouco tempo, se torna seu escravo, peado por uma dívida que jamais tem fim. Tal dívida, proveniente de fornecedores de mercadorias por preços exorbitantes, com lucros às vezes acima de 100%, é um descoroçoamento para o trabalhador e força-o quase sempre a desertar, fugir, levando consigo, imerecidamente, o labéu de ladrão. As contas-correntes acusando saldos devedores são uma irrisão, uma ironia que o seringalista exhibe ao Banco de Crédito da Borracha, quando são por êste órgão financiados, a fim de justificar suas arbitrariedades, e, às vezes, suas desonestidades. Em meados de 1945, o Departamento Nacional de Imigração teve oportunidade de desmascarar um desses tartufos, que ofereceu ao Banco de Crédito da Borracha longa relação de nomes de seringueiros que teriam deixado de pagar-lhe dívidas hipotéticas no valor total de Cr\$ 400.000,00.

²⁶⁰ GOMES, Pimentel. Regatões, p. 01.

²⁶¹ Crime previsto no art. 149, do Código Penal de 1940, que dizia “Reduzir alguém à condição análoga à de escravo”. A Lei nº 10.803, de dezembro de 2003, introduziu e ampliou o tipo penal e inseriu novas características para tipificação do crime.

Não foi difícil provar o embuste, que tinha por objetivo obter mais crédito do citado estabelecimento. Cumpre, pois, coibir tais irregularidades, adotando-se fiscalização eficiente junto aos seringais, por intermédio de agentes do referido Banco.²⁶²

Como se observa, os seringalistas não eram as vítimas nem os infelizes de quem se pudesse se condoer ou sequer confiar, pois, sabiam e tinham mecanismos para burlar as instituições, além do que, contra os seringueiros essas práticas eram contumazes, mas acusá-los de práticas de violência contra o seringueiro era uma violação à imagem, à honra ao homem de bem, honesto, mesmo que se admitisse a violência contra os seringueiros, esta violência era justificada²⁶³ porque preguiçosos; fraudam o produto; fogem; não pagam a conta no Barracão.

Embora acusassem os seringueiros de desonestos, os seringalistas, por sua vez, não admitiam ser lesados pelas casas aviadoras. Assim, questionavam as comunicações, as duplicatas com as anotações das mercadorias que recebiam das casas aviadoras em Manaus ou Belém, que traziam valores/mercadorias em quantidades superiores à entregue, ou faziam lançamentos de taxas e impostos indevidos. De modo que vários seringalistas dirigiam correspondências aos seus fornecedores reivindicando que se reparassem os valores, cálculos e impostos cobrados indevidamente.

Foi o caso de Gonçalves Rodrigues, seringalista de Guajará, município do Estado do Amazonas, em correspondência de 10 de agosto de 1940 dirigida ao comendador J. G. Araújo, mega capitalista proprietário da casa aviadora de mesmo nome, e outros empreendimentos em toda a Amazônia, também com negócios nos países vizinhos, Europa e Estados Unidos, *reclamava da conta de venda nº 16/1834, que dava por entregue um lote de castanha no valor de 839\$400:*

Na conta de venda acima referida, verifica-se debitado contra mim, penço ter sido engano, da importancia de Rs, 174\$900, de imposto de exploração, verificando contas de vendas de meu irmão Sebastião, fornecidas de outras casas commerciaes d'essa praça, não o cobrão, constanos de o mêsmo ter hido a baixo, assim sendo, pesco-vos a gentilêsa de V.Mçês, creditarem-me pela referida importancia.²⁶⁴

²⁶² MELLO, Alcino Teixeira de. *Nordestinos na Amazônia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1956, pp. 114-115.

²⁶³ Cf. DUSSEL, Henrique. 1492: O Encobrimento do Outro: a origem e o mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

²⁶⁴ Museu Amazônico. Fundo: J. G. Araújo. Correspondências recebidas, 1940. Carta de Gonçalves Rodrigues encaminhada a casa aviadora J. G. Araújo, em Manaus, em 10 de agosto de 1940.

O seringalista cobrava a restituição de um crédito da venda desse lote de castanhas que fora creditado a menor para o seringalista, em decorrência do lançamento e cobrança do imposto de exploração. Há uma nota no final da carta que dizia: “*Retirei pedido*” abaixo, no canto esquerdo do documento e a data no canto direito abaixo - 17/8/40. Provavelmente, essa expressão significa que o pedido do seringalista foi atendido.

Em outra correspondência também dirigida a J. G. Araújo, enviada por Ibrahim Misto, seringalista/comerciante de Sena Madureira, município do Território Federal do Acre, em 27 de fevereiro de 1940, pede explicações sobre um *saldo* em sua conta corrente no exercício fiscal de 1938, no valor de 3:000\$000, conforme fora lhe comunicado em carta datada de 11 de fevereiro de 1939:

Peço-lhes essa explicação afim de desfazer um equivo que existe relativamente ao aludido saldo, entre os Srs. R. M. de Almeida & Cia e João Cancio Fernandes. Sobre o assunto consta que os Srs. R. M. de Almeida & Cia já entenderam-se com os amigos, talvez pedindo esclarecimentos que provam e possam desfazer o equívoco.²⁶⁵ (sic)

O teor da carta de Ibrahim Misto tem uma informação que fala de um *saldo*, não está claro se se trata de um saldo credor ou devedor, nos parece mais provável de um saldo credor, ante a resposta da firma J. G. Araújo enviada a Abraham em 28 de fevereiro de 1940:

Reportamo-nos à ordem de R\$. 3.000\$000 emitida a seu favor pelos Snrs. R. M. de Almeida & Co., contra a nossa firma. Aqueles nossos amigos, no ano passado, escreveram-nos reclamando que haviam sido debitados em duplicado pelo valor da ordem acima, o que, de fato, exacto, como tivemos a ocasião de verificar, pois essa ordem foi transferida para crédito do amigo em 18 de fevereiro de 1938, o que pedimos de constatar pelo extracto de conta corrente do primeiro semestre daquele ano, enviando em devido tempo, e foi depois pago no nosso “Caixa” por ter sido endossado por mais R\$. 3.000\$000 do que devia ser, visto que a transferência em apreço não foi anulada. Por nossa conveniência, solicitamos então aos Snrs. R. M. de Almeida & Co. para receberem de V. Sa. essa importância, porém êstes Snr. escrevem-nos agora dizendo que o Amigo alega que o seu saldo em nosso poder era resultante de uma ordem de J. Cânciao Fernandes, o que é menos exacto, pois nenhuma ordem daquêle Snr. foi recebida para seu crédito. Isto posto, esperamos que, perante os esclarecimentos acima expostos, o Amigo regularize êste assunto com os Snrs. R. M. de Almeida & Co., a quem estamos escrevendo nesta data pedindo para se entenderem de novo consigo. Agradecemos. Atenciosamente, PP. J. G. Araújo & Co., Ltd.²⁶⁶

²⁶⁵ Museu Amazônico. Fundo: J. G. Araújo. Correspondências recebidas, 1940. Carta de Ibrahim Misto encaminhada à casa aviadora J. G. Araújo, em Manaus, em 27 de fevereiro de 1940.

²⁶⁶ Museu Amazônico. Fundo: J. G. Araújo. Correspondências recebidas, 1940. Carta de J. G. Araújo para Abraham Misto, Manaus, em 28 de fevereiro de 1940. Fundo: J. G. Araújo.

Desta missiva enviada a Abrahim Misto é possível contabilizar que um crédito em favor dele emitido por R. M. de Almeida & Cia., através da J.G. Araújo, fora feito pelos contadores desta firma em duplicidade, o que gerou um débito em desfavor de R. M. de Almeida & Cia. no valor de R\$. 3:000\$000, porquanto que a empresa em Manaus não retificou o erro, ao contrário, quitou-o integralmente em favor de Abrahim Misto que, em outra carta alegou ser o crédito de R\$ 3.000\$000 de João Câncio Fernandes; segundo a empresa, não era verdade, pois não havia ordem de lançamento de crédito em favor de Abrahim emitido por J. Câncio. Conclui J. G. Araújo que o crédito existente pertence ao R. M. de Almeida & Cia, e que Abrahim Misto deverá se entender e pagar os valores que ele recebera a mais a R. M. de Almeida & Cia.

A contabilidade não era tão exata como parece entre casas aviadoras e seringalistas, as transações que eram feitas meio que no afogadilho; as notas promissórias originavam-se nas casas aviadoras, ou por meio de cartas ou bilhetes, em que os seringalistas autorizavam o pagamento de créditos em favor de seus fregueses ou seringueiros. Tais erros, propositadamente ou não, ocorriam com muita frequência, e se o seringalista não tivesse certo conhecimento ou não fosse assessorado pelos guarda-livros, seria lesado pelo aviador.

É provável que um dos seringalistas mais críticos e observadores das contas da J. G. Araújo era João Cândido Avelino, tendo exigido, numa linguagem simples mais firme e segura, o lançamento de seus créditos e de seus direitos corretamente. Assim, na carta onde o cabeçalho o localiza no *Ceará Rio Juruá 18 de junho de 1938*, na realidade ele escreve do Seringal Ceará, no Rio Juruá. Isso, de cara, já mostra a dificuldade de domínio da escrita de Avelino, todavia, suficiente e com o posicionamento político adequado para a realidade que enfrentava. Dizia ele nesta carta:

Comfirmo a minha ultima de 26/5 e dou em meu poder vossa estimada carta de 17 de 5 que respondo agradesido, contas de venda recebi porem não estou satisfeito. pois couros de viado não embarquei salgado e mi mandam c/ de venda com 3 kilos salgado. que não me conformo com isso pois tenho plena serteza que não os embarquei salgado. sernamby de cauxo também so tinha queimado na marca pois foi marcado a fogo e eram 3 bolas e não 2 como veio na conta geral e também uma bola de sernamby de [inelegível] que veio conta somente de 2 cx. e pesso que se inda não mandarem as parciaes da c/ geral n. 14/1090 que fassam-me o favor de mandar que tenho presisão delas. Produtos embarco muito pouco neste portador por que agora e que estamos comessando a collocar o pessoal que disalojou muito tarde, por tanto pesso que tenham passiensa que hei de vus satisfazer sem ms subriscrecome com estima [...] João de Paulo Avelino.²⁶⁷ (sic)

²⁶⁷ Museu Amazônico. Fundo: J. G. Araújo. Correspondências recebidas, 1940. Carta de João Cândido Avelino, Rio Juruá, em 18 de junho de 1938, endereçada a J. G. Araújo & Cia Ltda.

Avelino é objetivo, revela, expõe suas dúvidas e discordâncias da forma como as *contas de venda* chegavam em seu Barracão, como o levantamento contábil das transações efetuadas com a Casa Aviadora J. G. Araújo eram feitas sem condizer com a realidade.

Em outra carta datada de 29 de setembro de 1938, volta a questionar a contabilidade da Casa Aviadora J. G. Araújo:

Confirmando a minha ultima de 21 de Agosto e dou em meu poder vosso estimado favor de 18/8 que respondo agradecido, conta corr. receby porem não comfere a Duplicata 545 pois e de onse centos tresentos e oitenta e um e ceicentos (11 381 600) e não desessete centos tresentos e oitenta e um e ceicentos como vem na conta corr. Conta de venda receby e vos agradesso, consignaão conta nos mandar nesta chata cazu ela queira levar e pouco que mando pois não me foe possível mandar mais como vmces verão nela nota junta debito e debito confere sem ms subriscrevome...João de Paula Avelino.²⁶⁸ (sic)

Na conta de Avelino a Casa Aviadora havia debitado em conta corrente R\$ 6.000\$000 (seis mil cruzeiros) a mais, o que seria para ele um prejuízo que levaria no mínimo uma safra para sanar esse débito, por seus cálculos, inexistente.

Talvez na última carta do ano de 1938, Avelino, ainda em seu domínio territorial, escreve ao Comendador J. G. Araújo:

Comfirmo a minha ultima de 29/9 e dou em meu poder vossos estimados favores de 30/9 e 18/10 e 17/11 que inda não tinha respondido por falta de portador pois a Chata de 7 de 9 não quis encostar em meu porto. porem fico siente de vossos diseres que todos os notei. enqto aminha reclamação fico siente devemos disevos. Pois nos do interior não temos direito anada, pois 30 kilos de sernamby que deo somente ahi 24, Vmces dizem que não chega a quebrar 7% não posso dizer mais nada, neste potador embarco ...e couros para credito do que devo e logo que possa mandarei ms ate liquidar meu debito [...] João de Paula Avelino²⁶⁹ (sem grifo no original)

Na carta de Avelino aparece um novo elemento até então não explícito, que é a luta pelos seus direitos. Na realidade essa luta em defesa de seus direitos comerciais, a boa-fé na relação comercial e a correta relação de contrapesos nas transações efetuadas aparecia quando ele, Avelino, contestava duplicata por duplicata ou cada conta corrente entregue em seu Barracão. Às vezes, nem sempre e, imediatamente, a contestação à contabilidade retornava ao comerciante em Manaus; como podemos ver, na carta acima ele estava com quatro cartas

²⁶⁸ Museu Amazônico. Fundo: J. G. Araújo. Correspondências recebidas, 1940. Carta de João de Paula Avelino, Rio Juruá, em 18 de dezembro de 1938, endereçada a J. G. Araújo & Cia Ltda.

²⁶⁹ Museu Amazônico. Fundo: J. G. Araújo. Correspondências recebidas, 1940. Carta de João de Paula Avelino, Rio Juruá, em 18 de dezembro de 1938, endereçada a J. G. Araújo & Cia Ltda.

atrasadas, por razões justificadas, como a recusa dos navios para ancorarem no porto do seringal de Avelino. Mas sempre se colocava em nível de hombridade e dignidade, não se curvava às supostas manobras contábeis daquela empresa, e chega a bradar contra essa opressão ao dizer: “[...] *nos do interior não temos direito anada [...]*”.²⁷⁰

Outro seringalista ou comerciante supostamente lesado pela contabilidade da empresa aviadora de Manaus – J. G. Araújo, foi taxativo numa carta enviada, de Sena Madureira, Território do Acre, em 10 de abril de 1938, reclamava da sua conta corrente junto aos senhores Abilio Certo e Henrique Rocha, prepostos da Casa Aviadora. Com eles tentou esclarecer e entender-se sobre um suposto débito, ao mostrar-lhes:

[...] as referidas relações, e, si necessário fosse, lhe exhibiria, para confronto de lançamentos, todas as contas de venda de minhas diversas remessas, talões e factura de minhas compras e recibos de entrega de dinheiro e borracha. Devidamente examinadas ditas relações, se verificará pelo resultado positivo, que apenas sou devedor a V. S. de Rs 460\$760 em virtude de se achar incluída na relação de meu debito a factura n. 825 correspondente a duplicata de igual numero, no valor de Rs 2.221:400. Assim, espero que, retificado qualquer equivoco, seja a minha conta reformada, para que eu providencie acerca do respectivo pagamento de Rs 460\$760. Grato, subscrevo-me com estima e consideração. De V. S. Amigo e Cro. Atte. Almeida Derzi.²⁷¹

Derzi, comerciante/seringalista de Sena Madureira no Território Federal do Acre, dá-se por descontente e denuncia como incorreto o valor de suas contas onde o colocado como devedor, e, através de seus esclarecimentos, pede que seja alterada o polo dos dois sujeitos nesta transação comercial para que ele esteja credor e não devedor.

Henrique de Oliveira Bastos, do seringal Liberdade, no Acre, escreve, num formato quase que oficial de correspondências endereçadas ao comendador e capitalista J. G. Araújo, uma longa carta, onde se destacam vários itens: *duplicata; procuração; factura n. 14/2411; devolução; João Maia Filho; Juros em c/corrente; e, c/corrente de viagem a m/cargo*. Todos esses itens remetem a temas tratados e objetos de concordância, discordâncias, pedidos ou encaminhamentos, além do trato protocolar entre estes dois sujeitos sociais.

Esses documentos “contábeis” são muito interessantes porque revelam diálogos e disputas entre os detentores do poder econômico, que conhecem as regras, os mecanismos de burlar um ao outro.

Nesse sentido, Henrique questiona a Fatura nº 14/2411:

²⁷⁰ Carta de João de Paula Avelino, de 18.12.1938.

²⁷¹ Museu Amazônico. Fundo: J. G. Araújo. Correspondências recebidas, 1940. Carta de Almeida Derzi, de Sena Madureira, enviada para J. G. Araújo, em 10 de abril de 1938.

Queiram por bondade desculpar-me se não há engano nas despesas cobradas nesta factura, que fez quase 24.5% vinte e quatro e meio por cto. para Liberdade, em 56 vls. s/ kerosene. Se é pelos 50 saccos de sal na mesma, não justifica, pois na fcta. No. 14/1347, tinha também 50scs. e fez somente 12%, como m/m em todas as viagens. Não lhes pareça exigencia de m/ parte, queiram verificar e se eu não tiver razão perdoem-me.²⁷²

O seringalista estava exigindo explicações e retificação no percentual cobrado sobre a mercadoria comprada e transportada até o seringal Liberdade. De fato, em tantas outras compras já efetuadas junto à Casa Aviadora, podia perceber um disparate no percentual cobrado, que variava, neste caso, entre 24.5 a 12%, e, o que é mais grave, não sabia sobre que mercadoria incidia tão elevada taxa.

Em outro momento de sua carta, Bastos diz-se surpreso ao receber uma conta corrente com débito, pois:

[...] quando de m/prestação de contas ao deixar o serviço da casa ella era credora de mais de seis contos, pelo que recebi elogios. Hoje, lastimo não ter pedido copia daquela conta naquelle tempo. Se houvesse debito, m/memorial de viagem nunca fecharia mesmo por entregas de dinheiro a CAIXA, quando chegava de viagem, conferencias que passavam pela criteriosa e alta competencia do Sr. Cunha, auxiliado pelo Sr. Hugo, que neste particular merece elogios. Agora, se o Sr. Carvalho, trapalhão como é, (não por desonestidade) mandou adulterar os lançamentos, com o fim senão de perverso pelo menos de mostrar lucros imaginarios que não existe assim fazendo jús ao que não merece, não posso me conformar. A culpa não é de Vmces. somente delle, estou certo. Não poudes na passagem do Sr. Carvalho por aqui faser com elle uma conferencia, não só porque a demora da Chata é curta, como também porque elle furtando-se a isso disse-me não poder por ter “perdido o m/ Memorial de viagem”! que em confiança lhe entreguei quando deixei o serviço da casa, para quando sucitasse uma duvida elle consultal-o, não pensando que por fim viesse extraviar-se. Em vista disto para evitar delongas e citações, peço-lhes ordenar ao Sr. Carvalho que me devolva o Memorial em apreço, unica forma, digo; sem o qual com base não poderei argumentar nem conferir a cta. que não me é possível tel-a de cabeça. Comquanto já não me pese responsabilidade de material, pelo menos para o bom nome de m/reputação, carece de uma sucinta e clara justificação, que venha tirar qualquer duvida que possa haver em desabono a m/honestidade, o que farei oppurtunamente qdo. baixar a vista do Memorial. Pedindo desculpa da delonga que a isso me obriga o assumpto, sou Respeitosamente De. VV. Sas. Amo. e Crdo. Obro. Henrique de Oliveira Bastos.²⁷³

O seringalista está preocupado com a inversão de papéis na relação de compra e venda efetuada com a Casa Aviadora J. G. Araújo, pois tudo indica que fora vítima de um golpe da contabilidade fraudulenta no interior da empresa comercial. Também, vê-se o grau de

²⁷² Museu Amazônico. Fundo: J. G. Araújo. Correspondências recebidas, 1938. Carta de Henrique de Oliveira Bastos, do Seringal Liberdade, enviada para J. G. Araújo, em 30 de novembro de 1938.

²⁷³ Museu Amazônico. Fundo: J. G. Araújo. Correspondências recebidas, 1938. Carta de Henrique de Oliveira Bastos, do Seringal Liberdade, enviada para J. G. Araújo, em 30 de novembro de 1938.

confiança ou negligência que havia nessas transações, visto que ele se lamenta de não ter ficado com uma cópia da sua conta corrente, sobretudo, a da última compra efetuada. Ademais, o próprio funcionário da J. G. Araújo alega ter perdido o memorial da conta corrente de Henrique de Oliveira Bastos.

Antes de Bastos contestar essa contabilidade, em 7 de novembro de 1938, reclamava, em carta enviada ao Sr. Oliveira, das condições em que recebera o seringal Liberdade. Chegou a afirmar que a proprietária ou arrendatária anterior, uma mulher por nome Olga, merecia umas palmadas nas nádegas, o que a esta parte do corpo feminino deu outro nome: *“Eu, estou vivo, sadio e disposto a vencer. Não fora os aborrecimentos que me tem causado D. Olga, em quem já provocou-me o desejo de dar umas palmadas na ‘pôpa’, podia dizer que estava satisfeito”*.²⁷⁴

Isso não se trata de um caso isolado, mas mostra as mulheres, também, no comando da economia da borracha, embora a atitude do novo arrendatário seja machista e destitui o lugar social e o poder que essa mulher ocupa na cadeia produtiva da borracha. Ainda porque elas não estavam só no comando, porque seus maridos morriam ou desapareciam, por razões estranhas e tinham que assumir os negócios, mas estavam envolvidas diretamente na produção da borracha para a guerra.

Figura 19: Mulher seringueira produzindo borracha na década de 1940. Foto: Marcel Goutherot. Acervo Instituto Moreira Sales – São Paulo - SP

²⁷⁴ Carta de Henrique de Oliveira Bastos.

A perseguição que tanto o governo quanto os seringalistas impunham aos regatões - comerciantes ambulantes, que em qualquer época do ano, navegavam rio acima, rio abaixo transacionando com os seringueiros, era porque estabeleciam uma relação direta com o seringueiro e afrouxavam os laços da escravidão por dívida, a que o seringueiro estava submetido, pois estes podiam praticar o escambo com o regatão: trocava a preço mais em conta a borracha que produzia por mercadorias, alimentos, e outros produtos de extrema necessidade, que no barracão custavam uma fortuna, pois os preços praticados pelos seringalistas é que deixavam os seringueiros dependentes, endividados e, portanto, presos dentro dos seringais.

Todavia, devido a essa prática, uma vez descoberta e denunciada por quem soubesse, o regatão era expulso do território do seringalista e impedido de nele entrar novamente; o seringueiro podia ser submetido ao tronco; podia ter o corte de fornecimento das provisões e até ser expulso da área de produção.

Rocha, ao estudar a função social do regatão na economia da borracha também observou as repercussões da troca supostamente ilícita entre o seringueiro e o regatão. Segundo ele:

O seringueiro sabia que ao ‘desviar’ e vender uma ou duas pélas de borracha ao regatão, estava afrontando a autoridade do patrão podendo, com este ato, pagar multa altíssima ou ser colocado no tronco para ser castigado. Mesmo correndo risco, na luta pela sobrevivência, transgredia a ordem do barracão.²⁷⁵

A estrutura e a logística, para o esforço de guerra com foco na produção e o abastecimento da borracha, montadas pelos americanos na Amazônia, que também procuravam romper com a tradição secular do seringueiro escravizado pela dívida, pouco êxito teve, e o Estado brasileiro fazia vistas grossas para a escravidão por dívida na Amazônia. Em detida análise e apegando-se aos relatórios de campo produzidos pelos técnicos agrônomos americanos e, sobretudo, a análise crítica do segundo secretário da embaixada dos EUA no Brasil – Walter Walmsley, assevera com certo ar de decepção e frustração:

Não existe em lugar algum civilizado um quadro mais negro que se possa escolher para descrever aquilo que se acostumou chamar de corrupções e exploração. A Amazônia é uma cadeia de intermediários, todos se saciando

²⁷⁵ ROCHA, Ailton Chaves da. Trabalho e dominação nos seringais do Acre. São Paulo: PUC-SPP. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em História. Faculdade de História, 1998, p. 92.

no sangue dos pobres extratores. Dinheiro nada significa para o seringueiro enterrado vivo no interior do seu esquálido barracão. O que ele necessita na verdade é de alimentos e remédios que o mantenham vivo e do álcool para livrá-lo do desespero. Que diferença faz para ele se o mesmo se levanta da rede e não pode saciar a fome? Se um seringueiro for creditado com um preço compensador pela sua borracha é debitado por um preço maior ainda pelos suprimentos que lhe são vendidos. Nem o Banco da Borracha, nem a RDC (Rubber Development Corporation) ou outra qualquer entidade, sem a organização dos rios, das firmas comerciais aviadoras, têm alguma coisa a oferecer pelo aumento da sua borracha. **O abastecimento tem que seguir a maneira tradicional através das firmas aviadoras.** É inútil tentar chegar diretamente ao seringueiro como pretendíamos fazer. Assim, nós planejamos no vácuo, em uma larga escala, sem sequer conhecer as condições locais e esperando que um homem, cuja mão direita foi cortada, nos ofereça a esquerda.²⁷⁶ (sem grifo no original)

Em troca do empenho do governo brasileiro no fornecimento de matéria-prima para os EUA, a contrapartida deste era disponibilizar bens materiais e mercadorias para os seringais. Era uma tentativa de romper com essa teia secular de exploração do seringueiro, e retirar do caminho atravessadores indesejáveis, já que agora a economia da borracha se articulava e era alavancada a partir de uma intervenção e interesse de Estado ou dos Estados e, novamente, dentro da lógica do mercado internacional, ante um momento circunstancial.

Com esse espírito, para ter uma economia saneada de sujeitos que ameaçavam o bom desempenho da economia da borracha em tempos de guerra, para defesa da paz, dos direitos e liberdades, o Governador do Território do Acre, cel. Silvestre Coelho, por meio do Decreto nº 163, de 25 de junho de 1943, proibiu a atividade do regatão.

O Decreto trazia vários *considerandos*, num total de oito, apontavam para os compromissos assumidos pelo Brasil com os EUA ante as necessidades de guerra. Lembra que junho fora instituído pelo Presidente Getúlio Vargas o *mês da borracha* e que por isso mesmo: “[...] *cumpra ser dada por todos os meios maior intensificação possível à produção da goma elástica, em todos os quadrantes do País, sobretudo nos Estados e no Território do Acre, onde ela constitui fonte econômica natural*”²⁷⁷. Também, evoca recente discurso do interventor-mor Getúlio Vargas, em que considerava os seringueiros os soldados que formavam a vanguarda da grande batalha; defendia as relações de trabalho esculpidas no Decreto-Lei nº 4.841, de outubro de 1942, e com esse fundamento jurídico:

²⁷⁶ MARTINELLO, Pedro. A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico. Rio Branco: UFAC, 1988. Cf. A vida e o regime de trabalho nos seringais, p. 280.

²⁷⁷ TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE. Decreto nº 163, de 25 de junho de 1943. Extingue a atividade de comércio do regatão no Acre. O Acre nº 701, ano 14, Rio Branco, 04 jul. 1943, p. 02.

[...] essas relações não devem ser perturbadas de modo a não alterar o ritmo do trabalho nos seringais e a não desviar os seringueiros dos seus deveres para com os seringalistas e dêstes com o Banco de Crédito da Borracha S.A., que lhes proporciona o financiamento necessário para a exploração dos seringais.²⁷⁸

E o último considerando ataca o regatão, denunciando sua nocividade:

[...] o comércio dito de regatão é um elemento grandemente nocivo e perturbador das atividades dos seringueiros, pelas circunstâncias em que opera suas atividades, atraindo-os, distraíndo-os, do seu trabalho, provocando sua improdutividade e, dest`arte, concorrendo para anular os esforços dos governantes no sentido de maior intensificação da produção da hevea, e bem assim, impossibilitar a aplicação do disposto no art. 4º do decreto federal.²⁷⁹

Antecipadas as justificativas, o Interventor do Território Federal do Acre decretava a proibição da atividade do regatão: *“Art. 1º - Fica proibido em todo o Território do Acre o comércio de regatão em embarcações ao longo dos cursos dos rios ou por meio de transportes em viaturas ou cargueiros (solípedes ou bovinos) por vias terrestres.”*²⁸⁰

O artigo, de acordo com o decreto, proibia aos prefeitos a partir do dia 1 de julho de 1943 a conceder licenças para o exercício de tal comércio e, por fim, o parágrafo primeiro deste artigo determinava que os impostos relativos ao segundo semestre de 1943, já recolhidos, deveriam ser devolvidos aos regatões.

Um articulista no jornal O Acre derramava elogios à medida tomada pelo Interventor:

O Acre, perfeitamente integrado nas diretrizes do Estado Nacional, vem realizando uma verdadeira obra de reconstrução e soerguimento, graças á atuação proficiente e patriótica do Governador Silvestre Coelho. Empenhados, que estamos, na grande Batalha da Borracha, a atual administração vem emprestando a esta importantíssima frente de combate do mundo em guerra pela vitória dos direitos dos homens e das democracias, as mais carinhosas atenções. Defendendo interesses da Nação e procurando proporcionar á terra que governa todos os meios e facilidades para que ela possa cumprir a palavra de ordem do presidente Vargas, S. Excia., em decreto n. 163, de 25 de junho próximo passado, extinguiu, em todo Território do Acre, o comércio nocivo do regatão. Essa medida, que de bem de perto vem ao encontro das necessidades do momento, além de amparar os abnegados comandantes da Batalha da Borracha – os seringalistas – proporcionando-lhes um cálculo certo de sua produção, tem, também, o benéfico efeito de preservar a economia dos soldados da borracha.²⁸¹

²⁷⁸ TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE. Decreto nº 163, p. 02.

²⁷⁹ TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE. Decreto nº 163, p. 02.

²⁸⁰ TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE. Decreto nº 163, p. 02,

²⁸¹ Defendendo a economia dos seringueiros. O Acre, nº 702, ano 14, Rio Branco, 11 jul. 1943, p. 01,

O decreto do Interventor Federal do Acre não foi do agrado da classe conservadora de Manaus. Na sessão em novembro de 1943, o assunto foi levado ao conhecimento da Associação Comercial do Amazonas, através do diretor Elias Ferreira da Silva, que relatou a situação do comércio dos regatões no Acre, extinto por decreto do Interventor, e se reportou também a: “[...] *um apelo que lhe foi feito por um grande comerciante de regatões, no Acre, no sentido de que possam, ao menos, liquidar seus negócios*”.²⁸² Durante os debates, outro membro da Associação - Aristóteles Bomfim defendeu: “[...] *que o regatão tem sua utilidade e faz seu protesto formal pelo ato do Governador do Acre. O Diretor Isaac Sabá declara-se solidário com as palavras de seus pares que se pronunciam em defesa do comércio do regatão*”.²⁸³ E por fim, tomaram a decisão de: “[...] *que o Instituto estudaria um meio conveniente para solucionar êsse assunto*”.²⁸⁴

O regatão na economia da borracha exercia, ao contrário do que diz a historiografia tradicional, um serviço de enfrentamento à opressão imposta ao seringueiro. Era quem, podemos dizer, talvez, não podemos afirmar isso, mas inspirados no liberalismo burguês, possibilitava que o seringueiro tivesse acesso aos seus mantimentos a preços mais em conta e, até, alguma porção de dinheiro em espécie, para numa eventual fuga do cativo, pudesse se manter aonde fosse. Era uma forma extemporânea à lógica do aviamento porque possibilitava o acesso a bens e serviços que eram filtrados pelo Barracão, não permitindo que o seringueiro usufruísse desses bens.

O poder de mobilização do regatão, na concepção de Pimentel Gomes, era tanta que, segundo ele, chegava a ameaçar a economia da borracha e seus agentes, principalmente, o Banco de Crédito da Borracha e o seringalista, implicados diretamente na lógica financeira bancária.

Este discurso de Pimentel tem uma conotação que precisa ser rebatida, porque o engenheiro passa uma imagem de uma economia que se estabelece dentro de uma naturalidade, que as coisas acontecem do jeito que são e estão, pois coloca o seringalista como alguém que faz tudo; que fornece mercadoria independentemente de o seringueiro trabalhar ou não; que a “fuga” para outro seringal é algo aceitável, e que a dívida deixada pelo

²⁸² Ata da sessão ordinária da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas, realizada no dia 03 de novembro de 1943.

²⁸³ Ata da sessão ordinária da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas, realizada no dia 03 de novembro de 1943.

²⁸⁴ Ata da sessão ordinária da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas, realizada no dia 03 de novembro de 1943. Após esta sessão as atas de 08 de novembro a 30 de dezembro de 1943 ou estavam inexistentes ou não traziam nenhum registro sobre os desdobramentos da posição tomada na reunião de 03 de novembro. É certo que alguma coisa foi feita, porque a Associação, que eles denominavam mais de Instituto, não titubeava nos direitos de seus associados.

seringueiro ficaria por isso mesmo, quando, na realidade, a lei condicionava a mudança do local de trabalho para outro, somente, após análise e aval do Governo, através do Banco de Crédito da Borracha: “*A mudança de colocação como qualquer outra modificação ou alteração no trabalho do seringueiro, depende de consentimento prévio do Departamento da Produção, uma vez verificada a conveniência*”.²⁸⁵ Nas leis do seringal essa cláusula era uma retórica, pois o que imperava era a lei do Barracão.

2.5 Repercussões do desabastecimento nas cidades e a repressão dos órgãos de controle da economia mercantil

Se nos seringais o bode expiatório que causaria danos materiais aos seringalistas era o regatão, nas cidades parece que eram os pequenos comerciantes que ameaçam a economia de guerra.

Assim, por muito menos, pequenos e jovens comerciantes de Belém do Pará, que vendiam gêneros alimentícios, carnes e outros produtos, já no final da década de 1940, mas que poderiam aplicar as mesmas regras e punições aos seringalistas, no mesmo período, visto que o fundamento legal para a punição era o Decreto-Lei nº 869, do ano de 1938, eram denunciados, investigados e punidos por supostos crimes contra a economia popular.

Durante o segundo mandato, entre fevereiro de 1943 e outubro de 1945, ditatorial do Interventor no Pará, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, podemos encontrar vários casos de violação a economia popular.

E um deles foi João Agripino da Silva, julgado pelo Tribunal Especial de Segurança Nacional, sob a acusação do Ministério Público de vender carne de cabeça por preço acima do tabelado, onde um quilo de carne de cabeça custava Cr\$ 1,60 (um cruzeiro e sessenta centavos) e José Agripino vendia ½ kg por Cr\$ 1,50 (um cruzeiro e cinquenta centavos): “[...] o vendedor João Agripino da Silva, infringiu assim a tabela oficial de preços de vísceras, que estabeleceu o preço de um cruzeiro e sessenta centavos para cada quilo de carne de cabeça, a autoridade apreendeu o meio quilo de carne apresentada pelo investigador Raimundo Chagas Bezerra de Nazaré [...]”²⁸⁶, denunciou o Procurador Público.

²⁸⁵ BRASIL. Art. 12. Decreto-Lei nº 4.841, de 17 de outubro de 1942. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4841.htm.

²⁸⁶ Centro de Memória do Amazonas, Belém-PA. Fundo: Poder Judiciário do Estado do Pará. Processo Crime nº 1.163/1946.

Em juízo, Agripino confessa a venda, mas a cliente disse que devolveu as vísceras, por isso o Juiz Abdias Arruda entendeu que o que houve foi tentativa, e não a consumação do crime e, assim, absolveu o acusado.

Em março de 1944 Fernando Motta e Antonio Costa foram julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional, presidido naquele momento pelo Juiz militar Alfredo Miranda Rodrigues, acusados de crime contra a economia popular por venderem rins, fígados e línguas a preço acima do previsto na tabela publicada pela Comissão de Abastecimento de Belém.

O Auto de Busca e Apreensão dá conta de que as vísceras desapareciam do balcão a partir da 22 horas e, numa ocasião, foi apreendida uma cesta contendo 10 kg de fígado de gado, 11 kg de línguas e 22 rins, em poder de João Saraiva do Nascimento. O Relatório do Delegado depois de descrever os fatos concluiu pela existência do crime previsto no art. 3º, II, do Decreto-Lei nº 869/1938. O processo baixou para a Delegacia Especial de Segurança Política e Social, em 29 de março de 1944, para os acusados serem fichados e em seguida prestarem depoimentos.

Antonio da Costa, ao depor no Inquérito Policial disse:

[...] que veio de Portugal ha desesete anos passados e quando veio para essa Capital era pobre, hoje é socio do bar Cristal e vendeu ha pouco o café Peixoto do qual também era socio; que desde quando chegou estabeleceu-se na zona do meretrício fornecendo comida as mulheres; que daí sua grande freguesia, daí em lançar mão de todos os meios possíveis para satisfazer a sua freguesia; [...] que um rapaz alto, aparentando ter quarenta anos de cor escura, propondo-lhe vender visceras em quantidade que quisesse, mediante pagamento superior ao tabelado; que muito embora sabendo que existe uma portaria que proíbe terminantemente a venda de visceras fora dos mercados, a qual entretanto não foi bem interpretada pelo depoente, ficou fechado o contrato, sendo o preço da lingua seria pago a oito cruseiros, fígado a cinco e rins a dois.²⁸⁷

O português Antonio da Costa, ao chegar a Belém, logo tratou de se estabelecer em negócios e transações comerciais; por seu depoimento, voltou-se para a exploração da prostituição, sustentando as mulheres do bordel, atividade esta muito explorada desde o início do século XX, durante o *boom* da borracha, onde os coronéis da borracha iam saciar sua libido.

Márcio Souza, um estudioso e romancista da Amazônia, não poupou críticas a essas práticas:

²⁸⁷ Centro de Memória do Amazonas, Belém-PA. Fundo: Poder Judiciário do Estado do Pará. Processo Crime nº 4.825/1944, fls. 80.

Os coronéis de barranco vibravam com as polacas e francesas, mas as senhoras de respeito eram guardadas nos palacetes, cercadas de criadas e ocupadas em afazeres mesquinhos, como em 1820. Numa sociedade carente de mulheres, também o sexo seria um privilégio. A presença feminina no seringal era rara e quase sempre em sua mais lamentável versão. Para os seringueiros isolados na floresta e presos a um trabalho rotineiro, geralmente homens entre vinte e trinta anos, portanto premidos pelas exigências de seu vigor; a contrapartida feminina chegava sob a forma degradante da prostituição. Mulheres velhas, doentes, em número tão pequeno que mal chegavam para todos os homens, eram comercializadas a preço aviltante. Enquanto o coronel podia contar com as perfumadas *cocottes*, além de suas esposas, o seringueiro resvalava para o onanismo, para a bestialidade e práticas homossexuais. Esta penosa contradição legou uma mentalidade utilitarista em relação à mulher. [...] Com o extrativismo da borracha, onde a procura era maior que a oferta, ela seria transformada num bem de luxo, objeto de alto valor, um item precioso na lista de mercadorias, uma mobília. A sociedade do látex tornar-se-ia uma sociedade falocrata que daria à mulher uma utilização tão aberrante quanto a forma de explorar a força de trabalho do seringueiro. Adornaram sua terra exótica com a venerável cultura européia, mas não admitiram uma mulher como pessoa.²⁸⁸

José Peixoto da Costa era quem recebia as vísceras no Bar Cristal, depois de cortadas, preparadas e enviadas por Fernando Motta.

Ao término da investigação criminal, o membro do Ministério Público se manifestou:

Opino pelo arquivamento do presente inquérito. A sua narrativa revela um comércio humilde mas irregular de rins, tripas, fígados e outras vísceras que dois modestos indiciados Fernando Motta e Antonio da Costa destinavam ao comércio de restaurantes. Não há delito a punir. Constitui mera infração sanitária ou fiscal". ?

Rio de Janeiro, 1º de junho de 1944

Eduardo Jara

Procurador do TESN²⁸⁹

Em sessão de julgamento no dia 04 de julho de 1944 o Tribunal, por unanimidade (06 votos a zero), indeferiu o pedido, de arquivamento, do Procurador e mandou remeter os autos à Procuradoria para uma nova: “[...] *classificação do delito*”²⁹⁰. Veladamente, havia uma predisposição do Tribunal de Segurança de condenar os comerciantes.

Após a reclassificação do crime, realizou-se nova sessão do Tribunal Especial de Segurança Nacional, em 20 de outubro de 1944; estavam presentes o comandante Presidente

²⁸⁸ SOUZA, Márcio. A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p. 99.

²⁸⁹ Centro de Memória do Amazonas, Belém-PA. Fundo: Poder Judiciário do Estado do Pará. Processo Crime nº 4.825/1944, fls. 80. Há este ponto de interrogação escrito de vermelho com um lápis de cor, que sugere uma discordância ou dúvida em relação ao pedido de arquivamento do processo pelo Procurador.

²⁹⁰ Centro de Memória do Amazonas, Belém-PA. Fundo: Poder Judiciário do Estado do Pará. Processo Crime nº 4.825/1944, fls. 25.

Miranda Rodrigues, o procurador Joaquim Azevedo, substituindo o procurador Jara, que se ausentou por razões justificáveis, também o advogado dos acusados, Luiz Carpenter, que pediu a absolvição dos indiciados.

O acórdão do tribunal impôs a Fernando Motta a condenação de um mês de prisão e multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), grau mínimo, como incurso nas penas do art. 3º, II, do Decreto-Lei nº 869/1938 c/c o art. único do Decreto-Lei nº 2.524/1940, e absolveu Antonio Costa, porque: “[...] a lei só comina pena ao vendedor e não ao comprador”.²⁹¹

Ao julgar o Recurso de Apelação nº 1.577, Fernando Motta foi absolvido, por maioria de votos, embora tivesse sido e mantido preso desde outubro de 1944.

Uma nova apelação de nº 2.423 foi interposta no Tribunal, a qual trouxe novos elementos de prova; por conta disso, em 14 de novembro de 1944, o Tribunal de Segurança Nacional absolveu, definitivamente, Fernando Motta e, por telegrama, deu ciência às autoridades policiais em Belém, mandando libertar Fernando. Em resposta ao Tribunal, o Chefe de Polícia Luiz Geolás de Moura Carvalho comunicou: “[...] foi este, de acordo com o determinado no mesmo telegrama, imediatamente posto em liberdade”.²⁹²

No final de 1946 a Polícia de Segurança alcançou também José Pereira Santana, acusando-o de *crime contra a economia popular*, ao vender carne por preço acima do tabelado. O Inquérito, embora instruído com depoimentos de testemunha, as provas não foram suficientemente robustas para construir um discurso condenatório pela Justiça, assim, na sentença, Santana foi absolvido:

[...] A denuncia não trouxe testemunha arrolada e veio acompanhada de pequeno inquerito policial, que pouco ou nada esclareceu o caso. [...] Considerando que assim não ha certeza do crime e muito menos indício vehemente da criminalidade do réu, requisitos indispensaveis para a condenação. Considerando que a propria Promotoria Publica se excusou de opinar pela condenação do réu: julgo não provada a denuncia e absolve o réu José Pereira Santana da acusação que lhe foi intentada condenando nas custas a Fazenda do Estado. Publique-se; Registre-se e Intime-se.
Belém, 30 de maio de 1947
Abdias Arruda
Juiz de Direito do 5º Termo²⁹³

A história de Joaquim Escalda beira um ato burlesco do sistema judiciário da época, senão isso, revela o excesso de controle pela polícia social sobre a economia paraense. Por

²⁹¹ Centro de Memória do Amazonas, Belém-PA. Fundo: Poder Judiciário do Estado do Pará. Processo Crime nº 4.825/1944, fls. 62.

²⁹² Centro de Memória do Amazonas, Belém-PA. Fundo: Poder Judiciário do Estado do Pará. Processo Crime nº 4.825/1944, fls. 65.

²⁹³ Centro de Memória do Amazonas, Belém-PA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado do Pará. 5ª Vara Criminal da Comarca de Belém. Processo Crime s/nº, outubro de 1946.

meio de um novo dispositivo jurídico em vigor – o Decreto-Lei nº 9.125/1946, foi acusado de *cobrar preços superiores aos tabelados*²⁹⁴. O investigador policial disse no Inquérito que: “[...] apresentou a autoridade uma cebola, pesando cem gramas, declarando haver apreendida a mesma na mercearia denominada ‘Fé em Deus’ [...] de Joaquim Escalda por ter este vendido a Mario de Albuquerque Dias, a razão de um cruzeiro, quando o quilograma tabelado pela Comissão de Preços, é de seis cruzeiros [...]”²⁹⁵

O suposto crime, que era classificado como contravenção penal- art. 11, *caput*, alínea “a”, foi julgado e processado pelo Juiz da 5ª Vara Criminal de Belém que, em junho de 1947, absolveu o acusado.

A pena aplicada, em caso de condenação, seria de *prisão simples, por 15 dias a quatro meses, ou multa de dois mil cruzeiros a cem mil cruzeiros, ou ambas cumulativamente*.²⁹⁶

O Juiz tinha a faculdade de aplicar somente a prisão; só a multa; ou, prisão mais a multa. Vemos aqui que a pena é mais branda e a economia do crime também, deixava de ser crime hediondo e inafiançável - Decreto-Lei 869/1938, e passava a ser considerada contravenção penal com o Decreto-Lei 9.125/1946.

A lei parecia menos punitiva e mais discricionária. Podemos considerar que a essa altura não havia mais a guerra, e os Estados estavam se refazendo do impacto e danos causados por ela. Nesse sentido, propugnava que no caso de aplicação da pena e o arbitramento de fiança, o juiz deveria levar em consideração *a situação econômica, grau de instrução do acusado e circunstâncias do fato*, bem como, no caso de punição prevista no item I, do § 2º, *a multa será reduzida à quinta parte se o infrator fôr do comércio varejista*.²⁹⁷

Ora, esse dispositivo é bastante generoso quanto à moderação da pena, pois minimiza-a ou abre caminho para seu abrandamento, quando possibilita reduzir as multas de dois mil e cem mil a um quinto cada, quantitativamente, se o Juiz decidisse pelo valor menor, a primeira cairia para quatrocentos cruzeiros e a segunda para dois mil cruzeiros.

Nesse sentido, decisão que confirmasse a contravenção penal ou os crimes contra a economia popular seria uma violação ao último bastião do liberalismo econômico, a economia

²⁹⁴BRASIL. Decreto –Lei nº 9.125, de 04 de abril de 1946. Dispõe sobre o contrôlo de preços e cria órgãos destinados a impedir encarecimento da vida. http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=9125&tipo_norma=DEL&data=19460404&link=s

²⁹⁵ Centro de Memória do Amazonas, Belém-PA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado do Pará. 5ª Vara Criminal da Comarca de Belém. Processo Crime s/nº, novembro de 1946. Fundo Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

²⁹⁶ BRASIL. Decreto-Lei nº 9.125, de 04 de abril de 1946, art. 11 - As infrações previstas neste artigo são punidas: I – As das letras a, b e c com a pena de prisão simples, por 15 dias a quatro meses, ou multa de dois mil cruzeiros a cem mil cruzeiros, ou ambas cumulativamente.

²⁹⁷ BRASIL. Decreto-Lei nº 9.125, de 04 de abril de 1946, art. 11.

de mercado, embora este liberalismo se norteie pela violência oficial praticada pelo Estado através da ação dos seus agentes.

De outra forma, via de regra os acusados de *crime contra a economia popular* estavam vinculados à tipificação prevista no art. 3º, III, do Decreto-Lei nº 869/1938, que previa *os crimes contra a economia popular sua guarda e seu emprego*. Nos casos acima o que mais aparece é a acusação de violação ao art. 3º, III: “[...] *promover ou participar de consórcio, convênio, ajuste, aliança ou fusão de capitais, com o fim de impedir ou dificultar, para o efeito de aumento arbitrário de lucros, a concorrência em matéria de produção, transporte ou comércio*”.²⁹⁸

O texto da lei nos parece um tanto fora da realidade quando atinge os pequenos comerciantes, porquanto que estes não se associavam, não havia prática de associação, de uma organização voltada intencionalmente para a prática de delito contra a economia popular, ao contrário dos seringalistas, que formavam e tinham suas associações comerciais, verdadeiros cartéis que atuavam harmoniosamente em profunda cumplicidade entre si, na defesa de seus direitos e negócios, basta ver que algumas das associações comerciais na Amazônia são fundadas ainda no século XIX.²⁹⁹

O teor deste dispositivo está muito mais voltado para o combate à formação de trustes, cartéis, organizações com o poder e a força para fundir seus capitais e, assim, dominar o mercado de matérias-primas, circulação de mercadorias e preço, em conformidade com a divisão internacional do trabalho. Não seria um vendedor de rins, fígados e línguas que ameaçaria a política liberal de demanda e oferta defendida e garantida pelo Estado. Tanto assim era que o Procurador em vários casos requereu a absolvição dos acusados por considerar um *comércio humilde e irregular*, com isso, o órgão encarregado de fiscalizar e acionar o poder judiciário em busca de uma punição afastava essas práticas da condição crime.

Vale ressaltar que, para estes tipos de delitos previstos no art. 3º, III, do Decreto-Lei nº 869, de 1938, que violavam a ordem econômica imposta pela ditadura varguista, enclausurava-se o sentenciado por *6 meses a 2 anos mais multa de 2:00\$000 a 10:000\$000*.³⁰⁰ Para os casos estudados praticamente não houve prisão com exceção de Fernando Motta, que ficou aproximadamente dois meses na prisão.

²⁹⁸ BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 18 de novembro de 1938. Define os crimes contra a economia popular, sua guarda e seu emprego. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-869-18-novembro-1938-350746-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 09.10.2012.

²⁹⁹ A Associação Comercial do Amazonas é de 1870, a do Pará é de 1823, e muitas dos municípios dos Estados da Amazônia são do início do século XX, portanto, instituições centenárias.

³⁰⁰ BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 18 de novembro de 1938.

E, o que era mais grave, para todos os crimes previstos no decreto de 1938 não era permitido apelar em liberdade, porque suprimida a possibilidade de pagar fiança. Sequer previsão de suspensão da pena e livramento condicional era possível reivindicar em Juízo, dada a vedação da lei.³⁰¹ Estávamos, de fato, diante de um Estado de Exceção, portanto, de supressão dos direitos individuais e civis.

No início da República, a transição do Império à República através de um golpe de Estado, alguns historiadores construíram uma versão histórica de que o povo assistiu a tudo isso sem saber do que se tratava, de que não participou diretamente deste processo, que estava ausente da luta política contra os dominadores, no dizer de José Murilo de Carvalho, o povo assistira a tudo *bestializado*.³⁰²

As diversas situações narradas aqui não tratam de revoltas populares, mas reivindicações isoladas, de grupos ou de associações representando uma coletividade ou um grupo insatisfeito com a ação do Estado. Também não se trata de: “[...] *movimentos de revolta popular em sentido liberal clássico como exigência de redução ao mínimo da ação do Estado, ou de ilegitimidade desta ação onde coubesse a iniciativa particular*”.³⁰³

Podemos recorrer, para os diversos casos estudados, às conclusões de Eduardo Silva, assim como fez José Murilo de Carvalho, embora apresentemos dados diferentes de suas conclusões, que as queixas levadas ao governo não eram somente de *pessoas de algum modo relacionadas com a burocracia do Estado*, pois tanto pessoas ligadas à burocracia do Estado quanto pessoas do povo recorriam ao Estado para suas críticas, denúncias, queixas e sugestões. Continua Carvalho, ainda, sob os argumentos de Eduardo Silva, que: “[...] *as queixas não revelavam oposição ao Estado. Eram antes reclamações contra o que se considerava ação inadequada, arbitrária, por parte dos agentes de governo. Ou então contra falta de ação do poder público*”.³⁰⁴ Para a realidade da Amazônia, desde o início da República, atravessando todo o período getulista, as demandas estavam encravadas na disputa pelo poder local e mesmo que se tratasse de queixas isoladas ou coletivas, tratava, sim, de alterar a decisão do Estado, como foi o caso dos pequenos magarefes de Belém, cujo monopólio da venda de carne para uma grande empresa foi derrubado.

³⁰¹ BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 18 de novembro de 1938. Art. 6º. Os crimes definidos nesta lei são inafiançáveis e serão processados e julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional. Neles não haverá suspensão da pena nem livramento condicional.

³⁰² CARVALHO, José Murilo. Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

³⁰³ CARVALHO, José Murilo. Os bestializados, p. 146

³⁰⁴ CARVALHO, José Murilo. Os bestializados, p. 146.

Na disputa local por poder e permanência, havia a influência, os atos dos sujeitos que reivindicavam consertos nas ações do poder público, colocavam o governante ante uma necessidade de responder à queixa seja positiva ou negativamente. Então, não era uma posição de súdito que se vergava ao mando do governante, a demanda influenciava e colocava o Estado em posição desconfortável a ponto de decidir o que era objeto de reivindicação e disputas.

Isso é diferente das conclusões de Eduardo Silva acatadas por Carvalho, que entende que as reivindicações representavam: “[...] *uma visão antes de súdito que de cidadão, de quem se coloca como objeto da ação do Estado e não de quem se julga no direito de a influenciar*”.³⁰⁵

³⁰⁵ CARVALHO, José Murilo. Os bestializados, p. 147.

Capítulo III - A lei e o controle social na sociedade extrativista

3.1 Estado intervencionista e a nova estrutura político-jurídica para os trabalhadores

A República Velha reinaugurada em 1930, sob um discurso e uma suposta ação revolucionária, a ponto de denominar o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de *Ministério da Revolução*, trouxe no campo do liberalismo burguês uma política reformista de Estado. Essa perspectiva instalada no cenário político-econômico do país tinha um forte apelo patriótico e moral para amortecer os conflitos sociais internos que eclodiam tanto nas fábricas quanto no campo.

A chamada *revolução de 30* foi uma construção ideológica, pois não começa nem se esgota em 30, revoltas e lutas pela tomada do poder nesse país vêm desde o período colonial, cada movimento, rebelião, motim ou revolução com as suas particularidades, expostas e combatidas pelas elites e por forças repressoras do Estado em determinados contextos históricos e políticos.

Todavia, os discursos e justificativas deste momento foram e são utilizados para legitimar uma história dos vencedores, para periodicizar a História e massificar uma versão histórica destes momentos, e 1930 faz parte deste processo histórico. Vesentini e De Decca, em artigo científico publicado na Revista de História da Universidade de São Paulo, em 1977, fizeram duras críticas à construção dessa memória, que aparece basicamente em duas direções: uma, que estabelece um recorte histórico como marco temporal construído e apropriado pelo vencedor; e, outra, para delimitar e inculcar na memória coletiva um fato histórico que registra a ação única dos vencedores e silencia os vencidos. Dizem os autores:

1930 aparece como um *marco* divisor de duas etapas da *história política* do Brasil. O discurso advindo de alguém intimamente relacionado com o exercício do poder ao mesmo tempo que sugere a *memória* histórica também é parte do *fazer* da história. Apresentado como análise, escrito por alguém que pretende ser e para “espíritos que vêm com ponderação e clarividência”, esse discurso é o fazer da política enquanto o refazer da memória.³⁰⁶

Continuam Vesentini e De Decca fazendo uma análise da interpretação do discurso da realidade política brasileira construída pelo grupo que ascendeu ao poder, consideravam que antes de 1930 o país se constituía como Nação, mas não sujeito de si mesmo. E que após esta

³⁰⁶ VESENTINI, Carlos Alberto e DE DECCA, Edgar Salvadori. A revolução do vencedor: considerações sobre a constituição da memória histórica a propósito da “revolução de 1930”. São Paulo, Revista Ciência e Cultura (SBPC), jan./1977, pp. 25-26.

data o país passou a viver um momento de ruptura, portanto, uma fase de transição muito delicada e decisiva. Desse modo, procuram transgredir o processo histórico ao delimitar dois campos supostamente distintos de memorização e configuração do poder e do acesso ao poder em que a primeira fase era articulada e organizada por sujeitos fracos, débeis e oligárquicos, ao passo que 1930 rompe com esse passado, com uma Nação que:

[...] dorme seu “sono cataléptico” não por sua vontade, mas como vítima dos “cantos de sereias dos reguletes”, ou seja, do sistema político. Despertar desse sono supõe uma *revolução* – a Revolução de 1930 – na qual a Nação, agora sujeito, renasce com “nova consciência política”. Esse marco divisor definido politicamente como uma revolução é caracterizado no nível ideológico como tendo criado “nova mentalidade nacional”.³⁰⁷

Na análise destes historiadores essa construção histórica ocorreu diante de uma luta política em que classes sociais e frações de classe com propostas divergentes se opuseram. Para eles:

[...] o período assistiu um acirramento da luta política onde estas oposições manifestaram-se. Também não deixa de ser verdadeiro que no período diversos grupos lutaram por propostas diferentes de “revolução”. Todavia, a constituição da memória apresentada no item anterior mostra a revolução de uma forma unitária – as outras propostas foram anuladas, montando-se o quadro de uma revolução tornada um ente sagrado.³⁰⁸

É possível arrematar que os objetivos da construção de um discurso sobre 1930 e seus desdobramentos, foi para tenta romper e anular o passado existente, colocando como uma única via. Esse discurso:

[...] cumpriu pelo menos duas funções. Serviu, por um lado, para justificar a abertura dessa fase de “transição” e, de outro, representou o ponto nodal dessa tentativa de se refazer a “história política do Brasil”. Assim, durante esse período, o vencedor, elaborando e difundindo a sua visão de luta, aperfeiçoa seus próprios instrumentos de controle do poder político.³⁰⁹

O desafio desta elite era superar o estado de letargia econômica que atravessava o país por décadas com uma economia de exportação de produtos primários (matérias-primas) para um país industrializado, todavia pondo freio na luta de classes, como bem frisa José Eduardo Faria, ao procurar explicar a sobrevivência da justiça do trabalho ao longo das crises políticas e ditaduras civil-militares, isso só foi possível ao:

³⁰⁷ VESENTINI, Carlos Alberto e DECCA, Edgar Salvadori de. A revolução do vencedor, p. 26.

³⁰⁸ VESENTINI, Carlos Alberto e DECCA, Edgar Salvadori de. A revolução do vencedor, p. 26.

³⁰⁹ VESENTINI, Carlos Alberto e DECCA, Edgar Salvadori de. A revolução do vencedor, p. 26.

[...] enfatizar a unidade moral, política e econômica realizada integralmente no âmbito do Estado, mediante a integração dos indivíduos nas organizações por eles criadas, ao valorizar o trabalho como ‘dever social’, ao subordinar os sindicatos a um rigoroso controle jurídico-político governamental, ao produzir uma legislação e um regime processual específicos em matéria de contrato de trabalho e ao atribuir a uma magistratura especial a responsabilidade pela resolução dos conflitos coletivos, inspirando-se na ‘Carta del Lavoro’ forjada pelo movimento fascista que tomou conta da Itália a partir dos anos 20 [...]³¹⁰

Faria conclui dizendo que essas medidas que ele chama de ‘arranjos’ tinham dois objetivos claros:

- (a) regular as relações da iniciativa privada com seus empregados tomando como premissa o interesse geral da ‘Nação’, concebida como organismo vivo com fins e meios de ação próprios, superiores, em força e duração, aos dos indivíduos e grupos componentes;
- (b) controlar a entrada da cidadania nas portas das fábricas, procurando substituir uma então emergente luta de classes pela idéia de solidariedade e comunhão entre o capital e o trabalho, a fim de preservar a política convencional das tensões decorrentes de um sistema produtivo em fase de transformação.³¹¹

O governo liberal burguês de Getúlio Vargas tinha plena consciência do papel histórico que os trabalhadores exerciam no conflito com o patronato brasileiro, e desde o momento em que mudaram as estratégias de luta, passaram a se constituir em sindicato de lutas, de reivindicação desde a primeira década do século XX, não dando trégua aos empresários urbanos e rurais do país e, que o governo precisava conter essa trajetória trazendo para a comunhão do Estado o operariado brasileiro como aliado, e para isso iniciou um processo de mudanças na estrutura administrativa, social, política, econômica e jurídica do país.

Segundo Faria o foco do Estado para impor um fim a gana revolucionária dos trabalhadores brasileiros foi:

[...] (a) cooptar para desarmar posições, (b) dividir para melhor controlar, (c) normatizar para retirar dos conflitos coletivos toda sua carga ideológica e (d) utilizar o reconhecimento oficial dos sindicatos para manter o domínio do sistema sindical pela burocracia governamental, livrando-o da necessidade de forjar raízes efetivas com as bases, como condição de sua sobrevivência. Esta é a essência desta estratégia: tornar o sindicato totalmente dependente do Estado, ‘nele nascendo, com ele crescendo, ao lado dele se desenvolvendo e nele se extinguindo’.³¹²

³¹⁰ FARIA, José Eduardo. Os novos desafios da justiça do trabalho. São Paulo: LTr, 1995, p. 24.

³¹¹ FARIA, José Eduardo. Os novos desafios da justiça do trabalho, p. 24.

³¹² FARIA, José Eduardo. Os novos desafios da justiça do trabalho, p. 30.

As diversas formas de organização dos trabalhadores resultaram em greves e diversos movimentos reivindicatórios por melhores condições de vida e trabalho, passando por jornada de trabalho de oito horas diárias, férias, pagamento do salário em dia, descanso semanal remunerado, plano de seguridade social e outras bandeiras de luta do movimento sindical da época.

A par desta realidade do mundo social do trabalho, das lutas com o patronato brasileiro impondo-lhes sucessivas derrotas e certo controle sobre a organização do trabalho pelos trabalhadores livres brasileiros³¹³ é que, numa longa conferência realizada no Palácio Tiradentes, em 25 de novembro de 1939, em São Paulo, Oliveira Vianna, membro do Estado Novo integrante da equipe do Ministério do Trabalho e porta-voz de Vargas para as questões sociais e trabalhistas, no período de 1932 a 1940, num relato detalhado e substancial, revela a obra cirúrgica na outorga do sindicalismo brasileiro, porque, ao regulamentar esta atividade no país, o fazem eliminando as tendências marxistas e impondo contrafreios na luta de classes, diz ele:

[...] quero ressaltar essa singularidade do seu método de ação, que é o de ser ela uma iniciativa do Estado, uma outorga generosa dos dirigentes políticos – e não uma conquista realizada pelas nossas massas trabalhadoras. Estas não tinham em nosso país, até 1930, nenhuma ideologia dominante, nem também solidariedade, nenhuma arregimentação, nenhuma organização que lhes desse força e prestígio bastantes para impor ao Estado uma orientação em seu favor.³¹⁴

Parece-nos demasiado exagerada essa visão de Vianna, é a visão do vencedor, já que, admitir essa linha de pensamento implica negar os esforços, as lutas e as organizações sindicais construídas pelos trabalhadores desde o início do século XX, sobretudo no momento em que eles se forjaram como um sindicalismo de resistência, o que, para isso, deveria haver uma organização mínima para o enfrentamento das injustiças sociais e contra a exploração do trabalho. O discurso de Vianna parece mais com uma pregação escatológica do fim dos operários e trabalhadores brasileiros se conseguisse incorporá-los na via única de coloboração como classe social ao capitalismo e ao Estado.

³¹³ MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981. Nesta monografia sobre as relações de trabalho no Brasil o autor faz uma abordagem em que nas primeiras três décadas do século XX os trabalhadores reivindicavam *mundo sem a legislação trabalhista*, sem a intervenção e a ação do Estado regulando, controlando e impondo leis, pois, isso inibia a negociação direta entre patrões e empregado.

³¹⁴ VIANNA, Oliveira. Direito do trabalho e democracia social – o problema da incorporação do trabalhador no Estado. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948, pp. 65-66.

É compreensível mas refutável o discurso de Vianna, pois no centro de uma luta, de um conflito que se desdobra numa conquista, derrota ou mediação em que resulte em relativo ganho, necessariamente, existe uma organização, um *corpus* organizado; basta que alguém conduza, ponha-se à frente do processo de luta e resistência.

É certo que, no processo de formação da economia de mercado no Brasil, isso se deu sempre tendo como eixo o conflito, crises sociais, políticas, econômicas e jurídicas. Nesse sentido, assegura Viotti:

Crises são momentos de verdade. Elas trazem à luz os conflitos que na vida diária permanecem ocultos sob as regras e rotinas do protocolo social, por trás de gestos que as pessoas fazem automaticamente, sem pensar em seus significados e finalidades. Nesses momentos expõem-se as contradições existentes por trás da retórica de hegemonia, consenso e harmonia social. Foi exatamente o que aconteceu em 1823, em Demerara. A rebelião de escravos mostrou claramente os limites da lealdade. A sublevação forçou todos a tomar partido e demonstrar seus comprometimentos.³¹⁵

Embora a análise de Viotti refira-se a uma rebelião de escravos na Guiana Britânica no século XIX, o que se sabe em nossa historiografia é que o Brasil é resultado dessas rebeliões de escravos, de trabalhadores livres e assalariados, porque eles promoveram verdadeiras revoltas ao se contraporem aos códigos e regras definidas pelo patronato, regras não-escritas. Também, trouxeram à tona, revelaram as contradições socioeconômicas, rebelaram-se contra a ideia de inércia, lealdade e submissão ou conformismo, pois foi a partir deste sindicalismo de resistência que foi possível obter alguns ganhos e impor uma agenda para solução dos problemas do descanso semanal, férias, salário digno, aposentadoria e outros benefícios.

Esse sindicalismo e outras formas, mesmo ainda precárias, de organização foram capazes de inquietar o Estado e a burguesia emergente brasileira, desde o início do século XX, o que levou o Presidente Washington Luiz declarar a que *as questões sociais era caso de polícia*.

A questão social era um caso de polícia porque o Estado e a justiça criminalizavam as manifestações sociais, trabalhistas e culturais³¹⁶, de modo que:

[...] as greves e outras manifestações operárias eram violentamente reprimidas pela polícia, provocando prisões, feridos e mortes; os sindicatos eram invadidos e fechados; as redações dos jornais operários eram

³¹⁵ COSTA, Emília Viotti da. Coroa de glória, lágrimas de sangue – a rebelião dos escravos de Demerara em 1823. Trad.: Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 14.

³¹⁶ A República surge com o que há do ponto de vista jurídico mais atrasado e conservador no interior da sociedade brasileira, por exemplo, o Direito Penal criminalizava a capoeira e as relações de cunho privado eram reguladas pelas Ordenações Manuelinas.

empasteladas; militantes estrangeiros eram expulsos do país pela força da lei (as leis Adolfo Gordo de 1907 e 1921). Mesmo não estrangeiros sofriam deportações para regiões longínquas do país, e, durante o estado de sítio que se prolongou de 1922 a 1926, centenas de operários foram confinados na colônia do Centro Agrícola Clevelândia, às margens do rio Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa. Lá muitos pereceram.³¹⁷

A necessidade de luta contra a exploração do capitalismo forçou todos a tomarem partido e demonstrarem seus comprometimentos; assim o Estado atuou fortemente na repressão contra a organização e as reivindicações de direitos mezinhos dos trabalhadores, desempregados, doentes e famintos, em detrimento da proteção da propriedade e do capital contra os interesses dos trabalhadores.

Por isso que, em outro momento, Vianna, falando da política social da revolução de 30, destaca as diversas forças que atuavam no interior do Estado, dentre elas os que ele denominou de *extremados*:

[...] cujo programa de reformas afetava um caráter claramente subversivo das bases tradicionais sobre que se tem assentado a nossa ordem social e econômica [...] nos primeiros ensaios do governo revolucionário, tiveram, por assim dizer, ao alcance das suas mãos as alavancas do poder do Estado, os centros de força com que poderiam ter lançado a nossa sociedade, semi-patriarcal e semi-industrial, nos caminhos das mais audaciosas e imprevistas transformações.³¹⁸

Conclui dizendo que essa tendência ideológica dentro das estruturas do Estado não obteve êxito porque: “*Havia alguém, - colocado justamente no centro do governo, - que conteve estes impacientes, alguém que moderou o ímpeto destes agitadores avançados, entre os quais havia espadas que tinham rutilado nos campos de batalha da Revolução.*”³¹⁹ (sem destaque no original).

Quem era esse *alguém* que aparece no texto meio enigmático de Vianna?: “*Ora, este alguém, esta força moderada foi o chefe do governo revolucionário*”.³²⁰ Enfim, Viana se referia a Getúlio Vargas... o grande Demiurgo.

Percebe-se com este discurso que a elite que ascendeu ao poder com Vargas tinha uma posição clara e definida de impor um controle nas ações dos diversos atores sociais envolvidos com e no processo de transformação social que vislumbravam como políticas públicas, sejam oriundas do interior do próprio Estado, sejam exógenas, nenhuma das ideias, viessem de onde viessem, poderiam de forma alguma abalar ou comprometer as estruturas de

³¹⁷ MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981, pp. 9-10.

³¹⁸ VIANNA, Oliveira. Direito do trabalho e democracia social, p. 64.

³¹⁹ VIANNA, Oliveira. Direito do trabalho e democracia social, p. 64.

³²⁰ VIANNA, Oliveira. Direito do trabalho e democracia social, p. 64.

Estado nem a ordem social e econômica para uma guinada mais radical. Enfim, a proposta da famigerada *revolução de 30* era fazer uma transição moderada e controlada...era uma *revolução* sem revolução.

Para Marilena Chauí, no prefácio para a obra de Edgar De Decca, *O Silêncio dos Vencidos*, conclui dizendo: “[...] *que a ‘revolução de 30’ é mais um capítulo da história da repressão neste país.*”³²¹

A política social da *revolução de 30* era uma obra cirúrgica da burguesia brasileira representada por parte dos burocratas de plantão que ascenderam ao poder. Para eles o operariado deveria ser combatido, através de um Estado que começou a efetivar uma prática ortodoxa que consistia em regular, dirigir e planejar toda e qualquer ação política de Estado e reprimir as organizações operárias.

Nesse sentido, a afirmação de Vianna é a de que os sindicatos praticamente inexistiam ou que eram organizações com representações inexpressivas de suas categorias profissionais. No Brasil nos parece compreensível no contexto do liberalismo individual burguês da época, pois havia uma disputa ideológica enfrentada pelo Estado no processo de regulação e controle das relações de trabalho, porque, o operariado brasileiro enfrentava e lutava em defesa dos direitos sociais e trabalhistas inexistentes no mundo jurídico.

O que o Estado brasileiro almejava com a política de cooptação era amansar, vergar, controlar e enfraquecer o movimento sindical de luta e resistência; também, entendia que o povo estava fora do Estado, não participava do Estado, essa era uma das avaliações de Vianna:

Quem estuda as relações existentes entre o povo e o Estado no regime anterior à Revolução de 30, não poderá deixar de chegar a esta conclusão: de que, então, o povo estava ausente do Estado. Por mais paradoxal que isto pareça, esta ausência do povo era o traço característico do velho Estado democrático, que o movimento de 30 derrocou.³²²

Então outra medida importante e imprescindível era criar mecanismos burocráticos e institucionais para inserção do povo no Estado, porquanto, ausente, na concepção de Vianna e outros colaboradores de Vargas. Isso foi algo que a chamada *revolução de 30* perseguiu, de modo que, desde o início da década de 1930, iniciou-se um processo de criação da burocracia estatal de caráter corporativista voltada para proteger a economia de mercado e controlar a resistência dos operários. O que se seguiu a 30 é que:

³²¹ DE DECCA, Edgar. 1930: o silêncio dos vencidos. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1986, pp. 27-28..

³²² Cf. VIANNA, Oliveira. Direito do trabalho e democracia social – o problema da incorporação do trabalhador no Estado. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951, p. 88.

[...] uma economia de natureza essencialmente agrícola, voltada à exportação de produtos primários tradicionais, foi substituída por uma economia industrializada, assentada na produção de bens de consumo durável garantida pelo protecionismo governamental, mediante a conjugação das mais variadas formas de reservas de mercado com subsídios, incentivos e créditos favorecidos. Trata-se de uma economia que, tendo como base um tripé formado pelo Estado, por empresas multinacionais e pelo capital privado nacional, cresceu basicamente “voltada para dentro”, ou seja, relativamente fechada aos fluxos do comércio internacional.³²³

O café, até então, nos três últimos decênios do século XX sob regulamentação e controle dos barões do café, garantiu-lhes uma acumulação de riqueza sem precedentes contribuindo para a superação da crise econômica de 1929 de forma menos traumática:

[...] a recuperação da economia brasileira, que se manifesta a partir de 1933, não se deve a nenhum fator externo e sim à política de fomento seguida inconscientemente no país e que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros. [...] A acumulação de estoques de café realizada antes da crise tinha a sua contrapartida em débito contraído no exterior. Não existia, portanto, nenhuma inversão líquida, pois o que se invertia dentro do país, acumulando estoque, se desinvertia no exterior contraindo dívidas. Tudo ocorria como se o café acumulado tivesse sido comprado por firmas estrangeiras que, no seu próprio interesse, postergavam o transporte da mercadoria para fora do país. A acumulação do café financiada no exterior se assemelha portanto a uma exportação.³²⁴

Ao mesmo tempo em que constrói as bases da transição para uma economia industrializada, consequência da forte reação positiva ao fenômeno da depressão vinda de fora, isso porque: “[...] a economia não somente havia encontrado estímulo dentro dela mesma para anular os efeitos depressivos vindos de fora e continuar crescendo, mas também havia conseguido fabricar parte dos materiais necessários à manutenção e expansão de sua capacidade produtiva”.³²⁵

Com isso a:

Produção industrial cresceu em cerca de 50 por cento entre 1929 e 1937 e a produção primária para o mercado interno cresceu em mais de 40 por cento, no mesmo período. Desta forma, não obstante a depressão imposta de fora, a renda nacional aumentou em 20 por cento entre aqueles dois anos, o que representa um instrumento *per capita* de 7 por cento. Este aumento não é de nenhuma forma desprezível, se se tem em conta que nos EUA, no mesmo período, decresceu a renda *per capita* sensivelmente. Aqueles países de estrutura econômica similar à do Brasil, que seguiram uma política muito mais ortodoxa, nos anos da crise, e ficaram portanto na dependência do

³²³ FARIA, José Eduardo. Os novos desafios da justiça do trabalho, p. 21.

³²⁴ FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1987, p. 193.

³²⁵ FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil, p. 199.

impulso externo para recuperar-se, chegaram em 1937 com suas economias ainda em estado de depressão.³²⁶

Não foi o caso do Brasil, segundo Furtado.

É nesse contexto de um país que está saindo de uma depressão econômica; um golpe de Estado civil-militar; reações armada contra esse governo liberal que se instala no Rio de Janeiro; a revolta constitucionalista dos paulistas em 1932; portanto, atravessa uma crise política porque combatido por diversos grupos e setores da sociedade brasileira; e as reivindicações por direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, que podemos compreender o empenho deste governo em combater toda e qualquer forma de resistência. Ao mesmo tempo, dialogava com o projeto de Estado da burguesia industrial paulista que também atuava para arrefecer a luta e reivindicação dos trabalhadores.³²⁷

Nessa fase de transição de uma economia basicamente agrária para uma economia industrial:

[...] o Estado desempenhou um papel estratégico na construção de um capitalismo industrial no País, consolidando sua presença na economia especialmente nos setores siderúrgico, metal-mecânico, mineração e petroquímico, a partir da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, e da Fábrica Nacional de Motores, em 1943.³²⁸

Também cuidou de combater o movimento sindical e operário inibindo qualquer forma de luta e resistência, colocando em seu lugar leis que legitimavam a economia de mercado e o controle sobre a organização e as relações do trabalho.

Nesse sentido o governo liberal-fascista³²⁹ de Getúlio Vargas traçou um caminho em que colocou o Estado como um ente que *regula, dirige e planeja*. A partir desta concepção do papel que o Estado deveria desempenhar na condução da economia de mercado, das instituições, da relação com o patronato e o operariado é que foi determinado o processo da legislação trabalhista no Brasil.

³²⁶ FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil, pp. 200-201.

³²⁷ A obra de Edgar De Decca. *O silêncio dos vencidos*, traz esse panorama de como o Governo Vargas mediou as lutas e reivindicações do conjunto da classe operária com os interesses e o projeto da burguesia brasileira.

³²⁸ FARIA, José Eduardo. Os novos desafios da justiça do trabalho, pp. 20-21.

³²⁹ O conceito de *liberal-fascista* aqui atribuído ao governo de Getúlio Vargas remete a dois momentos de sua governança: o primeiro que vai de 1930 a 1937, tem uma feição liberal, nacionalista e reformista; o segundo, a partir de novembro de 1937 a outubro de 1945, por ocasião do golpe de estado em que se instala o regime fascista, que viola as garantias e liberdades individuais, os direitos civis e políticos, e continua posicionado nos marcos da economia de mercado.

3.2 As leis sociais, o direito do trabalho e a justiça trabalhista na Amazônia

O movimento operário brasileiro de feição anarquista, socialista e comunista desde o início do século XX reivindicava dignidade, direitos trabalhistas, sociais e assistenciais.

As diversas greves, que assumiam para algumas destas tendências político-deológicas, a luta pelo poder, impostas aos patrões, e exigiam também 8 horas de trabalho, pagamento do salário em dia, descanso semanal, assistência e outros direitos, confirmam essa realidade. Os sindicatos de resistência promoviam diálogo e negociação direta com os patrões, num *mundo sem a legislação trabalhista*.³³⁰

Munakata, em estudo para mostrar esta intervenção, recorre a dois sindicatos de trabalhadores: o das pedreiras e o da construção civil. Em relação aos primeiros releva a existência de “tabelas” e de “regulamentos” frutos destas lutas e que: “[...] *contêm a remuneração correspondente a cada modalidade de serviço nas pedreiras, além de cláusulas sobre a forma e o dia de pagamento, as condições de trabalho e até a possibilidade de greve e boicote em caso de não cumprimento das mesmas.*”³³¹ Esse pesquisador considera essas ‘tabelas e regulamentos’ um: “[...] *verdadeiro contrato coletivo de trabalho pelo qual os patrões e trabalhadores chegavam a um acordo sobre as relações de trabalho nesta categoria.*”³³²

O outro sindicato é o da construção civil de Santos, que em 1909 é reconhecido pelo patronato quando se comprometem: “[...] *a contratar apenas os trabalhadores sindicalizados e também a evitar a admissão de fura-greves; há delegado sindical em cada canteiro ou oficina; a propaganda sindical realiza-se durante o trabalho.*”³³³

Constatou Munakata, ao analisar a atuação destes dois sindicatos, que a partir do alto grau de sindicalização:

[...] a luta, a organização, a convenção, a fiscalização e as penalidades relativas a todos os aspectos da relação de trabalho estão sob o controle dos trabalhadores organizados no sindicato. Não há nenhuma instância – Estado e leis – exterior aos próprios trabalhadores. Nem tampouco um aparato burocrático do sindicato (por exemplo, alguma Comissão) foge da fiscalização dos sindicalizados: tudo passa pelo crivo das assembleias semanais [...]³³⁴

³³⁰ MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981. Ver principalmente o tópico *O mundo sem a legislação trabalhista*, pp. 9-23.

³³¹ MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil, pp. 18-19.

³³² MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil, p. 19.

³³³ MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil, p. 21.

³³⁴ MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil, p. 20.

Essa forma de controle da economia de mercado e da mão de obra pelos operários e trabalhadores, através de seus sindicatos, impondo regulamentos e tabelas, a exigir o cumprimento por parte do patronato, faz com que os responsáveis pela produção de textos legais, como é o caso de Oliveira Vianna, venham a reclamar que:

[...] pela sua própria origem, o Direito do Trabalho vinha sendo desenvolvido de uma forma basicamente extralegislativa e dentro de uma perspectiva eminentemente confrontacional, tendo como fonte o delito - o delito trabalhista. Eram as situações de fato afrontando a lei, dizia ele, que permitiam a conversão de atitudes originalmente ilegais em direitos adquiridos – algo que já ocorrera na França e na Itália na passagem do século XIX para o século XX, quando a greve e a liberdade de associação sindical, antes tidas como crimes, passaram a ser direitos constitucionalmente assegurados.³³⁵

É diante desse quadro que surge formalmente na Constituição de 1934 a Justiça do Trabalho³³⁶, inspirada no fascismo de Mussolini, como órgão burocrático para substituir a negociação coletiva direta entre sindicatos de trabalhadores e patrões, bem como a justiça comum que atuava na interpretação dos contratos de trabalho (chamados de contratos de locação de serviços) dentro do direito civil e comercial.

A criação da Justiça do Trabalho deu-se sob forte embate entre Waldemar Ferreira e Oliveira Vianna, aquele, banqueiro e professor da Faculdade de Direito na USP, e este, assessor jurídico do Ministério do trabalho e coautor do projeto de criação da Justiça do Trabalho.

A divergência entre os dois consistia basicamente em Waldemar Ferreira expurgar a intervenção do Estado, através de qualquer órgão, nas relações coletivas do trabalho, deixando que os pactos entre empregados e patrões seguissem o curso da autonomia individual de contratar; defendia, ainda, que sequer devia o Estado delegar suas funções a terceiros, enfim, defendia que o contrato fosse regulado por si só.

Por sua vez, Vianna se contrapunha fortemente a essa tese ao defender que: “[...] *o livre mercado e o direito comum, em matéria de contrato de trabalho, exporiam os mais fracos ao domínio dos economicamente mais fortes, ampliando a heterogeneidade social e intensificando seus conflitos.*” Para Vianna: “[...] *somente o Estado teria condições de*

³³⁵ VIANNA, Oliveira. Direito do trabalho e democracia social – o problema da incorporação do trabalhador no Estado. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948, p. 26.

³³⁶ Ver o art. 122, da Constituição Federal de 1934. In: ALMEIDA, Fernando H. Mendes de. Constituições do Brasil. São Paulo: Saraiva, 1954, pp. 306-307

exercer uma arbitragem justa, por meio de uma legislação e de uma Justiça especializadas.”³³⁷

Nesse rumo muitos juristas brasileiros se perfilaram defendendo a especificidade da Justiça do Trabalho, como foi o caso do cearense Carlos de Oliveira Ramos:

No mecanismo jurisdicional da nossa patria, no nosso organismo judiciario, ela tem um lugar á parte, distinto, separado. Mais do que a proteção de direitos individuais, ela visa a estabelecer a harmonia social, a promover o bem estar coletivo, a manter a paz entre os grupos sociais, contendo os seus ímpetos e ambições e atendendo ás suas justas pretensões. [...] ela tem que proteger mais o fraco do que o forte, o pobre do que o rico. Ela intervem, justamente, precisamente, para procurar atenuar os efeitos das desigualdades sociais, que, muitas vezes, criam situações de gravidade tal que conduzem a verdadeiros cataclismas coletivos. Tendo por escopo harmonizar o capital e o trabalho, ela não pode esquecer que o trabalhador necessita de mais amparo e mais proteção que o patrão. As leis sociais são, indiscutivelmente, leis que regulam e informam as relações entre o patronato e o operariado, mas são, sobretudo, leis de proteção e assistencia ás massas obreiras, até ha bem pouco tempo, aqui e alhures, espesinhadas e espoliadas em seus direitos. A Justiça do Trabalho, criada para tornar efetiva a aplicação dessas leis e, mais ainda, por supri-las com as suas luzes, nas suas omissões, precisa de ter esse sentido eminentemente humano, sem o qual ela falharia, por completo, á sua finalidade.³³⁸

Essa tese de Ramos expressa bem o espírito e o significado de uma Justiça do Trabalho, para mediar os conflitos individuais e coletivos do trabalho, a luta de classes, do ponto de vista do micropoder:

O capital sempre foi explorador; o trabalho sempre foi explorado. O braço do trabalhador e o seu cerebro sempre estiveram a serviço da ganancia do patrão. Foram necessarios seculos de lutas e sacrificios para que se reconhecesse ao operariado o goso de alguns direitos. O capital so cedeu diante da pressão e da força das massas obreiras insatisfeitas e revoltas. E essa força e essa pressão só se tornaram eficientes quando o Estado, ante a ameaça iminente de desagregação social, exerceu o seu poder coercitivo em beneficio dos trabalhadores.³³⁹

Nota-se que a Justiça do Trabalho surge no cenário da economia brasileira para mediar e sufocar o conflito coletivo e individual existente e inerente às relações de exploração do homem pelo homem numa economia capitalista, cujo resultado perseguido pelo patronato é o lucro, o qual se consegue através da extração da mais-valia, e que a força do contrato entre partes não seria suficiente para realizar o equilíbrio e a paz social, mas no centro das teses de

³³⁷ VIANNA, Oliveira. Direito do trabalho e democracia social, p. 26.

³³⁸ RAMOS, Carlos de Oliveira. Justiça do Trabalho: rumos à sua organização. Revista da Sociedade Cearense de Geografia e História, Fortaleza-CE, ano 2, vol. 4, 1937, p. 124.

³³⁹ RAMOS, Carlos de Oliveira. Justiça do Trabalho, p. 124.

Viana está a defesa da *codificação* das leis trabalhistas pelo Estado. Embora represente um avanço no campo liberal, a criação da Justiça do Trabalho não pode ser vista como uma panaceia para os direitos trabalhistas.

A resistência travada pelos trabalhadores e a classe operária brasileira foi sempre contra essa exploração e a exigência que o patronato reconhecesse todos os seus direitos oriundos e típicos da relação de trabalho.

A luta por direitos sociais e trabalhistas reivindicados pelos trabalhadores brasileiros era vista pela elite governante como algo que surgiu num contexto da ilegalidade, portanto, pleiteavam-se direitos ilegítimos e ilícitos, pois, a própria estratégia de luta dos operários – as greves, por si sós, eram ilegais e ilegítimas. Daí por que Oliveira Vianna nominava os direitos conquistados pelos trabalhadores de *delito trabalhista*, na sua forma de ver, conquistados fora de um marco legal, extra-estatal.

A experiência de instituir uma jurisdição trabalhista para tratar especificamente dos direitos dos trabalhadores, para julgar questões relacionadas aos conflitos trabalhistas oriundos da relação de trabalho, da disputa por melhores condições e qualidade de vida, por emprego, trabalho, salário, higiene, saúde, assistência social, aparece na França com o:

[...] Conselho de “Prud’hommes”, instituído em França, ao que tudo indica, em 1464, na cidade de Lion. Os “Prud’hommes”, que, dissolvidos pela revolução, ressurgiram no começo do século XVIII, com algumas modificações em sua constituição, eram compostos de igual numero de representantes eleitos pelos patrões e pelos operários. Paul Pic, evidenciando a diferença entre a jurisdição trabalhista dos “Prud’hommes”, destinada á solução dos conflitos individuais, e as jurisdições de direito comum, assinala aos “Prud’hommes” estes dois caracteres: jurisdição eletiva e mixta, isto é, composta em numero igual de representantes eleitos pelos operarios – com ou sem adjunção de um magistrado (VI). Desse tipo de jurisdição trabalhista que, como estamos verificando, se subordinava ao principio acima anunciado, procedem os demais órgãos da Justiça do trabalho adotados por outros paizes.³⁴⁰

Essa forma de instituição representativa de patrões e empregados, denominada pelos franceses de “Prud’hommes”, foi criada em vários outros países como Inglaterra, Alemanha, EUA, Canadá, Itália, Nova Zelândia, com ligeiras modificações, mas que na essência a forma de organização e a composição eram as mesmas – paritária e com ou sem a intervenção de um árbitro ou juiz.

³⁴⁰ RAMOS, Carlos de Oliveira. Justiça do Trabalho, p. 128.

A Justiça do Trabalho no Brasil vem dessa tradição histórica europeia na criação de instituições que serviram para o controle dos conflitos sociais, seja de que ordem fosse, por meio de instrumentalização da justiça e aplicação do direito.

É por isso que Ramos, neste artigo admite algo que, certamente, era a visão de boa parte dos juristas para quem a Justiça do Trabalho tinha: “[...] *por escopo harmonizar o capital e o trabalho [...] tendo em vista que [...] o trabalhador necessita de mais amparo e mais proteção que o patrão*”.³⁴¹

Enfim, a Justiça do Trabalho foi criada na Constituição de 1934 para centralizar e monopolizar, por meio da burocracia estatal num único espaço jurisdicional, o combate a luta de classes típica das relações capitalistas de produção. Exercendo o papel de controle o qual Thompson empregou ao analisar a Lei Negra, na Inglaterra do século XVIII (1723), contra pequenos camponeses, agricultores, pescadores, caçadores, lenhadores e outros, para quem a partir do viés marxista:

[...] a lei é por definição, e talvez de modo mais claro do que qualquer outro artefato cultural ou institucional, uma parcela de uma ‘superestrutura’ que se adapta por si às necessidades de uma infra-estrutura de forças produtivas e relações de produção. Como tal, é nitidamente um instrumento da classe dominante *de facto*: ela define e defende as pretensões desses dominantes aos recursos e à força de trabalho – ela diz o que será propriedade e o que será crime -, e opera como mediação das relações de classe com um conjunto de regras e sanções adequadas, as quais, em última instância, confirmam e consolidam o poder de classe existente. Portanto, o domínio da lei é apenas uma outra máscara do domínio de uma classe.³⁴²

As instituições jurídicas designadas pelo contrato social no liberalismo desempenham com rigor e, às vezes, com intolerância contra os mais fracos, esse poder. Mais uma vez recorrendo a Thompson, a partir de suas conclusões sobre a lei e suas práticas, diz que: “*A lei, considerada como instituição (tribunais, com seu teatro e procedimentos classistas) ou pessoas (os juízes, advogados, os Juízes de Paz), pode ser muito facilmente assimilada à lei da classe dominante*”.³⁴³

Assim, os trabalhadores, o operariado brasileiro atua dentro deste ambiente jurídico estranho a sua condição social ou a sua consciência de classe, visto que este território resulta de um processo histórico em que grupos, coletividade ou classes sociais disputam espaços de poder onde, enfim, o espaço fica delimitado e sob o domínio dos vencedores.

³⁴¹ RAMOS, Carlos de Oliveira. Justiça do Trabalho, p. 124.

³⁴² THOMPSON, E. P. Senhores e caçadores: a origem da lei negra. Trad. de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 349-350.

³⁴³ THOMPSON, E. P. Senhores e caçadores, pp. 350-351.

No Brasil da década de 1930, o debate e as disputas se dão em torno da industrialização contra o *agrarismo*, aparecem dois discursos que não são, em certa medida, antagônicos, mas atuam no interior do Estado reivindicando as suas influências. O industrialismo reivindicava um protecionismo econômico do Estado e *leis sociais apenas para os trabalhadores urbanos*³⁴⁴, porquanto era inconcebível a construção de uma nação submersa em conflitos e lutas, tais quais aquelas travadas desde o início do século XX.

É nesse contexto que o Judiciário Trabalhista vai atuar e realizar a obra do liberalismo jurídico pautado no contrato, na boa fé, na liberdade e vontade entre as partes de contratar.

3.3 A lei, disciplina e controle do trabalho nos seringais da Amazônia

O Jornal A Tarde, da cidade de Manaus-AM, numa edição de março de 1939, traz a seguinte nota do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio – 1.^a Inspeção Regional:

Perante o numero crescente de queixas e communicações anonymas que vêm a esta Inspeção, peço aos queixosos de bôa fé que attem no seguinte:

É impróprio de gente bôa, o anonymato.

Peço encarecidamente ao sr. X. X.X. que não posso procurar; ao sr. “Domingos Silva”, que ninguém consegue encontrar; ao sr. Trabalhador “Boaventura Affonso” que pare- não existir e a todos os que me fazem corar, como brasileiro, ante a pusilanimidade de sua conducta, que procurem a 1.^a Inspeção Regional do Ministerio do Trabalho, á Avenida Joaquim Nabuco n. 472, nesta cidade e façam, lealmente, como se deve usar no Brasil, as suas accusações.

O Inspetor, avisado, recebe a qualquer hora para ter o grande auxilio com que moralize a sua repartição.

Não tenham medo.

Elle saberá protegêl-os.

Saibam, porém, de antemão o seguinte: Os funcionarios da Inspeção são: Torquato Faria e Souza, Ernesto E. P. Pinto, José Almeida, José Santanna Barros, Eladio de Araujo Costa, Luiz Augusto Bacellar e o identificador Newton Aguiar, que presta serviços na Secretaria.

Os outros nomes quaesquer que se disserem tal, ao commetterem certas faltas, - não o são -.

Alugns moços que; aliás, sempre me pareceram dignos, têm tido ali entrada, a pedido do Ministerio da Guerra, cuja Inspeção de Protecção aos índios se desorganizou.

Seriam, porem prohibidos de ali entrar se praticassem qualquer falta com prejuízo da repartição.

Manáos, 10 de Março de 1339 (sic).

ALBERTO JACOBINA – Inspetor Regional.³⁴⁵

³⁴⁴ DE DECCA, Edgar. 1930: o silêncio dos vencidos. 3.^a ed., São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 125.

³⁴⁵ Jornal A Tarde, nº 631, anno 3, Manaus, 11 mar. 1939.

A nota publicada pelo Inspetor Regional do Trabalho, em Manaus, Alberto Jacobina, merece alguns comentários. Primeiro, ele se sente incomodado com informações anônimas, reclamações ou denúncias que chegam ao seu conhecimento e pede que lhe *façam, lealmente, como se deve usar no Brasil, as suas acusações*.³⁴⁶ De fato, desde a Constituição do Império de 1824,³⁴⁷ esta determinava que fizessem por escrito reclamações, queixas ou petições às autoridades do Império, contra aqueles que violam a Constituição, mas é omissa quanto ao anonimato, supõe-se que, uma vez escrita, também fosse assinada pelo denunciante.

Todavia, é na Constituição da República de 1891 que explicitamente aparece a vedação ao anonimato³⁴⁸, daí a queixa de Jacobina, exigindo que todos se expusessem, mas, com desdobramentos no campo das consequências e responsabilidades.

Assim, sob o manto do anonimato quem acusa pode fazer denúncias infundadas contra terceiros, que podem ser inocentes, e sair ileso, sem a devida responsabilização pelos danos causados àquele que foi denunciado. E, no caso, as acusações que chegaram ao Inspetor Jacobina exigiam desdobramentos: oitiva dos acusadores e dos denunciados, algo impossível de fazer tal qual explicitou os motivos, sobretudo devido o anonimato dos acusadores, não teria como encontrá-los porque os nomes eram fictícios.

E diz, ainda, que, uma vez comunicado, receberá a qualquer hora as pessoas interessadas em fazer reclamações. Exorta. Encoraja-os: *Não tenham medo. Elle saberá protegê-los*.³⁴⁹

A Inspeção era um órgão de fiscalização do trabalho, das relações de trabalho, sobretudo, as questões relacionadas ao contrato individual do trabalho - a relação direta entre patrão e empregado, que ainda se dava na modalidade da locação de prestação de serviços regida pelo direito privado (código civil e comercial).

Outra nota nos chama a atenção, publicada pela Justiça do Trabalho, quatro anos mais tarde, no Jornal A Tarde, da Cidade de Manaus. Com certo ar de regozijo e, certamente, para incentivar outros trabalhadores a fazerem o mesmo, ou seja, quem tivesse uma demanda

³⁴⁶ Jornal A Tarde, nº 631, anno 3, Manaus, 11 mar. 1939.

³⁴⁷ Inciso XXX, do art. 179 da Constituição do Império do Brasil. Todo o Cidadão poderá apresentar por escripto ao Poder Legislativo, e ao Executivo reclamações, queixas, ou petições, e até expôr qualquer infracção da Constituição, requerendo perante a competente Auctoridade a effectiva responsabilidade dos infractores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm Acesso em 30.05.2013.

³⁴⁸ A primeira Constituição da República do Brasil na parte que trata das *declarações de direitos: liberdade, segurança e propriedade*, no § 12, do art. 72, estabelece que *Em qualquer assunto é livre a manifestação de pensamento pela imprensa ou pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm Acesso em 30.05.2013.

³⁴⁹ Jornal A Tarde, nº 631, ano 3, Manaus, 11 mar. 1939.

contra o patrão, a Justiça do Trabalho estava ali de prontidão para atender e resolver os litígios trabalhistas, enfim, ela acabava de ser inaugurada e tinha que mostrar serviço:

A Justiça do Trabalho, nos três últimos dias desta semana, efetuou pagamentos no valor de Cr. 12.379,00, a que foram condenados diversos empregadores assim distribuídos

CR. 1.000,00 ao operário Francisco Pereira da Costa por José Bentes de Farias, Saldo de Salários; Cr. 6.900,00, ao empregado Antonio Francisco Rates, por Marques & Cia. Limitada, indenização de salários e reconhecimento de estabilidade; Cr. 2.040,00, ao operário Oswaldo Lopes Braga, por Sinfronio e Cia., indenização por despedida injusta; Cr. 1.840,00 ao empregado Gaudencio Martins de Brito, pela Manaus Harbour Limited, indenização de salários e reintegração por gosar de estabilidade; Cr. 480,00 a Margarida Gomes Moreira, indenização por despedida injustas, pelas Lojas Brasileiras de Preços Limitada, (Lojas 4.400) Cr. 119,00 ao operário João Gonçalves, por Manoel Duarte, férias.³⁵⁰

Evidentemente que os resultados apresentados pela Justiça do Trabalho em Manaus representam uma conquista dos trabalhadores no terreno da judicialização dos conflitos trabalhistas. Independentemente dos valores, pois na análise de John French, colada na visão crítica do sindicalista do ABC Marcos Andreotti (1932-1937 e 1958-1964), que denunciava os trabalhadores brasileiros quando pleiteavam direitos trabalhistas junto à Justiça do Trabalho:

[...] normalmente perdiam de ‘dois a um’ nas juntas tripartite de conciliação e julgamento ‘porque os patrões e o governo são sempre a mesma coisa’. Mesmo o suposto representante dos trabalhadores na Junta de Conciliação e Julgamento local podia não ser confiável, ele enfatizava, porque somente os mais submissos membros da minoria menos militante dos sindicalistas eram escolhidos para o posto pelo Ministério do Trabalho.³⁵¹

Mas, de qualquer forma, percebem-se as práticas judiciárias trabalhistas em torno da proteção ao contrato de trabalho; ao instituto da estabilidade decenal; saldo de salários; despedida sem justa causa; férias; reintegração ao trabalho. São decisões importantes e que trazem uma nova referência num novo campo de disputas por direitos sociais e trabalhistas.

O que está posto com essas duas situações são as práticas judiciárias trabalhistas, porque, de uma forma ou de outra, havia disposição da Justiça Trabalhista e da Inspetoria encarregada da fiscalização e de controlar a relação entre patrões e empregados e o contrato individual do trabalho em promover e cuidar da garantia dos direitos sociais trabalhistas,

³⁵⁰ Jornal A Tarde nº 1.899, ano 7, Manaus, 21 mai. 1943.

³⁵¹ FRENCH, John D. Afogados em leis – A CLT e a cultura política dos trabalhadores. Trad. Paulo Fontes. São Paulo: Perseu Abramo, 2001, pp. 19-20.

todavia, essa não era a visão, *a priori*, dos governantes que estavam lapidando um novo aparelho de Estado para embutir e vergar os trabalhadores, através das práticas judiciárias.

Assim, do ponto de vista do trabalho, da regulação das relações de trabalho, o Estado brasileiro volta sua atenção para a implementação de direitos trabalhistas e da seguridade social dos trabalhadores urbanos e pouco ou quase nada aos trabalhadores rurais e extrativistas. Portanto, isso era um grande engodo.

O historiador Edgar de Decca diz que:

Na base desse argumento estava a própria defesa das leis sociais, aliás, extensiva apenas para o proletariado industrial, o qual, vivendo na esfera do artificialismo, estava sujeito a luta de classes. Por outro lado, o trabalhador do campo, vinculado às ‘verdadeiras tradições brasileiras’ e não vivendo o clima do artificialismo, estava infenso a luta de classes e, portanto, excluído dos benefícios das leis sociais – cuja defesa só era feita na medida em que a luta operária poderia transbordar em realizações revolucionárias.³⁵²

Um relatório do Ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio do período de 1938 a 1940, quando se referia ao trabalho na Amazônia, assumia a *mea culpa*, numa longa narrativa, da inoperância e ineficiência do Estado:

A questão social no vale amazônico reveste-se de circunstâncias que não são comuns às demais regiões geográficas do país e envolve uma série de problemas de sua própria natureza complexos e difíceis. A aplicação das leis sociais, por isso mesmo, a um meio onde sequer a terra não chegou ainda ao seu processo final de formação, é tarefa penosa e não pode alcançar os mesmos resultados que nas outras zonas onde há uma economia tanto quanto possível estabilizada, e as relações de trabalho já alcançaram certo índice de frequência.³⁵³

Esse argumento do Ministro é um tanto falacioso, pois não espelha a realidade, mas acompanha a ideologia liberal-burguesa que havia por trás do discurso do determinismo geográfico ou, senão, deixar que a própria natureza cuide de organizar e ditar as regras de proteção ao trabalho na Amazônia.

O entendimento esconde que não era a natureza a responsável por determinar as condições sociais, políticas, econômicas e jurídicas, eram os próprios homens que, de acordo com o lugar que ocupam e o papel social desempenhado no emaranhado das relações sociais de produção na Amazônia, organizavam e determinavam as regras da sociedade e os meios

³⁵² DE DECCA, Edgar. 1930: o silêncio dos vencidos, p. 167.

³⁵³ FALCÃO, Waldemar. O Ministério do Trabalho no Estado Novo. Relatório das atividades dos Departamentos, Serviços e Institutos, nos anos de 1938, 1939 e 1940. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, p. 120. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2308/000011.html>. Acesso em: 11.04.2013.

com os quais sobreviveriam e garantiriam os lucros. Esta era tão urbana quanto rural, assim, como São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco e outros centros de indústria e economia incipiente.

Aliás, uma sociedade que se consolida, no início do século XX, com a borracha despontando como o terceiro produto de exportação da balança comercial brasileira, por quase meio século, impôs ou possibilitou instalar na Amazônia uma economia de alta complexidade, conseqüentemente, uma considerável massa de operários, tanto urbanos quanto extratores seringueiros, aliás, estes se constituíam em sujeitos sociais sem os quais a economia da borracha não teria alcançado tão significativa importância na economia internacional.

Havia por parte deste Ministro do Trabalho um profundo desconhecimento da realidade amazônica, uma vez que, no caso do Acre, por exemplo, ao ser incorporado ao território brasileiro, a União o fez dentro dos sistemas e com o sistema jurídico vigente, ou seja, as leis que vigoravam no Acre eram as mesmas que vigoravam em todo o território nacional, embora a única situação político-administrativa que feriu a Constituição Federal na época tenha sido a anexação desta região na condição de Território Federal e não Estado, como os demais. De certa forma, essa condição de região tutelada pelos poderes da União se justifica como um lugar para expropriação, através de impostos, da riqueza aqui produzida para pagar a dívida com a Bolívia, a Construção da Madeira-Mamoré, enriquecer os amigos dos Presidentes da República, quando nomeados prefeitos³⁵⁴, delegados³⁵⁵, juízes, desembargadores³⁵⁶ e outros cargos do poder público no Território do Acre.

A Justiça no Acre foi instalada junto com a fundação político-administrativa do Território, em 1904³⁵⁷, quando anexado pelo Brasil, aliás, até antes, porque o Território do Acre foi uma região ocupada e governada pelo Estado do Amazonas, pela Bolívia, quando domínio desta, e o curtíssimo período de Luiz Galvez Rodrigues de Arias, que fundou uma República – a República Independente do Acre, na Vila Porto Acre.

O discurso do ministro torna-se inconsistente se confrontarmos com a realidade dita acima e quando trazemos situações em que a fala do governo não passa de uma atitude irresponsável e inconsequente.

³⁵⁴ Todos os prefeitos foram nomeados pelo Presidente da República, pouco tempo aqui ficavam e não escondiam que vinham fazer riqueza no Acre e debandariam logo o conseguissem.

³⁵⁵ Euclides da Cunha teve um filho nomeado delegado – Sólton Cunha, que foi assassinado em Vila Seabra, hoje, Tarauacá, quando foi realizar uma diligência para ver as circunstâncias do assassinato de um idoso de mais de 65 anos de idade.

³⁵⁶ Alberto Diniz, sobrinho de Afonso Pena, pediu que um primo intermediasse a sua indicação para o cargo de Juiz no Acre, para sua surpresa recebeu mais do que pediu, foi aquinhoadado com a nomeação para desembargador do Tribunal de Apelação de Sena Madureira, recém-criado e, que estava em fase de implantação.

³⁵⁷ Ver o Decreto nº 5.188, de 07 de abril de 1904.

Nesse sentido, em 1904, na Villa Rio Branco, capital do Departamento do Alto Acre, no Juízo de Distrito, no mês de outubro teve início a *Acção ordinária de nº 08 (cobrança)* em que litigaram a Casa Aviadora Fiuza Porto & Cia contra Benedicto de Medeiros; também, o próprio Plácido de Castro, líder do movimento armado que destituiu os bolivianos do domínio sobre o Acre, em abril de 1908, recorreu à Justiça para reaver um crédito de 5:653\$570 (cinco contos, seiscentos e cinquenta e três mil, quinhentos e setenta réis) contra Hypolito Moreira. Desiste da ação, em junho do mesmo ano, tendo em vista acordo feito com o devedor.³⁵⁸

Também, em 1906, na Vila Acre ocorre o primeiro julgamento do Tribunal do Júri Popular, foi um caso de homicídio.³⁵⁹ Cinco anos antes, em Xapuri, no período em que o Acre estava sob o domínio e poder dos bolivianos, em 1901, foi apresentado por P. S. Coelho e escriturado na Intendência de Polícia Boliviana de Xapuri um *regulamento* sobre a disciplina, comércio, arrendamento, a jornada e formas de trabalho nos seringueiros e punição aos sujeitos envolvidos no mundo do trabalho da seringa³⁶⁰.

Figura 20: Intendência Boliviana construído durante a ocupação de Xapuri-Acre no final do Século XIX e início do século XX, conhecida como Casa Branca. Foto: Francisco Pereira

³⁵⁸ Cf. COSTA, Francisco Pereira. Seringueiros, patrões e a justiça no Acre Federal, 1904-1918. Rio Branco: Edufac, 2005, pp. 272-274.

³⁵⁹ Cf. COSTA, Francisco Pereira. Seringueiros, patrões e a justiça no Acre Federal, pp. 224-227.

³⁶⁰ Cf. MONTYSUMA, Marcos. Ente o proibido e o permitido na Floresta Amazônica: uma historicidade da formação preservacionista entre seringueiros de Xapuri. Revista do Programa de Mestrado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Candido Rondon: Edunioeste, 2006, p. 87.

Ainda em 1909, cinco anos depois de anexação do Acre ao Brasil, o Cartório de Xapuri abria o livro de registro dos cidadãos aptos a atuarem no Tribunal do Júri Popular da cidade de Xapuri:

Termo de Abertura

Servirá o presente livro para nelle serem lançados os nomes dos cidadãos qualificados como jurados no Tribunal do Jury desta cidade de Xapuri, sede do Segundo Termo Judiciário da Comarca do Alto Acre, Territorio Federal do Acre. Suas folhas serão rubricadas por mim, Primeiro Supplente no exercício pleno do cargo de Juiz Preparador deste Termo, bem como no fim será assignado por mim o Termo de encerramento. Eu, Rodrigo de Carvalho, escriturário o escrevi. Xapuri 11 de Outubro de 1909.

O Juiz

Albino dos Santos Pereira³⁶¹

A justiça brasileira veio de fora, é da herança colonial portuguesa. Começa a atuar na Amazônia em 1644 quando é nomeado o primeiro magistrado – Francisco Barradas de Mendonça, para o cargo de: “[...] ouvidor geral no Estado do Maranhão, que comprehendia, alem do trecho desse nome, mais as regiões do Rio-Rei já reconhecidas e sob a dominação de Portugal”.³⁶²

Desde então a Coroa Portuguesa manteve-se atuante e presente na região. Na virada do século XVIII – 1754 até 1773, a Coroa Portuguesa cria a Capitania de São José do Rio Negro, dotando-lhe uma estrutura político-administrativa; cria a máquina do Poder Judiciário e cola a Igreja na sua estrutura.

Por meio de atos, cartas régias e provisões, a Metrópole estruturou o Judiciário na Amazônia que através de seus prepostos no Judiciário, exerceu o poder e o controle sobre o território dominado. Assim, em outubro de 1774, o Ouvidor Francisco Xavier Ribeiro Sampaio entregou às diversas autoridades de Ega, Diretórios e Povoados, cópia de umas *Instruções*, quando em correição por estes lugares. As *Instruções* eram muitas, reportavam-se à tipificação dos crimes – desavenças e querelas; procedimentos para resolução destes crimes e punições.³⁶³

³⁶¹ Livro de Registro dos Jurados do Tribunal do Júri de Xapuri – AC. Fórum da Comarca de Xapuri, 1909. Em 20 de dezembro de 1988, dois dias antes do assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, em que era Juiz da Comarca Adair José Longuini anotou-se no presente livro a lista de novos jurados sorteados.

³⁶² REIS, Arthur Cesar Ferreira. Formação Judiciária. Revista do Instituto Geographico e Histórico do Amazonas, ano 3, vol. 3, nº 1 e 2. Manaus: Typographia Phenix, 1933, p. 27.

³⁶³ Archivo do Amazonas. Revista destinada á vulgarisação de documentos geographicos e históricos do Estado do Amazonas. Anno 1, vol. 1, nº 1. Manaus, 23.07.1906, pp. 10-11.

Insatisfeito com os rumos tomados sobre as condições e as relações de trabalho, salários e jornada de trabalho dos índios escravos assalariados³⁶⁴, controlados por Diretores e pela Igreja na Amazônia, o governador da Capitania do Rio Negro Joaquim Tinoco Valente envia uma *ordem* na qual condenava as práticas de violação às leis trabalhistas da época. Dizia ele em suas recomendações:

Sendo informado que nas povoaçoens desta Capt.^a costumão os Directores e Reverendos Vigairos praticar com menos atenção as ordens que lhe tenho deregido o excesso de se çervirem de indios alem dos quelhe destribuhidos para os seus servissos; valendo se do indulto e de mandarem fazer manteiga, e outros gêneros para os seus particulares interesses com os ditos destribuhidos a titolo de pescadores, etomando outros muito aseu arbítrio para os servirem durante a falta daqueles ficando excedendo os Limity denigrindo as ordens, faltando ao devido respeito da sua Ececução interpretandoas como lhe paresse, e deliberando como absolutos, sem atenção a que os servissos dos Indios sepagão por diferentes pressos, no que ficão gravados, quanto as intelligençias de cada hum procurão com não piqueno encargo de conçiencia valersse do titolo de pescadores para os mandarem a servissos diferentes, sendo certo que aos pescadores se lhe tem extipulado o salário de outocentos reis por mez, sendo outro igual aos dos servissos domésticos, aos dos mais servissos a mil e dusetos reis, e aos rapazes seiscentos reis; procedimento não pouco desagradável a sua Magestade, pello que ordeno: Aos Directores, e Reverendos Vigairos que semilhantem^{te} praticarem ou tiverem praticado se abstenhão inteiramente deste procedimento, Ficando na intelligência de que as pessoas que lhe primito para os seus servissos, são as Seguintes, dois Indios para pescadores, dois rapazes para jacumabas, hum índio, hum rapaz para o servisso da sua caza, que toudos fazem numero de seis pessoas, que deverão ter cada hum Reverendo vig^{to}, e outro igual cada hum Director, sem que possão estendersse a mais, porqualquer motivo que seja: aos indios deverão pagar a outo centos reis empregando os nos referidos servissos de pesscadores, ou domésticos; aos rapazes a seis centos porem emcazo deos empregarem, em manteigas rossas ou outros quaisquer outro servissos que passem dos nomiados, pagarão aos Indios a mil e duzentos reis e aos rapazes outocentos reis, por serem dediferente natureza como asima Digo.³⁶⁵

Podemos ver o Governador atordoado com as violações legais por parte dos padres, dos Diretores dos povoados, Comandantes e outros exploradores da economia colonial na

³⁶⁴ Esse conceito *índios escravos assalariados* parece muito estranho, principalmente em se tratando de um período da História do Brasil em que o regime econômico era escravista e, concomitante a burocracia do Império tratar nos aldeamentos da Amazônia de *índios escravos assalariados*, o documento que traz esse conceito, remente ao pagamento de salários com determinados valores e as funções que os escravos desempenhavam. Como é possível entender isso, senão, levando em consideração tratar-se de um documento emitido por um governador de uma Capitania? Isso nos permite pensar nas posições políticas diferentes e divergentes no Império ante a escravidão. A desconfiança que pode surgir é se considerarmos tratar-se de um documento oficial, mesmo assim, numa visão crítica da História cabe uma pesquisa mais aprofundada sobre esse conceito e as relações as quais ele se reporta.

³⁶⁵ Archivo do Amazonas. 1906, pp. 15-16.

Amazônia, ao interpretarem e aplicarem as leis a seu bel-prazer, interesses, desvirtuando, alocando em atividades diferentes para pagarem salários menores aos índios e outros artífices.

Essas violações representavam uma ofensa grave ao Rei, mormente porque estavam usurpando os salários dos trabalhadores escravos assalariados. Na *ordem* o Governador determinava que se cumprissem tanto a quantidade certa de trabalhadores disponibilizados, no total de seis, quanto o pagamento adequado dos salários: a) aos índios 800\$000 (oitocentos réis) para atividade de pescaria e domésticos, b) aos rapazes 600\$000 (seiscentos réis) para serviços de roça. Porém se esses trabalhadores forem empregados em outras atividades que não as estipuladas, os salários sofreriam um aumento: a) aos índios 1.200\$000 (mil e duzentos réis), b) aos rapazes 800\$000 (oitocentos réis).³⁶⁶ O pagamento do salário dos trabalhadores deveria ser anotado no Livro da Câmara e Comércio Bem: “[...] *para conhecer o dr. Intendente nas contas que tomar, e correição que fizer*”.³⁶⁷

Proibia que o número de trabalhadores permitidos fosse substituído por outrem muito menos acrescido de outrem, mesmo que o Diretor, Vigário ou Comandante governasse mais de um povoado, sem que houvesse uma justificativa plausível, outrossim, deverão permanecer em seus postos de trabalho. Sequer poderiam eles tomar decisões e deliberações que envolvessem interpretação da lei e a locação de mais trabalhadores, sem a aquiescência do Governador da Capitania do Rio Negro:

Quando Sosedá que algum Director, Red^o Vigairo, ou Commandante sejam encarregados de mais algumas Povaçons, nem por essa razão se poderão valer de mais pessoa alguã, como sou informado praticavão querendo por cada hum dos empregos valersse de tantos numeros, quantos aquelles foscem; o que condeno, permitindo somente as referidas seis pessoas, ainda que sejam muitos os empregos e occupassoens que se lhe detreminem, ficando a meu arbítrio deferir as suas representaçoens com a justiça que merecerem, e não a sua porque não podem nem devem deliberar sem as minhas ordens.³⁶⁸

Outra situação que aparece na *Ordem* do governador foi ter conhecimento da existência de índias chamadas de Soldada, que estavam parindo, sendo as crianças, trocadas, negociadas entre os parentes e comerciantes para o trabalho escravo:

[...] passando huns, e outros aos filhos, e parentes como dádivas, e ainda apossandosse os herdeiros como herança, no que se confirma huã radical excravidão, abolindo com diabolica inteligencia as Reais determinações de

³⁶⁶ Archivo do Amazonas. 1906, pp. 15-16. O documento do governador leva a compreensão da existência de uma tabela salarial que deveria ser observada por todos os que tomavam os índios como escravos.

³⁶⁷ Archivo do Amazonas. 1906, p. 16.

³⁶⁸ Archivo do Amazonas. 1906, p. 16.

S. magd^e., sendo tudo tão agravante ao seu Regio respeito; tratando, e pagando a estes como se fossem seus escravos, devendo cada hum ganhar a porporção da idade, e não pouco importante o conhecerse esta satisfação, e menos respeito tem absolutamnte vivido sem obediência de vassallos nem demonstração de catolicos: [...]³⁶⁹

Por conta disso, o Governador ordena proibir que as Soldadas mantivessem em suas casas pessoas menores ou maiores de idade que não sejam aquelas autorizadas pela autoridade local e que fiscalizassem se os salários pagos a esse índios trabalhadores eram do próprio salário delas e se os valores correspondiam ao que estava estipulado.

Como se vê, o judiciário na Amazônia vem colado com o domínio português na região, desde o momento que começa a organizar a estrutura da administração pública. Isso continuou como ritual da administração pública no processo de colonização e saque das riquezas dos territórios invadidos e dominados.

Em 1826, Manaus de Comarca é elevada à categoria de Província ante a reivindicação e defesa intransigente de João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, com o que alcança a autonomia da Província do Grão-Pará, através de lei aprovada na Assembléia Geral Legislativa do Pará.

Essas províncias vão sofrer alterações em suas estruturas administrativas e judiciárias ao longo de suas existências, no período colonial, Império e República, e em cada fase da história política do país novos contornos administrativos e jurídicos são impostos a estas regiões. Com a transição da Colônia para Império, deixaram de existir nas províncias os ouvidores, passando a atuar os juizes de direito, e uma das exigências para ocupar este cargo era ter o título de bacharel em Direito, algo difícil e inalcançável pelos jovens brasileiros, em todo o território, dada a precariedade e/ou oferta insuficiente de curso superior³⁷⁰ no país:

O juiz deveria ser bacharel em direito e de nomeação do Presidente da Provincia, accumulando as funções respeitadas de chefe de policia da Comarca. Até a cabanagem, em 1835, ninguém teve o cargo de accordo com

³⁶⁹ Archivo do Amazonas. 1906, p. 16.

³⁷⁰ O historiador José Murilo de Carvalho analisando a questão do ensino no Brasil do período colonial, mostra o descaso da Monarquia Portuguesa e dos senhores escravagistas em relação a educação. E quanto ao ensino superior, embora considere haver melhor resultado, mesmo assim, os dados são vergonhosos comparados com a América Espanhola. Diz o historiador: “*Em contraste com a Espanha, Portugal nunca permitiu a criação de universidades em sua colônia. Ao final do período colonial, havia pelo menos 23 universidades na parte espanhola, três delas no México. Umas 150 mil pessoas tinham sido formadas nessas universidades. Só a Universidade do México formou 39.367 estudantes. Na parte portuguesa, escolas superiores só foram admitidas após a chegada da corte, em 1808. Os brasileiros que quisessem, e pudessem, seguir curso superior tinham que viajar a Portugal, sobretudo, Coimbra. Entre 1772 e 1872, passaram pela Universidade de Coimbra 1.242 estudantes brasileiros. Comparado com os 150 mil da colônia espanhola, o número é ridículo*”. In: CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo percurso. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 23

a lei. O juiz de direito não tinha o diploma da formatura nem estava nomeado pelo presidente do Pará. Chamava-se Henrique João Cordeiro. Juiz municipal, pelo Código, na falta do juiz de direito, exerceu as funções.³⁷¹

É num contexto muito parecido que em setembro de 1904 desembarcou no Departamento do Alto Juruá, hoje, cidade de Cruzeiro do Sul, no extremo oeste do Acre, o Cel. do Exército Brasileiro, Thaumaturgo de Azevedo, na qualidade de prefeito nomeado pelo Presidente da República, depois de governar o Piauí, sua cidade natal, e o Estado do Amazonas; dirigiu várias instituições federais, além de ter exercido seu ofício de Engenheiro Militar, e embora, também fosse formado em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, não enveredou pela magistratura.

Zeloso com as coisas públicas tratou de organizar a administração do Departamento baixando vários decretos, dentre eles o de nº 03, para nomear os juizes de paz e suplentes. Outros decretos se sucederam até o de nº 15, num período de quatro meses de governo, através do qual instituiu a *Lei do Trabalho*, com o que arrefeceu as disputas e a exploração dos patrões aos trabalhadores extratores. No capítulo que trata das *recompensas e multas*:

[...] o Prefeito criou prêmios para quem plantasse a árvore da seringa em magna escala, assim como para os plantadores de cacauzeiros, de algodozeiros, de arrozais, da mandioca, etc. Com arroz e farinha, reforçados pela caça ou pelo peixe, já se pode viver nestas plagas – e com borracha, cacau e algodão em grande quantidade possuirá o Alto Juruá três dos cinco artigos mais valiosos da exportação brasileira. O café e o açúcar valem simplesmente pela sua enorme produção. O preço é inferior ao dos três produtos aludidos. A providência sobre a plantação de seringueiras é de um alto espírito de providência, pois que esta árvore está-se extinguindo e convém atalhar quanto antes este mal, que significa a ruína da Amazônia. Já muitos se estão ocupando neste avisado plantio.³⁷²

O Prefeito Thaumaturgo, a par do que muito estava por fazer, tanto a estruturação física quanto a administrativa, também não se descuidou de intervir nas questões relacionadas ao trabalho nos seringais, dos conflitos envolvendo trabalhadores e patrões, bem como dos problemas sociais do Departamento, que tudo estava sob o domínio e controle dos coronéis da borracha:

As questões entre proprietários de seringais estavam acesas. O Coronel Thaumaturgo mandou prender alguns desses proprietários, indigados como

³⁷¹ REIS, Arthur Cesar Ferreira. Formação Judiciária. Revista do Instituto Geographico e Histórico do Amazonas, ano 3, vol. 3, nº 1 e 2. Manaus: Typographia Phenix, 1933, p. 32.

³⁷² PAXECO, Fran. Um homem de caráter. Cruzeiro do Sul: [s.ed.], 1906, p. 52. Discurso lido na Escola Rodrigues Alves, em Cruzeiro do Sul, Capital do Departamento do Alto Juruá, em 3 de maio de 1906, ocasião de aposição no salão da escola do retrato do Dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo.

os principais motivadores de tal estado de cousas. Isto alarmou os outros caciques, mas meteu-os nos eixos. Quem nunca veio a estas distantes bandas não pode imaginar, nem de longe, o que era o Alto Juruá antes da chegada do Coronel Thaumaturgo. Os queixosos entravam-lhe em casa todos os dias, aos magotes, com a prova das dilapidações de alguns proprietários.³⁷³

O prefeito, no afã de pôr ordem na casa, agia com mão de ferro, às vezes extrapolando suas funções e prerrogativas. Tudo indica que ele mesmo aplicava a lei, pois entrou em confronto e discordância com um Juiz de Direito, tendo este que se ausentar sem as formalidades do seu cargo, deixando a cidade sem magistrado:

O juiz de Distrito, a propósito das primeiras prisões, exorbitou das suas atribuições, concedendo habeas-corpus aos presos. O Prefeito fez-lhe ver o que dispõe o decreto n.º 5.188, que organizou o Território do Acre. O juiz teimou e ausentou-se sem licença. Este incidente obrigou o Coronel Thaumaturgo a punir o indisciplinado alferes Nilo Guerra, que foi o requerente do habeas-corpus.³⁷⁴

Incansável numa luta em prol da justiça local, no sentido de estabelecer um equilíbrio entre os diversos poderes, tanto público quanto privado, o Cel. Thaumaturgo também alcançou o Promotor Público da cidade, que se prestava a ser: “[...] *negociante e fazedor de tramoias à sombra do carpo* [...]”³⁷⁵ isso trouxe muito descontentamento, mas segundo Fran Paxeco: “[...] *a moralidade rejubilou com essas austeras medidas*”³⁷⁶, embora à custa de muita crítica e resistência de alguns setores da economia e sociedade local. Suas práticas foram contestadas por setores liberais da economia extrativista do Juruá, como o fez o suplente de juiz de Direito José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho:

[...] a auctoridade administrativa, que se não pejou de proclamar, mesmo em relatório oficial ao seu superior hierárquico, que o Chefe da Prefeitura, nestes sítios, deveria enfeixar em suas mãos os tres poderes que a Constituição Republicana, tão sabiamente, mandava separa-los, devendo ser independente, si bem que harmonicos entre si.³⁷⁷

No caso, Castelo Branco esqueceu que no Acre não havia, naquele momento e muito tempo depois, câmara municipal ou qualquer outra coisa que o valha, de modo que havia o embate entre os dois poderes, o Executivo e o Judiciário.

³⁷³ PAXECO, Fran. Um homem de caráter, pp. 56-57.

³⁷⁴ PAXECO, Fran. Um homem de caráter, p. 57.

³⁷⁵ PAXECO, Fran. Um homem de caráter, p. 57.

³⁷⁶ PAXECO, Fran. Um homem de caráter, p. 57.

³⁷⁷ CASTELO BRANCO, José Moreira Brandão. O Juruá Federal – Territorio do Acre. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, v. 9, tomo especial, p. 673, 1922.

Também Antonio José Araújo, advogado que militava no fórum do Juruá, atacou as práticas administrativas de Azevedo, quando este enviou relatório ao Ministro da Justiça e Interiores, propondo: “[...] enfeixar em suas mãos presentemente e por largos mezes ainda, os poderes legislativo, executivo e judicial”.³⁷⁸

Do poder legislativo, nada se podia fazer, tendo em vista que o Acre só veio ter esse poder funcionando plenamente a partir de sua transição de Território a Estado em 1962. Antes disso, em 1933, ocasião da eleição em todo o país de parlamentares constituintes, o Acre pôde escolher um representante para a Câmara Federal, eleito numa segunda eleição em 1934 pela Legião Autonomista e: “[...] esta não se constituía efetivamente num partido político. E só a partir de 1945, com a chamada redemocratização e a formação dos partidos políticos nacionais, o Acre terá partidos organizados a nível estadual”³⁷⁹. Ainda assim, não havia as instâncias de debates, deliberação e elaboração de leis. Inexistia a figura do vereador, do Deputado Estadual, do Senador e do governador eleitos; portanto, estas instâncias estavam ainda por vir. Daí um grande fosso no cenário político no Acre, dando margem para prefeitos e governadores autoritários e déspotas, na sua maioria militares.

Como se nota, o ambiente geográfico não é e não era o determinante para a existência ou não de uma máquina Judiciária no Acre Federal. Ao contrário, a sua existência estava condicionada a grandes interesses capitalistas, de governanças locais e nacionais.

O embaraço que a fala do ministro provocou e precisa ser debatida é ignorar os trabalhadores urbanos tanto em Manaus quanto em Belém, Rio Branco, Porto Velho e outras cidades.³⁸⁰

O que estava em jogo era a proteção muito mais da propriedade, do lucro do patronato brasileiro do que dos direitos dos trabalhadores. Tanto é que, embora em alguns países da Europa e os Estados Unidos da América houvesse alguns avanços na legislação do trabalho, aqui o Estado fazia vistas grossas aos direitos dos trabalhadores, deixando que as soluções para os litígios da ordem das relações de trabalho fossem resolvidas dentro das regras e rituais do direito privado, pois, acatar dentro de um arcabouço jurídico normas e procedimentos que atendessem aos interesses dos trabalhadores era legitimar os direitos sociais e trabalhistas conquistados fora da conduta prescrita pelo Estado, tanto é que Oliveira Vianna dizia que os

³⁷⁸ ARAÚJO, Antonio José. Cartas do Acre. Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, 1910, p. 34.

³⁷⁹ COSTA, Homero de Oliveira. Os partidos políticos no Acre (1945-1978). Cadernos UFAC, Série “A”, Estudos Sociais, Rio Branco: Gráfica Tico-Tico, n° 2, 1992, p. 49.

³⁸⁰ Há uma centralidade na pesquisa sobre o movimento e a luta operária e sindical no Brasil. Os pesquisadores consideram somente o espaço da indústria e da fábrica o lugar de existência de operários e trabalhadores, muitas pesquisas se referem a São Paulo e Rio de Janeiro como os lugares principais da organização e existência do operariado brasileiro, desconsideram Amazonas, Pará, Acre e Rondônia e, quando se deslocam para o Nordeste, centram os estudos e pesquisa em Pernambuco, Ceará e Bahia.

direitos sociais e trabalhistas conquistados pelos trabalhadores eram fruto de um delito – *o delito trabalhista*.³⁸¹

Atribui-se ao presidente da República Washington Luiz a acusação de que os problemas sociais eram *caso de polícia*, por isso a República brasileira vai se enrobustecendo descompromissada com os trabalhadores e aliada e subserviente à burguesia patronal brasileira e aos latifundiários.

José Murilo de Carvalho denuncia que, quanto ao amparo do Estado aos trabalhadores rurais e camponeses: “*Desde a abolição da escravidão, em 1888, o Estado não se envolvera nas relações de trabalho agrícola, se excetuarmos a lei de 1903, que teve pouca aplicação. Nem mesmo as lideranças de 1930 e o governo populista de Vargas tiveram vontade ou força para fazê-lo*”.³⁸²

Continua o historiador Carvalho: “*Os trabalhadores agrícolas tinham ficado à margem da sociedade organizada, submetidos ao arbítrio dos proprietários, sem gozo dos direitos civis, políticos e sociais*”.³⁸³

Talvez vontade de mudar o marco jurídico das relações de trabalho no campo tivessem tido, porém a historiografia mostra que forças não tiveram, além do que o pacto de governança só era possível mediado e com o apoio do coronelismo. O próprio ministro do trabalho da era Vargas reconhece e remete a outorga de leis e o funcionamento das mesmas enquanto práticas judiciais às condições do desenvolvimento econômico de cada região. Essa era uma justificativa para a ausência da Justiça do Trabalho na Amazônia, e servia esse argumento, também, para outras regiões do Brasil.

3.4 Discurso e criminalização do trabalho do seringueiro

A memória coletiva, os jornais, as fotografias, os relatórios, as cartas e a historiografia têm apresentado práticas na produção da borracha em que os seringueiros colocavam impurezas no produto: barro, pau, pedra, bananeira e outros. Essa prática, segundo a historiografia, era para fazer o produto pesar mais, uma vez que, quando pronta, independentemente de ter impurezas ou não, o seringalista diminuía em até 20% o peso da borracha, sob a alegação que, exposta ao sol, perderia parte da água que ela acumulava. Por

³⁸¹ VIANNA, Oliveira. Direito do trabalho e democracia social, p. 26.

³⁸² CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo percurso. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 139-140.

³⁸³ CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil, p.140.

outro lado, dizem outros que era uma forma de resistência dos seringueiros, para não perder parte de seu produto.

Via de regra, a borracha não era cortada em bandas no seringal, mas somente em Manaus ou Belém, lá que os donos de casas aviadoras ou exportadores se davam conta da existência de impurezas. O que consideravam um grande prejuízo, sobretudo em se tratando da melhor borracha – a acre-fina, o que poderia comprometer o lucro dos mercantilistas amazonenses e paraenses.

Então, é recorrente em nossa história a memorização destas práticas, sem, contudo, algum historiador tenha apresentado a *judicialização* de algum caso, uma vez tratar-se de algo tão grave para a economia mercantilista, e para muitos, um crime contra a boa-fé nas transações comerciais.

Nesse sentido, compulsando a documentação cartorial da Justiça Acriana, foi localizado um Inquérito Policial que investigou uma possível fraude no fabrico de pélas de borracha.

O caso foi investigado na Delegacia Auxiliar de Polícia de Brasília em agosto de 1944, que, ao receber uma queixa-crime, fez instaurar um Inquérito Policial contra os seringueiros Francisco Sussuarana, Valdemar Lopes e Raimundo Lopes, acusados de misturarem impurezas na fabricação da borracha.

O subdelegado no Seringal Primavera Arnobio Gadelha apresentou o caso ao seu superior em Brasília, no mês de agosto de 1944, e entre outras coisas disse tratar-se de três pelas de borracha, dos referidos seringueiros, e que os mesmos já eram reincidentes em casos anteriores já registrados na Subdelegacia. Que o produto fora atestado pelos senhores Antonio Cirino, Francisco Pires e Crossi Pinheiro Dias como de fabrico destes seringueiros. Disse, ainda, que a empresa Alves & companhia era arrendatária do seringal Primavera e financiada pelo Banco de Crédito da Borracha, por isso decidira que o sócio-gerente Sr. Manoel Xavier Silveira: “[...] acompanhasse a apreensão e pessoalmente explicar o caso em apreço, visto como os referidos seringueiros já são reincidentes em outros casos nesta Sub-delegacia, conforme os documentos que dei entrada na Delegacia, que dignamente V. S. dirige”.³⁸⁴

No dia 16, do mesmo mês, o Delegado autuou o Inquérito e determinou a oitiva das testemunhas, depoimento do gerente; determinou que se lavrasse o auto de busca e apreensão e procedesse a exame pericial nos produtos apreendidos, recaindo sobre Renato Sousa e

³⁸⁴ Território Federal do Acre. Comarca de Xapuri. Inquérito Policial nº 10, de 16 de agosto de 1944.

Alexandre Esteves Filho tal incumbência, e que tal ritual fosse acompanhado por duas testemunhas idôneas.

O auto de apreensão das borrachas, lavrado pelo escrivão Virgílio Viana das Neves, na presença do Delegado Auxiliar de Polícia – Mario Maia Lima constava que as três pelas de borracha pesavam, aproximadamente, 330 kg, contendo [...] *misturas de terra e detritos de pau*.³⁸⁵

No auto de exame do produto gumífero apresentava os quesitos para serem respondidos pelos peritos, quais sejam:

Primeiro – Si houve destruição ou falsificação do produto gomífero?
 Segundo – Em que consiste a destruição, inutilização ou falsificação?
 Terceiro – Qual o meio empregado? Quarto – Si houve emprego de violência contra pessoa e em que consistio essa violencia? Quinto – Si houve emprego de substancia inflamavel ou explosiva? Sexto – Qual o valor do dano causado?³⁸⁶

Com o fim dos trabalhos, o laudo dos peritos constatou que:

[...] as mesmas são devidamente ferradas com a marca A C 3, abertas para o exame, encontramos grande parte de mistura de terra e detritos de madeira e sbi³⁸⁷ de sapata de seringueira, tendo o seu pezo total das três peles, cento e trinta e tres quilos brutos, existindo em uma das referidas peles uma marca do seringueiro composta de duas letras: a primeira ilegível e a segunda um B picado.³⁸⁸

Aos quesitos responderam os peritos:

Ao primeiro – Sim; ao Segundo – Emprego de mistura de terra e detritos de madeira e sbi de sapata de seringueira; ao Terceiro – Defumação da borracha envolvendo as imporesas acima referidas; ao quarto – Não; ao Quinto – Não.; ao Sexto – Avaliamos em (Cr\$ 900,00) Novecentos cruzeiros.³⁸⁹

No dia seguinte prestou depoimento a primeira testemunha, Manoel Xavier da Silveira. Testemunha que sabia ler e escrever, sócio da casa aviadora Alves & Cia., tinha 57 anos de idade, de origem paraense, residente no seringal onde trabalhavam os seringueiros. Segundo ele:

[...] no dia cinco mandou buscar a borracha dos seringueiros Francisco Sussuarana, Valdemar Lopes e Francisco Lopes Maciel, e com o regresso da

³⁸⁵ Território Federal do Acre. Comarca de Xapuri. Inquérito Policial nº 10, de 16 de agosto de 1944.

³⁸⁶ Território Federal do Acre. Comarca de Xapuri. Inquérito Policial nº 10, de 16 de agosto de 1944.

³⁸⁷ Sernambi.

³⁸⁸ Território Federal do Acre. Comarca de Xapuri. Inquérito Policial nº 10, de 16 de agosto de 1944.

³⁸⁹ Território Federal do Acre. Comarca de Xapuri. Inquérito Policial nº 10, de 16 de agosto de 1944.

borracha eles acompanharam os cargueiros e vieram assistir o peso da borracha condusida, sendo duas peles de Raimundo Lopes com cento e oito quilos, duas de Valdemar com cento e desesete e uma de Francisco Sussuarana com setenta e quatro; que depois de pesada a borracha de Raimundo Lopes foi dado quinhentos cruzeiros e o excedente acreditados em sua conta correte, a Francisco Sussuarana igual quantia e a Valdemar Lopes, cinquenta mil reis [...].³⁹⁰

Alegou a testemunha, ainda, que os operários extrativistas eram fregueses da firma Alves & Cia, há mais de dois anos, e que alguns dias anteriores, ao providenciar um embarque de borracha para abater o financiamento da produção junto ao Banco de Crédito da Borracha, constatou-se que as pelas de borracha de Francisco Sussuarana, Valdemar Lopes e Francisco Lopes: “[...] *tinham mistura de terra e detritos de pau e barro em maior quantidade da fabricação*”.³⁹¹ Diante deste incidente o gerente suspendeu a remessa da borracha, conduzindo-as à cidade para as providências criminais, com a indicação de três testemunhas.

Uma das testemunhas dos seringalistas, Crossi Pinheiro Dias, um jovem de vinte e quatro anos de idade, nascido no Acre, sabia ler e escrever, era solteiro e trabalhava como empregado para a firma, onde exercia a atividade de cargueiro. Disse que, ao se dirigir às colocações para pegar as pelas de borracha dos três operários, pôde constatar que cada uma delas: “[...] *continha grande quantidade de areia, terra e estrumo de pau, misturado no leite quando da fabricação* [...]”.³⁹²

A testemunha também garantiu, em seu depoimento, que as borrachas eram de fabricação de Francisco Sussuarana, Valdemar Lopes e Francisco Lopes, porque elas não tinham marcas, ao contrário das dos demais trabalhadores, e que: “[...] *êles por nenhuma forma querem marcar*”.³⁹³ Afirmou em seu depoimento, ainda, que além destas três tem outras fabricadas, já em poder da Polícia, pelos mesmos indivíduos *com menores mesturas*. E que seu patrão Manoel Xavier da Silveira: “[...] *de muito vem lutando com esses individuos, os aconselhando, porem nada os satisfas, pois até borracha tem vendido para José Marques, desviando assim a produção do seringal*”.³⁹⁴

A outra testemunha, Francisco Pires, que prestou depoimento no Inquérito Policial, em 18 de agosto, também era empregado da Alves & Cia, na função de comboieiro; tinha esposa e morava no seringal Primavera. Respondeu ao Delegado Auxiliar de Brasília Mario Maia Lima, que foi ele que conduzira as borrachas das colocações California e Bela Vista, no total

³⁹⁰ Território Federal do Acre. Comarca de Xapuri. Inquérito Policial nº 10, de 16 de agosto de 1944.

³⁹¹ Território Federal do Acre. Comarca de Xapuri. Inquérito Policial nº 10, de 16 de agosto de 1944.

³⁹² Território Federal do Acre. Comarca de Xapuri. Inquérito Policial nº 10, de 16 de agosto de 1944.

³⁹³ Território Federal do Acre. Comarca de Xapuri. Inquérito Policial nº 10, de 16 de agosto de 1944.

³⁹⁴ Território Federal do Acre. Comarca de Xapuri. Inquérito Policial nº 10, de 16 de agosto de 1944.

de cinco pelas, sem as marcas dos operários extrativistas e que desconhecia o peso das mesmas, dentre as quais, três foram:

[...] sangradas e encontrados dentro das mesmas grande quantidade de barro e sernambi e sendo isso a sua maior parte; que por hipoteses alguma os patrões conseguiram convencer que Francisco, Valdemar e Raimundo marcassem as suas borrachas e que no seringal de origem não existem outra borracha sem marca a não ser as desses três indivíduos.³⁹⁵

Por fim, a terceira testemunha, Antonio Cirino da Silva, natural do Ceará, com 44 anos de idade, sem saber dominar a escrita e a leitura, seringueiro do Barracão Alves e & Cia., arrolada pelo gerente do seringal Primavera, em seu favor confirmou perante o Delegado, em 25 de agosto, que as pélas de borracha foram fabricadas por Francisco, Valdemar e Raimundo, tendo ele e seus patrões aberto as borrachas, onde foi:

[...] encontrado grande quantidade de barro misturado com o leite, so existindo borracha fina na primeira capa de cada péla; que no seringal Primavera não existe outros seringueiros que fabriquem borracha sem marca a não ser os tres supra citados [...]; que o depoente assitio a chegada da borracha do centro quando conduzida pelos cargueiros Crossi Dias e Francisco Pires e deles ouvio dizer que a borracha em apreço era fabricada pelos seringueiros precitados; que é voz corrente no seringal Primavera que Francisco Sussuarana, Valdemar Lopes e Raimundo Lopes, vendem borracha a José Marques ou José Peixada no seringal Piauí, prejudicando assim a produção do seringal onde trabalham.³⁹⁶

Encerrada esta fase em que as testemunhas dos patrões-seringalistas, supostamente vítimas da fraude dos operários extrativistas, depuseram, o Delegado determina a intimação de Francisco Sussuarana, Valdemar e Raimundo Lopes para se explicarem. Pois, até então, o que havia no Inquérito era a fala acusatória do sócio do seringal Primavera e dos trabalhadores que lhes prestavam serviço. Portanto, um discurso que tinha por objetivo incriminar os trabalhadores seringueiros e isso aparece em todas as falas, onde se enfatiza que o produto era resultado do trabalho dos três trabalhadores, ou seja, foram eles que fraudaram as borrachas; que não tinham marca nem faziam questão de tê-las; que desviavam a produção vendendo a outro seringalista e que causavam prejuízos financeiros ao arrendatário do Seringal Primavera, neste caso, a perícia constatou um prejuízo de Cr\$ 900,00 (novecentos cruzeiros).

³⁹⁵ Território Federal do Acre. Comarca de Xapuri. Inquérito Policial nº 10, de 16 de agosto de 1944.

³⁹⁶ Território Federal do Acre. Comarca de Xapuri. Inquérito Policial nº 10, de 16 de agosto de 1944.

O escrivão de polícia Virgílio Viana das Neves certifica que no dia 25 de agosto foram expedidas as intimações para que os trabalhadores extrativistas comparecessem para depor. Três dias depois, chega Francisco Sussuarana em Brasiléia. Identifica-se como acriano, casado, com 35 anos de idade, sabia ler e escrever, trabalhando como seringueiro na colocação Bela Vista, juntamente, com Izequiel Sussuarana e Ana Alves. Sob interrogatório, respondeu ao delegado que:

[...] não foi o autôr de botar barro na borracha e tão pouco aconselhado por algum a tal; que este ano fabricou seis peles de borracha na sua colocação e delas nenhuma reclamação recebeu dos patrões; que efetivamente a sua borracha fabricada não tem marca, mais a culpa é dos patrões que as nunca lhe deram, talvez por conveniência, pois compram borracha do lado de Bolívia e passam para o Brasil, sendo essa borracha botada com a do fabrico da margem brasileira em um só depósito; que nunca vendeu borracha a José Marques Peixada, tendo porem uma vês tentado a isso fazer, porem José Marques não quiz comprar por ter José Antonio de Almeida o aconselhado a não fazer tal; que é devedor dos senhores Alves e Companhia e que na conta corrente por eles fornecida, demonstra um debito de dois contos tresentos e vinte e dois cruzeiros e cinquenta centavos, faltando o credito de cento e onze quilos de borracha, quatrocentos cruzeiros de abatimento da conta do ano passado, cinquenta mil reis de um tabaco que não comprou e lhe esta debitado e outras mais reclamações que tem a fazer [...].³⁹⁷

O Delegado ainda faz uma careação perguntando se ele conhecia os comboieiros, o que é confirmado por Sussuarana, acrescentando que foram eles que conduziram a borracha para a margem do rio onde fica o barracão: “[...] *mas essa borracha não tinha nenhuma mistura de barro e nem sernambi conforme prova com o recibo da entrega declarando ser a mesma fina pelos próprios Alves e Companhia, cujo recibo pede ser junto a esses autos para prova suficiente*”.³⁹⁸

No Inquérito foi feita juntada de três recibos de entrega das pelas de borracha. Um em nome de Francisco Sussuarana por entregar uma pela de borracha acre-fina, com 62 kg; outro, de Valdemar Lopes, entregando duas pelas de borracha acre-fina, pesando 120 kg; e o último recibo, de Raimundo Lopes Maciel, correspondente a duas borrachas, com peso bruto de 108 kg. Toda produção dos operários extrativistas seria creditada em suas contas.

Quando Sussuarana diz que não tinha mistura nenhuma, é porque o próprio recibo identificava as borrachas como fina, a melhor de todas, a de melhor qualidade no mercado internacional. Quem trabalhava com essa matéria-prima conhecia suas características facilmente. Se Sussuarana afirmava que não produziu borracha misturada com barro, pau e

³⁹⁷ Território Federal do Acre. Comarca de Xapuri. Inquérito Policial nº 10, de 16 de agosto de 1944.

³⁹⁸ Território Federal do Acre. Comarca de Xapuri. Inquérito Policial nº 10, de 16 de agosto de 1944

sernambi, isso remete para suspeitar de que outros operários extrativistas o faziam, e essa prática era muito mais comum do que se possa imaginar.

O outro seringueiro acusado de fraude depôs no mesmo dia que Francisco Valdemar Lopes, acriano, casado, vivia na colocação Califórnia, tinha 29 anos, dizia que sabia assinar o nome. Defendeu em seu depoimento que:

[...] não foi o autor de botar barro na borracha em questão e nem em outras que tem fabricado naquele seringal, onde trabalha desde criança; que se as borrachas que tem fabricado naquele seringal não são marcadas e [é] por culpas de seus patrões, que nunca lhe deram marca; que nunca levou borracha para vender a José Peixada, sabendo que ele não compra borracha de outros seringais; que o depoente foi avisado e aconselhado por José Antonio de Almeida a não vender borracha fora do seringal em que trabalha.³⁹⁹

Continuando em seu depoimento, o seringueiro revela descontentamento e discordância com a conta corrente apresentada no ano de 1944, pois se considerava vítima de uma fraude contábil: “[...] que recebeu este ano a conta corrente dos seus patrões Alves e Companhia com diversas alterações que não as confirma e tem que reclamar aêles.”⁴⁰⁰

Confirmou ainda que conhecia os cargueiros e que foram eles que conduziram as borrachas de sua propriedade para a margem do rio, nos primeiros dias do mês de agosto e que a produção entregue era acre-fina, conforme recibo passado em seu nome. Ao término do seu depoimento, denunciou o seringalista de contrabando ao sustentar que: “[...] a firma Alves e Companhia compram borracha na margem boliviana e passam para o lado brasileiro e essa borracha é misturada em um só depósito com a borracha brasileira”.⁴⁰¹

O último seringueiro, em 29 de agosto, a depor no Inquérito Policial foi Raimundo Lopes, irmão de Valdemar; diferentemente de seu irmão, era solteiro e trabalhava em outra colocação, em Bela Vista, tinha 23 anos de idade, não lia nem escrevia.

Em depoimento, negou que tenha sido ele:

[...] o autor de botar barro na borracha em questão, e que essa borracha não foi fabricada pelo depoente e muito menos entregue aos senhores Alves e Companhia por si; que a borracha fabricada pelo depoente é classificada fina pelos Senhores Alves e Companhia conforme recibo em seu poder que exhibi neste ato e pede para ser junto a estes autos [...]⁴⁰²

³⁹⁹ Território Federal do Acre. Comarca de Xapuri. Inquérito Policial nº 10, de 16 de agosto de 1944

⁴⁰⁰ Território Federal do Acre. Comarca de Xapuri. Inquérito Policial nº 10, de 16 de agosto de 1944

⁴⁰¹ Território Federal do Acre. Comarca de Xapuri. Inquérito Policial nº 10, de 16 de agosto de 1944.

⁴⁰² Território Federal do Acre. Comarca de Xapuri. Inquérito Policial nº 10, de 16 de agosto de 1944.

Raimundo também questionou o não uso da marca na borracha por ele produzida, afirmou que ela era toda sem marca: “[...] porque os seus patrões tem a culpa de não lhe dar a marca devida; que nunca desviou borracha para outro seringal e as suas transações com José Peixada é liquidada em dinheiro e não em produto.”⁴⁰³

Por fim, também acusou seus patrões de crime de contrabando ou descaminho⁴⁰⁴:

[...] que sabe que os seus patrões Alves e Companhia compram borracha do lado boliviano e passam para a margem brasileira onde é misturada no depósito com a fabricada no Brasil, tanto assim que das borrachas em questão existe uma pele marcada com as iniciais AB e no seringal Primavera é desconhecida essa marca; que sua borracha foi conduzida em principio de Agosto andante, pelos cargueiros Crossi Pinheiro Dias e Francisco Pires, para a margem do barracão Primavera, sendo essa borracha em numero de duas peles com o peso bruto de cento e oito quilos.⁴⁰⁵

No mesmo dia o escrivão fez o Inquérito conclusivo para o Delegado, que somente no início de outubro, ou seja, mais de um mês depois de ouvir o último operário extrativista⁴⁰⁶, determinou diligências para fazer vir à delegacia prestar depoimento o seringalista José Marques, vulgo Peixada, que morava no seringal Porto Belo. É curioso que a diligência não determinava dia nem horário para comparecer na Delegacia, mas que fosse “*o mais breve possível*”. Isso mostra a forma diferenciada de tratamento dos órgãos de segurança e repressão na sociedade brasileira.

No dia 20 de outubro José Marques Peixada compareceu à Delegacia; sabe-se que era amazonense, casado, sabia ler e escrever. No depoimento reduzido a termo, afirmou que conhecia os seringueiros, trabalhadores da Alves & Companhia, e que nunca comprara borracha deles, embora tivesse transações com eles, mas ainda não havia sido reembolsado e:

[...] atribuiu ser a infâmia da denuncia quanto a compras de borracha feita pelo declarante, feita por José Ferreira Leite, pessoa de pessima conduta, ocupase todavia a seduzir e conquistar as mulheres dos seringueiros; que em sua casa de comercio, fazem deposito de borracha e mercadorias os senhores Benedito Batista e Antonio Joaquim Dias, de Paraguassú e São Francisco, cuja borracha é entregue a firma desta praça, Abidon Chaar e Companhia, pois o fabrico do depoente é reduzido mais ou menos a mil seiscentos quilos, e é feito por dois freguezes em quatro estradas arrendadas ao depoente; que ouviu diser e é vós corrente no seringal que a firma Alves e Companhia tinha tido uma desinteligência com os fregueses Francisco Sussuarana, Waldemar

⁴⁰³ Território Federal do Acre. Comarca de Xapuri. Inquérito Policial nº 10, de 16 de agosto de 1944.

⁴⁰⁴ O crime de *contrabando ou descaminho* está previsto no art. 334 do Código Penal Brasileiro de 1940.

⁴⁰⁵ Território Federal do Acre. Comarca de Xapuri. Inquérito Policial nº 10, de 16 de agosto de 1944.

⁴⁰⁶ O termo *operário extrativista* aqui empregado decorre de duas situações: a primeira de ordem conceitual mesmo, posto que, a atividade extrativista era considerada desde o final do século XIX como uma atividade industrial; segundo, por uma opção da escrita criativa do doutorando, para não ficar enfadonha a leitura da tese, utilizo em vários momentos conceitos que remetem a mesma pessoa – o seringueiro.

Lopes e Raimundo Lopes, por causa deles têrem botado barro na borracha que fabricaram.⁴⁰⁷

O que é muito estranho nesse depoimento é que aparece a pessoa de José Ferreira Leite, que não consta em nenhum outro depoimento como partícipe no caso, nem como vítima, acusador ou testemunha. Só veio a surgir no depoimento de José Marques Peixada, que atribuiu a José Ferreira Leite a denúncia contra ele de praticar o crime de contrabando ou descaminho. A participação se torna mais estranha ainda por não ter sido tomado o depoimento de José, provavelmente porque o delegado focou no Inquérito Policial o suposto crime de fraude no fabrico da borracha. E nesse caso a abertura de um Inquérito por calúnia⁴⁰⁸ deveria ser de iniciativa de José Marques Peixada.

O rumo que isso toma não está no relatório final feito pelo delegado Mário Maia Lima, que faz uma descrição do ritual do inquérito, ou no máximo, sugere falta de cumprimento do Aviso nº 4, do Banco de Crédito da Borracha, que exigia marcas no produto dos operários extrativistas, e ele estava recebendo borracha sem a contramarca: “[...] deduzindo-se não ser devidamente registrada a Contra-Marca, dos seringueiros acusados, conforme recomenda o item seis, do referido aviso.”⁴⁰⁹ Disse ainda, a partir do laudo pericial (exame de corpo de delito), que: “Uma das peles, alias, a mais misturada, traz uma marca que, devido ter sido procurada fazer desaparecer ou devido ao tempo, se tornou pouco legível, verificando os peritos, ser composta de duas letras, sendo uma delas, a segunda um B, feita com ferro de marca de ponta”.⁴¹⁰

Finalmente, o Inquérito é remetido ao Promotor Público Manoel Eugênio Raulino, em dezembro de 1944, na Comarca de Xapuri, que no final de janeiro do ano seguinte apresentou um parecer fulminante:

O inquerito gira em torno de pélas de borracha, contendo terra e detritos vegetais, para aumentar-lhes o peso. Dentro do Código Penal, o fato não constitui crime e nenhuma penalidade existe no Aviso nº 4 do Banco de Crédito da Borracha, S/A, que se refere ao registro de marcas e contramarcas da borracha amazônica. Não cabendo a ação da Promotoria Pública, requeiro o arquivamento do processo. Xapuri, 25 de janeiro de 1945. M. Eugenio Raulino.⁴¹¹

⁴⁰⁷ Território Federal do Acre. Comarca de Xapuri. Inquérito Policial nº 10, de 16 de agosto de 1944.

⁴⁰⁸ Crime tipificado no art. 138 do Código Penal: Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime. Pena – detenção, de 15 (quinze) dias a 2 (dois) meses, ou multa.

⁴⁰⁹ Território Federal do Acre. Comarca de Xapuri. Inquérito Policial nº 10, de 16 de agosto de 1944.

⁴¹⁰ Território Federal do Acre. Comarca de Xapuri. Inquérito Policial nº 10, de 16 de agosto de 1944.

⁴¹¹ Território Federal do Acre. Comarca de Xapuri. Inquérito Policial nº 10, de 16 de agosto de 1944.

A tramitação do Inquérito, que vai da Delegacia ao Promotor Público e deste ao Juiz, tem seus momentos finais com o parecer do Promotor, que manda arquivar por não vislumbrar ante os depoimentos e a prova produzida, através do exame pericial, que aquele suposto ato, praticado pelos trabalhadores extrativistas, fosse passível de criminalização, tendo em vista não haver no Código Criminal, reformado em 1940, nem nas orientações técnicas do Banco de Crédito da Borracha, alguma tipificação criminal, por esta razão se manifestou pelo arquivamento do Inquérito.

Ao chegar às mãos do Juiz, em 1944, no dia 13 de fevereiro, ele acata o parecer do Ministério Público e manda arquivar o processo criminal.

Litígio judicializado deste tipo não é comum na sociedade extrativista da economia da borracha; provavelmente, este é um caso inédito no Judiciário Acriano, talvez na Amazônia, em que julga uma questão que envolve relações de trabalho, relações de produção, enfim, uma disputa jurídica entre trabalhadores extrativistas e patrões seringalistas, cujo objeto do litígio era uma suposta fraude na produção de borracha, embora estivesse constado a existência de resíduos no interior do produto, a procedência e autoria não foram comprovadas.

A literatura e a memória coletiva popular têm guardado narrativas de que fraudar o fabrico da borracha, colocando sujeira dentro, era uma forma de os seringueiros resistirem à esperteza dos patrões, que os roubavam manipulando a *conta de venda* que ficava sob o poder e guarda deles no Barracão.

Figura 21: Corte da borracha numa usina em Manaus no início do século XX, para verificação da existência de sujeira ou não. Foto: Silvino Santos. Acervo Museu Amazônico.

A elite mercantil em Manaus que cuidava do embarque da borracha para os Estados Unidos e, antes da guerra, para a Europa também, tinha conhecimento disso, a ponto de um articulista da Associação Comercial do Amazonas defender que era necessário melhorar as condições e a qualidade da produção da borracha na Amazônia, e para isso [...] *deveria se manter um serviço permanente de fiscalização dos tipos de borracha já com a primeira industrialização, afim de ser evitada a fraude das misturas de qualidades e de matérias estranhas [...]*⁴¹²

Para José Lopes da Silva, o seringueiro: “[...] *enveredava a compor ilicitamente a pela, com matérias inorgânicas, a fim de aliviar seus compromissos cada vez mais elevados*”.⁴¹³ A ilicitude é discutível e não se aplica, como veremos, nesse caso aos operários extrativistas, não só pela argumentação jurídica trazida pelos operários extrativistas, mas por falta de tipificação criminal.

Havia uma motivação justa dessas práticas dos operários extrativistas por ocasião da fabricação da borracha, era um ato de resistência de alguns deles contra a espoliação dos padrões-seringalistas.

Inúmeros casos confirmam que os seringalistas roubavam o seringueiro, e que este adulterava o produto como um ato de vingança, de modo que essa preocupação estava materializada nas normas de alguns seringais, pelo menos, nos de Otávio Reis, quando tratava dos *deveres a que esta sujeito o extrator*, alínea d, exigia do trabalhador extrativista:

Fazer borracha fina e de boa qualidade [...] É preciso ter em conta que **se regeita a borracha que não fôr fina e de bôa qualidade**, e que só pode sahir dos centros cortada a borracha que, **a juiso do comboieiro, tiver mais de 65 kilos**, e tendo menos de 50 kg **prejudica a casa na condução**, e o dever do bom extrator é **zelar pelos interesses da casa onde vive**, porque do engrandecimento della depende o seu bem estar.⁴¹⁴ (grifos do autor)

Pergunta-se: como os seringueiros poderiam produzir borracha que não fosse a *acre-fina*, se era esse o tipo que predominava nos seringais do Acre? Era de praxe o seringueiro fabricar produto dessa qualidade.

A borracha até poderia sair da colocação do seringueiro cortada, desde que o freteiro julgasse necessário, caso ultrapassasse o peso de 50 kg permitido pelo regulamento. Essa

⁴¹² Boletim da Associação Comercial do Amazonas, ano 1, n° 4, Manaus, novembro de 1941, p. 10.

⁴¹³ SILVA, José Lopes da. AMAZONAS: do extrativismo a industrialização. Manaus: Valer, 2011, p. 105.

⁴¹⁴ BENCHIMOL, Samuel. Romanceiro da batalha da borracha. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Imprensa Oficial, 1992, p. 102.

medida visava muito mais proteger os animais de carga, porque, aos comboieiros deviam, segundo a secção *Deveres dos comboieiros*, alínea b: “Tratar bem os animais, não espancá-los, não carregar-os de mais do que possam suportar para viajar folgadoamente.”⁴¹⁵ Nesse sentido, o ato de cortar a borracha não decorre de desconfiança aos produtos dos trabalhadores, mas da capacidade de carga dos animais, logo, da proteção deles.

Este *regulamento* poderia ter sido evocado pelo seringalista ou pelo promotor Público como um direito válido e aplicado segundo a previsão nele contida, como uma espécie de direito comum?⁴¹⁶ Na relação Estado-cidadão em que é o Estado quem exerce o controle e a vigilância sobre os sujeitos, é certo que não, pois nem ele mesmo trazia algum dispositivo que punisse o operário extrativista que viesse, em tese, a fraudar a borracha. Todavia, se houvesse alguma cláusula em algum regulamento vigente dentro da territorialidade da empresa extrativista, ele seria aplicado tal qual foi reivindicada a validade de direitos comuns por Zumaeta em defesa na *ação ordinária comercial* proposta pelo trabalhador extrativista Manoel Justiniano em 1907, no Juízo de Distrito da Comarca do Alto Acre.⁴¹⁷

Por isso, que este caso é *sui generis*, porquanto, há não só uma denúncia contra os operários extratores, mas também uma investigação para apurar o suposto crime, que ao final, ante a falta de tipificação criminal, os trabalhadores julgados pelo Judiciário, este retira-lhes o *status* de culpados, ou seja, o ato supostamente praticado por eles não é considerado crime.

E o que dizer da acusação que recaiu sobre a empresa seringalista Alves & Cia, de comprar borracha da Bolívia, borracha sem marcas, que era uma exigência da agência financeira?

Por um lado, isso é compreensível, uma vez que, o Banco de Crédito da Borracha não financiava a produção da borracha na Bolívia, não tinha jurisdição sobre a economia do país vizinho, de modo que, era comum o contrabando de borracha tanto de um lado quanto do outro. Além do mais, era um momento de guerra e, às vezes, durante uma guerra, vale tudo, ou coisas muito piores, como a perda de vidas humanas.

O Ministério Público aplicou o princípio *nullum crimen, nulla poena sine praevia lege*, ou seja, não há crime sem lei anterior que o preveja. Não havia, portanto, previsão de crime no novo Código Penal, reformado em 1940, nem no Aviso nº 04, do Banco de Crédito da Borracha; em duas normas aplicadas pelo Promotor, também para este caso, não foi

⁴¹⁵ BENCHIMOL, Samuel. Romanceiro da batalha da borracha, p. 100.

⁴¹⁶ Ver o capítulo Costume, lei e direito comum. In: THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. Antonio Negro, Cristina Menegello e Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 86-149.

⁴¹⁷ COSTA, Francisco Pereira. Seringueiros, patrões e a justiça no Acre Federal, 1904-1918. Rio Branco: Edufac, 2005, pp. 236-237.

suscitado o direito comum nem a existência de algum regulamento local (dentro do seringal) que contivesse algum dispositivo para incriminar os operários extrativistas. Essa foi a razão principal da não criminalização da fraude supostamente praticada pelos seringueiros, uma vez que a procedência das pelas de borracha era duvidosa. Caberia, inclusive, caso houvesse previsão de tipificação criminal, no sentido de punir os trabalhadores extrativistas, ainda assim, poderiam ser beneficiados pela dúvida da procedência do produto, portanto pela dúvida quanto à materialidade do crime; com isso, aplicar-se-ia o princípio *in dubio pro reo*, ou seja, na dúvida beneficia--se o réu.

Neste caso, o Ministério Público e o Juiz, que acatou o parecer, atuaram de forma independente, a não se curvaram aos interesses da elite da borracha nos seringais do Acre. Não criaram nenhum subterfúgio para aplicar a lei a quem de direito, promovendo, numa sociedade isolada e dominada pelos coronéis da borracha, o uso da lei em favor dos interesses dos seringueiros.

Ainda mais num período da história do país em que os trabalhadores rurais e extrativistas estavam excluídos do sistema CLT. Um dos assessores do governo é taxativo em afirmar isso: *“Excluídos os trabalhadores rurais e certas profissões liberais, pode-se dizer que todos os demais trabalhadores do Brasil estão devidamente abrigados à sombra larga e generosa das nossas instituições de providencia social”*⁴¹⁸ acrescenten-se aqui os excluídos dos direitos sociais e trabalhistas.

Até onde pudemos perceber no Inquérito, o seringalista supostamente prejudicado não recorreu da decisão de arquivamento do processo. Ele teria outros meios para resolver o problema, e sabendo ele que o produto fora adquirido de operários extrativistas da Bolívia, não haveria motivo para expulsar os seringueiros de sua unidade de produção, caso contrário, a medida extrema era expulsar os operários extrativistas do seringal onde trabalhavam.

Ter um judiciário quase que independente, provavelmente, não era uma característica da maioria da magistratura acriana tendo em vista que a relação, dos magistrados, com a própria instituição – Poder Judiciário, era precária, a ponto de o Juiz Municipal de Cruzeiro do Sul, no Acre, enviar uma correspondência à Casa Aviadora J. G. Araújo, em Manaus, acusando a devolução de um atestado de exercício no cargo de Juiz Municipal, recebendo ao mesmo tempo instruções para substituí-lo por outro: *“[...] de vez que aquelle estava irregular, conforme informações prestadas por um funcionário de categoria da Delegacia*

⁴¹⁸ VIANNA, Oliveira. Direito do trabalho e democracia social – o problema da incorporação do trabalhador no Estado. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948, p. 73.

Fiscal [...]”⁴¹⁹ e diz ainda, na correspondência que as formalidades legais haviam sido suprimidas com o envio da segunda via do dito atestado de exercício, anexo ao ofício nº 63, de agosto de 1940.

Aquela posição tomada tanto pelo Promotor Manoel Eugenio Raulino quanto pelo Juiz Rafael Guedes Correa Gondim parece destoar da realidade política e econômica da região, considerando situações extremamente desagradáveis para magistrados acrianos. É possível imputar a independência dos membros do judiciário acima porque há um longo processo de estabilidade do funcionamento do judiciário em Xapuri,⁴²⁰ cujas decisões decorriam da vivência diária do magistrado com os problemas, disputas e conflitos sociais da região de Xapuri e Brasiléia. Mas a justa decisão de arquivamento protegia os operários extrativistas e também os potentados seringalistas, pois o descaminho de borracha da Bolívia para o Brasil não fora investigado.

⁴¹⁹ Museu Amazônico. Fundo J. G. Araújo. Pasta nº 87. Correspondências Recebidas, 1940. Carta de Godofredo Pereira Sampaio, juiz municipal de Cruzeiro do sul para J. G. Araújo, em 16 de agosto de 1940.

⁴²⁰ Nos processos cíveis e criminais, ações de justificação e outros tantos consultados indicam que desde janeiro de 1941 até 1946 teve à frente da Comarca de Xapuri o Juiz de Direito Rafael Guedes Correa Gondim, isso promove uma espécie de continuidade e estabilidade no aparelho judicial local.

Capítulo IV - Os direitos e as práticas judiciárias na economia da borracha

4.1 Aspectos históricos sobre a organização do Judiciário no Acre em tempos de guerra

Em outubro de 1942 assume a Interventoria do Território Federal do Acre o Ten. Cel. Luiz Silvestre Gomes Coelho, cearense, conhecedor da migração e das condições do trabalho nos seringais da Amazônia, por isso assumiria com promessa de combate à violação dos direitos civis e trabalhistas dos operários extrativistas. Essa pretensão não deveria ser um discurso pessoal ou que viesse da doutrina da caserna, era resultado do projeto de pactuação das leis sociais e trabalhistas entre patrões e empregados nos centros urbanos mais industrializados do país, promovida no governo que começava em 1930.

Nesse bojo, além das leis sociais e trabalhistas, foram implementadas reformas no Judiciário brasileiro.

Estas atingem o Território do Acre, quando o Governo Federal, em dezembro de 1943,⁴²¹ fixa a divisão administrativa, judiciária e fronteiriça do Território do Acre, para um período de cinco anos, começando a vigorar em janeiro de 1944 até dezembro de 1948, vedada qualquer modificação, exceto aquelas que o decreto trazia; ainda, atribuía, o decreto federal, a possibilidade de o Governo do Território interpretar as linhas divisórias intermunicipais e interdistritais, respaldado em melhor cartografia, contudo sem que qualquer cidade ou vila saia do âmbito municipal ou distrital⁴²².

A par desta nova geopolítica para o Território, o Interventor Federal no Acre, Luiz Silvestre Gomes Coelho, em março de 1944 baixou o Decreto nº 147, com o qual manteve as 74 zonas de paz criadas pelo decreto territorial nº 334/1942; redistribuiu as zonas de paz Guanabara/Brasiléia; Itu/Xapuri e Bom Triunfo/Cruzeiro do Sul, para Sena Madureira, Rio Branco e Tarauacá, respectivamente. Também, delimitou a extensão territorial das zonas de paz, além de manter as terras dos seringais especificadas no Decreto nº 334, que incluía *todas as cidades, vilas, colônias, povoados e propriedades rurais interjacentes e ainda as anexas ou adjacentes, até à fronteira com os países limítrofes ou até às divisas com outros municípios, não incluídos em zonas vizinhas*.⁴²³

No período de setembro a dezembro de 1943, baixou em torno de 103 decretos nomeando 44 juízes de paz, 29 escrivães e 18 oficiais de justiça. É importante notar que os

⁴²¹ BRASIL. Decreto-Lei nº 6.163, de 31 de dezembro de 1943. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6163-31-dezembro-1943-416420-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: novembro de 2013.

⁴²² Art. 2º, do Decreto-Lei nº 6.163, de 31 de dezembro de 1943.

⁴²³ TERRITÓRIO DO ACRE. Art. 2º, do Decreto Territorial nº 147, de 17 de março de 1944.

decretos de nomeação eram individuais, assim, para nomear o juiz, o escrivão e o oficial de uma zona de paz, emitia decretos individuais. Às vezes, para uma zona de paz havia decreto de nomeação somente do juiz, ou deste e do escrivão, ou somente do escrivão e do oficial, ou ainda, somente do oficial, dando a entender que estava composto o triunvirato. Com aquelas novas nomeações, é provável que as 74 zonas estivessem completas com cada membro da jurisdição privada, para exercer as atribuições legais em nome do Estado.

Figura 22: Rio Branco na década de 1940, ao fundo o Palácio do Governo. Acervo Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural do Acre

Com a criação destes juízes de paz não significava que houvesse paralelamente a jurisdição da Justiça mais especializada, a criminal e cível ou, ainda, a trabalhista como era de se esperar, haja vista que os juízes de paz atuavam somente na observação de alguns crimes previstos na Lei de Contravenções Penais.⁴²⁴

Esses sujeitos sociais que assumiam a condição de juízes de paz eram proprietários de seringais, comerciantes, profissionais liberais ou militares. O que nos interessa nesta composição desta rede do judiciário é tanto a quantidade de juízes nomeados quanto a qualidade destes sujeitos e dos serviços, ou seja, a quem eles serviam e a que defendiam, num período em que todos os esforços estavam voltados para a produção da borracha, diante do compromisso assumido pelo Brasil com matéria-prima indispensável ao esforço de guerra.

Do ponto de vista quantitativo, parece que o Território do Acre estava bem servido deste tipo de judicatura. Levando em conta que o Território tinha 07 municípios, dava uma

⁴²⁴ Ver o Decreto-Lei nº 4.365, de 9 de junho de 1942, que altera o Decreto-Lei nº 2.291, de junho de 1940, que dispõe sobre a Justiça do Território do Acre. O art. 2, II, acrescentou ao Decreto alterando a competência do juiz de paz com sede em Comarca para processar contravenções; e o item V acrescentou ao art. 19 o parágrafo único, que trata dos juízes de paz com sede em comarca para processar de ofício ou a requerimento do Ministério Público, algumas das contravenções previstas na Lei de Contravenções Penais. O Acre, nº 666, ano 14, Rio Branco, 25 out.1942.

média de 10.5 (dez e meio) juízes por município; para os padrões de hoje isso era uma cobertura privilegiada, considerando que há municípios no Acre que não possuem um juiz fixo, morando no local, mesmo que naquela época tratasse de juízes de paz.

A sede deles era tanto nos Barracões dos seringais quanto em vilas, distritos, municípios. Por exemplo, na Comarca de Cruzeiro do Sul, que tinha 10 juizados de paz, um na sede do município, e os demais nas vilas Ponciano, Japiim, Santa Luzia, Porto Valter, São Francisco, Taumaturgo, Boa Vista e Iracema; na comarca e município de Rio Branco, juizados de paz em Rio Branco, e noutras dezesseis zonas, por exemplo, o do seringal Aliança, abrangendo, ainda, os seringais Limoeiro, Mapinguari, Horizonte, Canari e propriedades outras por eles contornadas; o juizado de paz da Vila Porto Acre, abrangia os seringais Esperança, Floresta, Glória, Caquetá, Bom Destino⁴²⁵, Macapá e Andirá.⁴²⁶

Do ponto de vista das práticas, interesses sociais, econômicos e jurídicos, ali decidiam os coronéis da borracha, assim, como disse o português Alfredo Vieira Lima, ao Presidente Getúlio Vargas, cuja denúncia chegou ao Gabinete da Casa Civil da Presidência, por meio de uma carta dos seringueiros Francisco Praia e João Valério. Segundo eles, o seringalista teria dito: “*V. Ex. manda no Palacio do Cattete e elle no seu seringal*”⁴²⁷.

No mês de maio, de 1942, o Interventor militar do Acre Oscar Passos, enviava uma correspondência ao Presidente da República, queixando-se da falta de juiz de direito em Brasília, como era chamada na época Brasiléia, cuja comarca havia sido extinta em função da organização judiciária de 1942, sob o argumento de *não haver serviço que justificasse existência de um Juiz em Brasilia*.⁴²⁸, provavelmente, decorrente de ato do governo anterior por meio do Decreto Territorial nº 334/1942, uma vez que este se referia a Brasília como município, e não comarca, possuindo 08 (oito) zonas de juízo de paz.

Continuava Oscar Passos em apelo a Vargas, preocupado com a forte influência que a cidade boliviana, situada em frente a Brasiléia, separada por um rio, exercia sobre a vida dos brasileiros, tendo inclusive havido uma emigração de mais de 5.000 pessoas, em busca de melhores condições de vida do outro lado do rio Acre:

⁴²⁵ Bom Destino era o seringal de Joaquim Victor, seringalista muito influente durante o primeiro *boom* da borracha, atuou fortemente com apoio logístico na chamada revolução acriana, conflito deflagrado para retomada do Acre aos bolivianos.

⁴²⁶ ACRE TERRITÓRIO. Decreto nº 334. Divide o Território em 74 zonas de paz, de 22 de agosto de 1942. O Acre, Rio Branco, nº 658, ano 13, de 07 set. 1942.

⁴²⁷ Gabinete Civil da Presidência da República (35). Processo nº 21.727/1944. Caixa 3876. Arquivo Nacional. Reclamação dos seringueiros Francisco Praia e João Valério enviada ao Presidente Getúlio Vargas em maio de 1944.

⁴²⁸ Gabinete Civil da Presidência da República (35). Processo nº 13.253/1942. Caixa 388. Arquivo Nacional, Carta do Interventor do Território do Acre Oscar Passos ao Presidente da República, em maio de 1942.

Pensando que presença Juiz, Promotor e demais Membros justiça em Brasília, defronte Cobija onde existem Repartições e Membros alta administração, se justifica, ainda mesmo que nenhum processo fizessem durante ano, tomo liberdade solicitar veemente de V. Ex. uma medida nesse sentido, pois, certo transmitir a V. Ex. apêlo milhares brasileiros que não teem em Brasília onde registrar um filho, nem passar uma procuração ou fazer um casamento, pois teem de ir a Xapuri, outro município, distante 4 a 5 dias de viagem, para propor uma ação ou se ver julgar.⁴²⁹

Isso significa que todos os problemas, conflitos no campo administrativo, civil, criminal, tributário (impostos, taxas, emolumentos), ações de inventários, casamentos, registro de nascimento, lesões corporais, estupros, roubos, assassinatos, deveriam ser resolvidos pelo Juiz de Direito de Xapuri.

Como já dito anteriormente, o Interventor-militar Luiz Silvestre ensaiou, antes de assumir o governo, uma ofensiva aos coronéis da borracha no Acre⁴³⁰, mas ao compulsar a documentação disponível, esta apontou para uma omissão quanto à defesa dos direitos dos operários extrativistas, aliás, nunca tratou disso publicamente, o que demonstra leniência do Poder Executivo com os interesses e defesa dos direitos dos operários extrativistas, tanto é que muitas reclamações eram enviadas diretamente ao conhecimento do Presidente da República, através da Casa Civil, dado o grau de lealdade dos interventores com as oligarquias locais.

Certamente, isso foi uma estratégia para manter o *status quo*, com objetivo de agradar as elites locais e a opressão contra os seringueiros, uma vez que algumas circunscrições dos juízes de paz estavam dentro dos seringais, portanto, em propriedade privada, sob o controle dos patrões seringalistas, situação que vem desde a criação do Território e, ao mesmo tempo, uma prática incorporada na organização e administração do judiciário brasileiro desde o período colonial.

No Território cabia ao Interventor nomear os juízes de paz, conforme o parágrafo único do art. 30, do Decreto-Lei nº 4.365, de junho de 1942: “*Os juízes de paz, escrivães e oficiais de justiça dos juzos de paz e oficiais de registro civil das pessoas naturais em zonas e comarcas são nomeadas pelo Governador do Território do Acre*”.⁴³¹ De modo que o

⁴²⁹ Gabinete Civil da Presidência da República (35). Processo nº 13.253/1942. Caixa 388. Arquivo Nacional Carta do Interventor do Território do Acre Oscar Passos ao Presidente da República, em maio de 1942.

⁴³⁰ Ver a matéria *O tempo do cativo nos seringais não voltará mais*. O Acre, nº 622, ano 14, 04 de outubro de 1942, p. 01. A atitude do Interventor se assemelha à do Presidente Getúlio Vargas que, no início do governo, iniciou uma ofensiva contra os latifundiários, mas logo recuou. Certamente, a atitude do governador era uma orientação política do governo, sobretudo ante o estado de guerra e o apoio do Brasil aos Estados Unidos da América do Norte.

⁴³¹ BRASIL. Decreto-Lei nº 4.365, de 9 de junho de 1942. Altera o Decreto-Lei nº 2.291, de 8 de junho de 1940, que dispõe sobre a Justiça do Território do Acre. In: O Acre, nº 666, ano 14, Rio Branco, 25 out.1942.

Interventor gozava de ampla liberdade para isso, portanto, através destes sujeitos sociais, criou uma rede de influências, poder e controle das relações de trabalho nos seringais, o que criava certa dificuldade para a organização e lutas por direitos destes trabalhadores extrativistas.

O decreto disciplinava o comando e partilha hierárquica de poderes para organização do Judiciário, se ao Interventor era atribuída aquela competência, ao Presidente da República cabia *nomear os juízes de direito, juízes substitutos, órgãos do ministério público, serventuários e funcionários da Justiça*,⁴³² ou seja, o alto escalão do Judiciário que de fato tinha o poder de manipular a lei. Isso se explica porque os interventores eram tenentes que apoiavam a ditadura Vargas.

Nesse sentido o poder era partilhado de cima para baixo, efetivando a capilaridade, em todo o território nacional, da influência, do controle e do comando das relações sociais, políticas e jurídico-trabalhistas, por um Estado Intervencionista.

4.2 O interesse estadunidense pela proteção, garantias sociais e trabalhistas dos seringueiros

Os Acordos de Washington são assinados em março de 1942 entre o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte para fornecimento de matérias-primas para o esforço de guerra. Durante o processo de negociação destes acordos, os Estados Unidos propugnavam a proteção dos direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores envolvidos na extração da goma elástica, mas sem impor, em tese, um sistema normativo que viesse caracterizar interferência em assuntos internos do Brasil. De certa forma, essa postura na diplomacia dos Estados Unidos era para se contrapor à propaganda nazista que acusavam os EUA de trabalho escravo nos países latino-americanos. Vale dizer que Brasil e Estados Unidos dialogavam através de seu corpo diplomático e executavam as ações por meio de agências criadas tanto lá quanto cá, para o fim pactuado.

Uma minuta de acordo aparece em dezembro de 1942, assinada entre a Reserve Rubber Company - RRC e o Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTA, encarregada e responsável no organograma da *batalha da borracha* do encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia; continha dez cláusulas, entre as quais sobressai a VII, em que a RRC reivindica plenos poderes para atuar no deslocamento de:

⁴³² BRASIL. Decreto-Lei nº 4.365, de 9 de junho de 1942. Altera o Decreto-Lei nº 2.291, de 8 de junho de 1940, que dispõe sobre a Justiça do Território do Acre. In: O Acre, nº 666, ano 14, Rio Branco, 25 out.1942.

“[...] trabalhadores adicionais de qualquer parte do país e de utilizar para esse fim as instalações disponíveis do SEMTA, após aviso apropriado de 15 (quinze) dias, sem qualquer despesa de sua parte”.⁴³³

Figura 23: Contrato coletivo para encaminhamento dos trabalhadores para a Amazônia.
Arquivo: MAUC, da Universidade Federal do Ceará

A cláusula VIII tratava das condições e garantias dos acordos que o Estado brasileiro deveria fazer e honrar com os trabalhadores contratados no país e deslocados para irem trabalhar na Amazônia, em respeito à legislação trabalhista vigente:

As condições contratuais de trabalho dos trabalhadores recrutados pelo SEMTA, incluindo salários e remuneração, assistência social e médica, alojamento, etc. tanto em relação aos próprios trabalhadores como quanto aos seus dependentes, serão previamente resolvidos [pelo] entendimento entre o SEMTA e a R.R.C. e de acordo com as autoridades brasileiras competentes, ficando desde já entendido que tais condições serão nunca inferiores àquelas que se aplicam a categorias semelhantes de trabalhadores nos termos da legislação brasileira do trabalho. Fica ainda entendido que os trabalhadores apresentados pelo SEMTA se obrigarão a contratos não inferiores a dois anos como condição essencial à sua aceitação, e também que as cláusulas do contrato de trabalho serão previamente aceitas como obrigatórias pelos empregadores aos quais os trabalhadores vierem a prestar serviço.⁴³⁴

⁴³³ Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Caixa 05, pacote 01, notação AP 50. Cópia datilografada do Acordo entre a Reserve Rubber Corporation, agência federal do Governo dos Estados Unidos da América do Norte - RRC e o Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTA, em Rio de Janeiro, em 21 de dezembro de 1942, p. 495.

⁴³⁴ Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Caixa 05, pacote 01, AP 50. Cópia datilografada do Acordo entre a Reserve Rubber Corporation, agência federal do Governo dos Estados Unidos da América do Norte -

Em março de 1942, os Acordos de Washington foram assinados, quando ainda não havia sido promulgada a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT⁴³⁵, mas os EUA já pleiteavam junto ao Governo brasileiro, assistência, garantias, segurança, direitos sociais e trabalhistas no mesmo patamar dos já distribuídos aos trabalhadores urbanos brasileiros, através das leis sociais e trabalhistas existentes.

Todavia, quando o acordo reivindica que sejam aplicados os mesmos direitos a *categorias semelhantes de trabalhadores nos termos da legislação brasileira do trabalho*, questiona-se: a mesma categoria seria os trabalhadores rurais, a mais próxima, da realidade dos operários extrativistas da borracha? E o que havia até então de proteção aos trabalhadores rurais? Ou os mesmos direitos seriam os aplicados aos operários e trabalhadores urbanos?

O historiador do Departamento de História da Universidade do Texas, Seth Garfield, compulsando meticulosamente o acervo das agências que atuaram na Amazônia, pôde elaborar uma versão densa e consistente do papel dos Estados Unidos na Amazônia durante a segunda grande guerra. Ele afirma que havia interesse dos Estados Unidos em deslocar para a Amazônia todo o conhecimento e práticas à moda liberal e da economia de mercado, embora tivesse:

[...] o Board of Economic Warfare - BEW reconheceu os numerosos obstáculos para aumentar a produção da borracha na América Latina — a falta de mão de obra, péssimas condições sanitárias, suprimentos inadequados e transporte ruim —, Wallace considerava a “aquisição imediata” de borracha silvestre do Vale do Amazonas um dos mais importantes projetos do BEW⁴³⁶.

No mês de junho de 1940, a reserva de borracha natural nos Estados Unidos era crítica, suficiente somente para mais seis meses, segundo o levantamento feito pelo assessor do presidente F. D. Roosevelt, Harry Hopkins, que resumia numa linguagem nada adequada para o comércio: uma *porcaria*, o que levou o Presidente a criar uma agência do governo para o controle da aquisição e uso da borracha.⁴³⁷ Isto era mesmo muito preocupante porque a Amazônia, segundo estimativa dos técnicos estadunidenses produzia, naquele ano, entre 16 e

RRC e o Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTA, em Rio de Janeiro, em 21 de dezembro de 1942, pp. 495-496.

⁴³⁵ A CLT ingressou no ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

⁴³⁶ GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, nº 57, 2009, p. 57.

⁴³⁷ TULLY, John. *The devil's milk – a social history of rubber*. New York: Monthly Review Press, 2011, p. 324. Tradução livre do doutorando.

18 mil toneladas de borracha, e não podia comprá-la toda, somente o excedente, tendo em vista que o mercado interno com uma indústria de artefatos de borracha incipiente não podia prescindir desta matéria-prima.

Numa intervenção na Amazônia, para a aquisição da borracha natural, os liberais estadunidenses defendiam que era preciso atacar: “*Os ‘sistemas de cadernetas’ e qualquer outra forma de provisão de mão de obra escravizada por dívidas — que atavam o trabalho a vínculos de servidão, restringindo a mobilidade dos seringueiros na Amazônia*”⁴³⁸ —, para tanto, “[...] o BEW prometeu evitar uma repetição dos escândalos do último ciclo da borracha, mesmo numa escala reduzida”.⁴³⁹

Assegura, ainda, o historiador estadunidense a necessidade imposta para a elaboração de um contrato coletivo do trabalho:

[...] o BEW alertou a Rubber Reserve para que não se opusesse a um salário mínimo e a uma legislação social, alegando que isso aumentaria o preço da borracha, mas que usasse os fundos de desenvolvimento para ajudar os produtores a pagar esses salários e cumprir os demais requerimentos. Além disso, para proteger os direitos dos seringueiros, **o BEW exigiu um contrato-padrão, escrito, ‘protegendo adequadamente o trabalhador contra a exploração’**.⁴⁴⁰ (sem grifo no original)

Daí se explica a imposição, embora não admita isso, do Governo estadunidense por garantias de direitos sociais e trabalhistas aos operários extrativistas na economia da borracha na Amazônia brasileira, de modo que: “*Várias exigências do BEW seriam incluídas em contratos de trabalho oficiais para seringueiros que foram instituídos (mas raramente adotados) pelo regime Vargas*”.⁴⁴¹ Inclusive, esta exigência era extensiva a todos os países que pactuaram com os EUA para o esforço de guerra, com vista à aquisição de matéria-prima, o Peru⁴⁴² e a Bolívia faziam parte deste compromisso.

Em decorrência desta pressão, é redigido um *contrato padrão*⁴⁴³, por meio do qual todos os trabalhadores deslocados para a Amazônia estavam compulsoriamente obrigados a aderir a ele. O Jornal

⁴³⁸ GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra, p. 41.

⁴³⁹ GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra, p. 39.

⁴⁴⁰ GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra, p. 41.

⁴⁴¹ GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra, p. 68.

⁴⁴² *O Perú vai concorrer com o Brasil na produção da borracha*. O Acre, nº 563, ano 12, Rio Branco, 17. nov.1940.

⁴⁴³ *Contrato padrão* ou contrato coletivo do trabalho, neste caso, o conceito não tem o mesmo significado que no Direito Coletivo do Trabalho, posto que, não é resultado de acordo ou convenção coletiva do trabalho, pois essa denominação aqui empregada, diz respeito ao fato de que direitos e obrigações previstas no *contrato padrão* eram iguais para todos os trabalhadores extrativistas e para todos os patrões-seringalistas.

O Acre⁴⁴⁴, em algumas de suas edições, trazia listas com centenas destes trabalhadores deslocados para a Amazônia, nas quais constava o nome deles, o número do contrato, a idade, a naturalidade, a data de saída e chegada, local da saída, local de chegada e o número de familiares dependentes (filhos, filhas, esposa e outros agregados), que variava de duas a doze pessoas.

A Delegacia da SAVA – Serviço de Abastecimento do Vale Amazônico, em Rio Branco, junto com a lista publicada, anunciava que os trabalhadores deslocados para os seringais tinham: “[...] assistência à família e que, uma vez possibilitados, devem recebê las, ainda por conta da instituição que os encaminhou, nos seringais onde se encontram em atividades”.⁴⁴⁵ E conclamava os seringalistas a comunicarem àquela delegacia, com a máxima urgência [...] os nomes dos seringueiros que estejam em condições de receber suas famílias”.⁴⁴⁶

Warren Dean, ao estudar esse momento da história do Brasil, diz que: “[...] a entrega de suprimentos deixava muito a desejar; e os salários-família se atrasavam ou nunca chegavam”.⁴⁴⁷ De fato, as instituições responsáveis pelo deslocamento dos trabalhadores para a Amazônia, de uma forma ingênua, ou pensando que estavam praticando um grande ato de grandeza à Pátria e ao esforço de guerra, deixavam escapar as falhas e fragilidades da *batalha da borracha*, e quando o assunto é assistência aos soldados da borracha, divulgavam que nos dias 7 a 13 de fevereiro foram atendidas 245 pessoas, às quais distribuíram:

[...] 35 rêdes, 95 calças, 167 camisas, 14 camisas para crianças, 30 mts. de brim, 48 mts. de chita, 127 pares de chinelo, 144 cobertores. Fôram fornecidos ainda os seguintes gêneros: 16 quilos de arrô, 10 de açúcar, 5 de café, 3 de banha, 10 de farinha, 9 de feijão, 20 latas de leite, 3 barras de sabão e 15 quilos de carne.⁴⁴⁸

Essa conta, em princípio, não bate, considerando a quantidade de pessoas atendidas por um período de seis dias. De qualquer forma esses dados precisam ser confrontados, em outro momento, com a quantificação da ração diária ou mensal que cada pessoa deveria receber, inclusive, algo que foi estipulado pelos técnicos brasileiros e norte-americanos ligados à saúde e à nutrição dos trabalhadores. De igual modo, a quantidade de peças distribuídas não era suficiente para a quantidade de pessoas, por exemplo, trinta e cinco redes

⁴⁴⁴ Cf. edições n.ºs. 731, 30 jan.1944; 732, 06 fev.1944; 733, 13 fev.1944; 734, 20 fev.1944.

⁴⁴⁵ Superintendencia do Abastecimento do Vale amazônico. O Acre, n.º 731, 30 jan.1944, p. 05. Outras listas foram publicadas noutras edições.

⁴⁴⁶ O Acre, n.º 731, 30 jan. 1944, p. 05.

⁴⁴⁷ DEAN, Warren. A luta pela borracha no Brasil. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel, 1989, p. 142.

⁴⁴⁸ Secção de benefícios. Assistência aos soldados da borracha. O Acre, n.º 711, ano 14, 12 set. 1943, p. 01.

não são suficientes para dormirem 245 pessoas, bem como 127 chinelos não calçam 245 pessoas. Talvez, o que venha se aproximar de que isso fosse suficiente, era se fosse uma cota complementar do que já existia.

Figura 24: Utensílios fornecidos pelo SEMTA para os soldados da borracha. Acervo: Museu de Arte Contemporânea da Universidade Federal do Ceará.

Outro problema é que muitas dessas famílias que permaneceram no Nordeste ou que ficaram pelo meio do caminho nunca mais viram seus esposos, namorados, pais de família, ou companheiros. Um aviso de Pimentel Gomes, então Delegado da SAVA no Acre, é intrigante ao dirigir-se aos soldados da borracha para que eles comparecessem ao escritório da Delegacia ou:

[...] a ela comunicar por intermédio do Seringalista a quem serve, o seu paradeiro, afim de proceder ao embarque de suas famílias ou satisfazer as informações solicitadas. Severino Trajano (3676), Antonio Cosmo (3952), João Mateus Oliveira (4056), Antonio Nascimento da Silva (3915), João de Ferreira Freitas (3958) e José Rodrigues de Carvalho (3875).⁴⁴⁹

Também o mesmo jornal, em outras edições, trazia listas com centenas de nomes de jovens de Manaus, Itacoatiara, Tefé, Codajás, Parintins, Guajará-Mirin, todos nascidos nestes municípios, convocados, deixaram de atender ao chamamento do Exército Brasileiro para os

⁴⁴⁹ O Acre, nº 734, ano 14, 20 fev.1944, p. 06. Os números entre parênteses correspondem aos contratos assinados pelos seringueiros.

serviços de guerra, corte da seringa ou ir para o *front* na Europa, por isso, o Boletim Interno nº 51, de 1º de novembro de 1943, os declarava *insubmissos*.⁴⁵⁰

Tal declaração, certamente, enseja uma violação à disciplina, à ordem e à hierarquia militar e, provavelmente, os *insubmissos* teriam que prestar contas com o Exército Brasileiro; teriam que explicar os motivos porque recusaram se ocupar do esforço de guerra, dado o caráter de mobilização que lhes fora imposto.⁴⁵¹

Quanto à fidedignidade do *contrato padrão* assinado entre os operários extrativistas da borracha intermediados pelas agências de arregimentação de mão de obra e os seringalistas, é provável que este pacto não retrate inteiramente os interesses do governo norte-americano, embora o Estado Intervencionista brasileiro tenha obrigado, por meio de falsa propaganda, os migrantes a assinarem uma espécie de contrato coletivo do trabalho⁴⁵².

O que os Estados Unidos queriam, com a exigência de um *contrato – padrão*, era amenizar o impacto da força e do poder imperialista sobre os países da América Latina, num contexto em que a Alemanha também disputava a influência da geopolítica local. Como isso funcionava na prática?

4.3 As justiças e os direitos dos seringueiros na Amazônia durante a Segunda Grande Guerra

Um sistema de normas jurídicas para sua efetividade envolve uma engrenagem muito complexa com vistas à busca de eficiência na prestação dos serviços jurisdicionais. Isso é muito complexo numa economia capitalista, em qualquer sociedade, em qualquer comunidade ou, ainda, em quaisquer grupos onde humanos vivem com suas peculiaridades, seus medos, determinações, lutas e disputas pelo poder, onde a agressividade⁴⁵³ é a referência para a

⁴⁵⁰ Ministério da Guerra. 8ª Região Militar. 29ª Circunscrição de Recrutamento. Relação dos sorteados convocados em 1ª chamada, declarados insubmissos “*Por terem deixado de atender ao chamado para a incorporação, no mês de Agosto do corrente ano*”, em Boletim Interno nº 51, de 1º de novembro de 1943. In: O Acre, nº 750, ano 14, 11 jun.1944, pp. 02-03. O Boletim Interno nº 51, de agosto de 1943, foi reeditado com uma nova lista de insubmissos no Jornal O Acre, na edição nº 751, 18 jun.1944, pp. 02-03 e 752; e o Boletim Interno nº 55 saiu na edição de O Acre no dia 25 jun.1944.

⁴⁵¹ O Governo Vargas, através do Decreto-Lei nº 4.223, de 2 de abril de 1942, indultava os insubmissos – estariam isentos deste crime maiores de 30 anos, os que estivessem presos, aguardando julgamento ou cumprindo condenação por esse crime. Os interessados deveriam requerer o indulto no prazo de 180 dias. Não se sabe se o Decreto foi prorrogado, tendo em vista que caducava a partir do início de setembro de 1942. É bem provável que sim, tendo em vista que em novembro de 1943 ainda publicaram listas com nomes dos insubmissos no Acre.

⁴⁵² Este conceito é empregado, aqui, no sentido de *contrato padrão* elaborado pelo Departamento Nacional de Imigração.

⁴⁵³ Para melhor compreende isso, ver FREUD, Sigmund. O mal-estar na cultura. Trad. Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2010.

conquista e realização destes desejos. A possibilidade de manobra do poder nesses espaços é limitada, em tese, se o Estado fosse onipresente; como não o é, porque seus agentes são insuficientes, ou, ainda, omissos, cooptados ou corrompidos, de modo o que se vê é a produção de normas, regras e regulamentos fora do procedimento legislativo estatal. Tanto é que se fala sobre as violências ou guerras urbanas, de um direito penal do inimigo,⁴⁵⁴ onde se convive paralelamente com normas jurídicas legais e ilegais.

Nesse eixo das práticas judiciais como cobertura das relações sociais do trabalho nos seringais, o trivial era feito pelo Judiciário, aliás, desde que fosse provocado, isto é, quem tivesse interesse em solucionar um conflito por esta via, devia bater em sua porta, de outro modo, deveria se valer de outros mecanismos e instrumentos, por exemplo, denúncias aos governantes⁴⁵⁵ (prefeitos, governadores, Presidente, igrejas) ou a qualquer outra pessoa na qual pudesse confiar e tivesse um tino certo de que sua demanda iria em frente. Na sociedade extrativista da borracha, era de praxe fazer justiça com as próprias mãos, ante a espoliação, roubos e violência contra os trabalhadores extrativistas.

Na economia da borracha as relações sociais eram expostas da forma como era possível, de outro modo, tudo ficava sob os escombros de folhas e árvores caídas pelo chão úmido da floresta Amazônia e esquecido por todo o sempre. Muitos desmandos e injustiças foram possíveis de ser denunciados. Corroborar isso a carta de um seringueiro cujo nome não aparece no documento ora descrito, em fevereiro de 1932, denunciando as condições de trabalho que viveu durante cinco anos no seringal de propriedade de Coutinho Anibal & Cia, localizado na foz do Jurupari, Rio Envira, no Território Federal do Acre. A vítima da denúncia é o gerente do Seringal Araçá. O operário extrativista se identificava como um *escravo branco*:

Fala um Escravo branco victima de um curiozo blefe passado caprichosamente por dois famigerados João Arthur de Paiva e Manoel Baptista Maia, aquelle gerente do seringal Araçá deposito(2) de Atalaia no Rio Jurupary, cujo seringal de propriedade dos Senhores Coutinho Annibal & Comp. Este aviado e interessado dos negócios do mesmo deposito. Aqui dou os apontamentos mais ou menos dos negocios que os trazesueiros e Amigos do alheio fizeram com migo durante cinco annos que ali permanecy, chegando eu ali no fim do inverno de 1926, João Arthur propois-me o seguinte, que eu acceitasse uma perêa (3) de Estrada na collocação Extrema que por dois annos eu não pagava renda e me fornecia mercadorias com 60% soubre fatura, depois de combinado isso elle já estava com o plano formado

⁴⁵⁴ Ver JAKOBS, Günther e MELIÁ, Manuel Cancio. *Direito Penal do Inimigo: noções e críticas*. [Org. e Trad.] André Luis Callegari e Nereu José Giacomolli. 2ª. ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

⁴⁵⁵ O Arquivo Público do Estado do Pará guarda uma rica documentação com centenas de cartas, petições, reclamações, abaixo-assinados, processos dirigidos aos governadores com denúncias, elogios, busca de favores e pedido de soluções destas demandas.

e me disse o seguinte, Manoel Baptista é minha segunda pessoa e vai a meu mandado para a Extrema, impicar(4) as estradas e collocar uns dois ou trez fregueses...porque a collocação é muito boa, e esse seringal foi adquirido atôa, a casa não tem documentos legal e o meu chefe recommenda que eu aproveite as collocações melhores, e Manoel Baptista fica lá representa meu aviado, porem, todos os negocios por conta e risco do deposito, e para ali fui e fiz meu tapiry (5) e tratei de limpar as estradas no fim do mez de Junho estavam promptas quando recebi o primeiro talão com 388:250 tudo por preços nunca visto, após recebi a conta corrente, além da importância do talão e 89:600 de minhas despesas da Foz do Embira a Foz do Jurupary de Rs. 239:250 dizendo ser despesas da Extrema como se eu fosse dono, gerente, aviado ou socio para me comprometer com reabrimto de Collocação, fiz logo seria reclamação e então elle me disse que o abatimento fazia no fim do anno nas mercadorias e os 239:500 tinha sido engano, imediatamente levou a meu crédito porem em um borrador chamado por elle caderneta particular, adiantamento que ali eu fisesse de conta que tinha depositado a rifirida importancia no Banco do Brasil, que seria discriminado em minha última conta por ocasião de minha retirada, pensando eu que fosse verdade fiquei satisfeito. Nesta occazião entrego a este curiozo um chapeo de palha, o uso que fiz foi comprar elle aqui em Belém e levar dentro de minha mala, que vendesse por o que pudesse, passado um pouco mais de um mez recebo um bilhete de João Arthur dizendo-me que tinha vendido o dito chapeo a um fregueiz do Seringal vizinho, e que só apurou 25:000 vinte e cinco mil reis e que estava no Banco ora muito bem vamos adiante ficou Manoel Baptista recebendo todos os mezes aviação remetida pelo deposito, e ali fazia a venda p.^a mim mais dois companheiros roubando discaradamente, e na relação que elle fornecia ao deposito p.^a ser extrahido o talão, raríssimo era as que não ia um aumento, eu reclamava constantemente sempre fui atendido da forma acima exposto. Tendo eu comprado com o meu companheiro uma Bacia que foi debitado 35:000 p.^a cada, e este retirou-se me vendendo a parte que lhe pertencia por 30:000 ao Sr. Francisco Lima, e mais 30:000 que o mesmo tinha me emprestado como está de fato debitado as duas importancias em 1 das contas assignadas por Manoel Baptista e assim que o meu companheiro sahiu o ordinário me debitou a mesma Bacia por 60:000 dizendo que pensava a ter ficado p.^a a caza, veja os enganos só é a favor da caza, ora muito bem, marcha os 60:000 p.^a o Banco. Vendi p.^a Manoel Baptista 2 casaes de chicaras, 2 tigellas, 1 balde e 1 espetador tudo levado daqui de Belem por 55:000 que só o relógio lá custa um 70 e 80:000 vindi mais 1 livro Magnetismo Pessoal por 10:000, entre tudo p.^a o Banco. Os dois gatunos planiaram abrir um varador de barro da collocação Macapá a Extrema, então marcaram um ordenado de 10:000 por dia a nossa custa, assim foi mais 11 dias de trabalho p.^a o Banco, de formas que a 11 de Dezembro de 1927 disconfiei que o Banco era da gatunagem e não do Brazil, tentei aretirar-me e vim ao deposito tratar dos negócios. Com o tal gerente, sócio ou chefe do tal M. Baptista, ali acertamos tudo na seguinte forma, tendo eu na ocasião os produtos seguintes (6).....

..... ficando eu trabalhando constantemente no barracão do depósito, até que se approachasse o fim de Março quando se deu uma vaga na collocação Afluente e o tal João Arthur veio de novo dizendo-me o seguinte que eu me collocace no Afluente que me fazia diferença nos preços das mercadorias, e qualquer tempo que eu quizesse baixar tinha as passagens garantidas pela caza, eu na esperança de baixar com mais alguma cousa acceitei a **falsa** proposta, o que sucedeu foi o seguinte tirei ainda trez verão, no primeiro entrou ainda p.^a o Banco 12

couros de veados, e 20 kilos de sernamby, em 29 entrou ainda p.^a o referido Banco 10 couros de porcos e finalmente o pretenciozo assentou melhor me botar fora do Seringal como provo e então nesta ocasião entrou ligeiramente p.^a o Banco mais 6 couros de viados e 4 de porcos os quais entreguei em S. Paulo, entrou mais 27 kilos de sernamby e parte do meu utensilio e o que saio a meu favor foi quinhentos e tantos milreis de mercadorias, em pouco mais de um mez, e as mais duras em prestações, como pode ser isso? eu gastei em 8 mezes incompletos quinhentos poucos milreis de mercadorias e a mesma importancia e o discarado levou a meu débito sem mencionar objectos e utensilios que me debitaram por quaze um conto de reis, em minha ausência levaram cujo utensilio a meu credito por 35:000 custo de um cento de tigelinha pois tenho com que prove.

Nas emformações apresentadas pela firma Coutinho Annibal & Comp. contra a minha umilde pessoa, afirmo que so tem de verdade o assumpto, se eu defato tivesse apresentado qualquer reclamação ou queixa seria criminoso e severamente executado porque o seringueiro com mil verdades, o relaxado do patrão com uma só mentira entende de ganhar, e por isso me retirei calado, o mais tudo quanto diz no relamborio, com a presenca de minhas contas correntes e de venda, e os talões que tenho todos pode se justificar que é mentira, jamais o assumpto de eu ter sido sócio de Manoel Baptista ora isto é ridículo, pensa elles que eu não tenho documento bonito p.^a esses homens que querem ser e defato são poderosos mas se confio em João Arthur e Manoel Baptista dois endividuos sem consciência, de fato os mais falsos e ordinarios que já vi, de baixo do sol Brasileiro porque falando com esse traidor a respeito de bebidas lhe perguntei qual era o motivo de debitarem aos freguezes um litro de mel em lugar de um litro de cachaça me disse elle que não era Mané de Viola, annos que ali fazia sua defesa em deversos artigos sem pagar empostos é que vendia cachaça sem sellos a tempos porém agora não ocultava mais porque o seu Comp.^º Saboya é quem mandava ali em tudo, e na cidade de Siabra elle arranjava tudo, e eu acredito porque nos meus talões tem cachaça. Uma de Manoel Baptista, 1 em Março próximo passado quando veio a Foz buscar uns artigos p.^a o seu camarada João Arthur de volta passou em minha barraca me disse que eu não inlugiasse mais os revoltosos sobre pena de me botarem fora do Seringal porque o Cel. Saboya era inteiramente contra, que os revolucionários tinham derribado os governos com ambição de tumarem conta dos cofres públicos, e que agora cada um tirava o seu, e terminou dizendo que os revolucionários 9.5% eram ladrões. Outra de João Arthur, quando o navio Jurupary chegou que elle veio ao encontro e o mesmo na Foz do Araçá, quando de volta chegou ao barracão de sua residência ali eu estava, e elle me comprementou e rompeu dizendo que eu aplaudia os revolucionários porem o Sr. Cel. Annibal p.^a elle tinha feito as mais péssimas referencias desses homens e que o Paiz estava em puder de homens sem competencia, que desse por visto um bando de crianças que tudo inventavam e nada conseguiam, pelo menos aqui em Belem, tinham um governo desastrado e violento, e que o Pará estava empitiço de miséria, completamente calamitozo depois do triumpho da revolução, então eu respondi o seguinte que os revolucionários so faltavam comprirem uma missiçao, era debandarem os ladrões dos seringais pelos interiores do Amazonas e foi esse o motivo porque fui botado fora do tal Seringal, então um ordinário deste tem capacidade? portanto senhores fiquem uma vez por todas sabendo que com o meu saldo elles não ficam pois tenho como norma desde de meus princípios, a não me fazer Amigo do Alheio, nem tão pouco sou mentirozo, e se por uma circunstancia qualquer for obrigado a seguir neste caminho já não é extranho porque ultimamente convivi em um meio onde existe o Reis dos mentirozos, o Emperador dos

Ladrões, e o Senhor dos Carados, da riso, digo direi e tenho com que prove, perante altas Autoridades.

Devo dizer mais que do assumpto a cima expor venho umildemente pedir licença e offerecer como presente ao Illustre e digno Sr. Cel. Annibal para que esse cidadão tomo as dividas providencias oisa a justiça no cazo e fique ciente que tem ladrão em caza.

Ficando com uma copia do mesmo teor para apresentar a uma certa autoridade se precizo for.

9/2/1932

Pará – Belém⁴⁵⁶

O documento é longo e merece a atenção da História a se debruçar sobre esta fonte de forma crítica, esmiuçando seu conteúdo, pois não é comum esse tipo de documento vir a público, dado a dificuldade de domínio da escrita dos seringueiros e da consciência da dominação e o controle das relações de trabalho nos seringais a que são submetidos.

Vejamos que, nesse caso, as regras gramaticais e outros protocolos da língua portuguesa não são observados, mas isso é o que menos importa, caso olhemos para isso, a carta do trabalhador perde o conteúdo, o valor político e jurídico, pois ele revela aspectos importantes e nos desperta atenção para compreensão das contradições internas da economia da borracha e da própria relação política entre os indivíduos e aqueles que estão no poder.

Da denúncia apresentada pelo *escravo branco* apreende-se primeiro, em termos comportamental, a coragem do seringueiro, mesmo quando no seringal questionava e reclamava explicações contra o saque que faziam em seus créditos, lançando valores de mercadorias, outras sem discriminar e que não as adquirira. Por outro lado, mostra também que em nada adiantava reclamar porque o mecanismo de roubar os seringueiros, mesmo os letrados, não se alterava, senão uma coisa aqui e outra ali, mas não a essência do sistema de aviamento. O documento foi escrito em Belém, depois que foi expulso do seringal, longe da sanha perversa e autoritária do coronel da borracha, portanto, com certa margem de liberdade.

O *escravo branco* fora expulso do seringal porque defendia a tomada do poder pelo grupo de Getúlio Vargas, contrariando o dono do seringal, que acusava todos os membros de ladrões e corruptos, embora não fosse esse o pensamento deste trabalhador, que, ao se retirar do seringal (local de trabalho), não recebeu o saldo, devido à espoliação, roubos e manobras que eram feitas na contabilidade de sua conta de venda.

Também não demonstrou interesse em promover um litígio jurídico contra os que lhe explorava. Mas o epílogo desta história culminou num ato de vingança. O diretor Levy Rabelo, da Coutinho Anibal & Cia, alguns anos mais tarde, contava que fora armada uma

⁴⁵⁶ BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: um pouco-antes e além-depois. 2ª ed. Revisada. Manaus: Edua, 2010, pp. 405-408.

emboscada contra João Arthur, no Igarapé Araçá; ao passar no local, fora executado com tiros de papos-amarelos⁴⁵⁷ dos jagunços.

O trabalhador extrativista, que se identificava como *escravo branco*, não poderia recorrer ao judiciário trabalhista, tendo em vista que até então este inexistia. Costa Sobrinho, comentando a competência da Justiça do Trabalho para apreciar e julgar questões relacionadas ao contrato padrão, assinado pelos soldados da borracha e patrões--seringalistas, via nessa orientação: “[...] a cumplicidade mais hedionda dos burocratas com os patrões ou sua ignorância sem limites com relação à Amazônia e seus seringais, ainda mais que sequer existia justiça do trabalho em pleno funcionamento na região”.⁴⁵⁸

Valer-se das Juntas de Conciliação e Julgamento no território Federal do Acre era algo impossível, pois elas não existiam, nesse momento e, quando as criaram, atribuíram a responsabilidade e competência às prefeituras, embora, pudessem recorrer à Justiça Comum.

Este caso, narrado por este seringueiro, mostra dissimulação, roubo, fraude contra a situação difícil destes trabalhadores, contra a possibilidade de possuir alguma economia resultado do trabalho honesto.

Muitos seringalistas, também, reclamaram contra seus fornecedores casas aviadoras, pelo menos na forma escrita.

Em dezembro de 1938 o seringalista chamado João de Paula Avelino, que explorava a produção da borracha no rio Juruá, Acre, desabafava, após reclamar veementemente de erros em sua *conta de venda*: “[...] nos do interior não temos direito anada [...]”.⁴⁵⁹

Um desabafo dirigido ao seu fornecedor de provisões e outras bugigangas capitalistas, a Casa Aviadora J. G. Araújo, situada em Manaus. Uma reclamação entre comerciantes, no campo das transações comerciais, de gerenciamento das instituições privadas envolvidas nesta cadeia produtiva seringalista: Barracão *versus* Casas Aviadoras. Se se tratava de trapaça ou não, isso só poderia ser resolvido mediante a reclamação do prejudicado. Imaginemos uma situação em que os seringueiros por suas limitações financeiras, de acesso ao domínio da escrita, ficassem inertes?!

Observa-se nas correspondências e nas anotações da casa aviadora J. G. Araújo que esta não fazia restrições a esses reparos, ao contrário, logo que estes chegavam ao seu conhecimento, tratava de solucionar o problema. Via de regra, essa prática foi percebida em farta documentação investigada. Disso, porém, não se pode negligenciar a quantidade de erros

⁴⁵⁷ Apelido de um tipo de rifle winchester utilizado na Amazônia.

⁴⁵⁸ COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental*. São Paulo: Cortez; Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 1992, pp. 87-88.

⁴⁵⁹ Museu Amazônico. Fundo J. G. Araújo. Carta de João de Paula Avelino, de 18 de dezembro de 1938.

e mais erros cometidos pela casa aviadora; isso é compreensível, dado que esta negociava com os seringalistas locais, de outros países vizinhos e com o mercado europeu, asiático, norte-americano. Transformou-se numa rede com filiais no Peru e com representantes na Europa. Era uma multinacional no ramo de comércio, importação e exportação de produtos da Amazônia. Certamente, devido ao acesso fácil à matéria-prima e à acumulação de capital, fundou, em Manaus, uma fábrica de saltos de sapatos.⁴⁶⁰

Não se trata, portanto, de um caso que esteja relacionado diretamente com a relação de produção estabelecido entre patrão seringalista e o operário extrativista. Mas a perspectiva apresentada aqui é demonstrar que se tratava de uma sociedade onde havia muitos conflitos verticalizados na cadeia produtiva do extrativismo e demandas por direitos e, sobretudo, da justiça para mediar e resolver esses conflitos.

Tratando-se de um recorte histórico onde já havia a presença da Justiça do Trabalho, primeiro a administrativa e, em 1937, a judicante, conflitos de ordem trabalhista podiam ser resolvidos na Justiça do Trabalho ou na Justiça Comum, mesmo porque o contrato de trabalho não estava moldado nesses termos, nem conceitualmente, uma vez que o trabalho recebia no Código Civil a nomenclatura de *prestação de serviço* como tipificação jurídica para avaliar as obrigações e deveres entre as partes contratantes, e era apreciado somente, numa lide, na Justiça Comum. Tanto é que, com a instalação da Justiça do Trabalho, os magistrados tinham dificuldades de lidar com os conceitos e terminologias jurídicas do Direito do Trabalho. Era uma justiça em construção, estava submetida, comparando com a justiça comum, à inexperiência dos magistrados, a ponto de haver: “[...] *sugestão de edição de normas regulamentadoras da forma de redação das decisões trabalhistas, pois sequer traziam os nomes dos juízes que haviam participado dos julgamentos nos colegiados e as posições sustentadas (se vencidos ou vencedores)*”.⁴⁶¹ Mas nem por isso deixaram de constituir uma práxis, uma racionalidade e uma jurisprudência trabalhista.

Isso pode ser demonstrado num caso emblemático: a rescisão contratual entre Erwin Max Rieser e Indústria Químicas Brasileiras Duperial S/A, no ano de 1948, em São Paulo.

Erwin, ao ver malgrado o seu pleito em defesa de seus direitos na Justiça do Trabalho, de primeiro grau, recorre ao Tribunal de Justiça, apelando contra o resultado insatisfatório. O advogado Alberto da Rocha Barros, indignado ataca a sentença dos juízes que se apoiaram

⁴⁶⁰ O nome era *Saltos Coroa*, acrescido da propaganda “A melhor borracha no melhor salto. O salto mais cobiçado pela concorrência – cuidado com as falsificações.” Esta propaganda estava impressa nos papéis da empresa, já na década de 1940, que depois se tornariam documentos oficiais, ofícios, cartas, relatórios.

⁴⁶¹ FERRARI, Irany, NASCIMENTO, Amauri Mascaro, MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. História do Trabalho, do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho. 2.^a ed., São Paulo: LTr, 2002, p. 209.

num silogismo simplista que afastava, na conclusão, o viés dos princípios de proteção ao trabalhador. Dizia a sentença:

[...] o Reclamante foi assistido por advogado; ora, quem é assistido por advogado, é livre ao dar o recibo; logo, o Reclamante foi livre ao dar o recibo de fls... só o trabalhador operário é necessitado; ora, o Reclamante era trabalhador, mas não operário; logo, o Reclamante não era necessitado [...].⁴⁶²

Continua o advogado trabalhista: *“E assim, pelo estilo... Nós, advogados, ficamos desta forma, ante essa doutrina, obrigados a fugir de amparar necessitados, porque a nossa presença, ao lado deles, faz os órgãos do Estado, criados para os amparar, retiram o seu amparo[...]”*⁴⁶³

O mérito desta apelação é desmistificar a postura que a justiça trabalhista em São Paulo assumia na mediação dos conflitos trabalhistas afastando os princípios do Direito do Trabalho e as garantias trabalhistas. Porém uma ressalva precisa ser feita, é que, com este caso, não é possível dizer que este era o perfil ou a jurisprudência dominante do Tribunal de Justiça do Trabalho de São Paulo, mas indica uma tendência do Judiciário trabalhista na proteção das garantias dos direitos dos trabalhadores nesse período, ou seja, por mais que o Direito social e trabalhista se norteara por princípios de proteção ao hipossuficiente, suas decisões resvalavam contrárias aos interesses dos trabalhadores em decorrência dos argumentos jurídicos positivistas e conservadores, em prol da classe dominante, o que podemos constatar na tese de Thompson ao estudar a *lei negra* no século XVIII, na Inglaterra:

Certamente não precisamos mais nos manter naquele terreno tradicional do academicismo liberal, que apresenta o século 18 como uma sociedade do consenso, regulada dentro dos parâmetros do paternalismo e da submissão respeitosa e governada por um ‘domínio da lei’ que tendia (imperfeitamente que fosse) à imparcialidade. Não é essa a sociedade que viemos examinando; não observamos uma sociedade do consenso, e vimos a lei a ser formulada e empregada, direta e instrumentalmente, para a imposição do poder de classe.⁴⁶⁴

A justiça trabalhista brasileira exercia perfeitamente esse papel, tomava posição em prol dos potentados e havia uma forma discursiva para legitimar esse lugar – o argumento

⁴⁶² BARROS, Alberto da Rocha. Da renúncia a favores da legislação trabalhista – nulidade de quitações que a envolvem. São Paulo: TRT, 1948, p. 04.

⁴⁶³ BARROS, Alberto da Rocha. Da renúncia a favores da legislação trabalhista, p. 04.

⁴⁶⁴ THOMPSON, E. P. Senhores e caçadores. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 352.

jurídico como ferramenta ideológica que *legitima* uma das funções da lei que é garantir o poder de classe.⁴⁶⁵

Outra constatação a que chega Thompson são as várias facetas que assume a lei, além de sua função *essencialista*:

A lei também pode ser vista como ideologia ou regras e sanções específicas que mantêm uma relação ativa e definida (muitas vezes um campo de conflito) com as normas sociais; e, por fim, pode ser vista simplesmente em termos de sua lógica, regras e procedimentos próprios – isto é, simplesmente enquanto lei. E não é possível conceber nenhuma sociedade complexa sem lei.⁴⁶⁶

Não só uma sociedade, mas nenhum grupo humano vive sem lei, costumes, tradições ou código de conduta que norteia as relações interpessoais, sociais, econômicas, políticas e jurídicas. Provavelmente, não as concebemos como hoje, mas alguma coisa existiu como cláusula de barreira, para mitigar os comportamentos humanos, sempre existiram. Na sociedade extrativista da borracha em pleno século XX havia as suas.

4.4 Cidadania às avessas: uma tentativa de controle social mediada pelos Interventores

O Ministério do Trabalho também foi ineficiente e até omissa na fiscalização das condições de trabalho, pois no Acre as atribuições e atividades das Inspetorias do Trabalho foram entregues às Prefeituras, porque aqueles órgãos não foram instalados em Rio Branco e nem em qualquer outro município do Território, de certa forma, e isso vem explicar por que o Prefeito Manoel Fontenelle de Castro, de Rio Branco, em 1943 interveio no Seringal Empresa, baixando o Decreto-Lei nº 243, para regulamentar as relações de trabalho.

Ademais, como se vivia num Estado de exceção, todas as instâncias administrativas de poder se transformaram em órgãos em que os problemas de toda ordem eram *judicializados*, ou seja, os Interventores estaduais e municipais, geralmente militares, agiam também como órgão de solução de conflitos individuais e coletivos, como órgãos de judicatura.

No Pará, no período de 1930-1935, do Interventor Antonio Magalhães Barata, milhares de requerimentos, petições, abaixo-assinados, ofícios, contratos, cartas, diretamente a ele foram endereçadas, por meio dos quais se pedia, contestava ou reivindicava ao governador-interventor qualquer coisa.

⁴⁶⁵ THOMPSON, E. P. Senhores e caçadores, p. 353.

⁴⁶⁶ THOMPSON, E. P. Senhores e caçadores, p. 351.

Figura 25: Belém no início do século XX. A foto mostra a pujança econômica de Belém como resultado da exploração da borracha.

O Interventor estava numa posição de quem ouvia os reclames do povo, as reivindicações, era um intermediário dos conflitos que podiam ser judicializados, mas as pessoas encontravam nele, talvez, confiança e lealdade para solucionar os problemas.

O que se percebeu desse diálogo burocrático (requerimentos, cartas, abaixo-assinados e outros) entre o Interventor e o povo era a busca de solução dos problemas das pessoas, onde o governo, pelo que consta na farta documentação, procurava ouvir a área responsável pelo problema, às vezes se valia de um parecer jurídico para finalmente decidir ou, ainda, ouvia um ou outro assessor, e o pedido estava resolvido, ou ainda, sozinho decidia ou não decidia nada, como ocorreu com a petição dos juízes de Belém. E quando a decisão contrariava o interessado, este recorria ao Presidente Getúlio Vargas.

Inicialmente, chama-nos a atenção o abaixo-assinado escrito por um grupo de quarenta e sete pessoas, entre homens e mulheres, que se auto-intitulavam *as classes proletárias de Monte Alegre*, enviando ao Interventor Major Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, que, curiosamente, não se trata de um pedido, mas de um verdadeiro rasga seda, ao Comandante-Interventor do Estado do Pará:

As classes proletárias de Monte Alegre vem trazer a V. Exa. Os seus muito respeitosos cumprimentos, e neste momento, não é demais relembrar o quanto devem á profícua administração de V. Exa. os desvalidos da sorte. Nos quarenta e tres annos de governo, da Republica velha, nunca os governadores que se succederam, de 1889 a 1930, quizeram lembrar-se de que brasileiros haviam que precisavam de garantias, de conforto e de amparo.

Mal amanhecia, o proletário tinha de, a toda pressa, fazer a sua refeição matinal para, as seis horas, estar no trabalho, sempre como até agora, mal remunerado.

Si o pobre tinha direitos a ventilar em juízo, não o podia fazer, principalmente si a parte contrária tinha protectores poderosos, porque surgiam, de todos os lados, mil embaraços, inclusive ameaças contra as testemunhas, por occasião das provas.

Veio a Revolução e, com Ella, veio V. exa. que tendo, sempre, procurado estar em contacto com as classes desfavorecidas da fortuna, tem a nítida compreensão das prementes necessidade que pesavam sobre o povo humilde e que, pela sua extrema pobreza, foi sempre o soffredor resignado não somente das opressões feitas pelos argentários como descaso a que fora relegado pelos que, outrora, governaram o país.

Os filhos dos pobres quase que morriam a míngua de remédios e viviam sem poder instruir-se porque nas escolas não eram admitidos meninos com roupas remendadas ou andrajosas e sem calçado, vinham professoras que lecionavam somente para terem direito de pedir uma licença, com vencimentos, gosada a qual nunca mais aqui apareciam. A única que arrastou toda sorte de sofrimentos, chegou a tal extremo de penuria que não podia comparecer ás aulas e, para não morrer de fome, mendigava, por meio de bilhetes escritos a lapis, em retalhos de papel rasgado de livros de escripturação da Escola, porque o governo Souza Castro nunca lhe mandou pagar um tostão.

A Revolução Outubrina extinguiu isso tudo e V. Exa., ao empossa-se no governo do Estado compreendeu, sem duvida, e isso revelam os actos praticados por V. Exa., que Brasileiros são todos os que nasceram no Brasil, sejam pobres ou ricos, brancos, pretos, tapuias, mamelucos, mulatos ou carafuzes. Compreendeu nitidamente que governar não é proteger parentes e afilhados; é, sim, as parar e proteger todos os que necessitam de socorro; compreendeu perfeitamente que governar não é somente encarapitar-se na comodidade duma poltrona de Palacio para, com garatuja mais ou menos legíveis, assinar decretos, portarias e officios, sem ligar importância ás massas populares, senão nas horas em que era preciso reunir votos para [inelegível] eleições muitas vezes feitas no papel, dias antes de serem realizadas nas urnas que, muitas vezes, nem eram abertas.

Nessa compreensão benemérita, V. Exa., se divide, se cança, deixa de parte todos os seus cômodos, para ver, pessoalmente, não como vivem e gosam os de fartas posses, que esses – orgulhosamente, fazem reclamos estardalhaçantes das suas facilidades de vida, mas como vivem e sofrem as classes humildes, as classes trabalhadoras, essas classes que ricos tanto deprimem, apesar de não poderem prosperar sem o concurso dellas.

Nenhum outro governo se preocupou com favorecer a classe modesta dos trabalhadores braçaes. Ninguém mais prodigo de medidas resguardadas dos interesses e do bem estar dos obreiros de todas as classes, sem olhar a cores ou a condições. O que V. Exa., quer é que o homem viva do seu trabalho honesto e seguindo, a par e a passo, os atos do exmo. sr. Dr. Getulio Dorneles Vargas, o mais digno de ser o primeiro presidente constitucional da Republica Nova, vem revelando propósitos de amparar, por todas as maneiras, os trabalhadores anônimos que são também heroes no seu campo de ação pelo progresso do Brasil.

São esses atos, exmo. sr. Major interventor, é esse carinho que V. Exa., dispensa ás classes humildes que tem grangeado, para V. Exa., a dedica estima que a V. Exa. consagra, unanimamente, a grande massa que constitue a maioria de todas as populações; são esses atos que fazem com que todos os proletários, sem discrepancia dum só, esteja prontos a dar até o seu sangue

por V. Exa. e desejem, ardentemente, a continuação de V.Exa. na direção do Governo do Pará, pelo maior numero de anos possível. são esses votos, exmo. sr. Major Magalhães Barata que vem conseguindo – sem temores nem receios; somente pelo afeto puro e insofismável que so os pobres, os humildes, os sofrendores sabem nutrir, que trazem á presença de V. Exa. – os maiores expoentes da pobreza e da humildade, desta terra, para dizerem, nestas linhas despretenciosas, da sua intensa alegria por verem repetida a visita de V. Exa.a estas plagas, onde, de há muito o nome de V. Exa., gravado que está no coração de todos, é proferido com o maior respeito e o mais inquebrantável amor.

Salve, Exmo, Sr. Major Magalhães Barata!

Monte Alegre, novembro de 1933.⁴⁶⁷

O conteúdo do documento assinado por essas pessoas é muito apropriado à condição e ao lugar social que eles ocupavam, se auto-identificavam, que se assumiam como classe operária. Ocorre exatamente isso: trazem uma visão nítida e precisa de quem tem consciência desse lugar, de uma classe que tem uma forma de lidar e atuar no marco de uma sociedade capitalista, com interesses antagônicos. Esses interesses tanto da classe operária quanto da burguesia aparecem e se confrontam claramente neste texto. Assim, podemos admitir que estamos diante de um grupo de operários que militam em torno de um processo histórico de transformação social.

Mas, no campo da luta política, o documento resvala para um universo de compadrio, quando eles se aproximam e revelam apoio, solidariedade e lealdade ao Governante do Pará. Creio que isso se dá numa ação de contrapartidas. É um apoio político, que, diante do que vamos ver em seguida, tem um custo, ou seja, receber algo de volta pelo apoio hipotecado ao Governador. Estabelecia-se com essa manifestação, um campo de trocas, nesse lugar específico, onde não está expresso nenhum pedido *a priori*.

Em outras situações o pedido aparece não porque há o apoio político, mas por estar diante de uma adversidade, e todos acreditam que O Interventor é a solução para tudo. Quando não o é! Os casos são inúmeros, vejamos alguns.

Os marchantes de gado do Pará enviaram um abaixo-assinado expondo as dificuldades que atravessavam por quatro anos desde quando o governador criou e concedeu, por meio do decreto nº 1.056, de 16 de Setembro de 1931, à Sociedade Cooperativa de Indústria Pecuária do Pará o monopólio do abate e comercialização da carne de gado.

A sociedade estava sob a tutela do próprio Governo em função de ter sido o fiador de empréstimo no valor de seis contos de réis tomado da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, para financiamento da Sociedade Cooperativa. Esse monopólio foi objeto de denúncia no

⁴⁶⁷ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Documento avulso. Abaixo-assinado enviado por Pedro Celestino Souza e outros ao Interventor do Estado do Pará em novembro de 1933.

abaixo-assinado dos marchantes bem como o estado de privações que viviam por lhes suprimir o: “[...] *que constituía o meio de vida honesto, de que auferiam parcos proventos destinados á manutenção de cada um e de suas respectivas famílias*”.⁴⁶⁸

A reclamação era justa e oportuna porque o art. 1.º, do citado decreto concedia direitos de venda, matança e abastecimento de carnes de gado bovino, suíno, caprino em todo o Estado, à Sociedade Cooperativa de Indústria Pecuária do Pará e que: “[...] *a venda a retalho nos talhos, seja feita directamente pelos açougueiros, que se deverão associar ou syndicalizar para melhor ordem no serviço*”.⁴⁶⁹

Considerando que o decreto exigia a associação sindical dos marchantes, estes alegaram que essa lei lhes cerceava o direito de exercerem a profissão, sequer podiam se associar por não serem *abastados criadores, porem modestos marchantes*, com isso, não podiam fazer parte da Cooperativa, mas desejavam continuar com a sua atividade.

A reclamação dos marchantes ao Governador chega a ser dramática ao revelarem as privações a que estavam submetidos, desde a vigência deste decreto:

A labuta pela vida, da qual, anteriormente, tiravam o seu e o sustento de suas esposas e filhos, cessou completamente, e os dias que dahi por diante se succederam assignalaram dramas bem pungentes nos lares onde, faltando o pão, a Dor e o Sofrimento passaram a setear os infelizes que os habitam. [...] Fôram, sem exagero, quatro annos de privação, que a só lembrança faz pavor aos que os tiveram de resignadamente supportar.⁴⁷⁰

Ao recorrer ao novo governante paraense para solução deste problema, não pouparam críticas ao monopólio da venda da carne no Pará, capitaneada pela indústria pecuária que, segundo eles, não existe, nem a suína, caprina e lanígera e que: “[...] *esta expressão não pode ter applicação á criação em limitadíssima escala e obedecendo mais ás leis da Natureza de que aos processos scientificos, dos suínos, caprinos e lanígeros que se cevam em quintaes, e não em fazendas ou estancias, em vultosos rebanhos*”.⁴⁷¹ E denunciavam o monopólio:

O que é facto é que o decreto, creando para esses fazendeiros uma situação de ‘únicos favorecidos’, sacrificou por completo a liberdade de commercio dos pequenos marchantes, notadamente dos marchantes de gado meúdo,

⁴⁶⁸ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Série: Abaixo-assinados – 1934. Caixa 03. Documento avulso. Abaixo-assinado enviado pelos marchantes do Estado do Pará em 1934 ao Interventor José Carneiro da Gama Malcher. 1934, [s.p].

⁴⁶⁹ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Abaixo-assinado enviado pelos marchantes do Estado do Pará em 1934 ao Interventor José Carneiro da Gama Malcher. 1934, [s.p].

⁴⁷⁰ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Abaixo-assinado enviado pelos marchantes do Estado do Pará em 1934 ao Interventor José Carneiro da Gama Malcher. 1934, [s.p].

⁴⁷¹ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Abaixo-assinado enviado pelos marchantes do Estado do Pará em 1934 ao Interventor José Carneiro da Gama Malcher. 1934, [s.p].

como são os infra assignados. [...] A situação que o citado decreto de 13 de julho de 1931 criou em proveito da Sociedade Cooperativa de Industria Pecuaria do Pará, Limitada, situação que raia por um monopólio que, se poderia ser tolerado num regimen discrecional, não pode subsistir depois que foi promulgada a Constituição de 16 de julho de 1934, sem soffrer profunda modificação, certamente exige urgente alteração pelo menos na parte relativa á industria pecuária suína, lanígera e caprina, que deve ser excluídas das injuncções do supradito decreto e, em consequencia restituída aos marchantes que exploravam o commercio de gado meúdo a liberdade respectiva, que esse decreto lhes cassou, estatuídas pelo Governo as medidas reputadas necessarias do ponto de vista da saude publica.⁴⁷²

Em maio de 1934 o Governador já havia recebido uma comissão dos marchantes e entabulado uma conversa satisfatória a juízo deles por ter se: “[...] *compromettido estudar o assumpto com solitudine, para o resolver com a necessária justiça.*”⁴⁷³ A pressão dos marchantes empurrou o governo a rever sua posição, o que significou um grande avanço na queda de braços com a indústria que dominava o setor de abate da venda de carnes.

O teor do documento dos marchantes demonstra um alto grau de altivez, de dignidade, de determinação e consciência do seu papel e do lugar que exerciam na sociedade paraense, pois, ao se dirigirem ao Chefe do governo, o fizeram com alteridade, apresentaram profundas críticas ao monopólio do comércio de carne concedido pelo governo à Cooperativa dos fazendeiros e reivindicaram mudanças, porquanto não cabiam mais tais privilégios num novo Estado de Direito, com o advento de uma nova Constituição. Finalmente pediam:

Os abaixo assignados, que receberam com satisfação a promessa animadora de V. Ex^{cia}. e mais não podem supportar as agruras da vida que o já tantas vezes citado decreto lhes criou, ficam confiantes de que a fé em melhores dias com que as classes todas do Estado assistiram a investidura de V. Ex^{cia}. no Governo, terá uma de sua mais expressivas confirmações na solução do caso que, objectivando á presente, leva até ao recesso do gabinete de trabalho de V. Ex^{cia}., com o appello angustioso de chefes de família, a supplica de innocentes boccas que pedem pão, flagelladas por quatro annos de dissonantes provações. E assim esperam e confiam, porque a causa que pleiteiam tem por si irrecusável JUSTIÇA. Belem, 02 de julho de 1935.⁴⁷⁴

Assinaram o abaixo assinado 11 marchantes, são eles: Servalo F. de Lima, Manoel [inelegível], José Xavier da Fonseca, Alfredo Ribeiro de Andrade, Julio Ribeiro de Andrade,

⁴⁷² Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Abaixo-assinado enviado pelos marchantes do Estado do Pará em 1934 ao Interventor José Carneiro da Gama Malcher. 1934, [s.p].

⁴⁷³ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Abaixo-assinado enviado pelos marchantes do Estado do Pará em 1934 ao Interventor José Carneiro da Gama Malcher. 1934, [s.p].

⁴⁷⁴ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Abaixo-assinado enviado pelos marchantes do Estado do Pará em 1934 ao Interventor José Carneiro da Gama Malcher. 1934, [s.p].

Manoel Corrêa, João Machado, Pedro Castro, Julio A. do Nascimento, José Rebello e, por procuração, Antonio Ribeiro M. Souza.

Em 13 de julho o governador despacha o abaixo assinado, manda que a Cooperativa de Indústria preste informações e em seguida para parecer do Procurador Geral do Estado.

As informações prestadas pela Sociedade Cooperativa e Indústria Pecuária do Pará apresentaram vários pontos, dentre eles: 1) o compromisso assumido pelo governo na condição de fiador ao empréstimo tomado pela Sociedade Cooperativa Pecuária junto à Caixa Econômica do Rio de Janeiro e, que, nesta parceria com o governo reside a defesa do interesse público; 2) que o monopólio denunciado pelos marchantes foi estatuído pelo governo discricionário com o decreto nº 420, de 13 de Julho de 1931, e com o decreto nº 492, de 24 de setembro de 1931, estabeleceu a vigência do monopólio por trinta anos, mas que este monopólio em nada prejudicaria os interessados porque: “[...] à Cooperativa tinha a faculdade de convencionar com os fazendeiros e com o criadores de gado bovino, suíno, caprino e ovino seus associados[...]”,⁴⁷⁵ e que, até então, havia estabelecido parceria com o único criador de suíno, o qual não atendia aos requisitos exigidos pela Cooperativa: “[...] por não possuir propriedade rural de criação, capaz de merecer o amparo de que cogitam os Estatutos sociaes”.⁴⁷⁶

Em seguida tratam do contrato com a Caixa Econômica do Rio de Janeiro, no valor de seis mil contos de réis pelo prazo de 15 anos a ser restituído em 180 prestações mensais. Como garantia de que não teria perdas, além de ter um avaliador forte que poderia ser acionado na justiça para honrar o empréstimo, a Sociedade Cooperativa Industrial repassou para a Caixa Econômica o recolhimento das taxas referentes à venda da carne nos açougues. Na capital o valor a ser recolhido era de 140 réis por quilograma de carne abatida e 80 réis no interior do Estado. Havia uma ressalva no contrato, caso: “[...] a taxa de 140 reis cobrada nos matadouros da capital for sufficiente para cobrir as prestações devidas a Caixa, será dispensada a taxa de 80 reis no interior do Estado”.⁴⁷⁷

Há outras cláusulas cuja essência é a garantia do banqueiro em receber de volta o dinheiro emprestado. Não convém aqui descer aos detalhes, o certo é que a iniciativa da Cooperativa de atribuir à Caixa Econômica o direito de recolher os impostos, era a garantia do pagamento dos juros e a amortização da dívida contraída, ou seja, era uma antecipação do

⁴⁷⁵ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Abaixo-assinado enviado pelos marchantes do Estado do Pará em 1934 ao Interventor José Carneiro da Gama Malcher. 1934, [s.p].

⁴⁷⁶ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Abaixo-assinado enviado pelos marchantes do Estado do Pará em 1934 ao Interventor José Carneiro da Gama Malcher. 1934, [s.p].

⁴⁷⁷ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Abaixo-assinado enviado pelos marchantes do Estado do Pará em 1934 ao Interventor José Carneiro da Gama Malcher. 1934, [s.p].

pagamento das parcelas, assim, a Caixa não precisava esperar até o final de cada mês para receber os valores devidos.

No balanço contábil de 1934, a Cooperativa apresentou um lucro de 727:052\$952 e passivo de 688:083\$600, equivalente a 12 prestações, no valor cada uma de R\$ 57:340\$300 pago à Caixa Econômica, mas adverte que se o lucro vier a declinar por ingresso novamente dos marchantes no mercado e a secessão de direitos do monopólio do comércio da carne, teriam que tomar medidas nada simpáticas para ter lucros e assim pagar os empréstimos, como possíveis soluções:

[...] Ella se verá obrigada a se socorrer das taxas instituídas em favor dos serviços de sua dívida para com a Caixa, cobrando-as não só dos seus associados como de toda e qualquer pessoa que abata ou venha a abater e vender carne de qualquer especie de gado, para o consumo publico. E se tal vier a acontecer, ou serão sacrificados os fazendeiros ou o publico em geral, quer pela redução do preço de compra do gado em pé, quer pelo augmento do preço de venda ao publico. Agindo, porem, como tem feito a Cooperativa, um e outros dos males tem sido evitados.⁴⁷⁸

O pedido de retorno ao *status quo ante* do comércio de carne de gado e outros, no Pará, feito pelos marchantes, provocou uma reviravolta inesperada nas regras do jogo postas em benefício da Cooperativa de Indústria Pecuária do Pará desde 1931. De certa forma, foram pegos de surpresa, não esperavam a reação desta categoria de pequenos comerciantes de carne, de modo que a situação estava posta e necessitava encontrar alternativas para continuarem lucrando e honrando os compromissos com o empréstimo feito à Caixa Econômica. Para evitar prejuízos, miravam em duas possíveis soluções: a) forçar a baixa do preço do gado em pé; b) repassar ao consumidor os custos da produção, cobrando taxas mais altas diretamente do público. Porém, procuraram, até então, evitar um dos dois males.

Todavia, a Cooperativa, numa posição ambígua, adverte que, mantido o privilegio dela, as chances de quitar o empréstimo estão associadas ao montante de recursos acumulados anualmente, bem como à amortização das dívidas dos seus associados para quem emprestara grande soma dos recursos tomados emprestados à Caixa Econômica.

E conclui, aquiescendo com o retorno dos marchantes ao comércio da carne de gado miúdo, tendo em vista que, do ponto de vista econômico e financeiro, o lucro que a Cooperativa teve explorando esta espécie de carne representou, por exemplo, em 1934, 1 ½%,

⁴⁷⁸ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Abaixo-assinado enviado pelos marchantes do Estado do Pará em 1934 ao Interventor José Carneiro da Gama Malcher. 1934, [s.p].

pois este percentual em nada afetará seus lucros, comparando, ainda, que isso representa somente 8% do total do peso da carne de outra espécie.

As informações prestadas pela Cooperativa ao Interventor vieram acompanhadas de concessões sob condições, que podem ser resumidas em: a) recolhimento da taxa de fomento de 2% e, após a pesagem do gado, a taxa de 100 réis em favor da Liga Contra a Lepra; b) despesas com abate por conta dos interessados e pagos diretamente ao frigorífico; c) danos, perdas, prejuízos com gado em pé ou abatido por conta dos proprietários; d) pagamento da taxa de 1% para o serviço de fiscalização da Cooperativa. E, desde que atendidas às restrições exigidas, os marchantes poderiam retomar suas atividades.

O abaixo-assinado vai ao Procurador Geral do Estado para emitir sua opinião e devolver ao Interventor com defesa do fim do monopólio, considerando o princípio da equidade como forma de repor os prejuízos que os marchantes tiveram decorrentes dos decretos que vedaram suas atividades, mas que isso se dê de forma a não comprometer o interesse público. Todavia, adverte que o assunto é complexo ante as responsabilidades do Estado, as condições financeiras e econômicas da Cooperativa e de seus cooperados, e que um estudo mais aprofundado deixaria: “[...] o Governo devidamente aparelhado para reparar os prejuízos ou injustiças decorrentes do privilegio de matança e abastecimento de carnes, sem comprometter os proprios interesses da Administração Publica”.⁴⁷⁹

O Interventor José Carneiro da Gama Malcher acata tanto as informações da Cooperativa quanto o parecer do Procurador Geral, em agosto de 1935, e manda que os interessados conheçam da decisão. Em 14 de agosto a Cooperativa Sociedade de Indústria Pecuária do Pará envia ofício ao Secretário Geral do Estado, dizendo ciente das medidas tomadas pela Comissão Administrativa, criada para este fim. Cinco dias depois o Governador mandou arquivar o processo, o dando por encerrado o conflito entre as duas partes.

Em tese, a partir de então, o fim do monopólio do abate e abastecimento da carne em Belém reivindicada pelos marchantes, seguindo as exigências da Cooperativa e o parecer do Procurador, solucionaria o litígio. O problema seria a operacionalização das novas regras.

Outros abaixo-assinados chegam até ao conhecimento do Interventor, acompanhados de diversos tipos de pedidos. Em maio de 1934, Manoel Francisco do Nascimento, operário e Secretário Geral do Sindicato dos Operários e Trabalhadores em Construção Civil de Belém, envia ao Governador um abaixo-assinado onde pede um posto de trabalho nas obras públicas, seja do município, seja do Estado, visto que, estava a dois meses sem trabalho e a família

⁴⁷⁹ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Abaixo-assinado enviado pelos marchantes do Estado do Pará em 1934 ao Interventor José Carneiro da Gama Malcher. 1934, [s.p].

estava passando por muitas privações. Parece estranho o pedido, mas a razão de fazê-lo, explica ao Interventor, é que: “[...] nós os membros principais das Diretorias de Sindicatos serem vistos com maus olhos pelos senhores empreiteiros e construtores pelo simples fato de pertencer a uma agremiação que zela os interesses dos seus companheiros”.⁴⁸⁰

O pedido do operário, por não se sabe quem, é enviado à pasta da Agricultura, informa que o autor do pedido *exerce a profissão de pedreiro, tendo também administrado obras*.⁴⁸¹ E indica que ele procurasse a Prefeitura de Belém e outra repartição D.G.P.T.V., a par dessas informações o Interventor negou o pedido do operário.

O autor do abaixo-assinado apresenta ao Interventor suas credenciais, como sujeito digno de receber as benesses do governo destacando a amizade que tem com a pessoa do Interventor e que está engajado no movimento operário que se alastra por todo o país: “[...] pois é membro da Diretoria da Federações do Trabalho do Pará, do PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA e também do Comite de Propaganda Sindicalista”.⁴⁸²

O atendimento do pedido, apesar do apelo à cordialidade e amizade com o governante, foi negado, declarando o Interventor, em 11 de maio de 1934, “*Nada há que deferir*”.⁴⁸³

Estas eram as poucas palavras de que se apropriava, pelo menos no preâmbulo dos documentos, para indeferir um pedido, uma queixa, o que valha.

A iniciativa do operário revela que, em que pese à campanha de sindicalização promovida pelo governo, com o intuito de trazer à comunhão do Estado os trabalhadores e operários, como estratégia de cooptação e consolidar o espírito colaboracionista com o capitalismo e o Estado e distencionar o conflito entre capital e trabalho, colocando os trabalhadores como aliados do patronato brasileiro, não pode ser tomado como algo hegemônico, que se constituiu nas práticas de subserviência dos trabalhadores aos patrões.

O texto de Manoel Francisco do Nascimento, líder de uma classe de trabalhadores, revela os bastidores do confronto entre patrões e empregados e a forma como eles são vistos pelos patrões, quando organizados e lutando por seus direitos. Outra coisa, é que o Sindicato dos Operários da Construção Civil de Belém não estava muito a cavalheiro ou não pactuara com a idéia sedutora de colaborar com o Estado e ser aliado do patronato.

⁴⁸⁰ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Série: Abaixo-assinados – 1934. Documento avulso. Caixa 03. Abaixo-assinado enviado por Manoel Francisco do Nascimento ao Interventor do Estado do Pará em 05 de maio de 1934, p.01.

⁴⁸¹ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Abaixo-assinado enviado por Manoel Francisco do Nascimento ao Interventor do Estado do Pará em 05 de maio de 1934, p.02.

⁴⁸² Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Abaixo-assinado enviado por Manoel Francisco do Nascimento ao Interventor do Estado do Pará em 05 de maio de 1934, p.01.

⁴⁸³ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Abaixo-assinado enviado por Manoel Francisco do Nascimento ao Interventor do Estado do Pará em 05 de maio de 1934, p.01.

O documento mostra claramente uma tensão entre estas duas classes sociais.

Eduardo de Lima e Silva, de 18 anos de idade, escreve, em 08 de maio de 1934, um abaixo-assinado ao Governador alegando que fora excluído da Guarda Civil, por ter tido um suposto caso amoroso com uma mulher casada, esposa, também de um policial civil. Credencia-se como um voluntário do Batalhão Castilhos França: “[...] *prestando serviços á causa da revolução victoriosa contra a arrancada populista de 1932*”⁴⁸⁴ para pedir seu retorno aos quadros da Guarda Civil, tendo em vista que o desligamento ocorreu no momento em que o Interventor estava em viagem para o Rio de Janeiro e, portanto, não tinha conhecimento dos fatos. O jovem, que antes de ingressar na Polícia era telegrafista da Companhia Telegráfica de Bragança, levou ao conhecimento do Interventor a relação íntima que tivera com a mulher do policial Raymundo Gomes dos Santos, e isso teria motivado a causa do seu desligamento.

Se isso foi verdade ou não, certamente a forma de expor a motivação do desligamento dos quadros da Polícia não foi a mais adequada, e isso causou mais indignação contra ele do que contra a companheira do policial, que viviam, segundo Eduardo, *na mais perfeita união*.⁴⁸⁵

Esclareceu ainda que deixara a Companhia Telegráfica porque havia sido enganando pelo Chefe, que prometera um salário que não estava sendo pago, e que:

[...] tinham de esperar 4 annos para passar a telegraphista e perceber quarenta e cinco mil réis mensais. Era inteiramente impossível ao supplicante esperar tanto tempo e ficar com semelhante ordenado, sendo orphão de pai e vivendo às expensas de uma velha mãe que noite e dia bati no pedal de uma machina para sustentar-se.⁴⁸⁶

Uma semana depois o pedido foi indeferido com o clássico “*Nada há que deferir*”.⁴⁸⁷

Em 03 de maio de 1934, Amancio Verçoza da Silva encontrava-se com sua família em lugar chamado João Pessoa – Igarapé-Assu – Belém-PA, totalmente desamparado, apesar de, segundo ele, ter servido como: “[...] *voluntário no Exército Revolucionario desde 14 de outubro a 19 de novembro de 1930, tendo servido no 2º B. C, cidade do Crato, Ceará,*

⁴⁸⁴ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Série: Abaixo-assinados – 1934. Documento avulso. Caixa 03. Abaixo-assinado enviado por Eduardo de Lima e Silva ao Interventor do Estado do Pará em 08 de maio de 1934, p.01.

⁴⁸⁵ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Abaixo-assinado enviado por Eduardo de Lima e Silva ao Interventor do Estado do Pará, em 08 de maio de 1934, p.02.

⁴⁸⁶ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Abaixo-assinado enviado por Eduardo de Lima e Silva ao Interventor do Estado do Pará, em 08 de maio de 1934, p.01.

⁴⁸⁷ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Abaixo-assinado enviado por Eduardo de Lima e Silva ao Interventor do Estado do Pará, em 08 de maio de 1934, p.01.

*revelando bom comportamento”[...]*⁴⁸⁸ que estava com pessoas da família doentes e pedia passagens de volta para o Ceará, inclusive para uma criança de quatro meses. A situação de Amancio era tão: “[...] *precária , a ponto de não poder sellar a presente*”⁴⁸⁹, segundo ele. Dois dias depois o abaixo assinado de Amancio é negado: “*Não é possível*”⁴⁹⁰.

Liderados por Antonio Pedro de Lima 44, lavradores assinaram uma petição e ao lado da assinatura de cada um a menção da família da maioria, levaram ao conhecimento do Interventor a arbitrariedade e *as innumeradas injustiças praticadas* pelo Diretor da Estrada de Ferro Bragança:

Desde o anno passado que estamos prohibidos de trabalharem em lavoura. Temos ordem terminantemente de não derrubar uma vara sob pena de irmos presos e desertados do lugar, como se fossemos criminosos. Nós não temos emprego. O único meio de vida para nós é a lavoura. Nem uma pequena caeira não podemos fazer para ganharmos o pão de que actualmente estamos privados. E não são só os moradores deste lugar que estão coagidos desta maneira. Pelo mesmo transe estão passando também os pobres lavradores do Ramal da Pedreira e Kilometro 24, antigo campo de sementes. Só V. Ex^{cia}. Vendo a má situação em que nós se achamos.⁴⁹¹

Diante da situação de privação ao trabalho o Diretor da Ferrovia não apresentava alternativa, nem mesmo a indenização por parte do governo das benfeitorias existentes, único patrimônio de que dispunham naquele momento e que, se indenizado, poderiam levantar algum capital e deixar o local, mas nessas condições se recusavam a fazê-lo e diziam ao Interventor: “*De formas que não podemos sair assim como elle quer. Portanto solicito a V. Ex^{cia}. se digne tomar as necessarias providencias nesse sentido, porque do contrario morreremos de fome*”.⁴⁹²

Tais quais os casos anteriores, em 17 de julho, foram solicitadas informações ao Diretor da Estrada de Ferro, que as enviou ao Interventor em 1º de agosto dizendo que dera o prazo de um ano para a retirada completa dos referidos moradores, oferecendo transporte e

⁴⁸⁸ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Série: Abaixo-assinados – 1934. Documento avulso. Caixa 03. Abaixo-assinado enviado por Amâncio Verçoza da Silva ao Interventor do Estado do Pará, em 03 de maio de 1934, p.01.

⁴⁸⁹ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Abaixo-assinado enviado por Amâncio Verçoza da Silva ao Interventor do Estado do Pará, em 03 de maio de 1934, p.01.

⁴⁹⁰ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Abaixo-assinado enviado por Amâncio Verçoza da Silva ao Interventor do Estado do Pará, em 08 de maio de 1934, p.01.

⁴⁹¹ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Série: Abaixo-assinados – 1939. Documento avulso. Caixa 03. Abaixo-assinado enviado por Antonio Pedro de Lima ao Interventor do Estado do Pará, em 17 de maio de 1939, p.01.

⁴⁹² Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Abaixo-assinado enviado por Antonio Pedro de Lima ao Interventor do Estado do Pará, em 17 de maio de 1939, p.02

localização dos mesmos nas terras pertencentes ao patrimônio do Governo Federal, na Estrada de Ferro do Tocantins.

As medidas tomadas pela Diretoria da Estrada de Ferro de Bragança, segundo o seu diretor: “[...] visavam defender a propriedade das continuas derrubadas de matas praticadas pelos referidos moradores impossibilitando a conservação das mesmas e o desejado reflorestamento das referidas terras”.⁴⁹³ E, finalmente, acusa o abaixo-assinado ser uma fraude, uma vez que todos os nomes foram assinados por uma única pessoa.

Penso que isso não é o mais relevante, considerando que a população alfabetizada naquele momento era exígua. O privilégio era ter alguém na comunidade que soubesse ler e escrever, e isso já ajudaria bastante a sair das situações embaraçosas impostas pelo mundo dos letrados. Sendo uma única pessoa a assinar a petição por todos, essa assinatura é a rogo e tem validade; a única questão é que isso não está expresso nas assinaturas, porém o que vale é terem expressado a reivindicação de seus direitos; promovida a denúncia das péssimas condições que estavam passando e, solicitado ao Interventor que indenizasse suas benfeitorias, independentemente das promessas do Diretor da Ferrovia que sequer mencionaram no documento, posto que, com os recursos em mãos podiam decidir para onde ir, de livre e espontânea vontade, decidiriam sem que um terceiro o fizesse.

Em 11 de agosto, diante das informações prestadas, o Interventor José Carneiro da Gama Malcher negou o pedido dos agricultores.

Os Juízes Substitutos da Capital do Pará também apresentaram suas queixas junto ao Interventor José Carneiro da Gama Malcher. Reclamaram eles das condições de vida a que estavam submetidos ante o mísero salário que recebiam: 1:000\$000 (um conto de réis). Deduzidos do salário o recolhimento do montepio, aluguel, escola dos filhos, aparência que deviam manter, mesmo que modestamente, o valor se tornava irrisório, em suas contas sobravam somente 687\$000 (seiscentos e oitenta e sete mil réis) para sobreviverem. Defendiam o aumento do salário tendo em vista o acúmulo de atividades e que:

[...] os juízes substitutos da capital continuam a ser em numero de quatro (4), isto é, o mesmo numero de há trinta e cinco anos passados, quando a Comarca e Municipio de Belém tinha menos da metade da sua atual população, e, consequentemente, quando o movimento de seu Foro, sobretudo do Criminal, era incomparavelmente menor que o de agora.⁴⁹⁴

⁴⁹³ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Abaixo-assinado enviado por Antonio Pedro de Lima ao Interventor do Estado do Pará, em 17 de maio de 1939, p.05.

⁴⁹⁴ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Série: Abaixo-assinados – 1939. Documento avulso. Caixa 03. Abaixo-assinado enviado pelos juízes substitutos de Belém ao Interventor do Estado do Pará, em 23 de setembro de 1939, p.01-02.

O pedido assinado pelos juízes Alceu da Cunha e Mello, Manoel Pinto Guimarães de Vasconcelos e Lourival Tavares da Cunha Barretto não recebeu a atenção desejada do Interventor, pois nenhuma decisão ali foi tomada. Não foi possível conhecer os rumos que isso tomou. Considerando o recato que deve ter os magistrados, pelo menos nos dias de hoje e, naquele momento, a ausência de uma organização associativa que representasse os magistrados, é possível que isso tenha tido desdobramentos desfavorável aos magistrados, vindo do próprio Poder Judiciário alguma espécie de censura.

Um pedido inusitado é o abaixo-assinado dos seringalistas e comerciantes do Território Federal do Acre, que, alegando terem comércio com a praça de Belém, solicitavam ao Interventor providência para o embarque da safra de castanha do ano de 1939, pois receavam a escassez de transporte para a Europa e Estados Unidos, devido à guerra. Solicitavam a intervenção deste governador junto ao Presidente da República e o Ministro da Aviação para que resolvessem o problema do transporte da castanha: “[...] *para os mercados consumidores, evitando assim um colapso no seu preço, que muito virá afetar a situação econômica do Território do Acre e também deste próprio Estado*”.⁴⁹⁵

O Interventor deu ordens para que fosse transmitido o pedido ao Presidente da República, ao Ministro da Aviação e ainda a outros setores que não estavam no pedido dos comerciantes/seringalistas do Acre: Ary Brasileiro e Camarcho Frederico, do Comércio Exterior. O telegrama foi enviado a estas autoridades entre 15 e 16 de dezembro de 1939.

O Conselho Federal do Comércio, em 02 de abril de 1940, na pessoa do Diretor Raul Bopp, comunica ao Interventor do Pará que sua Repartição fizera gestão junto ao Ministro da Viação e Obras Públicas, recebendo em troca ofício do Lloyd Brasileiro que anunciou a impossibilidade de atender o apelo dos acrianos, mesmo com o aumento da frota de navios, ainda não era: “*suficiente para que se estabeleça uma ligação direta do porto de Belém com os portos da Europa*”.⁴⁹⁶

A Lloyd Brasileira recomendava no comunicado que as cargas provenientes da Amazônia até poderiam ser embarcadas em seus navios, mas sofreriam baldeação nos portos de Recife *onde escalam os navios da linha européia*.⁴⁹⁷

⁴⁹⁵ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Série: Abaixo-assinados – 1939. Documento avulso. Caixa 03. Abaixo-assinado enviado pelos comerciantes e seringalistas do Território do Acre ao Interventor do Estado do Pará, em dezembro de 1939, p.01.

⁴⁹⁶ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Série: Ofícios Outros Estados – 1940-1945. Documento avulso. Caixa 262. Ofício enviado pelo Conselho Federal de Comércio Exterior ao Interventor do Estado do Pará, em 02 de abril de 1940.

⁴⁹⁷ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Ofício enviado pelo Conselho Federal de Comércio Exterior ao Interventor do Estado do Pará, em 02 de abril de 1940.

Isso não resolvia o problema, tendo em vista que os comerciantes/seringalistas queriam um transporte direto da Amazônia aos portos europeus para exportação da castanha. E a empresa de navegação brasileira assume oficialmente que não tinha navios suficientes para atender a essa demanda dos seringalistas acrianos. Esse era o problema.

Essa reclamação dos seringalistas do Acre revela o problema do transporte marítimo na Amazônia, onde havia muitas queixas contra as empresas que atuavam por aqui, e a debilidade política da Interventoria do Acre em resolver o problema.

No mesmo dia o Interventor José Carneiro da Gama Malcher (1935-1943) manda dar ciência à Associação Comercial juntando cópia do ofício recebido de Raul Bopp.

As cartas enviadas ao Interventor é outro capítulo emblemático na história política e social dos paraenses, o pedido de favores, até mesmo no que seria uma obrigação do poder público fazê-lo, aparece em gesto de humilhação dos gestores públicos, quando necessitavam de verbas para fazerem alguma obra em seu município, uma atitude de subserviência aparece quando se dirigiam ao Interventor apelando para o: *“vosso boníssimo coração de administrador sensato, no sentido de que o nosso prospero município consiga um favor do governo do Estado”*.⁴⁹⁸

Vejam só! O prefeito de Alemquer, em junho de 1942, pede *um favor* ao Governador para restaurar a estrada que fora castigada pelas chuvas torrenciais da Amazônia, impossibilitando sobremaneira o escoamento da produção dos colonos da Estrada “Lauro Sodré”. Ao recorrer ao Interventor foi porque a safra da castanha não tinha sido boa, mas que os vários contos de réis que terão de ser gastos se se não constituir numa ajuda, mesmo: *“[...] confiando cegamente no vosso espírito de administrador sensato e criterioso, apelamos para o ilustrado amigo, afim de que o Estado mande fazer o serviço de remodelação da estrada referida [...]”*.⁴⁹⁹ Disse ainda o Prefeito que, mesmo que os recursos não venham à toque de caixa, a Prefeitura assume-o como empréstimo, desde que pago da: *“[...] forma que melhor convier ao Estado e ao Município, ou quando nada, pelo menos nos auxilie na pesada tarefa de incontestável utilidade publica”*.⁵⁰⁰

O Interventor mandou verificar o rendimento de uma taxa de 500 réis para que fosse entregue e mais um auxílio de 10 contos. Com isso o prefeito poderia recuperar a estrada e os agricultores poderiam escoar sua produção.

⁴⁹⁸ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Série: Cartas – 1942. Caixa 09. Documento avulso. Carta enviada pelo Prefeito de Alemquer ao Interventor Malcher, em 28 de junho de 1942.

⁴⁹⁹ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Carta enviada pelo Prefeito de Alemquer ao Interventor Malcher, em 28 de junho de 1942.

⁵⁰⁰ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Carta enviada pelo Prefeito de Alemquer ao Interventor Malcher, em 28 de junho de 1942.

As cartas revelavam as redes de amizades, influências e favores no interior do Governo Vargas e das interventorias. Osvaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores apresentara e recomendava ao Interventor Malcher, Mary, a filha do Diretor da Companhia de Luz do Rio de Janeiro, K. H. McCrimmon, que em carta datada de 25 de junho de 1942 agradecia as gentilezas e generosidades do Interventor a sua filha durante a passagem dela por Belém.⁵⁰¹

Mas também os conflitos políticos partidários, os enfrentamentos e disputas políticas, as tensões sociais. Numa longa carta de 20 de maio de 1948, uma eleitora e correligionária do partido pessedista envia ao major Moura Carvalho denúncias contra Raimundo Leão.

No preâmbulo de sua carta se identifica que: “[...] *é brasileira tem 20 anos de idade e reside no interior do município de Cametá aonde nasceu e foi criada, estudou as primeiras letras a onde ficou compreendendo o que é bom e o mau [...]*”⁵⁰²

Apresenta também suas credenciais políticas e, que, pelo que se vê, muito engajada na política, sobretudo, possuidora de forte senso ético com a coisa pública: “[...] *é eleitora Pesedista votou e trabalhou arduosamente pela sua candidatura, em propagandas feitas no município os seus afazêres são domesticas sem pensar, ou desejar cargos públicos*”.⁵⁰³

Destituída de pretensões e afagos com cargos públicos, sentia-se no direito de levar ao conhecimento do Governador as maledicências dos opositores que em época de campanha distribuíam abraços e sorrisos falsos e hipócritas e que percebia isso quando:

[...] abraçado e bajulado pelo maior inimigo que V. S^a. teve neste município, não resei; e esto aqui lhe vou contar como era feita a propaganda desse moço sem vergonha, cujo caráter é mais raso que a lama Raimundo Leão, disia em sua propaganda contra o S^{nr}., que V. S^a. era um tísico um sem vergonha um moleque e que infeliz do Estado se caise em suas mãos que o Snr. era comunista, e que comunista eram todos os que votassem no S^{nr} para governo [...].⁵⁰⁴

⁵⁰¹ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Série: Cartas – 1942. Caixa 09. Documento avulso. Carta enviada por K. H. McCrimmon ao Interventor Malcher, em 25 de junho de 1942.

⁵⁰² Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Série: Cartas – 1942. Caixa 09. Documento avulso. Carta enviada por Florentina S. M. ao major Moura Carvalho, em 20 de maio de 1948.

⁵⁰³ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Carta enviada por Florentina S. M. ao major Moura Carvalho, em 20 de maio de 1948.

⁵⁰⁴ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Série: Cartas – 1942. Caixa 09. Documento avulso. Carta enviada por Florentina S. M. ao major Moura Carvalho, em 20 de maio de 1948.

Em seguida revelava a repercussão que isso trazia, as consequências emocionais que isso causava: “[...] *sufriamos, nós seus amigos com esses ataques a quem defendíamos ardorosamente como nosso candidato*”.⁵⁰⁵

Fala, ainda, de suas qualidades, da sua juventude que, se nada tinha, também nada desejava, senão a grandeza do Pará; que seu caráter não se assemelhava ao daquele que estava denunciando e como exemplo de lealdade: “[...] *depois de ver o que vi, não levar ao seu conhecimento, o que se passou, para que o S^{nr}. ao pár do que aqui lhe conto, ajuíze como entender quem é, esse seu amigo de longa data*”.⁵⁰⁶

A carta de Florentina S. M. continua com severas críticas a Raimundo Leão e suas práticas políticas, quem angariou todos os votos da comunidade Cametá para o opositor General Alexandre Zacarias de Assumpção e que, se Luiz Geolás de Moura Carvalho dependesse de cento e poucos votos para se eleger governador do Pará, estaria *rifado* pela traição daquele que se diz seu amigo, e que ele: “[...] *muito embora, infelizmente diga que esta na nossa corrente não passa de um quinta coluna que junto com seu irmão Manoel e outro desejo não tem, a não sêr o domínio de Deodoro nesta terra*”.⁵⁰⁷

Alguém ligado ao Gabinete do Interventor ou o próprio Interventor despachou a carta em 16 de junho de 1948, dirigindo a alguém chamado de Armando uma dúvida: “*Sabe alguma cousa sobre esse caso?*”⁵⁰⁸ O assunto foi arquivado em 02 de julho de 1948.

Outra correspondência que encerrava um pedido para ocupação de um cargo numa estrutura de poder que historicamente tem profunda influência e controle dos conflitos sociais e da sociedade – o Poder Judiciário, foi efetivado pela senhora Izabel dos Santos Arruda, esposa do Juiz de Direito Abdias Arruda, do interior do Pará. Esta senhora sabedora de duas vagas a preencher no Tribunal de Apelação do Pará, intercedeu para que uma delas fosse preenchida por seu marido.

Alegou que já conhecia pessoalmente o Interventor em final de 1937, quando pessoalmente foi tratar de certo assunto, sendo prontamente atendida. Disse ainda que seu marido exercia por mais de 35 anos a magistratura no interior do Pará e que seria uma: “[...] *injustiça clamorosa deixarem-no assim abandonado uma vez que não lhe falta idoneidade*

⁵⁰⁵ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Série: Cartas – 1942. Caixa 09. Documento avulso. Carta enviada por Florentina S. M. ao major Moura Carvalho, em 20 de maio de 1948.

⁵⁰⁶ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Série: Cartas – 1942. Caixa 09. Documento avulso. Carta enviada por Florentina S. M. ao Interventor Malcher, em 20 de maio de 1948.

⁵⁰⁷ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Série: Cartas – 1942. Caixa 09. Documento avulso. Carta enviada por Florentina S. M. ao major Moura Carvalho, em 20 de maio de 1948.

⁵⁰⁸ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Série: Cartas – 1942. Caixa 09. Documento avulso. Carta enviada por Florentina S. M. ao major Moura Carvalho, em 20 de maio de 1948.

*para exercer suas funções na Capital do Estado. As nossas esperanças ha muitos anos são fortes para que tenhamos um futuro mais folgado [...]”.*⁵⁰⁹

E apelou para o lado emotivo do Governador, dizendo que acatar seu pedido oportunizaria ter uma vida melhor na Capital, podendo assim, oferecer melhores condições de estudo aos seus seis filhos e ter mais recursos para continuarem ajudando, como já o fazem aos cinco filhos do seu irmão João Rodrigues dos Santos, professor, que falecera em 30 de julho do ano em curso.

O documento enviado ao governador-militar por Izabel dos Santos Arruda, esposa do Juiz Abdias Arruda, não havia expresso em suas duas páginas nenhuma menção que atendera o pedido de Izabel, todavia, durante a investigação nos processos do Judiciário do Pará, aparece o Juiz Abdias Arruda julgando e sentenciando, na década de 1940, casos de crime contra a economia popular ocorridos em Belém, de competência do Tribunal de Segurança Nacional. Não resta dúvida de que o pedido de Izabel foi atendido, não como ela queria, mas porque Abdias tivera participação no Tribunal de Segurança Nacional e, também, como Juiz de Direito do 5º Termo, em Belém. É certo que se mudaram para a capital.

A farta correspondência aponta para situações em que pessoas que se dirigiam aos interventores e o teor de suas cartas ou qualquer outro tipo de correspondência traziam algum juízo de valor, ou o documento não tinha um significado ou que não tivesse nuances de bajulação, havia por parte do Interventor desdém ou verdadeiro descaso com o problema apresentado. Porém isso não pode ser tomado como uma verdade absoluta, sem considerarmos os blocos de poder que se enfrentam em disputas típicas da política e o caráter ideológico impregnado nessas relações de poder, onde nessas disputas há vencidos e vencedores, posto haver ausência de pactos de mediação desses conflitos.

Nesse sentido é que o abaixo-assinado dos juízes substitutos, a correspondência da esposa do juiz que pede a vaga no Tribunal de Apelação e outras tantas não aparecem com a bajulação a que estava acostumado o Interventor-militar.

Essa digressão nas narrativas de vários sujeitos sociais e algumas instituições de poder, ao recorrerem ao interventor em Belém, mostra a ausência da fala ou as estratégias de luta e reivindicações dos seringueiros na relação com o poder instituído. Podemos dizer que é uma classe de trabalhadores invisíveis.

⁵⁰⁹ Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo: Secretaria do Governo. Série: Cartas – 1942. Caixa 09. Documento avulso. Carta enviada por Izabel dos Santos Arruda ao Interventor José da Gama Malcher, em 23 de agosto de 1938.

Retomemos a questão por outro caminho, pelas garantias jurídicas dos direitos sociais e trabalhistas dos seringueiros, que deveriam se dar pelo acesso ao Judiciário e outras instâncias responsáveis pelo controle das relações de trabalho. Para entender isso melhor, é preciso analisar o discurso contido no relatório do Ministro do Trabalho:

A questão social no vale amazônico reveste-se de circunstâncias que não são comuns às demais regiões geográficas do país e envolve uma série de problemas de sua própria natureza complexos e difíceis. A aplicação das leis sociais, por isso mesmo, a um meio onde sequer a terra não chegou ainda ao seu processo final de formação, é tarefa penosa e não pode alcançar os mesmos resultados que nas outras zonas onde há uma economia tanto quanto possível estabilizada, e as relações de trabalho já alcançaram certo índice de frequência [...].⁵¹⁰

Segundo o Ministro do Trabalho, a Amazônia ou todos os recantos da Amazônia não poderiam ser aquinhoados com uma estrutura do poder judiciário trabalhista, isso era impossível dada as condições naturais que se impunham contra a vontade do homem e do Estado. Era uma visão calcada no determinismo geográfico – a natureza castigando o homem e este se vergando a ela. O que não é verdade como já demonstramos anteriormente.

Essa falta de vontade política do Governo brasileiro em aparelhar as principais cidades da Amazônia com a Justiça do Trabalho está muito mais voltada para evitar a judicialização dos conflitos trabalhistas, porque se constituía numa vitrine de maior transparência e dotada de uma nova filosofia e rituais processualísticos muito mais eficazes do que a justiça comum. O Estado podia, sim, aparelhar a Amazônia com a Justiça do Trabalho e o fez, parcialmente.

Assim, sem justiça adequada, era deixá-los jogados à própria sorte como ocorria desde o início do extrativismo da borracha na Amazônia. Não era, ainda, desta vez que o Estado Brasileiro ou a marcha revolucionária varguista empregariam atenção e esforços na proteção do trabalhador seringueiro da Amazônia, é o que se depreende do discurso do Ministro do Trabalho:

Torna-se difícil, por isso, senão impossível, em muitos casos, a aplicação e execução da legislação social-trabalhista, sobretudo fora dos centros urbanos, onde menor é a densidade demográfica como ocorre, por exemplo, no caso dos operários extratores das riquezas naturais locais, tais como borracha, balata, castanha, piassava e outras.⁵¹¹

⁵¹⁰ FALCÃO, Waldemar. O Ministério do Trabalho no Estado Novo. Relatório das atividades dos Departamentos, Serviços e Institutos, nos anos de 1938, 1939 e 1940. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1941, p. 120. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2308/000011.html>. Acesso em: 11.04.2013.

⁵¹¹ FALCÃO, Waldemar. O Ministério do Trabalho no Estado Novo. Relatório das atividades dos Departamentos, Serviços e Institutos, nos anos de 1938, 1939 e 1940, p. 120. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2308/000011.html>. Acesso em: 11.04.2013.

Nas últimas décadas do século XIX e no primeiro decênio do século XX, houve um incremento considerável na população da Amazônia, motivado pela idéia do *Eldorado*, do enriquecimento fácil, devido à exploração da borracha que proporcionava acumulação de riquezas sem precedentes, tanto no mercado interno quanto externo, principalmente europeu, provocando uma revolução industrial na Inglaterra.

Mesmo que, a partir de 1913, a econômica da borracha tenha entrado em colapso, isso não dizimou nem a população desapareceu de uma hora para outra. Houve um refluxo da população na Amazônia no período que vai de 1913 a 1938, como bem mostra Martinello, mas isso não esvaziou por completo nem os seringais nem as cidades:

Para o período de 1920-1940, a taxa de crescimento demográfico da Amazônia chega ao nível irrisório de 0,05%. A população do Pará decresceu 0,01% ao ano, a do Estado do Amazonas cresceu à taxa de 0,1% ao ano, enquanto que no antigo território do Acre a população decresceu à taxa de 8,08% ao ano, transformando-se numa zona de repulsão demográfica.⁵¹²

Assim, a ausência da Justiça do Trabalho na Amazônia, mesmo depois de sua implantação em alguns centros urbanos mais industrializados, não deve ser entendida pelas razões que o Ministro apresenta, ressaltando as dificuldades acima apontadas. Não é o fato de a região ter *baixa densidade demográfica*, pois a justiça comum se fazia presente desde o período colonial, como apresentamos, e através da qual pessoas de diversas classes sociais recorreram ao Judiciário para reivindicar seus direitos, inclusive, trabalhistas, mediados pela Justiça Comum.

Não era o elemento mais importante instalar ou não a Justiça do Trabalho nos Estados e Territórios da Amazônia, e nem justifica a omissão do Governo Vargas na proteção ao trabalho dos seringueiros, independentemente da quantidade de homens, mulheres e crianças existentes nos seringais e cidades da Amazônia e do Acre, em particular. Estes, e muito mais eles do que os trabalhadores urbanos necessitavam de proteção do Estado, devido ao baixo nível de escolaridade e à quase inexistência de organização sindical ou qualquer outro tipo de associação de trabalhadores que viessem lutar por seus direitos.

Mesmo que, nas cidades amazônicas, sobretudo Manaus e Belém, com forte desenvolvimento urbano, fundada em preceitos higienistas, varressem do centro para a

⁵¹² MARTINELLO, Pedro. A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico, Rio Branco: UFAC, 1988, p. 208.

periferia os pobres e trabalhadores assalariados, podiam se ver ali resistências, organização sindical e lutas operárias em defesa dos direitos sociais e trabalhistas, pois, segundo Balkar:

Os sindicatos operários só começam a generalizar-se em Manaus após 1914, em geral abandonando as antigas denominações e objetivos das Associações Benéficas, como ocorreram com os estivadores, cocheiros, carroceiros e operários da construção civil. Organizadas quase sempre por categorias, a primeira tentativa de articulação mais ampla, foi a da criação da 'Confederação do Trabalho do Amazonas' em 1909, de perceptível influência patronal. Nova associação desse tipo, porém agora sob o controle dos próprios trabalhadores só veio a ocorrer em Manaus após o impacto das grandes greves de 1917 em São Paulo e no Rio de Janeiro. Nesse momento, foi criada a 'União Operária Amazonense', que liderou as greves de 1919 e as ocorridas ao longo de toda a década de vinte e início da de trinta.⁵¹³

Embora os governos das cidades se preocupassem desde a metade do século XIX com a ocupação do espaço urbano, é também nesses locais, com a consolidação das fábricas, indústrias, de um fluxo de comércio mais complexo e globalizado, demandando por trabalhadores, que vão ocorrer as lutas e greves operárias. É o que revela Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro quando estuda a vida dos operários em Manaus no início do século vinte. Segundo ele:

A crueza da vida operária na Manaus da Borracha logo cedo motivou os trabalhadores a lutar por seus direitos e entabular greves contra seus empregadores. Como Manaus era uma cidade eminentemente comercial, as categorias profissionais que primeiramente deflagraram movimentos paredistas foram as portuárias, de quem dependiam a exportação da borracha e a entrada dos produtos importados da Europa e Estados Unidos. A primeira greve de que se tem notícia, a dos catraieiros, data de 1883.⁵¹⁴

Outras categorias de trabalhadores urbanos também se mobilizaram na reivindicação e proteção de seus direitos, dada a facilidade de contato, reuniões e articulação para mobilizarem-se em prol da classe e em torno de uma bandeira de luta comum. Ou os contratos e acordos trabalhistas se davam sob o pacto colaboracionista entre capital e trabalho propagado pelo Governo Vargas, isso se observa no Relatório do Interventor Federal do Amazonas Álvaro Maia, dirigido ao Presidente da República, em 1939. De acordo com ele:

O relatório do doutor Análio de Rezende, sobre apresentar dados e informes de evidente interesse, registra, em anexos, todo o movimento da Junta Comercial em suas atividades próprias, destacando-se o referente a contratos

⁵¹³ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Na contramão da história: mundos do trabalho na cidade da borracha (Manaus, 1920-1945). Revista Canoa do Tempo (Programa de Pós-Graduação em História-UFAM). Manaus, v. 1, nº 1, jan/dez. 2007, p. 17.

⁵¹⁴ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Na contramão da história, p. 25.

de locação de serviços comerciais entre firmas desta praça e seus empregados, garantido-se a êstes, além de remuneração certa e irredutível, relativa estabilidade no emprêgo, na conformidade da recente legislação social.⁵¹⁵

Essas garantias que o Interventor expõe através do diretor da Junta Comercial de Manaus são um tanto duvidosa, embora essas informações chegassem até ele, pelo fato dos contratos serem depositados nas juntas comerciais, mas isso, na prática, não sustentava as garantias e proteção das leis sociais e trabalhistas, tanto é que, para ser implantada a jornada de trabalho de 8h em Manaus, foi submetido a consultas em razão de dúvidas quanto à capacidade do patronato local em suportar esse encargo e direito do trabalhador.⁵¹⁶

O certo é que havia uma forte mobilização e dinâmica em torno do trabalho no país inteiro. Os dados do Departamento Nacional do Trabalho apresentavam para o ano de 1939 uma efervescente demanda pelos direitos trabalhistas:

Registram-se, por exemplo, 21.465 processos estudados e despachados pelo diretor, sem contar os que lhe foram diretamente submetidos à decisão pelas Secções e Serviços. No Protocolo do Departamento deram entrada, durante o ano de 1939, 30.245 papéis, tendo transitado 92.140 processos correspondente aos anos de 1932 a 1939.⁵¹⁷

Situação adversa se dava com os trabalhadores extrativistas da borracha, ante o problema suscitado. Parece-nos que o Ministro insinuava que a responsabilidade de proteção do trabalho dos seringueiros era dos Estados e territórios onde estes atuavam e não de sua pasta.

Assim é que, nos primeiros meses de 1941, o navio *Índio do Brasil* estava de viagem para o Acre, e se encontrava ancorado em algum lugar do Rio Juruá, e como passageiro dele, ali, se encontrava o dono do seringal Sobral, no rio Tarauacá, Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes.

Em cartas de 23, 25 e 26 de fevereiro, endereçadas ao seu dileto amigo Urculino dos Santos, coletor da Fazenda Estadual, em Tefé; ao Presidente da Associação Comercial do Amazonas, em Manaus; e ao Delegado da Inspetoria do Ministério do Trabalho, em Manaus, o sr. Ernesto Pinto, respectivamente, o seringalista reclamava - ao coletor Estadual da

⁵¹⁵ Interventoria Federal no Estado do Amazonas. Exposição ao Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas, Presidente da República, por Álvaro Maia, Interventor Federal, Manaus, 1939, p. 47.

⁵¹⁶ Ata da sessão ordinária da Associação Comercial do Amazonas realizada no dia 25 de fevereiro de 1946, onde consta o registro da reivindicação pela jornada inglesa feita pelo Sindicato dos Empregados no Comércio do Amazonas aos lojistas de Manaus.

⁵¹⁷ BRASIL. Relatório do Ministro do Trabalho Indústria e Comercio referente ao período de 1938-1949, p. (inlegível). Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2308/000011.html>, p. 16. Acesso em: 11.04.2013.

Fazenda, que por intermédio da Inspetoria do Trabalho em Manaus, havia contratado dois trabalhadores, e a pedido destes, havia adiantado abono em dinheiro, pagamento de pensão, rede, roupas etc., só não pagou passagens porque foram as expensas do Ministério do Trabalho, e que os dois indivíduos, Almir Rodrigues de Matos e Waldizio Pedroza de Aguiar, fugiram depois de receberem os primeiros adiantamentos, ficando lhe devendo Almir R\$ 201\$700 contos de réis e Waldizio R\$ 66\$600 de réis.⁵¹⁸

Na ânsia de se ver ressarcido em suas despesas, fazia um retrato falado dos trabalhadores, atribuindo um ar policialesco ao caso, aquele: *“Cabôclo com marca ou mancha em um dos lados do rosto. Êste jogará aí em um bilhar, aonde o seu digno filho estava presente, fácil portanto, de sêr reconhecido.”*⁵¹⁹ Do outro dizia: *“Rôsto bem largo e achatado, pendido a gordo[...]”*.⁵²⁰

Ao presidente da Associação Comercial do Amazonas apresentou também suas lamúrias anunciando que havia adiantado dinheiro, pensão e outros apetrechos típicos desta atividade aos trabalhadores contratados, mas estes na hora do embarque não comparecem, ou quando o fazem: *“[...] chega ao desplante de dizer-se garantido pelos poderes constituídos, ficando aonde lhe aprouve, sem dar a menor satisfação do compromisso contraído e muito menos de pagar os valores abonados”*⁵²¹, dão-se em fugas. (grifei)

O seringalista, ainda, evocava direitos que lhes podiam proporcionar segurança jurídica para seus negócios, pois vinha sendo vítima de: *“[...] verdadeiros contistas de vigário estão ultimamente praticando; isto é, contratam trabalhar com proprietários, conseguem abonos etc. e depois, pagam com fugas injustificáveis”*.⁵²²

A garantia jurídica que defendia, tratava efetivamente da existência de um Decreto-Lei com maiores garantias: *“[...] para que os seringalistas, robustecidos de direitos constituídos, possam organizar o método de trabalho dentro da ordem e de consequente progresso [...]”*⁵²³ e não por meio de um contrato, tendo em vista que: *“[...] a sua praticabilidade reclama por desnecessário, assinaturas, quase na maioria de analfabetos, reconhecimentos de firmas,*

⁵¹⁸ Associação Comercial do Amazonas: Fundo: Correspondências Recebidas – 1941. Carta de Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes enviada para Urculino dos Santos, Inspetor da Fazenda Estadual em Tefé, em 23 de fevereiro de 1941.

⁵¹⁹ Associação Comercial do Amazonas. Carta de Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes enviada para Urculino dos Santos, Inspetor da Fazenda Estadual em Tefé, em 23 de fevereiro de 1941.

⁵²⁰ Associação Comercial do Amazonas. Carta de Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes enviada para Urculino dos Santos, Inspetor da Fazenda Estadual em Tefé, em 23 de fevereiro de 1941.

⁵²¹ Associação Comercial do Amazonas. Fundo: Correspondências recebidas – 1941. Carta de Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes enviada para a Associação Comercial do Amazonas, em 25 de fevereiro de 1941.

⁵²² Associação Comercial do Amazonas. Carta de Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes enviada ao Presidente da Associação Comercial do Amazonas, em 25 de fevereiro de 1941.

⁵²³ Associação Comercial do Amazonas. Carta de Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes enviada ao Presidente da Associação Comercial do Amazonas, em 25 de fevereiro de 1941.

*difficilmente viável pelas enormes distancias de um tabelião a outro, residentes nas sédes dos municípios, que se gasta nos transportes dezenas de dias de viagem, mesmo a navio”.*⁵²⁴

Todavia, o Decreto-Lei deveria conter as cláusulas do contrato que ele estava propondo para a Associação Comercial, o qual ia anexado na carta. E questionava-se: “*Será possível, sem uma lei, que nos garanta o nosso capital e a bôa ordem restaurar-se nos seringais a vida de trabalho?*”⁵²⁵

Para combater o *conto do vigário* e impor ordem, disciplina e progresso nos seringais, Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes apresenta um contrato jurídico trabalhista que deveria ser uma proposta encampada pelo Ministério da Agricultura.

Os dispositivos do que ele chamou de *instruções para a execução do Decreto-lei n.º..., dede...., de 1941*, o artigo 2º, tratava da obrigatoriedade do seringalista em conceder de cem a duzentas seringueiras para serem cortadas e zeladas pelo seringueiro; este artigo se vincula ao art. 6º, que trata do dever/compromisso do seringueiro de trabalhar nas “estradas”, com todo zelo e estilo de trabalho e regulamento do seringal, de modo a não danificar a seringueira, preparando convenientemente o látex pelo sistema adotado na região [...]; o artigo 3º cuidou da taxa de arrendamento da estrada de seringa, que devia ser pago o mínimo de 20%, com a borracha fina, correspondente à produção da estrada em cada safra. Por sua vez, o art. 4º trata do saldo credor do seringueiro, regimento garantido, o qual deverá ser pago em dinheiro corrente ou o equivalente em borracha, quando queira se retirar da propriedade.⁵²⁶

O estatuto do trabalho nos seringais trazia também um regime de punições: quando o seringueiro maltratasse a árvore, deveria receber uma **multa** para compensar o dano causado, cujo valor deveria ser estipulado: “[...] *por dois árbitros de livre escôlha de cada um dos interessados, que no caso de não chegarem a um acordo, será escolhido, por ambos, terceiro árbitro que decidirá conformando-se ambos com essa decisão final*”.⁵²⁷

Maltratar a árvore significava o mau uso das técnicas de corte da seringueira, e isso acontecia dependendo dos instrumentos de trabalho empregado. Por exemplo, no início da exploração dos seringais no baixo Amazonas, nas ilhas Marajó e outras localidades na embocadura do Rio Amazonas, utilizavam-se a machadinha. O corte feito com este

⁵²⁴ Associação Comercial do Amazonas. Carta de Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes enviada ao Presidente da Associação Comercial do Amazonas, em 25 de fevereiro de 1941.

⁵²⁵ Associação Comercial do Amazonas. Carta de Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes enviada ao Presidente da Associação Comercial do Amazonas, em 25 de fevereiro de 1941.

⁵²⁶ Proposta de Decreto-Lei apresentado pelo seringalista Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes à Associação Comercial do Amazonas em fevereiro de 1941.

⁵²⁷ Parágrafo primeiro do art. 6º, da proposta de Decreto-Lei apresentado pelo seringalista Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes à Associação Comercial do Amazonas em fevereiro de 1941.

instrumento atingia a madeira e em pouco tempo a árvore morria. Com isso, foram desaparecendo os seringais da região e os altos rios passaram a ser ocupados.

Figura 26: Seringueiro no corte da seringueira utilizando a machadinha, últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX.

A solução dos conflitos trabalhistas intermediado pela *justiça arbitral* nos parece algo inusitado e de difícil aplicabilidade nos seringais. Durante a pesquisa empírica, foi difícil encontrar algum processo na justiça comum, e, na trabalhista, nada. De qualquer modo, representava uma ideia inovadora, ao mesmo tempo, que cria uma nova estrutura e forma de acesso aos problemas relacionados ao trabalho. Ainda, é preciso perceber pela tradição autoritária dos governos na Amazônia, esse canal seria uma grande oportunidade de diálogo, ou através do diálogo, intermediado por um terceiro na solução do conflito trabalhista.

O art. 7º abordava a questão da venda clandestina da borracha produzida dentro do seringal: “*Não póde o trabalhador seringueiro, vender clandestinamente ou sem a ordem do proprietario, borracha ou outros produtos provenientes da propriedade*”,⁵²⁸

Esse artigo é interessante porque ele amarra, imobiliza o seringueiro impedindo-o de estabelecer relação comercial que quisesse e com quem quisesse. Ademais, é muito importante para a análise das penalidades contra os seringueiros. O dispositivo, ao criminalizar a venda da borracha para comerciantes não autorizados – leia-se regatões, impõe ao trabalhador extrativista a eterna dependência ao patrão seringalista. O que é irônico no texto do Decreto-Lei proposto por Francisco das Chagas é que a venda até poderia ser feita, desde que autorizada pelo seringalista. Mas isso nunca aconteceu na economia de escambo da Amazônia!

⁵²⁸ Art. 7º, da proposta de Decreto-Lei apresentado pelo seringalista Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes à Associação Comercial do Amazonas em fevereiro de 1941.

Continua o dispositivo com os parágrafos seguintes: “§ Iº - *No caso de ser provada a venda clandestina ou sem ordem do proprietário, o trabalhador que a houver efetuado pagará a multa correspondente ao dobro da importância apurada, na transação, elevada a trêsdobro no caso de reincidência*”;⁵²⁹

Este dispositivo parece confuso, autoriza, mas tem que ter, mesmo assim, a ordem para a venda dos produtos pelos seringueiros a terceiros, ou seja, o que o seringalista quer é manter o controle sobre a economia de seu território. Nada escapa aos seus olhos e domínio. E esse domínio do ponto de vista jurídico aparece no peso das multas, em caso de reincidência a três vezes mais o valor do produto vendido, por exemplo, uma borracha que pesa 60kg, considerando um quilo 9\$000 (nove mil réis), tomando como referência o valor arbitrado no Inquérito Policial contra três seringueiros de Xapuri que foram acusados de fraudar o fabrico da borracha, o seringueiro deveria restituir em multa 540\$000 (quinhentos e quarenta mil réis).

Seria uma tarefa árdua, quase impossível pagar essa multa, já que corresponde a mais da metade de um conto de réis.

O parágrafo que se segue é taxativo para impor ao seringueiro sua imobilidade em função da multa e outras dívidas. É uma espécie de domínio sobre o corpo, a vontade, os desejos e o direito de ir e vir do seringueiro:

§ IIº - Fica o trabalhador seringueiro na obrigação de continuar o trabalho, no seringal, até pagar não só os valores das multas a que se tenha incorrido como o de quaisquer outros débitos que tenha contraído com o proprietário.⁵³⁰

Todavia, essa dívida poderia ser assumida por outro seringalista, desde que este pactuasse com o patrão anterior do seringueiro o pagamento à vista do débito que ficara na firma, caso contrário o seringueiro permanecia no mesmo local:

§ Vº - O proprietário que consentir ou aceitar em sua propriedade seringueiro de outro seringal, fica, por força desta lei, *ipso facto*, obrigado ao pagamento á vista do saldo devedor do seringueiro ou trabalhador admitido ou consentido na propriedade.⁵³¹

⁵²⁹ Parágrafo primeiro do art. 7º, da proposta de Decreto-Lei apresentado pelo seringalista Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes à Associação Comercial do Amazonas em fevereiro de 1941.

⁵³⁰ Parágrafos II do art. VII, da proposta de Decreto-Lei apresentado pelo seringalista Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes à Associação Comercial do Amazonas em fevereiro de 1941.

⁵³¹ Parágrafos III a V do art. VII, da proposta de Decreto-Lei apresentado pelo seringalista Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes à Associação Comercial do Amazonas em fevereiro de 1941.

O patrão seringalista também tinha suas obrigações, que em caso de descumprimento lhe era imputado uma multa pecuniária, no caso, de forçar a expulsão do seringueiro de seu seringal, por meio de violência:

Art. VIIIº Se o proprietario faltar ao cumprimento das disposições do presente Decreto-lei ou por meio de violência, constranger o seringueiro a abandonar o serviço do fabrico, antes de findo o prazo estipulado de cada safra, pagará o dobro da importância correspondente ao resto do tempo de duração da safra, computado sobre o valor da venda feita no período anterior, pelo trabalhador seringueiro;⁵³²

É interessante observar que a proposta de Decreto-Lei de Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes revela os bastidores do poder dos seringalistas e suas práticas no comando da economia de escambo nos seringais.

O art. 8º é explícito quanto ao uso da violência contra os seringueiros, todavia ele é ambíguo e contraditório, porquanto no contexto político internacional em que viviam não era uma medida sensata dispensar sob hipótese alguma um trabalhador. Além do que sugere a existência de um contrato, cujo rompimento deste implica sanções de ambos os lados. Neste dispositivo, pune o seringalista em mora, deveria indenizar o seringueiro em dobro do valor da safra correspondente ao restante do tempo da safra anterior. Resta saber a viabilidade de execução deste dispositivo.

Parecem medidas austeras e promotoras de uma justiça distributiva⁵³³, quando na verdade tem características mesmo de uma justiça privada, visto ser elaborada pelos burgueses da economia de escambo, sem a participação, sem o argumento dos seringueiros e sem a justa contrapartida pelo trabalho realizado. Cai por terra a identidade de uma justiça distributiva quando no contexto da norma o trabalhador extrativista está na condição análoga à de escravo, porque:

Art. IXº - O seringueiro não poderá interromper o fabrico da borracha até o termino da safra, salvo por motivo de doença ou caso de força maior e de acôrdo com o proprietario.

§ Iº - Se o fizer também pagará o dobro da importância correspondente ao resto do tempo de duração da safra, computado sobre o valor da venda feita

⁵³² Art. 8º, da proposta de Decreto-Lei apresentado pelo seringalista Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes à Associação Comercial do Amazonas em fevereiro de 1941.

⁵³³ Esse conceito está bem explicitado em MORAIS, Márcio Eduardo da Silva Pedrosa. O conceito de justiça distributiva no estado democrático de direito: uma compreensão da justiça distributiva e do acesso à justiça no estado constitucional democrático brasileiro. Belo Horizonte: PUC-MG. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Direito, 2009. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito_MoraisME_1.pdf Acesso em: 17.06.2014.

no período anterior; não podendo retirar-se sem a devida obediência ao § IV do Art. VII.⁵³⁴

As estratégias para imobilizar o trabalhador extrativista no seringal eram estabelecidas nas relações de escambo e disciplinadas nos regulamentos que ensejavam por parte da burguesia do escambo uma legitimidade às suas práticas escravagistas: “Art. XIº - *O seringueiro se obriga a comprar ao proprietario as mercadorias que necessitar para seu custeio, assim como a vender a produção da borracha e tôdos os outros produtos extraídos da propriedade*”.⁵³⁵

A obrigatoriedade de comprar exclusivamente no Barracão impedia do seringueiro transacionar com outros comerciantes, desta forma lhe era imposta *a condição análoga de escravo*, uma vez que, no Barracão, as mercadorias eram superfaturadas, além de sofrer a esperteza do guarda-livro apontando a conta sempre com crédito favorável ao Barracão. De modo que, não era uma justiça distributiva, pois esta exclusividade impedia ao trabalhador comprar na cidade ou aos regatões.

Ainda, o artigo 11 trata do *sistema de cadernetas* condenado pelos estadunidenses quando dos estudos preliminares sobre a viabilidade econômica da produção de borracha e as condições de trabalho para o esforço de guerra. Na caderneta “conta-corrente”, documento de propriedade do seringueiro, deveria ser feitas todas as anotações de compra e venda da borracha, fornecimento de gêneros, com *clareza e exatidão*. Mas um elemento estranho que propõe Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes no Decreto-Lei de sua autoria é a necessidade de uma coluna especial na Caderneta “conta-corrente” para registrar: “[...] *referencias justas á conduta do seringueiro*”.⁵³⁶

E prega uma relação de trabalho supostamente justa e democrática, quando no § 3º adverte que se: “[...] *o seringueiro se julgue prejudicado nas referencias de sua conduta ou outras quaisquer partes, assim como o proprietário, poderá um ou outro recorrer a autoridade competente*”.⁵³⁷

Não resta dúvida o esforço e a dedicação deste seringalista em estabelecer um novo marco jurídico regulatório das relações de trabalho nos seringais, dado que até dispositivos de

⁵³⁴ Art. 9º, da proposta de Decreto-Lei apresentado pelo seringalista Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes à Associação Comercial do Amazonas em fevereiro de 1941.

⁵³⁵ Art. 11, da proposta de Decreto-Lei apresentado pelo seringalista Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes à Associação Comercial do Amazonas em fevereiro de 1941.

⁵³⁶ § 2º, do art. 12, da proposta de Decreto-Lei apresentado pelo seringalista Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes à Associação Comercial do Amazonas em fevereiro de 1941.

⁵³⁷ § 3º, do art. 12, da proposta de Decreto-Lei apresentado pelo seringalista Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes à Associação Comercial do Amazonas em fevereiro de 1941.

proteção da imagem, da honra e da dignidade da pessoa humana constam em sua proposta, algo muito avançado para a época, considerando a inexistência do direito de personalidade ou, pelo menos, ainda, em termos de proteção não tinha alcançado o estágio em que se encontra hoje. Era uma proposta revolucionária, buscar o Juiz Arbitral para reparar supostos danos causados a sua conduta, comportamento ou porque lhes tenham impingido algum tipo de dor, sofrimento, constrangimento, tudo isso representava o que era ideal para as relações de trabalho nos seringais. Isso valia tanto para o seringueiro quanto para o seringalista.

É boca corrente na historiografia regional que o seringueiro estava proibido de cultivar a terra, não podia plantar e era proibido também de caçar e pescar, mas o Decreto-Lei de Menezes rompe com a tradição ao autorizar o seringueiro a se ausentar até dois dias do trabalho do corte da seringa, desde que empregado no serviço de caça, pesca ou agricultura própria para a sua manutenção.⁵³⁸

Quem ler tal regulamento jurídico deve ficar abismado achando que de fato se tratasse de uma regra geral dentro dos seringais da Amazônia para garantir o lucro através destes e outros mecanismos da economia de escambo. Ledo engano! Pois não era isso que pensava e desejava a burguesia mercantil em Manaus, que expressava tudo que queria e impunha sua vontade através do *Instituto*, como era chamada a Associação Comercial do Amazonas.

A proposta do seringalista Francisco das Chagas aparece no auge do debate dentro do Ministério da Agricultura sobre o marco jurídico regulatório para a relação seringueiro e seringalista, e aquele ousa apresentar uma proposta, que, certamente, não foi simpática à burguesia mercantil de Manaus, mormente, diante da resposta que deram ao parlamentar/Ministro Interino do Trabalho Dulfe Pinheiro Machado, bastante afrontosa, saída da assembleia realizada em 10 de maio de 1941: “[...] *a propósito dos contratos de trabalho a serem adotados entre seringalistas e extratores, sendo, mais uma vez, manifestada a impossibilidade de sua aplicação*”.⁵³⁹

Isso demarca a posição política da burguesia mercantil de Manaus. Ora, se eles não acataram o Decreto-Lei do Ministro da Agricultura, por que acatariam a proposta de regulamento das relações de trabalho nos seringais proposta pelo seringalista de Tarauacá? Evidentemente que não aceitariam.

Desde o início do século XX, as questões de ordem social, criminal, trabalhista, política, quando judicializadas, resolviam-se ou não no terreno do Judiciário, as questões

⁵³⁸ Art. 13, da proposta de Decreto-Lei apresentado pelo seringalista Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes à Associação Comercial do Amazonas em fevereiro de 1941.

⁵³⁹ Ata da sessão ordinária da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas realizada no dia 10 de maio de 1941.

relacionadas à vida privada ou pública das pessoas desaguavam dentro de um dos ramos do direito: cível ou criminal.

O que nos chama a atenção é que, com a existência de lei ou não, do poder judiciário ou não, nunca se deixou de se aplicar uma lei, uma norma, seja ela qual fosse. Assim, para a região amazônica sempre caminhou paralelo um direito estatal e criado fora dos contornos do Estado, portanto emergido e aplicado com as práticas sociais e do trabalho.

Vimos que ainda no período de domínio da Bolívia sobre o Acre, no Cartório da Polícia de Xapuri, em 1901, foi registrado um *regulamento* de trabalho.

Thaumaturgo de Azevedo, quando prefeito de Cruzeiro do Sul, criou uma *Lei do Trabalho*, disciplinando a relação entre patrões e seringueiros.

É sabido da existência de pactos estabelecidos entre patrões-seringalistas e de um conluio para não receberem em suas empresas seringueiros endividados vindos de outros seringais. O regulamento era elaborado de forma unilateral, pois o seringueiro não era convidado para participar e discutir as cláusulas destes instrumentos jurídicos-que vigoravam *ad eternum*. Aos trabalhadores extrativistas cabia cumpri-las. Com o que se vê tratar-se de uma norma eminentemente discricionária, arbitrária e fascista e, sobretudo, ilegal, porque escrita a partir de supostos costumes e tradições do trabalho nos seringais.⁵⁴⁰

Por mais que em 1930 o governo de Getúlio Vargas comece a criar uma máquina que vai atuar e exercer um controle sobre os trabalhadores, essa máquina, que é o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, através do Departamento Nacional do Trabalho, das Inspetorias Regionais do Trabalho, das Juntas de Conciliação e Julgamento e das Comissões de Conciliação Mistas, não alcançou os problemas e disputas trabalhistas travadas entre seringueiros e seringalistas, apesar de seu funcionamento desde 1932, quando foi criada em Manaus a Inspetoria Regional do Trabalho,⁵⁴¹ tendo em vista que muitas Inspetorias e, depois, Delegacias Regionais do trabalho deixaram de prestar o serviço de fiscalização das condições

⁵⁴⁰ Cf. COSTA, Francisco Pereira. Seringueiros, patrões e a justiça no Acre Federal, 1904-1918. Rio Branco: Edufac, 2005, p. 85ss. Nesta obra o autor analisa o caso de um seringueiro que num mesmo dia ingressou com três processos contra seu patrão, o seringalista Ezequiel Zumaeta. Num deles, uma *Ação de Justificação* nº 412, de 1907, que tramitou na Comarca do Alto Acre, hoje Rio Branco, capital do Acre, Justiniano contesta o regulamento do seringal, contrariando em Juízo os supostos direitos de exclusividade e privilégio que o patrão alegava ter sobre o seringueiro e sua produção.

⁵⁴¹ Durante a fase de pesquisa de campo em Manaus, procurei acessar a documentação da Inspetoria Regional do Trabalho de Manaus, que foi criada em 1932, fui informado de que ela não existia, por razões que não convém aqui dizer. Em outro momento estive no Museu da Justiça do Trabalho em Manaus, ao solicitar os processos do final da década de 1930 a 1946, a servidora encarregada disse que os processos mais antigos que há ali são da década de 1970, embora a Justiça do Trabalho no Amazonas, mesmo sob a jurisdição de Belém-Pará, foi criada com a 1.ª Junta de Conciliação e Julgamento em 1939.

de trabalho dos operários e trabalhadores brasileiros por um grave problema - a falta de funcionários nestas repartições e as disputas de poder.

Muitas Juntas de Conciliação e Julgamento e Inspetorias Regionais do Trabalho--IRT não tinham funcionários suficientes para atender as necessidades da burocracia que tentava enquadrar o patronato brasileiro nas novas normas do direito do trabalho, assim, em Belém, que tinha quatro JCJ, a primeira não funcionou; na Paraiba a DRT só tinha dois funcionários; no Amazonas, além de ser alegada a questão da baixa densidade demográfica, aquela Inspetoria do Trabalho contava com reduzido número de funcionários, o que fez com que o Delegado desta IRT reivindicasse mais funcionários para atuar na fiscalização em Manaus. Na realidade, segundo nota do próprio Inspetor, eles tinham 07 (sete) funcionários, o que era insuficiente para prestar um serviço de qualidade e atender todas as demandas dos operários, trabalhadores e empregados do-Amazonas, não só dos trabalhadores urbanos, mas também, dos trabalhadores rurais e extrativistas.

Não é da década de 1940 que a burguesia mercantil da Amazônia garroteou os trabalhadores brasileiros que migraram para a Amazônia em busca do *Eldorado*, da riqueza fácil. Fizeram isso desde a segunda metade do século XIX, quando vieram e passaram a se dedicar à extração da borracha.

Assim, desde 1872, em sua primeira viagem ao rio Purus, Antonio Rodrigues Pereira Labre pôde constatar e denunciar as condições de vida e do trabalho dos seringueiros:

O trabalho livre aqui é péssimo, e é um verdadeiro monopólio dos donos de fabrica de seringa, pelo isolamento que estão das auctoridades e em grandes distancias até de 800 milhas e mais! Um homem livre vive em verdadeira escravidão, não tendo liberdade de vender, e nem comprar senão ao patrão, por quem são forçados a arbítrio seu e são vendidos a novos patrões, salvas as excepções, e é isto já acceto, tanto que elles, muitas vezes procuram novo patrão, que a compre, e se isto não é do agrado do velho, a venda não se faz, e é um motivo de fortes intrigas.⁵⁴²

É perceptível claramente que nessa denúncia de Antonio R. Pereira Labre já aparecem as formas de domínio e poder dos seringalistas contra os trabalhadores extrativistas, que vêm se constituir numa tradição, modos de vida, nos seringais: a) a existência da escravidão; b) compra e venda da produção e mantimentos que necessita somente no Barracão do patrão; c) são vendidos como escravos, pois, objetos de transação comercial entre os patrões.

Fiel ao seu tirocínio de expor aos olhos da opinião pública a tirania e a barbárie existente nos seringais do rio Purus, nesse mesmo ensaio Labre denuncia os maus-tratos

⁵⁴² LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. Rio Purús. Maranhão: Paiz, 1872, p. 45.

contra os seringueiros, demonstrando que sua integridade física era violada constantemente, sem nenhum constrangimento, por parte dos seringalistas:

São cousas sabidas e passadas á vista: há muito espancamento, e ferimentos e tentativas de morte, e não ha punição porque pode ferir os interesses dos frabriqueiros; não há tratamento nas doenças; vivem e morrem ao acaso, como as bestas; a humanidade só tem a perder com este andar de cousas; e a sociedade brasileira só tem a perder com estas desordens e tropelias.⁵⁴³

A denúncia de Labre é inexorável, dura e direta. Atinge de chofre os seringalistas, os poderosos da borracha, quando denuncia que presenciou ou ouviu dizer da existência de *espancamentos e ferimentos e tentativas de morte*. Com uma ressalva, os coronéis da borracha não eram punidos judicialmente, porque isso iria *ferir os interesses dos fabriqueiros*.⁵⁴⁴

Apesar de poucos, de fato, terem retratado essa paisagem socioeconômica, revelando com profundidade as condições de vida e o regime de trabalho dos seringueiros, ensaístas como Euclides da Cunha não pouparam esforços para criticar o regime de trabalho criado pelos seringalistas. Assim, durante o período de mais de um ano que ficou no Purus, Sena Madureira, no Acre, como encarregado da Comissão Mista Brasil-Peru, para demarcar as fronteiras dos dois países, esse escritor pôde revelar que:

O rude seringueiro é duramente explorado, vivendo despeado do pedaço de terras em que pisa longos anos – exigindo, pela sua situação precária e instável, urgentes providências legislativas que lhe garantam melhores resultados a tão grandes esforços. O afastamento em que jaz, agravado pela carência de comunicações, redu-lo, nos pontos mais remotos, a um quase servo, à mercê do império discricionário dos patrões. A justiça é naturalmente serôdia ou nula.⁵⁴⁵

Euclides da Cunha morava no Rio de Janeiro onde se avolumavam as manifestações e lutas dos trabalhadores e operários por melhores condições de vida, de trabalho, moradia, saúde e educação. A viagem a serviço da Comissão de Limites entre Brasil e Peru possibilitou encontrar os trabalhadores do Rio Purus em péssimas condições de vida, por isso entendia que cabia também para esses trabalhadores leis sociais e trabalhistas que os protegessem, pois o trabalhador extrativista:

[...] ao penetrar as duas portas que levam ao paraíso diabólico dos seringais, abdica as melhores qualidades nativas e fulmina-se a si próprio, a rir, com aquela ironia formidável. É que, realmente, nas paragens exuberantes das heveas e castiloas, o guarda a mais criminosa organização do trabalho que

⁵⁴³ LABRE, Rio Purús, p. 45.

⁵⁴⁴ LABRE, Rio Purús, p. 45.

⁵⁴⁵ CUNHA, Euclides. À margem da História. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 164.

ainda engendrou o mais desaçamado egoísmo. De feito, o seringueiro e não designamos o patrão opulento, senão o freguês jungido à gleba das “estradas”, o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se.⁵⁴⁶

Na interpretação de Euclides da Cunha, o trabalhador extrativista da borracha era livre, mas dentro dos seringais, devido a vários artifícios e práticas que violavam os direitos dos seringueiros, na economia de escambo, trabalhavam para escravizar-se. Em outras palavras, entravam em um ciclo vicioso, no qual entravam, mas não saíam.

A economia de escambo sempre esteve sob a tutela de um regime jurídico privado para garantia do lucro e da escravidão por dívidas. Assim é que o seringalista Octávio Reis, na década de 1930, elabora um *regulamento* para ser imposto em todos os seus seringais.⁵⁴⁷

Esse *regulamento* disciplinava todas as atividades inerentes ao funcionamento de um seringal e dos sujeitos sociais envolvidos na produção e comercialização da borracha: Secção I – Deveres dos gerentes encarregados dos depósitos; Secção II – Deveres do guarda-livros ou encarregado da escripta; Secção III – Deveres dos empregados de balcão; Secção IV – Deveres dos comboieiros; Secção V – Deveres dos fiscaes; Secção VI – Deveres dos empregados de campo e diaristas; Secção VII – Deveres a que está sujeito o extrator; Secção VII – Deveres da casa com o pessoal extrator; Secção IX – Um momento de conversa com o meu pessoal.

Além disso, uma parte final chamada de *Regulamento Geral*, dirigido, indistintamente, para todos os moradores dos seringais – as cláusulas gerais, que serviam para todos, diferentes das normas direcionadas ao comboieiro, contador, diaristas etc., assim, esta parte subdividia-se em: Secção I - Todos os habitantes destes seringais teem por dever; Secção II – Pagamentos de saldos; Secção III – Retiradas de pessoal; Secção IV – Compra de borracha e castanha; Secção V – Condições; Secção VI – Transferência ou mudança de collocação; Secção VII – Crise mundial; Secção VIII – Trabalho.

Esse *regulamento* é dos idos de 1934, com validade para os anos seguintes, até que novos fatos exigissem mudanças. De certa forma isso fecha o ciclo de tradição dos seringalistas em regulamentar as relações de trabalho, de comércio, vizinhança, transporte, comercialização da borracha, jornada de trabalho dos seringueiros, costumes, valores, a moral.

⁵⁴⁶ CUNHA, Euclides. À margem da História, pp. 35-36.

⁵⁴⁷ Esse *regulamento* Octávio Reis fez publicar pela Editora Livraria Escolar de Porto de Oliveira e Cia., Belém-PA, em 1934, valendo para todos os anos subsequentes. O sociólogo amazonense Samuel Benchimol conta que recebeu-o de presente de seu pai, em 1942, ocasião da publicação de *O cearense na Amazônia* e, depois, inseriu no livro Romanceiro da Batalha da Borracha. Manaus: Imprensa Oficial, 1992, pp. 97-110.

A riqueza da técnica legislativa e detalhes dessa *norma interna corporis* são de se fazer inveja a qualquer legislador. O preâmbulo determinava que os seringais se regessem por um sistema de normas aos moldes das sociedades mais complexas e organizadas:

Toda nação tem as suas leis para por ellas reger-se, e se estas leis não são obedecidas por seus habitantes será uma nação em completa desorganização, onde não poderá haver garantias para os que nella vivem, nem para quem com ella mantiver negócios. Succede o mesmo com toda sociedade que tem os seus estatutos para por elles regerem-se os seus sócios, e se não se obedece a elles será uma sociedade desbaratada e sem duração.[...] Como, pelo que vemos, tudo precisa de organização e ordem. Um Seringal, por exemplo, onde habitam centenas e centenas de almas, com diversos costumes, sexos diversos, e até nacionalidades diversas, não póde deixar de ter o seu regulamento, pelo qual todos os seus habitantes possam orientar-se de seus deveres de accordo com as posições e trabalho de cada um. Tenho convicção de que todos os que vivem em seringas desejam uma vida tranquila de paz, amor, trabalho e justiça, e estou certo que, obedecendo fielmente a este regulamento, viverão bem felizes [...]⁵⁴⁸

Mesmo que o *regulamento* vigente nos seringais de Octávio Reis trouxesse e construísse a imagem de um seringalista “mais humano” na *análise de Benchimol*, é evidente que a forma de regulamentar, normatizar as relações sociais e de trabalho nos seringais demonstrava domínio e legitimava o poder sobre os seringueiros e, sobre, todas as demais pessoas que ali viviam, pois tanto o *preâmbulo* quanto a *cláusula geral* reivindicavam a segurança, o controle e a ordem social em todos os domínios territoriais do seringalista, ou seja, não somente os trabalhadores extrativistas, mas os comboieiros, os pescadores, caçadores, funcionários do barracão e a população em geral deviam obediência, lealdade e submissão aos ditames das normas impostas por Octávio Reis.

Ao perscrutar o *regulamento* deste seringalista com vistas a encontrar traços comuns no curso de um século de extrativismo da borracha na Amazônia, nele aparecem e convergem para as mesmas práticas os seguintes pontos: a) “*não aceitar freguez de outro deposito, sem autorização do gerente daquele [...]*”⁵⁴⁹. É provável que o termo depósito aqui se refira “de outro seringal”, visto ser vedada essa mobilidade extrativista, isso era um pacto tácito, mesmo quando não houvesse nada escrito entre os seringalistas que aplicavam sem titubear essa regra de conduta; b) “*Fazer suas transações somente com o depósito onde trabalha para engrandecimento deste, e não o fazer com outro deposito, mesmo que seja da mesma firma, muito menos com pessoas extranhas à casa*”.⁵⁵⁰ Significa que o trabalhador extrativista

⁵⁴⁸ BENCHIMOL, Samuel. Romanceiro da Batalha da Borracha. Manaus: Imprensa Oficial, 1992, p. 97.

⁵⁴⁹ BENCHIMOL, Samuel. Romanceiro da Batalha da Borracha, p. 98.

⁵⁵⁰ BENCHIMOL, Samuel. Romanceiro da Batalha da Borracha, p. 102.

deveria comprar os mantimentos e vender sua produção somente no barracão, isso o mantinha escravo pela dívida, parte já contraída desde a sua saída do Nordeste.

Percebe-se neste corpo de normas jurídicas que havia sido estabelecida uma *jurisdição seringalista*, quando explicitamente se reporta aos procedimentos a serem tomados ante as reclamações a fazer ou conflitos existentes.

O regulamento assegurava, na secção VIII – **deveres da casa com o pessoal extrator**, “*Attender as suas reclamações, quando sejam justas*”. (grifo nosso), quanto aos **deveres a que está sujeito o extrator** a alínea *f* da secção VII adverte que a reclamação deve ser feita *com calma e bom humor*. A reclamação deverá ser enviada ao **Gerente do Depósito** onde trabalha: “[...] *antes de tomar qualquer resolução, porque se lhe ouvirá com toda atenção, e procurar-se-á resolver com o maior critério e desapaixonadamente.*”⁵⁵¹

Ao determinar o *locus* onde as reclamações deveriam ser apresentadas, o regulamento definiu a jurisdição privada e não pública, para solução dos conflitos. Diria que a primeira instância ou fórum é o Gerente do Depósito e, depois, o dono do seringal – o seringalista, que tinha a palavra final, que já era detentor, também, da jurisdição estatal na condição de Juiz de Paz.⁵⁵²

Esta jurisdição funcionava como um instrumento de controle social dos seringais de Octávio Reis, mas, em casos mais graves, por exemplo, crimes contra a pessoa, havia o encaminhamento à Delegacia de Polícia mais próxima.

Ademais é passível de questionamento a validade destas normas, tendo em vista tratar de um marco legal paraestatal, era “legislar” em causa própria, sendo uma atitude unilateral do patrão, o que torna discutível a legitimidade deste e de outros regulamentos.

Não podemos falar de direito consuetudinário, posto que escrito. Nesse sentido, o *regulamento* de Octávio Reis corrobora os costumes dos seringalistas na exploração e manutenção dos trabalhadores extratores na condição análoga à de escravo.

⁵⁵¹ BENCHIMOL, Samuel. Romanceiro da Batalha da Borracha, pp. 102-103.

⁵⁵² Cf. COSTA, Francisco Pereira. Seringueiros, patrões e a justiça no Acre Federal, 1904-1918. Rio Branco: Edufac, 2005.

Capítulo V - O retorno dos indesejáveis⁵⁵³

5. 1 O fim da guerra e a sorte da economia mercantil na Amazônia

A guerra na Europa acaba em 1945, mas não os seus desdobramentos tanto lá quanto cá.

Na Amazônia o foco e a preocupação eram com o fim dos Acordos de Washington pactuado entre o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte para a *batalha da borracha*; havia previsão de encerramento para o ano de 1946, embora nas discussões para implementação destes acordos, os liberais do *New Deal* preferiam uma intervenção a longo prazo na Amazônia, direcionada para um planejamento que colocasse a economia mercantilista dentro dos interesses do imperialismo norte-americano, em detrimento dos conservadores que: “[...] defendiam as prerrogativas empresariais na Amazônia, a concentração corporativa na indústria sintética e a manutenção da divisão internacional do trabalho”⁵⁵⁴, portanto, uma intervenção imediatista.

Com o fim da guerra, os norte-americanos desapareceram de uma hora para outra da Amazônia, deixando tudo para trás. O historiador Pedro Martinello, nos idos de 1986, em suas aulas de História da Amazônia, não se cansava em dizer que os americanos saíram da Amazônia *como uma revoadada de jacus*.

Todavia conseguiram ainda, segundo os relatórios, apurar alguns milhares de dólares pelo patrimônio material que haviam adquirido para a mobilização e operacionalização da *batalha da borracha*, vendendo-os ao Brasil. Não ficaram em prejuízo, embora houvesse questionamento de que os norte-americanos em nada ajudaram o Brasil, dizia textualmente Paulo de Assis Ribeiro: “*Os americanos não nos deram nenhum auxílio. Ao contrário, fizeram bom negócio. Não obstante, passam como tendo auxiliado o Brasil, nessa campanha*”.⁵⁵⁵

O relatório final sobre a *batalha da borracha*, que relacionava também os investimentos financeiros dos Estados Unidos na Amazônia, apresentado em minúcias pela Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia – CAETA, dele os norte-americanos sequer mostraram interesse em conhecer. Somente devido à

⁵⁵³ O termo *indesejáveis* foi empregado por Fernando Távora: “*Aliás, trabalhadores indesejáveis*”, por ocasião do depoimento de Paulo Assis Ribeiro, quando este se referia à migração de 1.200 cariocas para a Amazônia; segundo ele, “*Foi a leva que nos deu mais trabalho*”. Diário da Assembleia, de 24 de agosto de 1946, p. 4.314.

⁵⁵⁴ GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 29, nº 57, 2009, p. 53.

⁵⁵⁵ Depoimento de Paulo de Assis Ribeiro na Comissão de Inquérito da Borracha. Diário da Assembleia, de 24 de agosto de 1946, p. 4.316.

insistência das autoridades brasileiras eles aquiesceram em receber “[...] uma cópia do relatório logo que o mesmo estivesse concluído, bem como dados estatísticos sobre o movimento dos trabalhadores”.⁵⁵⁶

O Governo Brasileiro através da CAETA, tendo como responsável Olympio Flores, propôs ao Governo americano uma auditoria no dinheiro estadunidense investido na guerra na Amazônia. A resposta dada pelo conselho de diretores da Rubber Development Corporation – RDC propugna pela confiança e os acordos celebrados entre as partes:

Com referência ao seu pedido para que a Rubber Development Corporation nomeie um comitê para verificar as despesas incorridas pela CAETA, e à subsequente solicitação não-formal do Dr. Olympio Florez, Superintendente da CAETA, para que tal inspeção fosse feita por uma firma de auditores públicos extranha, *comunicamos à Vv. Ss. que esta Corporação não deseja fazer inspeção alguma*. Em vista do fato da verba ter sido adiantada e gasta de conformidade com os dizeres de um acôrdo firmado entre os nossos dois governos, respectivamente, esta Corporação gostaria de receber da CAETA uma declaração das despesas incorridas e pagas com a verba fornecida pela Rubber Development Corporation, contanto que, isto esteja de acôrdo com as suas praxes estabelecidas.⁵⁵⁷ (sem grifo no original)

Desse modo, ao fim da intervenção norte-americana na Amazônia, o empresariado local e seringalistas ficaram desorientados, pois a participação do Brasil, como aliado e fornecedor de matérias-primas (borracha, ferro, manganês, castanha...) para o combate ao nazi-fascismo na Europa, era o meio com que eles voltaram a amealhar alguns milhões de cruzeiros, mas viram-se de uma hora para outra sem essa veia do comércio imperialista. O que fez com que devido a muita insistência e lamúria dos mercantilistas da Amazônia, os acordos entre Brasil e EUA de compra da borracha vigoraram até junho de 1947.

Diante desta situação em que se inviabilizou o comércio com os EUA, a burguesia mercantilista da Amazônia passou a buscar uma saída, um novo plano para manutenção da economia da borracha junto ao governo federal.

Esse problema foi tratado na I Conferência Nacional da Borracha, realizada no Rio de Janeiro entre 22 de julho e 08 de agosto de 1946, paralelamente, na Assembleia Constituinte onde reivindicavam um plano de valorização da Amazônia.

⁵⁵⁶ Carta da Rubber Development Corporation enviada pelo Tesoureiro Assistente A. J. Arute ao Presidente da Comissão de Controle dos Acordos de Washington Valentim F. Bouças, em 20 de agosto de 1945. Relatório da CAETA, dezembro de 1945. CPDOC/FVG. CAETA/C733.

⁵⁵⁷ Carta da RDC subscrita pelo Representante Especial Edward D. McLaughlin a Valentim Bouças, Presidente da Comissão de Controle dos Acordos de Washington, em 29 de outubro de 1945. Relatório da CAETA, dezembro de 1945. CPDOC/FVG. CAETA/C733.

O alarde feito pela burguesia amazonense e os parlamentares eram de certa forma desproporcional à realidade, tendo em vista que já na década de 1930 a indústria manufatureira que se instalara crescia: “[...] *em ritmo tão acelerado que, já em 1946, absorvia cerca de 60% da produção gumífera nacional*”.⁵⁵⁸ Então, o que sobrava para exportação era muito pouco e não era competitivo com os preços internacionais da borracha crua dos seringais de cultivo da Ásia.

Propostas mirabolantes surgiam de todos os lados, desde a transformação do Banco de Crédito da Borracha em Banco de Crédito da Produção; aprovação no parlamento da lei nº 86, de setembro de 1947, que garantiu a continuidade do monopólio de compra e venda e controle de preço da borracha pelo Banco de Crédito da Borracha e no bojo desta lei, a criação da Comissão Executiva da Defesa da Borracha cujo poder, segundo Martinello: “[...] *contrastava com a pobreza de sua estrutura administrativa*”.⁵⁵⁹ O bloco que representava o Amazonas, através do deputado Leopoldo Peres conseguiu incluir na Constituição o art. 199, isto obrigava a União a investir, por vinte anos, 3% da renda tributária para o plano de valorização econômica da Amazônia.

Enfim, nesta fase final o conflito pela economia da borracha ficou entre a burguesia mercantil da Amazônia e a burguesia industrial de São Paulo, ligada ao setor da borracha; aquela defendendo a manutenção do extrativismo da borracha como causa de sua sobrevivência; e esta defendendo a matéria-prima da Amazônia para garantia da produção industrial de artefatos de borracha e a acumulação de capital.

No centro desta discussão não aparecia e nem era ouvido o sujeito social mais importante: o seringueiro, pois toda discussão e defesa da economia da Amazônia, sobretudo a partir do disposto na lei nº 86, de 1947: “[...] *apenas os interesses mais imediatistas e reacionários do extrativismo amazônico foram atendidos, relegando a questão gumífera fundamental a um plano meramente secundário*”.⁵⁶⁰

Então, não era de se esperar que aos seringueiros, a proteção ao trabalho, já à luz da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT viesse a ser objeto de observação por duas classes sociais conservadoras que visavam à acumulação de riquezas.

⁵⁵⁸ MARTINELLO, Pedro. A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico. Rio Branco: UFAC, 1988, p. 299.

⁵⁵⁹ MARTINELLO, Pedro, p. 306.

⁵⁶⁰ MARTINELLO, Pedro, p. 307.

5.2 Retornar ou ficar – uma decisão de Estado ou pessoal?

Com a economia agora em franca decadência, os trabalhadores passaram a viver outro momento na relação com os patrões-seringalistas. Uns preferiram permanecer nos seringais, outros decidiram tomar o rumo de volta para suas casas, para encontro com suas famílias que ficaram no Nordeste ou em outros lugares do país.

O caminho de volta poderia ser feito por iniciativa própria ou mediante iniciativa do Estado, decorrentes dos termos dos acordos de mobilização dos trabalhadores nordestinos para a Amazônia durante a guerra.

Figura 27: Família de *soldados da borracha* que retornaram por conta própria da Amazônia depois da Guerra. Foto publicado no Jornal Correio do Ceará na edição de 17 jun. 1946

Mesmo diante destas duas possibilidades, os operários extrativistas estavam diante de dois grandes dilemas, para não dizer obstáculos: um, era a falta de recursos, uma economia pessoal que pudesse bancar a empreitada do retorno; dois, a responsabilidade financeira do Estado com a reversão do processo migratório. Diante disso o que fazer e o que aconteceu?

O Termo de Compromisso fazia o trabalhador nordestino declarar que desejava: “[...] seguir para a Amazônia, obrigando-se a aceitar uma colocação em seringal mediante a assinatura de um contrato de trabalho, pelo prazo de dois anos, cujas cláusulas estão mencionadas no verso deste documento”.⁵⁶¹ O que estava no verso do *termo de compromisso* eram as *Cláusulas gerais do Contrato Padrão de Trabalho nos Seringais*, algo já analisado alhures.

O contrato padrão de trabalho assegurava uma proteção de vigência por dois anos, encerrando-se após decorrido esse prazo. O termo de compromisso não tratava do retorno do

⁵⁶¹ Termo de Compromisso. Relatório CAETA, de dezembro de 1945. CPDOC/FVG. CAETA/C733.

trabalhador após o encerramento de vigência do contrato, mas se referia que: “*Si por motivo relevante e justo durante, a vigência deste termo de compromisso, não convier ou não for possível o aproveitamento do trabalhador, será ele reconduzido para o ponto onde foi recrutado [...]*”.⁵⁶² (sem grifo no original)

Era um dispositivo aberto que ensejava uma avaliação tanto de ordem subjetiva quanto objetiva, que podia ser suscitado pelo contratante para recusar o trabalhador.

O lugar do recrutamento poderia ser em qualquer lugar do país, inclusive nas cidades amazônicas, uma vez que vieram brasileiros de todos os lugares, mas os termos do pacto não garantiram que os nordestinos voltassem a sua terra de origem, senão aqueles que de fato foram mobilizados desde o Nordeste. Essa cláusula não garantia o retorno dos *indesejáveis*.

Por isso que, campanha como a promovida pelo jornal Correio do Ceará e publicada na edição nº 9.791, de maio de 1946, indagava: “*ONDE E COMO ESTÃO OS SOLDADOS da Borracha, que o SEMTA iludiu? Milhares e milhares de nordestinos abandonados no ‘inferno verde’.* Este doloroso caso será amplamente debatido”.⁵⁶³

O questionamento fora apresentado por um dos membros do Instituto do Nordeste, que desejam saber a situação real dos que foram recrutados para trabalhar na Amazônia. Dizia a notícia:

Como é conhecido do povo, dezenas de milhares de pessoas foram iludidas pela propaganda dispeana do SEMTA. Uma pequena parte já regressou, em situações misérrimas. E nada se sabe quanto aos outros, nordestinos, robustos, escolhidos a dedo, que partiram com suas famílias para o Inferno Verde.⁵⁶⁴

Um clima de animosidade entre o Instituto do Nordeste e o governo da República estava instalado, pois havia um profundo descontentamento com as autoridades brasileiras, diante das informações iniciais que chegavam ao Ceará, não eram das mais alvissareiras. Nos dias seguintes o Instituto realizaria uma reunião para debater o assunto e aprovar pedido de esclarecimentos do Estado brasileiro, tendo em vista que o sócio Joaquim Alves revelou na

⁵⁶² Cláusula “F” do Termo de Compromisso. Relatório CAETA, de dezembro de 1945. CPDOC/FVG. CAETA/C733.

⁵⁶³ Correio do Ceará, nº 9.791, Fortaleza-CE, 17 mai. 1946. Com o título *Abandonados no ‘Inferno Verde’ – a situação de 40 mil cearenses que partiram para a ‘Batalha da Borracha’, no Amazonas*, a denúncia foi replicada em Rio Branco. Um resumo da matéria do jornal O Globo foi divulgado referindo-se a uma reunião do Instituto do Nordeste, que pleiteava esclarecimentos sobre o destino dos cearenses que foram para a Amazônia. O Acre, nº 772, ano 16, Rio Branco-AC, 13jun. 1964, p. 05.

⁵⁶⁴ Correio do Ceará, nº 9.791, Fortaleza-CE, 17 mai. 1946.

última sessão que: “[...] 40 mil trabalhadores deixaram suas glebas em busca do extremo-norte. E o Instituto quer saber: como e onde estão esses 40.000?”⁵⁶⁵

O SEMTA e a CAETA já haviam encerrado suas atividades, de modo que o foco da reivindicação era o Governo Federal, responsável pela campanha da *batalha da borracha* junto às agências estadunidenses que a financiaram.

Uma espécie de adendo à notícia, a qual vinha abaixo da foto de um sertanejo, que serviu de modelo para arregimentar os trabalhadores, agricultores, voluntários e aventureiros brasileiros para a Amazônia, acrescentava que milhares de homens partiram alegremente para o *front* da borracha, certos de que teriam as garantias sociais e trabalhistas, por isso:

Não houve um protesto. Quem poderia protestar no Estado Novo? Além disso, a produção da borracha era uma necessidade vital das Democracias. Mas o SEMTA perdeu a batalha da borracha. Os acordos não foram cumpridos. Esqueceram-se os compromissos. E os sertanejos ficaram abandonados nas florestas do ‘inferno verde’ miseravelmente explorados pelos ‘fornecimentos’, doentes, acabados... **Este crime não deve ficar impune. O Instituto do Nordeste vai pedir contas ao governo, apontar os responsáveis, exigir providências.**⁵⁶⁶ (sem grifo no original)

No início da campanha de arregimentação da mão de obra, os jornais de Fortaleza, principalmente Gazeta de Notícias, numa edição e noutra, divulgavam os termos do acordo coletivo de trabalho induzindo a população interessada nesse tipo de atividade a supor que teriam garantias iguais às dos operários e trabalhadores urbanos.⁵⁶⁷ Uma das edições chega até a defender “diversas vantagens e regalias”. Ledo engano, como já demonstrado. Vale a pena salientar que o Jornal Gazeta de Notícias fazia uma campanha pró-governo, outras matérias publicadas corroboram isso.

O tema foi exposto e debatido na sessão do dia 21 de maio, a partir da fala do membro do Instituto do Nordeste, professor Joaquim Alves, que de forma detalhada expôs o problema perante seus pares, denunciou que durante o Estado Novo (1941-1944) mais de 40 mil homens sadios e fortes foram levados para a Amazônia, sob a promessa de um: “[...] *futuro risonho, uma vida cor-de-rosa* [...]”⁵⁶⁸, mas o que os cearenses receberam de volta foi algo

⁵⁶⁵ Correio do Ceará, nº 9.791, Fortaleza-CE, 17 mai. 1946.

⁵⁶⁶ Correio do Ceará, nº 9.791, Fortaleza-CE, 17 mai. 1946.

⁵⁶⁷ *Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia. Contrato de Encaminhamento*. Jornal Gazeta de Notícias, ano 16, nº 4.918, Fortaleza-CE, 13 abr. 1943, p. 03; *Os trabalhadores alistados no Exército da borracha sabem...* Jornal Gazeta de Notícias, ano 16, nº 4.934, Fortaleza-CE, 02 mai. 1943; *O salário dos trabalhadores*. Jornal Gazeta de Notícias, ano 16, nº 4.942, Fortaleza-CE, 12 mai. 1943, p. 03; *O que devem saber os trabalhadores que desejarem partir para os seringais da Amazônia. As diversas vantagens e regalias*. Jornal Gazeta de Notícias, ano 17, nº 5.194, Fortaleza-CE, 03 mar. 1944.

⁵⁶⁸ Correio do Ceará, nº 9.791, Fortaleza-CE, 22 mai. 1946.

muito diferente: “[...] *um rosário de mentiras. Ninguém sabe o que foi feito deles, nem onde e como eles estão*”.⁵⁶⁹

Diante desta situação exaustivamente debatida na sala de reuniões do Instituto, onde diversas propostas foram apresentadas, decidiram influenciados por uma proposta do jornal Correio do Ceará, de edições anteriores: “[...] *dirigir-se o Instituto á bancada cearense na Assembleia Constituinte, e pedir-lhe que lance a questão em plenário*”.⁵⁷⁰

Além disso, foi aprovada a elaboração de um memorando para enviar a todos os membros da bancada cearense no Congresso Nacional, para que: “[...] *da tribuna da Constituinte, perante o Brasil inteiro, interpelem a quem de direito sobre o destino dos nossos infelizes irmãos, apurem o nome dos culpados, e investiguem a possibilidade de eles retornarem, embora miseros, aos seus lares que abandonaram no sertão cearense*.”⁵⁷¹

Uma semana depois o jornal Correio do Ceará⁵⁷² anuncia que o memorial está pronto e que será lido na sessão do Instituto do Nordeste, a ser realizada no Palácio do Comércio, destacando o clamor e interesse popular pelo assunto, cujo propósito do Instituto é apurar as responsabilidades e incentivar o retorno dos que desejarem abandonar o “inferno verde”.

O Correio do Ceará continua com intensa campanha pleiteando providências para as condições em que ficaram os nordestinos, na Amazônia, principalmente, cearenses, pois Estado, como o de Pernambuco, recusou enviar seus cidadãos à Amazônia, impedindo a instalação do SEMTA em seu território, embora não impedisse que muitos se atirassem nessa aventura.

O jornal Correio do Ceará, aliado do Instituto do Nordeste, propõe a criação de uma Comissão Executiva de Recondução e Reajustamento dos Soldados da Borracha; foi algo que ficou, praticamente, só no calor das emoções. Não houve a resposta por parte do Governo, como esperavam. Isso pôde ser percebido nos debates na Constituinte e na Comissão de Inquérito da Borracha.

Nessa campanha para investigar e responsabilizar o Estado pelas condições de abandono em que ficaram milhares de nordestinos na Amazônia após a guerra, há um certo sensacionalismo, porque não dizer, uma dose de poder político para superdimensionar uma

⁵⁶⁹ Correio do Ceará, nº 9.791, Fortaleza-CE, 22 mai. 1946.

⁵⁷⁰ Correio do Ceará, nº 9.791, Fortaleza-CE, 22 mai. 1946.

⁵⁷¹ Correio do Ceará, nº 9.791, Fortaleza-CE, 22 mai. 1946.

⁵⁷² A matéria jornalística dizia: *Retorno dos soldados da borracha. Mensagem do Instituto do Nordeste á bancada cearense na Assembleia. O povo cearense quer esclarecimentos sobre o destino dado aos seus milhares de irmãos recrutados pelo SEMTA. Será lida hoje na sessão do Instituto, ás 19,30h.* Correio do Ceará, nº 9.791, Fortaleza-CE, 27 mai. 1946.

realidade duvidosa. Nesse sentido, ante a ausência oficial de uma estatística confiável, passou-se a apresentar o número dos mortos na batalha da borracha de forma escandalosa.

O jornal *Correio do Ceará* hipotecou apoio a uma entidade de estudantes chamada Embaixada General Onofre, cujo representante, ao retornar do Norte e em conversa com alguns nordestinos que conseguiram retornar à Fortaleza, anunciou que ouviu destes ex-operários extrativistas que mais de 20.000 deles haviam morrido nos seringais da Amazônia. Segundo a *Embaixada*, alguns entrevistados estimaram em cerca de: “[...] 20.000 o numero de nordestinos que pereceram vitimas do impaludismo, do beri-beri e da tuberculose”.⁵⁷³ A matéria jornalística destaca ainda que no Território do Guaporé, cidade de Porto Velho, um guarda obrigara: “[...] os cearenses a prestar trabalhos forçados com ordenado de 600 cruzeiros mensais.”⁵⁷⁴

E, para arrematar, a notícia sensacionalista dizia, com base nos depoimentos de ex-seringueiros, que: “[...] nos seringais amazonenses havia epoca em que morriam cerca de 12 pessoas por dia.”⁵⁷⁵

Dizer que *havia época* não é a mesma coisa que todos os dias. Isso remete à compreensão de que em alguns momentos do ano havia algum surto de doenças, ou que, devido à qualidade da alimentação, qualidade sanitária da região, isso proporcionava maior incidência de doenças e mortes. Mas, afirmar que *morriam cerca de 12 pessoas por dia* é irreal; primeiro, deve-se duvidar do tipo de informação que essas pessoas tinham e onde tinham acesso a essas informações; segundo, o isolamento dos operários extrativistas nos seringais não permitia acesso a nenhum tipo de informação, mesmo porque não interessava aos patrões-seringalistas distribuí-la, o que ocorre é controle de dados e informações oficiais do Estado, tendo em vista que a imprensa estava amordaçada.⁵⁷⁶ Por outro lado, se isso fosse realidade, era impossível ter alocado essa mão de obra nos seringais; terceiro, superdimensionar os dados dos que pereceram na Amazônia era uma forma de colocar o governo na parede, de pressioná-lo a uma solução para os que ainda lutavam para sobreviver nas florestas da Amazônia.

No ano de 1946, uma edição do *Correio do Ceará* que circulou na manhã do dia 17 de junho, trazia outra matéria acompanhada de ritmo sensacionalista: “*Maltrapilhos, famintos e*

⁵⁷³ *Correio do Ceará*, nº 9.816, Fortaleza-CE, 17 jun. 1946.

⁵⁷⁴ *Correio do Ceará*, nº 9.816, Fortaleza-CE, 17 jun. 1946.

⁵⁷⁵ *Correio do Ceará*, nº 9.816, Fortaleza-CE, 17 jun. 1946.

⁵⁷⁶ O Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, da ditadura varguista controlava os meios de comunicação através da imposição da censura. O Estado do Amazonas, através de uma nova organização judiciária em 1940, por meio de Decreto-Lei nº 441, de 1º de julho, criou o Tribunal do Júri de Imprensa, para julgar os crimes previstos nos arts. 8º a 18, do Decreto-Lei nº 24.776, de julho de 1934.

doentes. Queremos voltar para o Ceará! Remanescentes do Exército da Borracha abandonados em Belem falam da tragédia de que foram vítimas” - “*Nas selvas do Inferno Verde morria gente como formiga*”⁵⁷⁷. O título final abria as primeiras letras da reportagem, escrita por Felizardo Mont’Alverne, Dos “Associados” de Fortaleza, a bordo do navio Itanagé, entre Belém e São Luís, que trazia alguns nordestinos de volta ao Ceará.

Quis saber o articulista sobre a cifra correta dos migrantes nordestinos embarcados para a Amazônia durante a guerra, recebeu como resposta do Diretor do Departamento Nacional de Imigração, o cearense Humberto Pereira Viana:

[...] tudo aqui se baseia no calculo de aproximação. Só o que eu posso afirmar é que chegaram a Belem, vindos do Ceará 32.677 trabalhadores. Faleceram somente 206 e foram encaminhados para a Amazonia 36.268. Durante o mês de maio chegaram do nordeste 48 homens, foram encaminhados 102, 19 aguardam encaminhamento, 7 acham-se hospitalizados e outros tantos se encontram licenciados.⁵⁷⁸

Os dados de que faleceram 206 trabalhadores, não se sabe de qual leva, não aquietou o espírito especulativo do jornalista, que esquetejou sua matéria com o subtítulo *morriam como formiga*, para afirmar a partir das histórias de vida emprestadas por aqueles que conseguiam retornar:

[...] **na Amazonia morre cearense como formiga**; um deles chegou mesmo a declarar que sucumbiam em certos dias cerca, de dez a doze nordestinos. A maioria morria a míngua, perdidos nos seringais. Os “Arigós”, que se encontram na capital paraense todos eles contam as mais negras privações. Atormentados pelas doenças tropicais e pelas intempéries do Inferno Verde, nunca chegaram a produzir grande cousa. Uns, conseguiram resistir. Outros, sucumbiram. Mas todos como soldados de um exercito que saiu destroçado de uma grande batalha.⁵⁷⁹

A tese de que há exageros na afirmação dos depoentes é porque uma das preocupações da campanha estadunidense pela borracha silvestre era sobre as condições de saúde e higiene na Amazônia. Seria um contra-senso fazê-lo diferente, mesmo porque a saúde do trabalhador representa o grau mais elevado de exploração que ele possa ser submetido, consequentemente, mais acumulação de riquezas será proporcionada ao patrão capitalista. Nesse sentido, Álvaro Maia, interventor no Amazonas, em viagem ao Rio de Janeiro em julho de 1943, elogia o cuidado do Governo Federal com o saneamento da Amazônia, segundo ele:

⁵⁷⁷ Correio do Ceará, nº 9.817, Fortaleza-CE, 18 jun. 1946.

⁵⁷⁸ Correio do Ceará, nº 9.817, Fortaleza-CE, 18 jun. 1946.

⁵⁷⁹ Correio do Ceará, nº 9.817, Fortaleza-CE, 18 jun. 1946.

[...] não resta a menor dúvida, fator essencial para o êxito da batalha da borracha e, de certo modo, do sucesso da ação do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazonia [...] Felizmente, o governo federal vem encarando com a máxima energia os problemas amazônicos, o que constitui uma garantia de segurança aos nossos conterrâneos que partem para o Extremo Norte, onde a extração do ‘latex’ lhes assegurara, presentemente, amplos recursos para uma vida mais farta e de menos preocupações.⁵⁸⁰

O jornalista Felizardo Mont’Alverne apresentou, a partir das histórias de vida e experiências vividas nos seringais das pessoas com quem conversou e ouviu, que esse propósito do governo fracassou.

Não resta dúvida de que houve muitas perdas nos seringais, muitos fatores inesperados e desconhecidos pelos nordestinos (clima, regime das chuvas, animais, doenças tropicais) contribuíram para centenas de mortes. Todavia, *quantificar* isso é praticamente impossível, como já o era para os que ingressaram na Amazônia, mobilizados pela campanha da *batalha da borracha*, porque quem já estava nos seringais, mobilizado estava e era obrigado a colaborar com o esforço de guerra.⁵⁸¹ Tanto é que os índios foram cogitados, pela Associação Comercial do Amazonas, a serem usados como mão de obra; considerando uma população aproximada de 350 mil indivíduos, se empregassem somente os índios no extrativismo da borracha, poderia ser dispensada a migração dos nordestinos.⁵⁸²

O mais curioso é que esse discurso falacioso de mais de 20.000 mortos na Amazônia tenha contaminado historiadores do quilate de Pedro Martinello que ao ouvir alguns poucos ex-soldados da borracha e o funcionário responsável pela imigração no Acre, Pimentel Gomes, demonstre simpatia e apoio a essa denúncia.⁵⁸³

Havemos de considerar que a Amazônia é um mundo imensurável, cheia de contrastes e peculiaridades, não se resume e não é razoável afirmar que o Acre é a Amazônia. É só uma parte muito pequena da Amazônia.

⁵⁸⁰ Correio do Ceará, nº 8.639, Fortaleza-CE, 21 jul. 1943.

⁵⁸¹ “*Os seringueiros teem adiada sua incorporação às forças armadas. RIO, 5 – (Do correspondente) – O Presidente da República assinou decreto determinando que os trabalhadores nacionais, encaminhados ao vale amazônico para exploração da borracha e também os que ali já estiverem trabalhando, devidamente contratados nessas atividades, serão considerados de incorporação adiada até a terminação do seu contrato de trabalho ou enquanto se dedicarem àquelas atividades.*” O Acre, nº 680, ano 14, Rio Branco, 07 fev. 1943, p. 01. Em junho de 1943 o Comando do Exército na Amazônia, com sede em Manaus, publica o Aviso nº 1.262, disciplina as condições de concessão do “*adiamento de incorporação dos trabalhadores empregados na exploração e extração da borracha [...]*”, extensivo também aos seringalistas e àqueles que exploram as atividades de transporte. O Acre, nº 704, ano 14, Rio Branco, 25 jul. 1943, p. 03.

⁵⁸² Ata da sessão ordinária da Associação Comercial do Amazonas, realizada no dia 04 de maio de 1942.

⁵⁸³ MARTINELLO, Pedro. A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico. Rio Branco: UFAC, 1988, pp. 325-326.

A ira do jornalista não para por aí, passa noutro tópico da matéria a descrever em que condições se encontravam os retornados na capital paraense: “*Cearenses maltrapilhos, famintos, esfarrapados, simples aspectos de homens fortes e afeitos á luta, percorrem Belem. O povo fala muito de assaltos verificados*”.⁵⁸⁴

Reforça o cenário dramático com as palavras dos entrevistados:

Estamos morrendo de fome. **O governo nos abandonou.** Queremos voltar para o Ceará. Temos saudade do inverno, dos rios correndo, das matas crescendo, dos passarinhos cantando. Temos saudade das vaquejadas do gado engordando, do leite, do milho verde. Queremos voltar para nossa terra.⁵⁸⁵ (sem grifo no original)

Sobressaem neste depoimento quatro questões: fome, negligência do Estado, saudade da terra, desejo de voltar.

É estranho que o entrevistado indique do que sente falta, ou seja, de um mundo verde, de abundância no Nordeste. Isso, de fato, é passível de compreensão e saber que o Nordeste não se resume ao polígono da seca, mas há um cinturão verde, há região de terras altas, onde é frio durante boa parte do ano, é provável que nestas regiões o verde, a abundância ocorra o ano todo, diferentemente de onde a estiagem castiga a população sertaneja o ano todo.

Felizardo Mont’Alverne denuncia também a exploração a que o operário extrativista estava exposto, ao tomar em mãos dados da conta corrente do jovem cearense de Tianguá, Francisco Teles Filho. Ele havia chegado de um seringal do Acre, onde trabalhara, percebendo salário mensal de duzentos cruzeiros. Estava doente de malária. A conta corrente apresentava valores elevados e insuportáveis: “[...] *1 quilo de café a doze cruzeiros, um pão de farinha a 65 cruzeiros, 3 injeções a 75 cruzeiros e uma garrafa de álcool por 20 cruzeiros*”.⁵⁸⁶

Essa fraude contábil praticada nos barracões dos seringais pelos patrões-
seringalistas contra os seringueiros é algo inquestionável, faz parte da literatura e da oralidade da história social da economia extrativista.

O historiador Gerson Albuquerque, perscrutando sobre as práticas sociais nos seringais a partir da oralidade dos seringueiros, na década de 1980, ainda ouviu afirmação da existência destas práticas, ao mesmo tempo a resignação dos seringueiros com o cumprimento de suas obrigações, mesmo sabedores de ‘*injustiças do patrão*’. Segundo Albuquerque, na economia de escambo na Amazônia:

⁵⁸⁴ Correio do Ceará, nº 9.817, Fortaleza-CE, 18 jun. 1946.

⁵⁸⁵ Correio do Ceará, nº 9.817, Fortaleza-CE, 18 jun. 1946.

⁵⁸⁶ Correio do Ceará, nº 9.817, Fortaleza-CE, 18 jun. 1946.

A certeza de que o patrão ‘rouba’ aparece em muitos outros relatos e formas de expressão das populações que trabalham nos seringais do Muru. Porém, uma significativa parcela desses trabalhadores, por não comportar em seus códigos de cultura a vida sem esse símbolo de poder que é o barracão (mesmo conscientes da usurpação nos preços de mercadorias, na pesagem da borracha, na cobrança da renda, nas comissões aos gerentes, na ‘tara’, no vale da borracha e outros mecanismos disciplinadores) continuam trabalhando para quitar suas dívidas e, geralmente, endividando-se cada vez mais, na crença de tirar um saldo junto à firma para a qual trabalham.⁵⁸⁷

Um relatório feito pelo Departamento de Geografia e Estatística do Acre, com levantamento de preços em cada três principais capitais do país, no início dos anos 1940, em que tomou como referência o preço de vários produtos e comparou-os com os preços no Acre, na capital Rio Branco e em outros municípios, aparece um dos que estão na lista da conta corrente do jovem cearense Francisco Teles Filho: o café, em Rio Branco, custava, em 1944, Cr\$ 9,00, em 1945, Cr\$ 9,30; e no ano de 1946, Cr\$ 12,00, em Xapuri.⁵⁸⁸ Já a tabela de preços da Comissão Municipal de Preços do Território do Acre – Rio Branco era mais completa e continha os três itens da conta corrente do trabalhador, para o ano de 1943; desde junho, a farinha d’água custava Cr\$ 2,20 kg; a farinha regional Cr\$ 1,60 kg; o álcool Cr\$ 12,00 l; o café em grãos da Bahia, Cr\$ 6,00; e o café moído, Cr\$ 9,00 kg.⁵⁸⁹

No processo de liquidação⁵⁹⁰ da firma comercial Joaquim Marcelino, com sede no seringal Nova Esperança, no município de Xapuri, no final de 1944, requerido pelo sócio Abrahan Bendaham, nos termos do estatuto social da empresa que previa a partilha dos bens, lucros e prejuízos com os herdeiros, por razões da morte do sócio solidário Joaquim Marcelino de Brito, no balanço contábil em que são arrolados os bens, aparece, dentre centenas de itens, uma saca de café, certamente, pesando 50 kg ao preço de Cr\$ 300,00; dividido o valor total pela quantidade de quilos, um quilograma custaria em torno de Cr\$ 6,00, na cidade de Xapuri. Se Teles reclamava que pagava em torno de Cr\$ 12,00 pelo kg de café no seringal em que trabalhava, é certo que havia um lucro para o seringalista de 100% (cem) por cento.

Realmente, não tem quem suporte valores tão escorchantes. Esses valores são oficiais, praticados na cidade e não dentro das florestas, nos seringais, onde há um superfaturamento, além da fraude contábil. Tanto o é que o próprio ministro Paulo de Assis Ribeiro, por ocasião

⁵⁸⁷ ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. Trabalhadores do Muru, o rio das cigarras. Rio Branco: Edufac, 2005, p. 93.

⁵⁸⁸ Relatório do Departamento de Geografia e Estatística do Território do Acre, ano 1946.

⁵⁸⁹ O Acre, nº 701, ano 14, Rio Branco-AC., 04 jul. 1943, p. 06.

⁵⁹⁰ Território do Acre. Juízo de Direito da Comarca de Xapuri. Ação de Liquidação nº 1.513-A, de 18 de dezembro de 1945.

de sua visita *in loco* a um dos seringais do rio Tapajós, admite porque presenciou que: “[...] *no Alto Tapajós, no seringal, onde não havia controle nenhum de preço. O trabalhador não recebe dinheiro, mas gêneros, em troca de borracha*”.⁵⁹¹

Por fim, o jornalista destaca duas situações: uma em que o Governo Federal não quer que os cearenses voltem para sua terra de origem, porém recebem passagem: “[...] *aqueles que estejam reconhecidamente incapacitados, definitivamente, para o trabalho*”,⁵⁹² apesar do DNI já ter feito retornar mais de 3.000 e outros tantos por conta própria. A outra situação: destaca a impetuosidade do cearense para a aventura, está no sangue do cearense o espírito de aventura.

Talvez não fosse tanto a aventura, mas a necessidade material, a luta tenaz pela sobrevivência.

Do ponto de vista da articulação política e de resistência coletiva dos operários extrativistas para uma saída honrosa ou para o rompimento dos grilhões escravagistas existentes nos seringais, depois da guerra, era uma hipótese descartada, restava, diante dos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro ante o imperialismo estadunidense, promover o retorno dos operários para suas regiões de origem, ou eles, por conta própria, voltarem. Constata-se que os dois flancos vinham ocorrendo.

Houve má vontade do governo em cumprir o pacto com os americanos do norte, mesmo havendo previsão financeira para tal?

De que modo o Governo de Vargas e o Dutra disponibilizaram algum recurso para a reversão da migração, suficiente e aplicado de forma adequada?

5.3 A Comissão de Inquérito da Borracha: a busca dos responsáveis

A crise sobre as condições em que ficaram enfiados na floresta amazônica os chamados *soldados da borracha* ganhou proporções internacionais com destaque na imprensa inglesa e norte-americana.⁵⁹³ A denúncia que detonou a ofensiva dos cearenses contra o Estado brasileiro veio em decorrência de uma visita, em maio de 1946, de um grupo de estudantes a Belém do Pará, articulados através de uma organização denominada Embaixada Gen. Onofre. Ali eles constataram em que situação se encontravam, seus patrícios, que regressavam dos seringais.

⁵⁹¹ Depoimento de Paulo de Assis Ribeiro na Comissão de Inquérito da Borracha. Diário da Assembleia, de 24 de agosto de 1946, p. 4.315.

⁵⁹² Correio do Ceará, nº 9.817, Fortaleza-CE, 18 jun.1946.

⁵⁹³ MARTINELLO, Pedro, p. 318.

Uma Assembleia Constituinte, que durou de fevereiro a setembro de 1946, tentava construir uma saída para três décadas de autoritarismo e fascismo do Estado brasileiro, enfeixado nas mãos de Getúlio Vargas e seus asseclas. Os cearenses capitanearam esse momento como uma grande oportunidade para fazer ecoar lá dentro e para todo o país a situação em que ficaram mais de 50.000 brasileiros que foram para a Amazônia, dentre eles, a maioria cearense.

Diante da pressão dos parlamentares nordestinos, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, objeto de um Requerimento apresentado pelo deputado Café Filho, representante do Rio Grande do Norte, que teve seu início em julho de 1946, quando ocorreu sua primeira reunião. Ali, foi deliberada e aprovada a convocação, para tomar depoimento, dos diretores responsáveis pela campanha da *batalha da borracha*, dentre eles: Ezequiel Burgos – médico do Serviço Especial de Saúde Pública – SESP; Paulo de Assis Ribeiro – Chefe do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTA; Felisberto Camargo – Diretor do Instituto Agrônomo do Norte; Carvalho Leal – ex-deputado federal pelo Amazonas; Rui Mário de Medeiros – Diretor do Banco de Crédito da Borracha; Bartolomeu Guimarães – funcionário do Banco do Brasil, mas designado para chefiar o Serviço Especializado da Borracha na Agência de Manaus; Péricles de Carvalho – Diretor do Departamento Nacional de Imigração; Thompson Flôres; Dória Vasconcelos; e, posteriormente, do Ministro João Alberto Lins de Barros, coordenador da Comissão de Mobilização Econômica; Valentim Bouças – Diretor Executivo da Comissão de Controle dos Acordos de Washington, e outros. A Comissão de Inquérito não alcançou a todos.

Antes mesmo de sua instalação, em maio já haviam detonado as críticas e denúncias sobre o fracasso e insucesso da *batalha da borracha*; o marco foi a condição social e material dos cearenses e outros brasileiros que foram deslocados para a Amazônia, os quais se encontravam em estágio de miséria e pobreza perambulando por Rio Branco, Boca do Acre, Xapuri, Brasiléia, Manaus, Belém, mesmo quando chegavam a Fortaleza e a outras capitais, encontravam-se em péssimas condições.

Por essa razão, políticos, jornalistas, advogados, empresários e estudiosos cearenses transformaram esse *status* dos cearenses numa bandeira de luta e reivindicação para prestação de contas do Estado brasileiro com os “milhares” de mortos e as condições em que ficaram os nordestinos na Amazônia.

Essa ufania atingiu os Estados Unidos, país mais interessado na borracha natural da Amazônia e quem financiou o exército de soldados da borracha, impelindo explicações de seu Procurador Geral ao Congresso:

Tem havido uma grande discussão, pela imprensa e na Assembléia Constituinte do Brasil, sobre os operários transferidos para as áreas de produção da borracha na Amazônia. Novos relatórios, indicam, que um grande número de seringueiros pereceu na floresta, e que, muitos poucos regressaram aos seus lares. O acôrdo, realizado entre a 'RDC' e as várias repartições do govêrno brasileiro que se ocuparam dêsse assunto, indicam, claramente que, essas repartições, assumiam toda a responsabilidade pelo tratamento e pelo retorno dêsses operários.⁵⁹⁴

Corrêa afirma que a mensagem fora enviado ao Congresso dos Estados Unidos em 1947, o conteúdo da mensagem não poderia ser deste ano, tendo em vista que se refere ao debate tomado na assembleia Constituinte do Brasil de 1946, e essa durou somente oito meses, deste ano.

Na 107ª sessão da Assembleia Constituinte de 1946, o Deputado Federal pelo Rio Grande do Norte, Café Filho, a par de várias denúncias sobre a situação dos nordestinos na Amazônia, colhidas por meio de conversas, cartas, imprensa e outros documentos, em seu discurso nesse dia, referiu-se a uma correspondência de um operário extrativista que enviou ao seu pai no Rio Grande do Norte, falando da sua sorte, porque o salário que ganhava com a extração do látex estava sendo depositado no Banco de Crédito da Borracha. O pai do operário foi investigar junto ao Banco e para sua surpresa, ao receber a resposta da instituição financeira, descobriu que se tratava de uma tramoia do patrão-seringalista e do próprio Banco, ou seja, não havia depósito de salário coisa nenhuma.

Durante o depoimento na Comissão de Inquérito da Borracha, o parlamentar Egberto Rodrigues questionou Rui Medeiros, ex-Diretor do Banco de Crédito da Borracha, se: "*Os créditos dos seringueiros eram depositados no Banco da Borracha?*"⁵⁹⁵ A resposta do Diretor do Banco foi: "*Se êles assim quisessem*".⁵⁹⁶

Uma resposta seca, objetiva, sem mais delongas. O que levou o parlamentar a se calar, tratando de outra questão com o depoente, e ninguém mais abordou a questão, pois dependia da vontade livre e soberana do trabalhador. Ele era o responsável por ter parte da produção paga em dinheiro e retida no Banco de Crédito da Borracha. Se lá não era depositado, o seringueiro era o responsável, isso era suficiente nos contratos mediados pelas regras do liberalismo jurídico, que imputavam ao negligente a responsabilidade com as regras.

⁵⁹⁴ CORRÊA, Luiz de Miranda. A borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1967, pp. 94-95.

⁵⁹⁵ Depoimento de Rui Mário de Medeiros. Anais da Assembleia Nacional Constituinte, em 31 de agosto de 1946, p. 4517.

⁵⁹⁶ Depoimento de Rui Mário de Medeiros. Anais da Assembleia Nacional Constituinte, em 31 de agosto de 1946, p. 4517.

Nestes termos, Café Filho apresentou o Requerimento nº 268/1946, com o que demarcou a motivação da Comissão de Inquérito da Borracha embasado em forte fundamentação histórica e empírica:

[...] desejamos fixar responsabilidades. Muitos trabalhadores ficaram invalidados; muitos foram ludibriados, pois arrastados de seu trabalho, na persuasão de que iam servir à Pátria, foram abandonados, sem a devida assistência dos que os arregimentaram. [...] a Assembléia Constituinte votará o meu requerimento, porque não se trata de órgão de acusação, mas para apurar a responsabilidade que hoje pesa sobre a cabeça de todos. [...] para apurar a situação de todos aqueles que tomaram parte no Exército da Borracha, como o que diz respeito ao recrutamento, contratos de trabalho, condições dêste último, assistência às famílias, retôrno aos lares, e garantias contra a enfermidade, levando-se ainda em conta tudo quanto as investigações indicarem como necessário ao esclarecimento do público, justamente alarmado com a situação desgraçada a que foram levados milhares de brasileiros.⁵⁹⁷

Um aguerrido debate se sucedeu no plenário da Constituinte entre os deputados Pereira da Silva, representante do Amazonas, e Paulo Sarasate, do Ceará. A essência do debate travado de um lado por Silva, que rechaçava a acusação da imprensa; e, de outro por Sarasate, que levava ao conhecimento da Constituinte a morte de aproximadamente 23.000 operários extrativistas durante a batalha da borracha; para Pereira Silva, eles estavam lá, vivos, trabalhando em outras frentes econômicas extrativistas para a grandeza da Amazônia e do Brasil:

O que posso dizer desde já é que continuam trabalhando no Amazonas, não só porque lá encontraram ambiente, senão também porque os produtos extrativos continuam bem cotados. Assim, por exemplo, a cotação da castanha subiu a ponto de estar sendo vendida a 350 cruzeiros o hectolitro. Além dessa, outras indústrias extrativas, igualmente, asseguram trabalho ao braço imigrante, de que tanto precisa a Amazônia, para cooperar pela grandeza do Brasil [...] digo aos nobres Representantes que não tenham receio; os homens não morreram, estão trabalhando pela Pátria e voltarão aos seus lares quando bem entenderem. Tudo é Brasil.⁵⁹⁸

O debate se alonga com o parlamentar representante do Amazonas se comprometendo em apresentar provas contra as acusações da sorte dos nordestinos; e de outro, Sarasate insistindo no fracasso da batalha da borracha, nas mortes que houver e na negligência do

⁵⁹⁷ Discurso do Dep. Federal pelo Rio Grande do Norte, Café Filho, na sessão do dia 03 de julho de 1946. Anais da Assembleia Constituinte de 1946. A instalação da CPI foi aprovada e composta por Álvaro Maia, Pereira da Silva, Castelo Branco, Jandui Carneiro, João Botelho, Osvaldo Studart, José Neiva, Moreira da Rocha, pelo Partido Social Democrático; pela União Democrática Nacional, Severiano Nunes, Paulo Sarasate, Egberto Rodrigues e Fernandes Távora; Café Filho, autor do Requerimento, pelo Partido Republicano Progressista; Euzébio Rocha, pelo Partido Trabalhista, e pelo Partido Comunista do Brasil, Agostinho Oliveira.

⁵⁹⁸ Diário da Assembleia Constituinte de 1946, 19 de julho de 1946, p. 3.574.

Estado com os brasileiros que foram para os seringais. Ao se contrapor a afirmação de Silva de que eles voltariam aos seus lares quando *bem entenderem*, Sarasate mostrou-se firme em sua réplica, como fizera a todo instante, rebatendo o discurso oficial do amazonense:

Não sei como poderão voltar, porque o auxílio que terá de ser dado para seu retorno é impossível, visto como o próprio Estado não tem posses para fazê-los reconduzir a seus lares. Só poderá ser feito pelo governo federal tal empresa de vulto. Não é questão de quando entendam **mas de quando possam voltar**.⁵⁹⁹ (sem grifo no original)

Sarasate traz uma questão polêmica e muito importante: com quais recursos, seja individual, de posse dos operários extrativistas ganho com o trabalho nos seringais, seja com recursos custeados pelos Estados Unidos e pelo Brasil, voltaria para o Nordeste. Isso é algo que veremos mais adiante.

Em junho de 1947, Café Filho narra ao plenário do Congresso Nacional sua participação na Comissão de Inquérito, lembrando que no Relatório Final da Comissão de Inquérito da Borracha, redigido pelo Deputado Paulo Sarasate:

[...] ficaram provadas a desídia dos funcionários e a responsabilidade dos chefes daquele serviço, fosse encaminhado ao Sr. Presidente da República, pois só ao Poder Executivo cabia a aplicação de penas, com a determinação de inquérito, não parlamentar, que este estava feito, mas administrativo, no sentido de castigar os verdadeiros culpados pela matança dos soldados da borracha.⁶⁰⁰

Segundo Café Filho, concomitante ao encerramento da CI da Borracha, o Estado publicou: “[...] *uma exposição de motivos do Sr. Ministro do Trabalho, aprovada pelo Chefe da Nação, pela qual se podia deduzir que esses brasileiros, humildes e desapontados que esses desgraçados, iriam ser atendidos*”.⁶⁰¹

Denunciava, no Parlamento, o deputado que o tempo correu e nada foi feito até aquele momento, mesmo tendo o Executivo recebido a Indicação nº 82, de 1946, proposta pelos deputados Gentil Barreira, Egberto Rodrigues e Plínio Pompeu, que reivindicavam fazer:

⁵⁹⁹ Aparte do Deputado Paulo Sarasate às explicações do Deputado Pereira da Silva na sessão do dia 18 de julho de 1946. Anais da Assembleia Constituinte de 1946. Nessa mesma sessão o comunista Luiz Carlos Prestes faz um aparte para afirmar que a revista *Tribuna Popular* publicou em torno de uma dezena de depoimentos de *ex-soldados da borracha* colhidos a partir de entrevistas feitas com eles, e que isso era seu testemunho de seu encontro com esses operários brasileiros.

⁶⁰⁰ Diário do Congresso Nacional, 4 de junho de 1947, p. 2.297.

⁶⁰¹ Diário do Congresso Nacional, 4 de junho de 1947, p. 2.297.

“[...] retornar ao Ceará os soldados da borracha, decretando, destarte, a imigração dos cearenses”.⁶⁰²

5.4 Compromissos e responsabilidades do Estado com os *soldados da borracha*

A Comissão de Inquérito da Borracha que funcionou paralela à existência da Assembléia Constituinte de 1946 e teve o seu fim com o encerramento, também, da Constituinte, visava levantar as responsabilidades de agentes do Estado na e durante a campanha da *batalha da borracha*, enfim, as responsabilidades e infrações durante sua execução.

Tramitada e instalada dentro dos procedimentos burocráticos e legislativos da época, a Comissão ouviu diretores, parlamentares, ex-soldados da borracha e um ministro.

Os depoentes começavam a expor suas histórias de vida e a forma como gerenciaram os órgãos e agências oficiais encarregados da *batalha da borracha*.

A regra na Comissão de Inquérito era deixar os informantes fazerem suas exposições, depois eram sabatinados pelos membros da Comissão. Essa metodologia nem sempre era respeitada, sendo o depoente interrompido várias vezes. Algumas delas com perguntas que traziam o ex-diretor para o objeto da investigação, mas nem sempre o fazendo, devido à intervenção do Presidente da Comissão, que orientava no sentido de que a interpelação só deveria ser feita ao final do depoimento do investigado.

A história dos soldados da borracha que aparecem subjacentes nas falas dos diretores apresenta um corolário de erros, dissimulações, subserviências, críticas e fraudes.

Bartolomeu Guimaraes, um dos primeiros a depor, disse que sua missão junto ao Banco de Crédito da Borracha se distanciava cada vez mais de suas responsabilidades, pois já antevia o fracasso da operação, tendo em vista, entre outros fatores, terem subestimado a capacidade e a cultura econômica da Amazônia, capitaneada pela burguesia mercantil de Manaus, Belém, Rio Branco, Boca do Acre, Santarém, etc.

E fez severas críticas ao desvio da finalidade do Banco da Borracha, que passou a realizar operações mercantilistas, especialidade e costume da classe empresarial na Amazônia, o que implicava seu desmonte secular. Por conta de suas críticas que eram veiculadas pela imprensa, sofreu ameaça por parte do *Tubarão Chefe*⁶⁰³ Valentim Bouças, que, indagado

⁶⁰² Diário do Congresso Nacional, 4 de junho de 1947, p. 2.297.

⁶⁰³ Durante seu depoimento na Comissão de Inquérito da Borracha, Bartolomeu Guimarães adjetivou Valentim Bouças de “o *Tubarão Chefe* da Campanha da Borracha – Hugo Borghi, dos negócios internacionais - homem

pelos jornalistas de Belém sobre as críticas que a *batalha da borracha* recebia, disse: “*Os autores de certas críticas deviam ser encaminhados ao Tribunal de Segurança. Estamos em plena Guerra e não se pode admitir esse trabalho de derrotistas*”.⁶⁰⁴

Mesmo não sendo levado ao Tribunal de Segurança Nacional, Bartolomeu Guimaraes foi afastado de suas funções junto ao Banco, sem, contudo, deixar de firmar posição política ante a Comissão de Inquérito, denunciando a operação de guerra na Amazônia.

Disse ainda que:

Causas estranhas e diversas têm contribuído para essa flagrante improdutividade. E, sem receio de avançar uma assertiva inoportuna, podemos afirmar que semelhante estado de coisas resulta apenas da falta de uma indispensável unidade de comando competente e autorizado, que subordinado ao seu controle todos êsses departamentos, tirasse dos mesmos os grandes benefícios que estão destinados a prestar à Amazônia.⁶⁰⁵

Bartolomeu clama para que a Amazônia nunca mais seja cobaia para experiências *apressadas e criminosas* e aponta os responsáveis por essa campanha, e o principal deles, Getúlio Vargas:

Chame-se a responsabilidade o ex-ditador Getúlio Vargas, hoje Senador da República. Êste sim, errou muito conscientemente. Êle sabia muito bem o que iria acontecer, entregando como entregou a execução do programa a homens tão seus conhecidos. Foi avisado em tempo de tudo quanto acontecia. Quero crer que êle teve visão perfeita do fracasso. Mas, desgraçadamente nunca houve de sua parte sinceridade de propósitos nem outro desejo senão o de aproveitar oportunidades para usufruir proveito pessoal.⁶⁰⁶

Em parte, explica-se a participação do Brasil em apoiar os EUA com matérias-primas, principalmente a borracha como política de barganha, *a posteriori*, para obter assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.⁶⁰⁷ Reivindicação, ainda, nos dias de hoje, recusada pelos Estados membros do Conselho.

forte e poderoso, respeitado até pelo então chefe da nação e temido por todos os seus ministros”. Diário da Assembleia, em 17 de agosto de 1946, p. 4153.

⁶⁰⁴ Resposta de Valentim Bouças a um repórter em Belém, registrada no depoimento de Bartolomeu Guimarães. Anais do Diário da Assembleia Constituinte, 17 de agosto de 1946, p. 4.153.

⁶⁰⁵ Depoimento de Bartolomeu Guimarães. Anais do Diário da Assembleia Constituinte, 17 de agosto de 1946, p. 4.153.

⁶⁰⁶ Depoimento de Bartolomeu Guimarães. Anais do Diário da Assembleia Constituinte, 17 de agosto de 1946, p. 4.154.

⁶⁰⁷ MORALES, Lúcia Arrais. Vai e vem, vira e volta: as rotas dos soldados da borracha. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002, p. 110.

Bartolomeu Guimarães foi questionado sobre as provas que teria para imputar a Valentim Bouças o fracasso da *batalha da borracha*, para que não ficasse somente em ilações. Disse, em resposta, que ele era o Diretor Executivo da Comissão Executiva de Controle dos Acordos de Washington- CCAW. Também representava os interesses das multinacionais do comércio da borracha crua, com o cargo de Diretor da Good-Year do Brasil⁶⁰⁸, além de ser um dos grandes acionistas do Banco de Crédito da Borracha⁶⁰⁹. Era quem decidia, deliberava, aprovava e desaprovava; ainda, debaixo de qualquer dúvida, os diretores recorriam a ele no Rio de Janeiro. Revelou, ainda, aos parlamentares:

[...] sei que em poder de S. Ex.^a o Sr. General Eurico Gaspar Dutra, então Ministro da Guerra do governo Getúlio Vargas, há um relatório substancioso, firmado pelo Capitão Passos, presidente substituído do Banco de Crédito da Borracha, em cujo documento é apontado o Senhor Valentim F. Bouças como principal e único responsável pelo fracasso de sua administração.⁶¹⁰

Ao contrário, do ministro João Alberto, do DNI, em reunião da Comissão de Inquérito com os deputados Café Filho e Paulo Sarasate, assumiu a responsabilidade, na proporção de sua competência, mas que a Comissão deveria atingir outras pessoas. Portanto, a responsabilidade de João Alberto era restrita e com ressalvas.

Guimaraes com a experiência administrativa acumulada junto ao Banco de Crédito da Borracha e a orientação que este tomava, denunciava que esta instituição estava envolvida num crime contra a economia da Amazônia:

[...] ao Banco de Crédito da Borracha, com a mudança apenas do *medalhão*, seu presidente, permanecendo sem substituição a diretoria culposa, falta idoneidade moral para intervir com privilégios nos assuntos econômicos da Amazônia! Uma investigação *in loco*, bem orientada e armada de poderes efetivos, poderá demonstrar à sagacidade os crimes cometidos por êsse Instituto contra a economia alheia e, ainda mais, de muita falta de escrúpulo. E não se iludam os homens do governo: a economia amazônica exige o mais rigoroso policiamento nas atividades do Banco de Crédito da Borracha!⁶¹¹

O diretor foi perguntado pelo deputado Castelo Branco se tinha notícias de *desvios criminosos do fundo da borracha*.⁶¹² Respondeu que não sabia, mas que o Banco era um

⁶⁰⁸ Depoimento de Rui Mário de Medeiros. Anais do Congresso Nacional, 26 de agosto de 1946, p. 4519.

⁶⁰⁹ Depoimento de Rui Mário de Medeiros. Anais do Congresso Nacional, 26 de agosto de 1946, p. 4155.

⁶¹⁰ Depoimento de Bartolomeu Guimarães. Anais do Diário da Assembleia Constituinte, 17 de agosto de 1946, p. 4.152.

⁶¹¹ Depoimento de Rui Mário de Medeiros. Anais do Congresso Nacional, 26 de agosto de 1946, p. 4.153.

⁶¹² Depoimento de Rui Mário de Medeiros. Anais do Congresso Nacional, 26 de agosto de 1946, pp. 4.155-4.156.

agiota e negava empréstimo, para que outro estranho intermediasse junto ao Banco. A negação era uma estratégia para que o empréstimo fosse concedido mediante propina, mediado por funcionários do alto escalão do Banco de Crédito da Borracha.

O deputado Paulo Sarasate quis saber se: “[...] os seringueiros, na opinião do depoente, e pelo conhecimento que tem do assunto, têm recebido o tratamento preconizado nos contratos de trabalho?”⁶¹³ Perguntaram, ainda, se eram depositados 60% do previsto no contrato de trabalho, sobre a venda da borracha do seringueiro ao Banco de Crédito da Borracha. Respondeu que não sabia, por estar longe do local onde as transações ocorriam, portanto, não sabia se o contrato era cumprido.⁶¹⁴

Esta não pareceu uma boa resposta; neste caso, Bartolomeu foge a suas responsabilidades, visto que, como executivo do Banco, tinha acesso às contas e depósitos feitos nesta agência, sobretudo o controle sobre as operações nas contas dos clientes, sobre as operações financeiras do Banco.

Por ocasião do depoimento do médico Ezequiel Burgos, diretor de um dos campos de concentração em Belém, questionado sobre as garantias trabalhistas, respondeu ao Deputado Sarasate que não havia e que:

[...] certa feita ao sair do pôsto um soldado da borracha, e sofrendo um acidente, nenhuma providência foi tomada pelas autoridades. Não estando na minha alçada, fiz, entretanto, um ofício, como se fôsse do meu serviço, ao juiz competente de Manaus, pedindo providências. Nada foi feito em favor do acidentado.⁶¹⁵

O deputado federal cearense ainda perguntou se os contratos de trabalho estavam sob a fiscalização de alguma autoridade. Disse Ezequiel: “*Julgo que não. Eram unânimes os que diziam que os contratos eram tomados ou desapareciam quando os trabalhadores chegavam aos seringais.*”⁶¹⁶

O médico se vale de uma carta recebida de um seringueiro que tecia uma crítica dura ao sistema de aviação, no qual as relações de trabalho estavam submetidas à escravidão por dívida, trazia ele a história de vida deste operário, para provar junto à comissão de Inquérito da Borracha que a economia de escambo dominada pelos seringalistas era inexorável com os trabalhadores:

⁶¹³ Depoimento de Rui Mário de Medeiros. Anais do Congresso Nacional, 26 de agosto de 1946, p. 4.156.

⁶¹⁴ Depoimento de Rui Mário de Medeiros. Anais do Congresso Nacional, 26 de agosto de 1946, p. 4.156.

⁶¹⁵ Diário da Assembleia, 23 de agosto de 1946, p. 4.284.

⁶¹⁶ Diário da Assembleia, 23 de agosto de 1946, p. 4.284.

Um dos soldados da borracha disse em um de meus relatórios, que o trabalhador na Amazônia era escravo, que ainda para lá não havia chegado o 13 de maio. O trabalhador só consegue sair dos seringais do modo, com raríssimas exceções, que vêm confirmar a regra: fugindo, porque fica prêso ao seringalista; está constantemente endividado. Em cinquenta, talvez 48 são devedores.⁶¹⁷

Fernandes Távora, Presidente da Comissão, considerou exagerada a afirmação de Burgos, dizendo tratar-se de uma generalização, pois conhecia a Amazônia, lá vivido por vários anos e que sabia que:

[...] De fato, em alguns seringais, há muita extorção, existindo, porém, seringalistas que se comportam muito bem. Vi, por muitos anos, seringueiros descerem com seus saldos ou levarem a própria borracha, ou, mesmo, saques para descontá-los nas casas aviadoras. De sorte que essa generalização não é muito justa.

Certamente, Távora não está falando dos anos de guerra, esse período que o Estado brasileiro se alia aos Estados Unidos para fornecer matéria-prima e envolver na *tragédia da borracha*⁶¹⁸ milhares de brasileiros. É estranho que ele, responsável por apurar um crime de guerra, defenda ou de forma maniqueísta insira a burguesia mercantil dentro de uma suposta ética capitalista. Que interesses estava ele defendendo?

Péricles de Carvalho, diretor do Departamento Nacional de Imigração, também questionado pelo comunista Agostinho de Oliveira, quando de seu depoimento junto à Comissão de Inquérito da Borracha, se havia proteção, fiscalização e cumprimento das cláusulas contratuais firmadas pelos seringueiros, e se o Departamento de Imigração era o órgão fiscalizador, disse que:

Nós não tínhamos uma fiscalização efetiva neste sentido, mas procuramos cercar o trabalhador de tôdas as garantias, porque os contratos foram elaborados com a cooperação do Banco da Borracha. Qualquer notícia que tivéssemos de não cumprimento do contrato, por parte do seringalista, através dos depoimentos tomados dos que retornavam, ou de queixa dava lugar a um processo. Podíamos, então, agir, solicitando providências ao Banco da Borracha, para, no caso de ter sido o seringalista financiado por êsse instituto, ser obrigado por êle a efetuar os pagamentos devidos em razão do cumprimento do contrato firmado. Aliás, previamente, não encaminhávamos trabalhadores sem ter obtido do Banco da Borracha informações acerca do seringalista, inclusive quanto ao adimplemento de seus contratos.⁶¹⁹

⁶¹⁷ Diário da Assembleia, 23 de agosto de 1946, p. 4.284.

⁶¹⁸ Assim apelidou a *batalha da borracha* Bartolomeu Guimarães quando de seu depoimento na CI da Borracha, em agosto de 1946.

⁶¹⁹ Depoimento de Péricles de Carvalho na reunião ordinária da Comissão de Inquérito da Borracha. Diário da Assembleia, em 20 de agosto de 1946, p. 4.216.

Certamente nem o Departamento Nacional de Imigração nem o Banco de Crédito da Borracha tinham controle do cumprimento das cláusulas contratuais, o que tornava o contrato um engodo e sem credibilidade ante a burguesia mercantil que, como dissemos no capítulo II, não aceitava esse tipo de pacto e controle e, assim, a própria associação de classe, Associação Comercial do Amazonas, se manifestara sobre a inaplicabilidade dos contratos nos seringais. Reforça esse posicionamento o médico Ezequiel Burgos, ao levar para o conhecimento da Comissão de Inquérito uma carta denúncia de um soldado da borracha:

O conteúdo da carta em resumo é uma denuncia a partir dos seringueiros que retornavam dos seringais se queixando de mortes por falta de comida, ausência de remédios, ameaças de morte, que para os seringalistas o “contrato de trabalho” não valia nada. Fala do descalabro do abastecimento “Falta comida, passando o dia com um pouco de café puro e algumas vezes carne pôdre de Cr\$ 16,00 o quilo. Não existia remédio, sendo a atebrina vendida a Cr\$ 1,50, quando existe. Quando pedem remédio para algum companheiro, dizem que podem morrer porque isto não interessa ao seringalista.”⁶²⁰

Burgos achava que, no que os seringueiros escreveram, havia algum exagero, mas seria interessante que as autoridades ouvissem alguns deles; sugeria ele, porque:

Do seringal Cora, pertecente a um português, tenho sabido horrores, tais como: promessa de extermínio pelos capangas do seringalista; venda de atebrina, informação de que os contratos nada valem, servindo apenas de engôdo, para os “bestas”, recusa de qualquer assistência em caso de doença; já tendo mesmo morrido vários trabalhadores à míngua de tudo; pagando aos trabalhadores Cr\$ 4,00 para outros serviços que não a extração da borracha. Parece que os seringalistas não cumprem 20 por cento do que prometem. Estamos com um trabalho caríssimo para se anulado por gente dêsse quilate. A vida do trabalhador para o seringalista, com raríssimas exceções nada vale.⁶²¹

Não há exageros na denúncia dos soldados da borracha que fugiam dos seringais onde essas práticas ocorriam. Tanto o é que as autoridades brasileiras conheciam, sabiam destas práticas, por isso que o deputado Café Filho, quando do depoimento de Péricles de Carvalho,

⁶²⁰ Depoimento de Ezequiel Burgos na Comissão de Inquérito da Borracha. Diário da Assembleia, em 23 de agosto de 1946, p. 4.282. Embora os Estados Unidos em 1943 tenham entregue ao Governo Brasileiro “*Dez milhões de atebrina para a Amazônia. RIO, 18 – (Do correspondente) – Para substituir o quinino no combate à malária, os Estados Unidos da América do Norte enviaram dez milhões de tabletes de atebrina para a Amazônia*”, os seringalistas vendiam aos seringueiros. In: O Acre, nº 678, ano 14, Rio Branco, 24 jan.1943, p. 5. Não há nenhum registro de que esse remédio deveria ser vendido.

⁶²¹ Depoimento de Ezequiel Burgos na Comissão de Inquérito da Borracha. Diário da Assembleia, em 23 de agosto de 1946, p. 4.282.

lembrava que o Departamento Nacional de Imigração - DNI tinha vários processos com queixas dos seringueiros, e que a Comissão de Inquérito iria requisitar essa documentação.

Portanto, a questão a ser discutida era se as medidas de controle e repressão aos abusos dos seringalistas eram eficientes e eficazes como queria Péricles de Carvalho, Diretor do DNI, até aqui temos demonstrado que não.

O depoimento de Paulo de Assis Ribeiro, Diretor do SEMTA, na CI da Borracha, em 13 de agosto de 1946, foi objeto de contestação do deputado João Botelho, que disse: “[...] não houve, também, respeito à cláusula referente aos 60% líquidos do preço da borracha. Lendo, ainda, este contrato de trabalho, verifico que a solução de conflitos entre os contratantes caberia à Justiça do Trabalho. De modo que a Justiça do Trabalho é que deve cuidar de toda essa gente”.⁶²²

O Diretor também foi indagado por Agostinho Oliveira sobre se os contratos previam os direitos de herdeiros e de indenização; a resposta de Ribeiro foi: “Temos toda documentação. Tudo isso foi feito com a assistência dos advogados da parte. Não havia nenhuma garantia, porque era considerado serviço de guerra, mas fazíamos a indenização como se o serviço fôsse civil”.⁶²³

Aqui está um dos problemas dos trabalhadores nordestinos na Amazônia, que ocasionou o que Guimarães chamou de a *tragédia da borracha* – a guerra. O permanente estado de guerra mancomunado com a ditadura Vargas justificava e explicava os atos deste governo. Tudo em nome do Estado e da guerra, em prol da democracia, da liberdade e da justiça. E o Brasil havia assumido compromissos com esses valores morais, obrigou-se a colaborar oferecendo o que os Aliados precisavam.

Prontamente, todo trabalhador mobilizado para trabalhar na produção de borracha estava vinculado a uma atividade da indústria da guerra, portanto estava submetido a toda e qualquer prerrogativa exigida por essa condição; oposto a isso, seria punido por crimes de guerra, por exemplo, o de deserção.

Um, talvez, dos depoimentos mais esperados na Comissão de Inquérito da Borracha era o de Valentim Bouças, homem tarimbado no comércio internacional da borracha. Desde o início do século XX, labutava nessa causa. Getúlio Vargas, provavelmente, não teria alguém melhor nesse país para tratar desse assunto, mas certamente não para cuidar da *batalha da borracha*, uma operação tão específica, porém para política macroeconômica da guerra e, em

⁶²² Diário da Assembleia, de 24 de agosto de 1946, p. 4.314.

⁶²³ Depoimento de Paulo de Assis Ribeiro na Comissão de Inquérito da Borracha, em 13 de agosto de 1946. Diário da Assembleia, de 24 de agosto de 1946, p. 4.314.

especial, sobre produtos primários e estratégicos para o esforço de guerra, conhecia bem as necessidades dos norte-americanos e se empenhou nessa tarefa.

Nesse período o Brasil não exportou somente borracha para os Estados Unidos, também vendeu ferro, alumínio, castanha, óleo de pau-rosa e outras matérias-primas.

Executivo bem articulado, disse na Comissão de Inquérito o que a burguesia mercantil da Amazônia e a burguesia industrial paulista queriam ouvir, tanto é que ao final saiu ovacionado pelos membros da Comissão.

Valentim Bouças destacou seu empenho na negociação com os Estados Unidos quanto ao preço da borracha natural que, a partir dos Acordos de Washington em 1942, de 30 centavos passou a 39, a 45. Devido à elevação geral de preços e da escassez de mercadorias, subiu para 60 centavos por libra peso. Isso de entrada já o coloca como o defensor da economia nacional, dos interesses do país, contra os interesses imperialistas. Era do agrado da burguesia encravada no parlamento ouvir isso.

Disse ainda que havia pactuado um prêmio, também, para a exportação de 5 a 10 mil toneladas, recebia-se 2,5 centavos por libra; acima de 10 mil t, 5 centavos. Até agora já havia arrecadado mais de 100 milhões de cruzeiros. Era uma medida, um fundo visando ao futuro nada promissor para a economia da Amazônia no pós-guerra. Dizia Valentim Bouças: *“Sabíamos que, cessada a fome da borracha, quando se restabelecesse no mundo o equilíbrio e entrasse na fase da normalidade econômica, por certo deixaria homens e material abandonados”*.⁶²⁴

O deputado Fernando Távora defendeu, ao saber da existência desse prêmio que o mesmo fosse empregado em benefício do próprio seringueiro, e não destinado a outros fins.⁶²⁵

Na empreitada de promover negócios com o Estados Unidos em prol dos interesses do Brasil, Valentim Bouças conta que reivindicou junto àquela nação que os 3 milhões de dólares, equivalentes à cota de 40% do capital investido no Banco de Crédito da Borracha, revertissem em benefício dos Estados da Amazônia: Acre, Amazonas, Pará, Guaporé, Rio Grande do Norte, Ceará e Mato Grosso, para alavancar a industrialização na região, dado que:

[...] quando organizamos o Banco de Crédito da Borracha, os norte-americanos sabiam que aquele dinheiro não estava sendo aplicado com o objetivo de lucro. Era uma contribuição para a batalha da borracha. Logo, se

⁶²⁴ Intervenção de Fernando Távora no depoimento de Valentim Bouças na CI da Borracha. Diário da Assembleia, 10 de setembro de 1946, p. 4.764.

⁶²⁵ Diário da Assembleia, 10 de setembro de 1946, p. 4.767.

era uma contribuição para o esforço de guerra, por que desejarem os Estados Unidos retirar êsse dinheiro do Brasil?⁶²⁶

Bouças faltou com a verdade em seu depoimento na Comissão de Inquérito da Borracha, pois relatório de setembro de 1943, referente ao período de fevereiro de 1943 a agosto de 1944 da Rubber Development Corporation, aponta que o dinheiro investido na Batalha da Borracha tratava-se de empréstimos, e não uma doação ou contribuição a fundo perdido, onde o governo brasileiro se comprometeu a pagar pelo empréstimo uma taxa de 7% ao ano.⁶²⁷

Apesar disso, o discurso do Valentim Bouças vai na direção nunca de responsabilizar quem quer que fosse nessa guerra, mas de apontar saídas para a crise pós-guerra, sobretudo, a condição denunciada dos soldados da borracha abandonados no Vale Amazônico, nesse sentido, lembrava da existência de fundos no Banco de Crédito da Borracha para amparar tanto o seringalista quanto o seringueiro, pois:

[...] o govêrno tem, no Banco da Borracha, um fundo especial e, além disso, assumiu a obrigação, na ocasião em que o Govêrno Norte-Americano concordou com a elevação do preço de 45 para 60 centavos, assumiu a obrigação, repito de contribuir para esse fundo com 10 milhões de cruzeiros. Além disso, dos fundos da CAETA, que estavam a nosso cargo, houve um saldo de quase 2 milhões de cruzeiros. Êsses recursos devem constituir, portanto, juntamente com aquele que se acha no fundo especial do Banco de Crédito da Borracha, elementos com que atender a uma parte do programa de amparo aos homens que foram para a Amazônia.⁶²⁸

Ora, uma coisa é afirmar que existe um recurso, um fundo disponível numa instituição financeira; outra coisa é saber se esse recurso, de fato, podia ser aplicado em benefício dos desvalidos e não *desajustados*, como diziam alguns, porque desajustados só se fossem esquizofrênicos, ou loucos de qualquer espécie.

Isso levou o deputado Sarasate a questionar Valentim Bouças se o fundo estava intocável, ou seja, se estava na sua totalidade disponível para ser aplicado na proteção dos trabalhadores extrativistas na Amazônia, como ele preconizava. Bouças respondeu que: “*Pelo*

⁶²⁶ Depoimento de Valentim Bouças na Comissão de Inquérito da Borracha. Diário da Assembleia, 10 de setembro de 1946, p. 4.768.

⁶²⁷ USA. Report on the operations of Rubber Development Corporation. Washington, 1944, p. 18.

⁶²⁸ Depoimento de Valentim Bouças na Comissão de Inquérito da Borracha. Diário da Assembleia, 10 de setembro de 1946, p. 4.769.

relatório do Banco, verifico que, infelizmente, grande soma já foi distribuída, sendo que mais da metade se destina à Forlândia".⁶²⁹

Interrogado pelo deputado Sarasate sobre os nordestinos que desejavam retornar, Bouças respondeu que: "*Se VV. EEX.^a permitem, o Sr. Olímpio Flôres, Superintendente da CAETA, dará o necessário esclarecimento.*" Olímpio Flôres, que estava presente, tomou a palavra imediatamente e deu a seguinte resposta:

A nossa Comissão têm chegado homens para reclamar auxílio financeiro. São homens já chegados ao Rio de Janeiro. Queria lembra que as maiores reclamações recebidas pela Comissão se originam de mil e tantos homens trabalhadores, que, chegando ao Rio, nos procuravam. Quero ressaltar, ainda, que, pelo decreto 5.213, de 14 de setembro de 1943 a CAETA foi criada apenas com a função de recrutar e encaminhar para a Amazônia, 16.000 trabalhadores. Feita a colocação, cessava a responsabilidade da CAETA.

O debate com Valentim Bouças ainda tratou da questão do abono às famílias que ficaram sem seus provedores, se esse abono fora pago. Valentim disse simplesmente que: "*O Banco de Crédito da Borracha tinha obrigações com essas famílias*".⁶³⁰ Uma resposta lacônica.

Sarasate insiste na defesa de que a *reserva intocável* fosse alocada para assistência aos trabalhadores nordestinos que quisessem retornar e iniciar suas atividades de tempos outrora, e que o Instituto do Nordeste tinha sugerido uma comissão para desempenhar esse papel, mas que o próprio DNI deveria se encarregar disso.⁶³¹

A manifestação de Valentim Bouças foi de que os Estados e o DNI poderiam se entender para usar o fundo do BCB para amparar os trabalhadores, com o que o relator da CI aquiesceu, dizendo: "*Acho que será a conclusão da nossa Comissão*".⁶³²

O triste fim da Comissão de Inquérito da Borracha foi consagrado no entusiasmo e vivas ao depoimento de Bouças pelo Presidente da Comissão Fernando Távora e do deputado João Botelho, que disseram, respectivamente: "*completo... e perfeita*"; "*magnífica*".⁶³³

O texto final consignado no Relatório fez uma digressão nos depoimentos sem apontar responsáveis e sem pleitear punição para quem quer que estivesse à frente dos órgãos encarregados de mandar para a Amazônia mais de 50 mil trabalhadores brasileiros para

⁶²⁹ Depoimento de Valentim Bouças na Comissão de Inquérito da Borracha. Diário da Assembleia, 10 de setembro de 1946, p. 4.769. No Acre corre uma história, que contam os soldados da borracha, que Brasília foi construída com esse fundo que havia disponível no Banco de Crédito da Borracha.

⁶³⁰ Depoimento de Valentim Bouças na CI da Borracha. Diário da Assembleia, 10 de setembro de 1946, p. 4.769.

⁶³¹ Diário da Assembleia, 10 de setembro de 1946, pp. 4.769-4.770.

⁶³² Diário da Assembleia, 10 de setembro de 1946, pp. 4.769-4.770

⁶³³ Diário da Assembleia, 10 de setembro de 1946, p. 4.771

trabalharem em várias frentes de trabalho, desde o extrativismo ao trabalho urbano, pois muitos desistiram ou desertaram no jargão militar e não foram para os seringais.

Diz, ainda, que conseguiram chamar a atenção da opinião pública e do Governo para o problema e que este já estava tomando providências sobre o caso: amparo imediato aos soldados da borracha que quisessem retornar; que fosse dada assistência social às famílias que ficaram no Nordeste e que tiveram seus provedores falecidos na Amazônia; e assistência social e econômica oficial para os que continuavam a trabalhar no extrativismo da borracha na Amazônia.

E, por fim, decidem enviar o relatório à Câmara dos Deputados para: “[...] as *medidas legislativas julgadas necessárias, enviando-se cópia de tudo, por igual, ao Poder Executivo, para apuração de responsabilidades*”.⁶³⁴

Nesse período não havia um Ministério Público com uma relativa autonomia e independência que pudesse investigar, civil e criminalmente, este caso, como ocorre hoje. Portanto, levar às mãos do Executivo a prerrogativa da punição é indubitável que nenhum procedimento seria tomado, pois representava promover um autojulgamento num Estado de Exceção. Quanto a isso não existem dados de que os autores foram punidos.

A comissão que foi criada motivada por denúncias de que milhares de nordestinos haviam morrido na Amazônia, durante a guerra, terminou sem sequer resolver esse problema. O relator concluía que: “*O número de mortos é uma interrogação e para não provocar melindres, para não agitar suscetibilidades, nem ser acoimado de sensacionalista, me permito não articular algarismos nesse sentido*”.⁶³⁵

Quanto ao cumprimento ou não das cláusulas do contrato de trabalho, restou demonstrado que estas eram descumpridas fragorosamente, e, quanto à responsabilização, esta, pelo que se apurou nos depoimentos, atribuía ao Executivo processar e julgar, penalizando a quem entendesse culpado.

Este momento histórico tem algo a mais, que extrapola os limites da realidade amazônica e brasileira e que se aproxima de práticas dos regimes totalitários: o nazismo e o fascismo. E o Estado Novo era um regime fascista, autoritário.

Após o término daqueles regimes que coincide com as derrotas da Alemanha e Itália, na Segunda Grande Guerra, foi criado o Tribunal de Nuremberg para julgar os responsáveis pelos crimes de guerra cometidos pelos nazistas.

⁶³⁴ Relatório Final da Comissão de Inquérito da Borracha. Diário do Congresso Nacional, 26 de setembro de 1946, p. 38.

⁶³⁵ MARTINELLO, Pedro, p. 325.

Esse julgamento chamou a atenção da comunidade internacional, e mais ainda da comunidade judaica, a mais interessada na punição dos culpados pelas atrocidades acometidas. Houve 12 condenações à pena de morte por enforcamento, destes, dois foram absolvidos sob a sentença do Tribunal de Nuremberg.

Muitos nazistas apoiadores, adeptos, colaboradores do nazismo conseguiram fugir para alguns países da América Latina: Brasil, Argentina, Peru, Chile e outros. Um deles, Karl Adolf Eichmann, capturado em maio de 1960, pelo serviço secreto israelense, na Argentina, foi levado, em abril de 1961, a julgamento pela Corte Distrital de Jerusalém, que o enquadrava na:

[...] Lei de (punição) de Nazistas e Colaboradores dos Nazistas de 1951 que fora elaborada tendo em mente os colaboradores judeus. Os *Sonderkommandos* (unidades especiais) judeus tinham sido empregados em toda parte no processo de aniquilamento, tinham cometido atos criminosos ‘a fim de salvar a si próprios do perigo da morte imediata’.⁶³⁶

O julgamento de Eichmann foi objeto de etnografia e estudos filosóficos da filósofa Hannah Arendt, judia alemã radicada nos Estados Unidos, também vítima do holocausto. Seu interesse era saber o que motivava um nazista a trabalhar para o extermínio de uma etnia.

As respostas que Adolf Eichmann deu às perguntas que lhe formularam no Tribunal levou Hannah Arendt a perceber neste indivíduo não só um colaborador, mas também uma pessoa destituída de um instinto primário de sua condição humana, o ato de pensar, mas: “[...] *de pensar do ponto de vista de outra pessoa*”⁶³⁷, e de sua responsabilidade nos atos que cometera.

Perguntado sobre sua participação e responsabilidade no holocausto, sob a acusação da promotoria de *assassinato*, respondia que: “*Com o assassinato dos judeus não tive nada a ver. Nunca matei um judeu, nem um não-judeu – nunca matei nenhum ser humano. Nunca dei uma ordem para matar fosse um judeu fosse um não-judeu; simplesmente não fiz isso [...]*”.⁶³⁸

Para Arendt a formulação da pergunta estava errada, pois a responsabilidade de Eichmann estava em concretizar, dentre tantas ações que envolviam até acordos com entidades judaicas, o carregamento de judeus para os campos de concentração onde seriam mortos, ou caminhões onde morriam por asfixia com gás, ou fuzilamentos. O próprio

⁶³⁶ ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 106.

⁶³⁷ ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém, p. 62.

⁶³⁸ ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém, p. 33.

Eichmann: [...] *havia visto os lugares para onde iam os carregamentos, e havia ficado chocado até a loucura*”.⁶³⁹

Para os nazistas as ordens do Führer eram lei. Agora, saber como isso se operava nessa hierarquia foi a grande dificuldade que o Tribunal Distrital de Jerusalém teve para incriminar Eichmann por seus atos, cujos órgãos e instituições, polícia, departamentos, inspetores de polícia, de segurança, comandos com hierarquias específicas e subordinações desconexas com outros iguais, tudo isso se constituía *num labirinto de instituições paralelas*⁶⁴⁰, e dificultava encontrar o elo de subordinação com que se vinculasse Eichmann, deixando parecer que fosse uma única pessoa no comando das operações de extermínio dos judeus. E a acusação estava apegada a essa premissa, e isso só dificultava desvendar as responsabilidades nesse *labirinto* que constituíam as instituições nazistas.

Talvez fosse mesmo difícil incriminar Eichmann nesse *labirinto* de instituições e comandos, ainda, mais que seu advogado havia suscitado que os atos que praticara eram *atos de Estado*, segundo Arendt: “*Se o que Eichmann cometeu foram atos de Estado, então nenhum de seus superiores, muito menos Hitler, chefe de Estado, poderia ser julgado por qualquer corte*”⁶⁴¹, quando a atenuante prevista na lei de 1950 era agir por ordens superiores, algo que o advogado de defesa de Eichmann, Servatius, não suscitou no Tribunal.

A questão aqui é associar com as responsabilidades, a ordem, a lei e o poder que também perpassavam por dentro da estrutura dos órgãos e agências de Estado brasileiras criadas para a execução da batalha da borracha.

Nesse sentido, a operação de guerra na Amazônia, para a extração do látex, articulada, financiada pelos Estados Unidos e executada pelo Brasil, através de suas agências com burocratas à frente das agências inventadas para realizar as tarefas, também dá conta de uma atomização de responsabilidades. Isso ficou demonstrado durante a Comissão de Inquérito da Borracha nos depoimentos dos investigados.

Assis Ribeiro talvez tenha sido o único que admitiu responsabilidade pelo que fez, mas deixou bem claro, dentro dos limites de sua competência, fora disso teriam que investigar outros burocratas que estavam também envolvidos e gerenciando outras agências.

Valentim Bouças transferiu a responsabilidade para outros, recusou receber qualquer imputação de culpa pelos fracassos da batalha da borracha, sequer com os trabalhadores, e

⁶³⁹ ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém, p. 106.

⁶⁴⁰ ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém, p. 85.

⁶⁴¹ ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém, pp. 108-109.

defendeu-se: “*Só poderemos dizer se perdemos ou ganhamos a batalha da borracha após terminados os acordos de Washington.*”.⁶⁴²

Isso não é um parâmetro para avaliar e suscitar responsabilidades e punições para os desdobramentos advindos da guerra da borracha na Amazônia, pois qualquer resultado obtido não exime os responsáveis de irem a julgamento e punidos na dimensão de suas responsabilidades e pactos de lealdade, e a CI estava ali, para cumprir esse papel.

Essa atomização da especialidade de tarefas ou do trabalho a cumprir, as responsabilidades, controle e normas nos remetem à estrutura da fábrica, da linha de produção do modelo taylorista/fordista, em que cada operário recebe uma única atribuição para produzir parte de um todo, e sua capacidade de conhecimento para produzir parte de um produto se esgota na sua ação, ou seja:

[...] é elevar a especialização das atividades de trabalho a um plano de limitação e simplificação tão extremo que, a partir de um certo momento, o operário torna-se efetivamente um ‘apêndice da máquina’ (tal como fora descrito, ainda em meados do século 19, por Karl Marx, ao analisar o avanço da automação na indústria na época) repetindo movimentos tão absolutamente iguais num curto espaço de tempo quanto possam ser executados por qualquer pessoa, sem a menor experiência de trabalho no assunto.⁶⁴³

A engrenagem da máquina administrativa, tanto no regime nazista⁶⁴⁴ quanto na operação de guerra na Amazônia – a *batalha da borracha*, reproduzia estas práticas taylorista/fordista da *linha de montagem*⁶⁴⁵ ou *princípio da linha de produção*⁶⁴⁶, em que atribuía a cada sujeito responsável por determinadas ações a execução única desta ação, a ponto de outras ações subsequentes não se comunicarem, o que constituía práticas estanques onde a questão das responsabilidades e controle por parte de cada participante na batalha da borracha era também proporcional ao ato praticado.

As instituições como SEMTA, depois CAETA, recrutava, encaminhava e colocava nos seringais os trabalhadores, esta última fase não o fazia diretamente, mas o fazia qualquer

⁶⁴² Depoimento de Valentim Bouças na CI da Borracha.

⁶⁴³ PINTO, Geraldo Augusto. A organização do trabalho no século 20 – Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 33.

⁶⁴⁴ Para a fase da primeira solução, que Arendt chamou de *expulsão*, os judeus tinham dificuldade de sair da Alemanha porque não havia tempo útil suficiente para sair devido à burocracia onde a autorização logo expirava, para evitar isso, Eichmann teve uma ideia engenhosa que foi inventar uma *linha de montagem* onde todos os órgãos envolvidos estavam presentes, onde todos os despachos seriam emitidos na hora, fazendo desnecessário o emigrante buscar outras seções, isso colocado em prática melhorou em muito o expurgo dos judeus da Alemanha. Ver ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém, p. 58.

⁶⁴⁵ ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém, p. 58.

⁶⁴⁶ ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém, p. 81.

seringalista, casa aviadora, comerciante interessado e necessitado de mais trabalhadores nos seringais, a Associação Comercial do Amazonas⁶⁴⁷; o SNAPP tratava do transporte. Em relação ao transporte, Paulo Assis Ribeiro dirigiu-se: “[...] ao Sr. Bouças, sugerindo mesmo a supressão do serviço, ou que fizesse o transporte do trabalhador até o seringal. Haveria assim, um responsável pelo serviço”.⁶⁴⁸

Figura 28: Trabalhadores nordestinos recrutados para irem trabalhar como *soldados da borracha* na Amazônia na extração do látex e fabrico da borracha. Acervo: Museu de Arte Contemporânea da Universidade Federal do Ceará.

Com isso, quer dizer que o papel do governo era jogar toda essa gente na Amazônia até Belém, de lá para frente a sorte estava lançada, visto que o compromisso e responsabilidade destas instituições eram: SESP, encarregado do higienização da região; o Banco de Crédito da Borracha com o financiamento e compra; o SAVA com o abastecimento,

⁶⁴⁷ No início da década de 1940, quando ainda o Brasil não havia assinado os Acordos de Washington, o Departamento Nacional de Imigração-DNI articulava a migração de trabalhadores do Nordeste para a Amazônia. Segundo a Ata da reunião ordinária da Associação Comercial do Amazonas, realizada em 19 de dezembro de 1941, era comunicado que o DNI atendera reivindicação daquela associação para renovar “[...] a quota de passagens para nordestinos que desejace localizar-se nos seringais da Amazônia [...]”. Comunicava ainda que estava chegando uma leva de 55 nordestinos provenientes de João Pessoa-PB, mesmo sem o protocolo regional, ou seja, “[...] sem que, entretanto, para isso tenha havido, como de praxe, a prévia requisição do Instituto ou dos governos do Amazonas e Acre”. Na reunião da Associação do dia 13 de julho de 1942, já sob o comando dos Acordos de Washington, trataram do problema do alojamento e atribuição dos nordestinos para os seringais da Amazônia, ficando, desde então, a partir da intervenção do Cel. Aristides de Lima Câmara, a Associação Comercial do Amazonas - ACA responsável “[...] apenas o trabalho de encaminhar as solicitações dos seringalistas às delegacias regionais do Ministério do Trabalho nas capitais do nordeste e a requisição de transporte à Snapp, para a re-expedição dos imigrantes aos seus destinos”. Ainda, a Ata da reunião da ACA realizada no dia 03 de agosto de 1942, também tratou da reclamação e das condições em que poderiam ser recebidos os trabalhadores nordestinos no município amazonense de João Pessoa, os trabalhadores eram rejeitados pelos seringalistas devido “[...] à falta de tigelinhas e outros utensílios necessários a um seringueiro, além do que os existentes estão por preços elevadíssimos”, dizia o Prefeito desta cidade.

⁶⁴⁸ Relatório da Comissão de Inquérito da Borracha. Diário do Congresso Nacional, 26 de setembro de 1946, p. 38.

que em determinado momento recebeu ingerência da RDC, criando um descontentamento geral na elite amazonense, dada a interferência nos preços e na escolha dos produtos a serem abastecidos na Amazônia, tanto na cidade quanto nos seringais. Todos esses órgãos eram coordenados pela Comissão de Controle dos Acordos de Washington – C.C.A.W., com sede no Rio de Janeiro, que tinha como Presidente Valentim Bouças, acusado pelos seus contestadores de detentor de *status* de ministro de Estado. Para Martinello, estes órgãos eram: “[...] *copiosamente financiados pela onipresente RDC (Rubber Development Corporation)*”.⁶⁴⁹

Isso de certa forma não geraria dificuldades no reconhecimento dos responsáveis, por exemplo, pelas mortes havidas na Amazônia, pois todos que estiveram à frente da execução da operação de guerra na Amazônia, cuja ação, por mais banal que fosse, seriam responsáveis por elas, pelo seu ato, mesmo que num contexto atomizado de práticas e controle de ações que iam desde a arregimentação de mão de obra à locação dela nos seringais.

Ocorre que, diferentemente do processo que culminou com o julgamento e condenação dos nazistas, tanto em Nuremberg quanto em Jerusalém, onde foram criadas leis específicas para os julgamentos, no Brasil, os crimes cometidos durante a batalha da borracha não foram a julgamento; no máximo, uma investigação administrativa parlamentar, porque este instrumento não é um procedimento jurídico que leve a um juízo condenatório. Por se tratar de crimes de guerra, o caso deveria ser julgado pelo Tribunal de Segurança Nacional, que era um tribunal de exceção, criado em setembro de 1936, durante a ditadura Vargas, mas fora extinto em 1945.

Isso de certa forma anuncia um direcionamento ou opção do Estado brasileiro pela impunidade dos crimes de guerra cometido pelo Governo Vargas, o que culminaria em julgar seus próprios atos, e, g., o da entrega aos nazistas de Olga Benário Prestes⁶⁵⁰ com uma criança de seis meses de vida, nascida nos porões dos órgãos de repressão da ditadura getulista, para ser morta por asfixia nas câmaras de gás na Alemanha. Isso não seria um crime de guerra? Um ato de Vargas visivelmente colaborativo com os nazistas, portanto, passível de julgamento e condenação? Ora, se Vargas não foi julgado por um tribunal de justiça, mesmo que fosse de exceção, ele julgou a si próprio, aplicou-lhe a pena que merecia, tirou sua própria vida.

⁶⁴⁹ MARTINELLO, Pedro. A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico, p. 130. Martinello também apresenta um detalhado organograma da Rubber Development Corporation, p. 120.

⁶⁵⁰ Uma obra muito esclarecedora sobre esse período, a prisão e entrega de Olga Benário Prestes aos nazistas, é o livro do jornalista MORAES, Fernando. Olga. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Ora, provavelmente o governo militar que sucedeu Vargas, eleito com seu apoio, não tinha dúvida quanto a essas implicações, de modo que, para evitar ser alcançado por um tribunal que os julgasse e condenasse, decretou a extinção do Tribunal de Segurança Nacional, em 1945, logo após sua posse.

Por isso, havia razões de sobra para o fracasso da Comissão de Inquérito da Borracha. Primeiro, por seu próprio fundamento, era uma comissão para apurar as responsabilidades, e não para punir. Segundo, Vargas era Senador constituinte, exercia influência nos rumos e decisões do parlamento, provavelmente não deixou de influenciar sobre os rumos que tomaria essa comissão. Terceiro, os destinos do país, após ditadura Vargas, continuou sob domínio de um indivíduo detentor de alta patente da caserna, o que não se coadunava com uma saída democrática que revigorasse a participação política e popular e o fortalecimento das instituições democráticas. E, por fim, uma grande descrença com o resultado final de Constituinte de 1946.⁶⁵¹

Quanto à disposição para punir, deveria ser submetido à lei, no sentido da existência de tipificação dos crimes cometidos, portanto, com previsibilidade de julgamento e punição. Isso não ocorreu.

Pelo que se sabe, mudanças no percurso de práticas administrativas propostas por funcionários ou diretores que estavam numa hierarquia superior, eram vistas como obstáculo para a operacionalização da batalha da borracha. Por isso, alguns chefes responsáveis pelo deslocamento dos trabalhadores desistiram de seus postos.

Entre os dissidentes, Bartolomeu Guimarães fala de Oscar Passos, do Comandante Brás Dias de Aguiar, da Marinha, que: “[...] *afastou-se da Companhia por ter condenado a orientação que tive a coragem de combater [...]*”.⁶⁵²

Guimarães instigou a Comissão de Inquérito, ainda a ouvir:

Sebastião Figueiredo [...] técnico em assuntos ligados à borracha e sua industrialização e ex-inspetor geral e classificador do Banco de Crédito da Borracha. [...] o Cel. Libanio da Rocha Vaz, competente e digno conhecedor profundo de todos os aspectos da Campanha. De sua importante e trabalhosa

⁶⁵¹ SOUZA, Mayara Paiva de. A constituinte de 1946: a bancada udenista e a reinterpretação do tempo. Revista de História e Estudos Culturais, V. 5, ano V, nº 4, Out/Nov/Dez 2008. Neste artigo a autora faz um diálogo com tempo e memória histórica para compreender dentro da Constituinte de 1946 os discursos de construção deste tempo e memória antes e depois da era Vargas. As disputas pró-Vargas e anti-Vargas, externados por petebistas e udenistas, respectivamente, desviavam o curso da elaboração de uma nova Constituição que rompesse com esse passado. Também nesse artigo a autora minimiza a importância de Getúlio Vargas na constituinte colocando-o como um faltoso contumaz e um parlamentar insignificante. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF17/ARTIGO_13%20MAYARA_PAIVA_%20DE_SOUZA_FENIX_OUT_NOV_DEZ_2008.pdf Acesso em: 20.03.2014.

⁶⁵² Depoimento de Bartolomeu Guimaraes na CI da Borracha, p. 4.154.

posição na direção geral da usina de Hevea, pertencente à Cia. Brasileira de Artefatos de Borracha em Manaus, insistentes vezes falou, pessoalmente, e entendeu- -se com os responsáveis da Campanha, Bouças inclusive, por meio de cartas e relatórios criteriosos, clamando providências para os descalabros!⁶⁵³

Aos olhos do soldado da borracha, ainda na década de 1980, a partir da investigação de Pedro Martinello, veio à tona a crítica de um homem ressentido, vítima desta desastrosa operação de guerra; no recôncavo de sua memória, ainda conseguia expelir um discurso que se revela a *contrapelo da história*⁶⁵⁴ dos vencedores:

SEMTA, SAVA, CAETA, funcionavam como navios negreiros transportando escravos; os ex-combatentes voluntários, não tinham os mesmos direitos dos soldados nos campos da Europa. Seus comandantes eram seringalistas que se beneficiavam de seu trabalho e os exploravam de toda forma. E prova está, nos que sobreviveram de doenças e abandonados nos seringais, pois desafiamos que se aponte um deles que prosperou ou se tornou independente economicamente. Criou-se a estrutura mais desumana e violenta de que se dá notícia em matéria de relações de propriedades. [...] Não cumpriram o que a lei determinou em matéria de apoio e assistência aos ex-combatentes e suas famílias, muito menos em relação à sua recompensa econômica ou financeira.⁶⁵⁵

Em setembro de 1940, Irene Walker, uma estadunidense, escreveu uma carta ao Presidente da Associação Comercial do Amazonas⁶⁵⁶. Nesta missiva ela dizia que gostaria muito de conhecer mais sobre os povos da América do Sul, seus costumes, modos de vida, interesses. Pedia que sua carta fosse lida nas escolas e nas fábricas. Pedia também que lhes enviassem mapas, folhetos, curiosidades, tudo isso deixaria seus estudos mais reais e que tornaria uma base mais firme de amizade. Ela se ressentia também de ter amigos tão perto, mas tão longe devido à língua, à religião, modos de vida, mas que todas essas diferenças seriam superadas e esquecidas, se pensássemos na amizade como algo fascinante. Dizia ainda que gostaria de escrever para muitas crianças sul-americanas e aprender mais sobre o que

⁶⁵³ Depoimento de Bartolomeu Guimaraes na CI da Borracha, p. 4.154.

⁶⁵⁴ Termo usado por Walter Benjamin e empregado por Marilena Chauí no Prefácio da obra 1930: o silêncio dos vencidos, para dizer que Edgar de Decca não cria feição pela versão dos vencedores, ao contrário, tal qual Benjamin se apropria e aplica a teoria do materialismo histórico, pois: “*sabe que todos aqueles que até agora venceram participam do cortejo triunfal, onde os senhores do momento pisoteiam os corpos dos vencidos de hoje (...) e, por isso, afasta-se daqueles tanto quanto puder. Sua tarefa é escovar a história a contrapelo*”. CHAUI, Marilena. História a contrapelo. In: DECCA, Edgar de. 1930: o silêncio dos vencidos. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1986, pp. 11-12.

⁶⁵⁵ MARTINELLO, Pedro. A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico, pp. 340-341.

⁶⁵⁶ Carta de Irene Walker dos EUA ao Presidente da Associação Comercial do Amazonas. Documento avulso, 1941. Tradução livre do doutorando.

pensam e como vivem. Pergunta se poderiam mandar essas coisas para ela. Que aguardava a resposta e ficaria muito agradecida pelo favor.

Irene Walker pede a amizade das crianças brasileiras e objetos que possibilitassem formar uma concepção mais concreta sobre a realidade e história da América do Sul, evidentemente, que ela se reporta à Amazônia/Brasil, o que não é explícito em seu texto, certamente, pelo desconhecimento mesmo sobre nossa realidade e sua carta revelava o desejo de superação disto.

Irene deveria ser uma menina de dez a doze anos de idade, cursando o ensino fundamental, e talvez desconhecesse que naquele momento o mundo estava travando uma guerra violenta contra regimes totalitários, e que seu país, os Estados Unidos da América do Norte, estava envolvido diretamente e que buscava o apoio do Brasil para essa empreitada.

Concomitante à carta de Walker que pedia a amizade de nossas crianças, milhares de trabalhadores brasileiros, nordestinos, principalmente, migravam para a Amazônia para trabalhar na fabricação da borracha como sobrevivência à crise material, aguçando a migração para a Amazônia em 1942 com os *Acordos de Washington*.

Quarenta e um anos depois da carta de Walker, esses homens, mulheres e crianças, na mensagem de **Francisco Antônio de Souza**, dirigida ao presidente da República do Brasil, na época, o general João Batista de Figueiredo, pediam direitos, justiça, dignidade e lealdade do Estado brasileiro por seu esforço na guerra,⁶⁵⁷ ao denunciar e reclamar que:

[...] Vantagens asseguradas pelos artigos 6, 7 e 9 do Decreto-lei n.º 4.841/43, tudo isso ficou apenas no papel. Os contratos de trabalho foram cumpridos pelos ex-combatentes voluntários conhecidos como soldados da borracha que prestaram seu trabalho em produzir borracha em torno do qual foram mobilizados todos esses esforços. Os patrões, porém, nada cumpriram daquilo estipulado e prometido aos ex-combatentes. O negócio foi bom para os seringalistas, que dispuseram de crédito à vontade e farta mão-de-obra que também lhes era oferecida pelo governo. As levadas dos ex-combatentes subiam os rios e os seringalistas, a modo dos senhores de escravos, em cada localidade escolhiam os que mais agradasse. SEMTA, SAVA, CAETA, funcionavam como navios negreiros transportando escravos; os ex-combatentes voluntários, não tinham os mesmos direitos dos soldados nos campos da Europa. Seus comandantes eram seringalistas que se beneficiavam de seu trabalho e os exploravam de toda forma. E prova está, nos que sobreviveram de doenças e abandonos nos seringais, pois desafiamos que se aponte um deles que prosperou ou se tornou independente economicamente. Criou-se a estrutura mais desumana e violenta de que se dá notícia em matéria de relações de propriedades. Nunca o soldado da borracha conseguiu ou conseguirá alcançar a condição de seringalista, pois os favores governamentais, no esforço de guerra e depois deles, foram apenas para os seringalistas. Ora, a situação atual destes seringalistas é a pior

⁶⁵⁷ Carta de Francisco Antônio de Souza enviada ao Presidente da República em 1982. MARTINELLO, Pedro. A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o Vale Amazônico, p. 340.

possível e como empresários estão praticamente todos falidos, situação que nos permite imaginar a miséria em que vivem os ex-combatentes voluntários. Acreditam os que agora no governo do ilustríssimo senhor general João Batista e seus Ministros e demais autoridades, vão voltar as vistas para nós que nenhum governo teve o cuidado e o patriotismo de solucionar o nosso caso, perguntamos porque recebemos tantas ingratidões. Deixamos nosso torrão natal no esforço da 2ª Guerra Mundial para ajudar a defender nossos irmãos e enfrentar quatro feras perigosas: patrão, praga, cobra e onça e as doenças da região. Os ex-combatentes não se cansam de radicar - (reivindicar? –P.M.) os seus direitos; precisamos dos senhores para resolver os nossos problemas; contamos com as máximas autoridades do Brasil e com os homens de boa vontade. O objetivo foi alcançado, a borracha foi feita, os ex-combatentes continuam desamparado. Não cumpriram o que a lei determinou em matéria de apoio e assistência aos ex-combatentes e suas famílias, muito menos em relação à sua recompensa econômica ou financeira.⁶⁵⁸

Diante de tudo que disse Francisco, Irene Walker teve mais do que pediu.

⁶⁵⁸ MARTINELLO, Pedro. A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico. Rio Branco: UFAC, 1988, p. 340-341. A guisa de ilustração jurídica do Decreto-lei n. 4.841/1942, os artigos a que se reporta Francisco dizem: “Art. 6º Fica o seringalista obrigado a facultar ao seringueiro, independentes de qualquer indenização, o cultivo da terra, até um hectare, em volta de sua barraca, para consumo pessoal ou de família”; o “Art. 7º Ao seringueiro é assegurada a meiação das castanhas que colher e a propriedade exclusiva das peles dos animais silvestres que abater”. E o “Art. 9º As relações entre proprietários de seringal, seringalistas e seringueiros, serão reguladas pelos contratos-padrão aprovados pelo Banco de Crédito da Borracha S.A.”. O Banco de Crédito da Borracha publicava avisos em cumprimento ao art. 9º. Na pesquisa de campo, foi possível identificar que o Banco editou até o n.º 6, mas, publicado, localizei, nos jornais locais, somente o Aviso n.º 4 e 6. E os outros?

Considerações finais

O trabalho realizado pelo ser humano se constitui num dos atos mais importantes para sua sobrevivência e dignidade. Todos os meios são utilizados para realizar essa tarefa, de onde se tira o sustento de quem o faz e produz a riqueza a quem se apropria de diferentes formas do resultado desse trabalho.

Na economia da borracha na Amazônia o trabalho extrativista dos seringueiros se constituía numa das tarefas mais árduas de que se tem notícia, em qualquer momento histórico.

Todavia, no início da década de 1940, precisamente, a partir de março de 1942, parecia que essa condição seria revertida por completo.

Acordos bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte apontavam para o aniquilamento do tradicional sistema de aviamento e a escravidão por dívidas do seringueiro ao patrão-seringalista. Acordos que visavam melhorar a malha de transporte de pessoas e mercadorias; acordos para melhorias sanitárias da região; acordos para financiamento de transporte de pessoas; acordos para compra da borracha e, enfim, acordos para criação e aporte de recursos financeiros no Banco de Crédito da Borracha. E, sobretudo, acordo para um marco jurídico legal para proteger o trabalhador, promover assistência social e a saúde dos trabalhadores.

A operacionalização do que seria um programa para nutrir os EUA com matérias-primas para sua indústria bélica, sobretudo a borracha, redundou num fracasso sem precedentes.

Do ponto de vista da superação da antiga cadeia produtiva que imobilizava o trabalhador por dívidas, cujo projeto era substituir essas práticas por contratos de trabalho, antes de a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT entrar em vigor, isso resultou em total desrespeito e choque com os interesses das classes conservadoras da Amazônia que decretaram sua inaplicabilidade. Esse foi o primeiro entrave encontrado pelos dois governos, o brasileiro e o norte-americano, e, literalmente, uma derrota operacional, posto que formalmente os trabalhadores brasileiros deslocados para a Amazônia assinavam um *Contrato Padrão*, mas na prática era inexecutável. Portando, um instrumento jurídico que se constituía num grande engodo imposto por Vargas.

Então, do ponto de vista de uma norma jurídica que protegesse os operários extrativistas, disso o Estado não cuidou, simplesmente criou, pressionado pelos Estados Unidos, uma espécie de contrato padrão, de validade jurídica duvidosa, conquanto, em

nenhuma instância jurídica os trabalhadores se valeram desse instrumento para alegar seu descumprimento ou violação e receber indenizações por conta de violações aos direitos sociais e trabalhistas.

Sequer as instituições jurídicas responsáveis pela gestão e aplicação das normas sociais e trabalhistas estavam preparadas para tal, nem mesmo existiam em várias regiões do país, sobretudo, nas regiões rurais e extrativistas.

O contrato coletivo do trabalho para os seringueiros se constitui num engodo porque serviu de propaganda de guerra e serviu para retirar os nordestinos de suas moradias, da convivência com suas famílias e outras pessoas que faziam parte dos seus laços de afetividade.

O sistema de normas aliado às práticas sociais e políticas urbanas e extrativistas criou uma verdadeira **blindagem ao seringueiro**, para não acessar os instrumentos de controle e punição da sociedade capitalista controlada e dominada pela burguesia e pelo Estado. Quando apareceram, na ausência da justiça trabalhista na região, as Delegacias Regionais do Trabalho, em Manaus e Belém, nas outras regiões, atribuíram essa competência às prefeituras.

Nos centros urbanos a blindagem era feita pela imprensa, controlada pelos coronéis da borracha, pelo Estado e Prefeituras através do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, e uma lei de imprensa dura, que punia qualquer denunciante que viesse a colocar em questionamento os interesses do Estado e da elite mercantil na Amazônia. Em Manaus um incidente entre a Associação Comercial do Amazonas e a imprensa local resultou nesta retirar o suporte financeiro dado àquela.

Essa blindagem servia para manter o seringueiro alienado do mundo, não reivindicar seus direitos, não acessar os órgãos de controle do Estado e, muito menos o poder judiciário. Uma ou outra denúncia escapava ao controle dos órgãos do Estado e dos coronéis da borracha e da elite mercantil no Amazonas, mas vigorava a “lei do silêncio”.

Com isso, tinha-se um sistema jurídico funcionando totalmente alheio à realidade, ao mundo do trabalho na economia extrativista da borracha.

Além disso, a estratificação ou a hierarquização do capitalismo na Amazônia criou sistemas legais e jurídicos específicos para cada *locus*. Nos seringais, sob o domínio dos padrões-seringalistas prevalecia o código de conduta, de controle e das relações sociais do trabalho para a exploração do látex, existente secularmente, elaborado de forma unilateral pelos patrões.

Por mais que o governo brasileiro tivesse sido submetido a exigência dos Estados Unidos da América por novos dispositivos sociais e trabalhistas, tal qual o contrato padrão ou

o famigerado *Termo de Compromisso*, que trazia cláusulas de punição e indenização para a extinção do contrato de trabalho, portando num contexto histórico que a CLT não existia, isso não foi suficiente para suplantiar o domínio e as práticas, em torno da lei existente nos seringais, pelos patrões-seringalistas. Em outras palavras o sistema legal de controle do trabalho nos seringais não foi afrouxado.

A preponderância destas normas não estatais sobre as normas estatais explica-se pelo fato de o Estado ter sido omissivo, negligente e irresponsável com a proteção dos direitos dos trabalhadores rurais e extrativistas do país. Proteger esses trabalhadores significava, em certa medida, retirar o domínio e o poder dos coronéis sobre seus trabalhadores semi-escravos.⁶⁵⁹

Por isso que, por mais que a teoria e a engenharia política do governo de Getúlio Vargas fossem perpassadas por um discurso ou ideologia de proteção aos trabalhadores, não trazia para essa comunidade todos os trabalhadores, posto que estes estavam fora do amparo do Estado, o que já era difícil para aqueles que as leis sociais e trabalhistas se propunham proteger, mesmo, em parte, devido à dificuldade de interpretar e aplicar a lei trabalhista; por outro, havia forte pressão da burguesia, do patronato brasileiro contra a aplicação dos direitos sociais e trabalhistas.

Portanto, o silêncio, a blindagem dos trabalhadores extrativistas, decorria desta política da burguesia brasileira e mercantil da Amazônia, e isso se agravava em função da guerra que consumia milhares de jovens no mundo, e, no Brasil, o comprometimento desta situação foi o deslocamento dos brasileiros para a Amazônia, por ser esta uma das regiões produtoras de borracha crua sobretudo, devido à tomada de Pearl Harbor, pelos japoneses, estancando o canal de escoamento de borracha das colônias britânicas do Pacífico para o Ocidente, principalmente, Estados Unidos.

O que importava para os Estados Unidos era a fabricação de borracha para a guerra. O discurso de direitos sociais, de proteção ao seringueiro, alicerçado no pragmatismo norte-americano, era somente uma retórica, tanto é que tão logo terminou a guerra sumiram como que num passe de mágica da Amazônia, mas para o discurso trabalhista de Getúlio Vargas era

⁶⁵⁹ O conceito de **semi-escravo** aqui é empregado no sentido em que utiliza MACEDO, José Rivair e MAESTRI, Mário (2011, pp. 88-89), para designar as condições sociais e das relações sociais de trabalho no Nordeste. No mesmo sentido, emprega Rui Facó (1983, p. 31), embora utilize a expressão **semi-servil**. É nesse sentido, que os seringueiros não eram escravos na acepção clássica da palavra nem no contexto do escravismo dos séculos XVI até finais do século XIX, pois, esta classificação é perigosa no sentido de que certas práticas ou características típicas de um modo de produção continua presente no do subsequente. Por isso, que o conceito não distoia dos momentos do texto da tese em que se reporta também ao conceito jurídico de **condições análogas a de escravo**, porque do ponto de vista jurídico, *condições análogas*, a partir da década de 1940, no momento da reforma penal, não quer dizer que seja exatamente como as condições de escravidão nos séculos XVI a XIX, porém, reconhece o Estado que persistem nas relações de trabalho elementos que se assemelham ou tem traços do regime de escravidão. A tipificação criminal é o tipo jurídico no qual o Estado reconhece e condena tais práticas.

um dogma, era uma questão que ultrapassava os limites de uma política de Estado, era uma questão de fé.

Os seringueiros, operários do extrativismo, eram submetidos a uma blindagem que vinha, também, dos seringalistas – controle da produção e da distribuição; da imprensa, que nada divulgava, nenhuma denúncia publicava em favor dos seringueiros; e da lei, que não admitia as práticas de resistência dos seringueiros, o que criminalizavam, quando no produto eram encontrados detritos vegetais, pedra, barro, sernambi ou madeira. O oposto não foi detectado, ou seja, os patrões-seringalistas não foram punidos por fraude da contabilidade nas contas de compra dos seringueiros, nem por mantê-los sob um regime de trabalho de escravidão por dívida, que, do ponto de vista do Código Penal de 1940, era reduzir alguém à condição análoga à de escravo. Parcela significativa dos trabalhadores, nos seringais, estava submetida a essa condição.

Uma operação de guerra dessa magnitude não deve passar despercebida, sobretudo, a questão da responsabilização dos atores e agentes do Estado, que atuaram e praticaram atos na execução dos convênios denominados *Acordos de Washington*.

Os trabalhadores brasileiros, sobretudo, nordestinos que foram deslocados para a Amazônia para trabalhar na extração do látex, receberam o compromisso do Estado brasileiro de os fazerem retornar aos seus Estados de origem, além do que o contrato coletivo do trabalho tinha validade por dois anos.

O que pode ser percebido é que com o final da II Grande Guerra os estadunidenses que financiaram a campanha da borracha na Amazônia sumiram, e nenhuma iniciativa tomou para fazer retornar os trabalhadores, pelo menos, os que quisessem.

Surgiram na imprensa denúncias de que parte desta população morrera nos seringais, outros viviam em péssimas condições materiais nas cidades de Rio Branco, Manaus e Belém. Uma Comissão de Inquérito fora aberta no Congresso Nacional para apurar estas denúncias e as responsabilidades dos agentes de Estado, os executivos que gerenciaram essa máquina burocrática de guerra.

O fim da Comissão de Inquérito da Borracha foi patético. O *animus* que impulsionou sua instalação resultou nem em apuração dos responsáveis muito menos em condenação. Embora, todos que foram nomeados, assumiram o compromisso de gerenciar a máquina burocrática de guerra, sendo, portanto, responsáveis pelos desvios de conduta, por práticas ilícitas, que as tenham praticado quer as tenham sido omissos.

Isso provocou a busca de uma explicação e ordenamento jurídico para punição aos crimes de guerra, naquele momento histórico, poderia ter sido suscitado como modelo para se

seguir ou pelo menos ser visto como exemplo. E o que mais se aproximava mesmo pela relação com o fato que motivou o deslocamento de trabalhadores para a Amazônia - a guerra, fora a investigação de dois tribunais - o de Nuremberg e, sobretudo, a Corte Distrital de Jerusalém, que processou, julgou e condenou Adolf Eichmann um criminoso de guerra.

Nessas duas instâncias judiciárias foram reconhecidas pessoas que estavam em posição de mando, de comando, com responsabilidades típicas, por isso, foram julgadas e condenadas à pena capital.

No Brasil, não só a violação das leis, mas também outras normas não estatais que vigoravam paralelamente, e era do conhecimento do Estado, de seus agentes, não resultaram num combate a essas ilegalidades, ao contrário, serviram para fazer funcionar a máquina burocrática de guerra. De modo que a Comissão de Inquérito ouviu, ouviu, e sequer qualificou qualquer responsável que fosse pelos descasos e violações legais na Amazônia.

Enfim, era um Estado de exceção, tanto é que, se o Tribunal de Segurança Nacional tinha alguma competência para julgar crimes de guerra, ele foi extinto nos primeiros meses do ano de 1946, na gestão do presidente militar Gaspar Dutra.

Esses trabalhadores extrativistas ficaram jogados à própria sorte na Amazônia, e as autoridades brasileiras ficaram a tripudiar das condições sociais e econômicas deles e de suas famílias.

Toda a operação de guerra com investimentos financeiros milionários na Amazônia não serviu para efetivar um dos princípios da condição humana: a dignidade da pessoa, ao contrário; mas, provavelmente, muitos estariam em melhores condições materiais de vida se no Nordeste tivessem ficado.

Referências

- ABREU, Daisy Bizzocchi de Lacerda. A terra e a lei. São Paulo: Roswitha Kempf Editores e Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo/Comissão de Geografia e História, 1983.
- ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. Trabalhadores do Muru - o rio das cigarras. Rio Branco: Edufac, 2005.
- ARAÚJO, Antonio José. Cartas do Acre. Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, 1910.
- ARAÚJO, Maria Neyára de Oliveira. A miséria e os dias: história social da mendicância no Ceará. São Paulo: Hucitec, 2000.
- AROUCA, José Carlos. Legislação sindical. Passado, presente e futuro. Revista do Instituto dos Advogados Brasileiros, Rio de Janeiro, Lúmen Júris, nº 95, ano 35, p. 87-108, set/2007.
- ASSIS, Maurício de. Os flagelados. **Correio do Ceará**, Fortaleza, ano 28, nº 8350, 28 jul 1942.
- BARROS, Alberto da Rocha. Da renúncia a favores da legislação trabalhista – nulidade de quitações que a envolvem. São Paulo: TRT, 1948.
- BARROS, Glimeses Rego. A presença do Capitão Rego Barros no Alto Juruá (1912-1915). Brasília: Senado, 1981.
- BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: um pouco-antes e além-depois. 2ª ed. Manaus: Edua, 2010.
- _____. Romanceiro da batalha da borracha. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Imprensa Oficial, 1992.
- CASEMENT, Roger. Putumayo: caucho y sangre – relación al parlamento ingles (1911). Segunda edición. [s/l], Ediciones Abya-Yala, 1988.
- CASTELO BRANCO, José Moreira Brandão. O Juruá Federal – Territorio do Acre. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, v. 9, tomo especial, p. 673, 1922.
- COSTA, Emília Viotti da. Coroas de glória, lágrimas de sangue – a rebelião dos escravos de Demerara em 1823. Trad.: Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CORRÊA, Luiz de Miranda. A borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1967.
- COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. Capital e trabalho na Amazônia Ocidental. São Paulo: Cortez; Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 1992.
- COSTA, Francisco Pereira. Seringueiros, patrões e a justiça no Acre Federal, 1904-1918. Rio Branco: Edufac, 2005.
- COSTA, Homero de Oliveira. Os partidos políticos no Acre (1945-1978). Cadernos UFAC, Série “A”, Estudos Sociais, Rio Branco : Gráfica Tico-Tico, nº 2, 1992.
- CUNHA, Euclides. À margem da História. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- DEAN, Warren. A luta pela borracha no Brasil. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel, 1989.
- DECCA, Edgar de. 1930: o silêncio dos vencidos. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DUSSEL, Enrique. 1492: O Encobrimento do Outro: a Origem e o Mito da Modernidade. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ECO, Umberto. Como se escreve uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- EYZAGUIRRE, Jaime. Historia del Derecho. 16.ª edición, Santiago: Ed. Universitária, 2000.
- FACÓ, Rui. Cangaceiros e fanáticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- FARIA, José Eduardo. Os novos desafios da justiça do trabalho. São Paulo: LTr, 1995.
- FERRARI, Irandi, NASCIMENTO, Amauri Mascaro, MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. História do Trabalho, do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho. 2.ª ed. São Paulo: LTr, 2002.

- FERREIRA, Jayme. Arigós – a luta pelo social. São Paulo: Scortecci, 1999.
- FIRMEZA, H. Os cearenses e a Amazônia. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, ano 15, nº 4.637, 17 mai 1942.
- FREUD, Sigmund. O mal-estar na cultura. Trad. Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- FREYRE, Gilberto. Em torno da colonização da Amazônia. **Correio do Ceará**, ano 29, nº 8.621, 30 jun 1943.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1987.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil: edição comemorativa: 50 anos. (Org.) Rosa Freire d’Aguiar Furtado: São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 29, nº 57, 2009.
- GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico e PONI, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Trad. Antonio Marino. Lisboa: Difel, 1989.
- GOMES, Angela Maria de Castro. Burguesia e trabalho – política e legislação social no Brasil 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- GOMES, Pimentel. Jornal O Acre. Quinta-coluna, nº 700, ano XIV, 26 de junho de 1943.
- GOMES, Pimentel. O Regatão. In: O Acre, nº 699, ano xiv, 20 de junho de 1943.
- GONÇALVES, Paulo Cesar. Migrações e mão-de-obra – retirantes cearenses na economia cafeeira do centro-sul (1877-1901). São Paulo: Humanitas, 2006.
- GONDIM, Neide. A invenção da Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (Orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2012.
- LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. Rio Purús. Maranhão: Paiz, 1872.
- LADEIRA, Mauro Dutra. A seca. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, ano 15, nº 4606, 10 abr 1942.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. 6ª ed. São Paulo: Alfa Omega, 1993.
- LIRA, Pimenta. Lagrimas de fome. **Correio do Ceará**, Fortaleza, ano 28, nº 8.256, 10 abr. 1942.
- LOPES, Carmen Lúcia Evangelho. Sindicatos no Brasil. São Paulo: Global, 1986.
- LOUREIRO, Antonio. Tempos de esperança. Manaus: Ed. Sérgio Cardoso, 1994.
- MACEDO, José Rivair e MAESTRI, Mário. Belo Monte: uma história da guerra de Canudos. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MAGALHÃES, Agamemnon. Terra de espinhos. Jornal O Acre, ano XII, nº 522, Rio Branco, 02.fev 1940.
- MARTINELLO, Pedro. A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico. Rio Branco: UFAC, 1988.
- MARTINS, José de Souza. O poder do atraso: ensaios de sociologia da historia lenta. São Paulo: Cortez, 1999.
- MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MARX, Karl. A origem do capital – a acumulação primitiva. 5.ª ed. São Paulo: Global, 1985.
- MELLO, Alcino Teixeira de. Nordestinos na Amazônia. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1956.
- MELO, Othon Bezerra de. O imigrante. O Acre, nº 519, ano 12, Rio Branco, 14 jan. 1940.
- MENDONÇA, Carlos. Gente do Nordeste no Amazonas. Manaus: Imprensa Pública, 1943.
- MONTEIRO, Mário Ypiranga. O regatão – notícia histórica. Manaus: Edições Planície (col. Muiraquitã), Sérgio Cardoso & Cia Editores, 1958.
- MONTYSUMA, Marcos. Ente o proibido e o permitido na Floresta Amazônica: uma historicidade da formação preservacionista entre seringueiros de Xapuri. Revista do Programa

- de Mestrado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Candido Rondon: Edunioeste, 2006.
- MORALES, Lúcia Arrais. Vai e vem, vira e volta: as rotas dos soldados da borracha. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002.
- MORAIS, Márcio Eduardo da Silva Pedrosa. O conceito de justiça distributiva no estado democrático de direito: uma compreensão da justiça distributiva e do acesso à justiça no estado constitucional democrático brasileiro. Belo Horizonte: PUC-MG. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Direito, 2009. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito_MoraisME_1.pdf Acesso em: 17.06.2014.
- MOREL, Edmar. Está morrendo o exercito da borracha. Escravidão monstruosa e um apelo ao pres. da Republica. O drama dos cearenses que ficaram na Amazônia. Correio do Ceará, Fortaleza, ano [s.n], nº 9.806, 9 jul 1946.
- MOTOYAMA, Shozo (Org.). Prelúdio para uma História - Ciência e Tecnologia no Brasil. São Paulo: Edusp, 2004.
- MOURA, Clovis. Rebeliões da senzala. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.
- MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PANDO, Óscar Paredes. Explotación del caucho-shiringa Brasil-Bolivia-Peru: economías extractivo-mercantiles en el Alto Acre – Madre de Dios. Cusco: JL Editores, 2013.
- PASSOS, Alberto Guimaraes. Quatro séculos de latifúndio. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PAXECO, Fran. Um homem de caráter. Cruzeiro do Sul: [s.ed.], 1906.
- PEDROSO, Regina Célia. Estado autoritário e ideologia policial. São Paulo: Humanitas: Fapesp, 2005.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Na contramão da história: mundos do trabalho na cidade da borracha (Manaus, 1920-1945). Revista Canoa do Tempo (Programa de Pós-Graduação em História-UFAM). Manaus, v. 1, nº 1, jan/dez 2007.
- PINTO, Geraldo Augusto. A organização do trabalho no século 20 – taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- RAMOS, Carlos de Oliveira. Justiça do Trabalho: rumos à sua organização. Revista da Sociedade Cearense de Geografia e História, Fortaleza-CE, Ano II, vol. IV, 1937.
- REIS, Arthur Cesar Ferreira. Formação Judiciária. Revista do Instituto Geographico e Histórico do Amazonas. Ano 3, vol. 3, nº 1 e 2. Manaus: Typographia Phenix, 1933
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. A Amazônia e a cobiça internacional. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: SUFRAMA, 1982.
- ROCHA, Airton Chaves da. Trabalho e dominação nos seringais do Acre. São Paulo: PUC-SP. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em História. Faculdade de História, 1998.
- SALLES, Waldemar Batista. Geografia econômica do Amazonas. Manaus: Rex, 1971.
- SAMIS, Alexandre. Moral pública e martírio privado. Rio de Janeiro: Achiamé, 1999.
- SANDEL, Michel J. Jusiça. O que é fazer a coisa certa. Trad. Heloísa Matias e Maria Alice Máximo. 5ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- SANTOS, Roberto. História econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SECRETO, Maria Verônica. Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.
- SHARP, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). A escrita da história – novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992
- SILVA, José Lopes da. Amazonas: do extrativismo a industrialização. Manaus: Valer, 2011.

- SOUZA, Márcio. A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. Antonio Negro, Cristina Meneguello e Paulo Fontes. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. Senhores e caçadores: a origem da lei negra. Trad. de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TOLEDO, Edilene. Anarquismo e sindicalismo revolucionário – trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- TULLY, John. The devil's milk – a social history of rubber. New York: Monthly Review Press, 2011.
- VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil. Vol. II. Rio de Janeiro: José Olympio, [1933?].
- VESENTINI, Carlos Alberto e DE DECCA, Edgar Salvadori. A revolução do vencedor: considerações sobre a constituição da memória histórica a propósito da “revolução de 1930”. São Paulo, Revista Ciência e Cultura (SBPC), jan./1977.
- VIANNA, Oliveira. Direito do trabalho e democracia social – o problema da incorporação do trabalhador no Estado. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.
- YRIGOYEN-GARCIA, Franklin Pease. Los Incas. 4ª edición. Lima: fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2009.
- ZAINDAN, Michel. Tradição oligárquica e mudança. Revista Eletrônica Tempo Histórico, ano 1, nº 1, Recife, jun-dez/2005, p. 4 Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistatempohistorico/index.php/revista/article/viewFile/8/4> Acesso em: 06.08.2013.

Arquivos e acervos pesquisados

- Arquivo Público do Ceará, Fortaleza – CE
- Arquivo Público do Amazonas, Manaus – AM
- Arquivo Público do Pará, Belém – PA
- Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, RJ
- Biblioteca Arthur Cezar Ferreira Reis, Manaus – AM
- Biblioteca Pública do Estado do Ceará, Fortaleza – CE
- Biblioteca Samuel Benchimol, Manaus – AM
- Centro Cultural dos Povos da Amazônia, Manaus – AM
- Centro de documentação e Informação Histórica – CDIH, Rio Branco- AC
- Centro de Memória do Amazonas, Belém – PA
- Instituto Moreira Sales, São Paulo - SP
- Museu da Borracha, Rio Branco AC
- Museu de Arte Contemporânea – MAUC, da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – CE

Arquivo Nacional

- Fundo: Paulo Assis Ribeiro. Caixa 05, pacote 01, notação AP 50. Cópia datilografada do Acordo entre a Reserve Rubber Company, agência federal do Governo dos Estados Unidos da América do Norte - RRC e o Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTA.
- Gabinete Civil da Presidência da República (35). Processo nº 13.253/1942. Caixa 388.

Gabinete Civil da Presidência da República (35). Processo nº 21.727/1944. Caixa 3876.

Arquivo Público do Estado do Pará

Fundo: Secretaria do Governo. Série: Cartas. Caixa 09 (1938, 1942, 1947, 1948, 1949)

Fundo: Secretaria do Governo. Série: Ofícios. Caixa 261 (1940, 1942 a 1947)

Fundo: Secretaria do Governo. Série: Ofícios outros Estados. Caixa 262 (1940, 1942 a 1945, 1947-1948)

Fundo: Secretaria do Governo. Série: Petições. Caixas 348 (1939), 356 (1940), 367 (1942)

Fundo: Secretaria do Governo. Série: Abaixo-assinados. Caixas 03 (1930 a 1939; 1943; 1945; 1947; 1959)

Fundo: Secretaria do Governo. Série: Ofícios (Judiciários). Caixa 264 (1940-1941, 1943 a 1945, 1947; 1948)

Associação Comercial do Amazonas:

Fundo: Correspondências recebidas em diversas caixas de 1936 a 1949

Fundo: Correspondências expedidas em diversas caixas de 1936-1938; 1940 a 1950.

Boletins da Associação Comercial do Amazonas nº 1 e 4 (1941); 19, 24, 25 (1943, 36 (1944), 58 (1946)

Revista da Associação Comercial do Amazonas nº 268 a 276 (1939); 280 e 287 (1940)

Atas

Ata das sessões ordinárias e extraordinárias da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas realizadas nos anos de 1940 a 1946.

Jornais:

A Tarde, Manaus-AM.

Correio do Ceará, Fortaleza-CE.

Gazeta de Notícias, Fortaleza-CE.

O Acre, Rio Branco-AC.

O Jurua, Cruzeiro do Sul-AC.

Leis, decretos, regulamentos:

BRASIL. Banco de Crédito da Borracha. Aviso nº 04, de outubro de 1943.

BRASIL. Código Penal. Org. Juarez de Oliveira. 31ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.125, de 04 de abril de 1946. Dispõe sobre o controle de preços e cria órgãos destinados a impedir encarecimento da vida. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=9125&tipo_norma=DEL&data=19460404&link=s. Acessos em 2013.

BRASIL. Decreto-Lei nº 23.793. Approva o código florestal, de 23 de janeiro de 1934.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.365. Altera o Decreto-Lei nº 2.291, de 8 de junho de 1940, que dispõe sobre a Justiça do Território do Acre, de 9 de junho de 1942.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.223, de 02 de abril de 1942. Indulta os insubmissos e dá outras providências.

Disponível

Em:

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=2897&norma=6689> Acesso em 17. 06. 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.830, de 15 de outubro de 1942. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4830-15-outubro-1942-414830-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessos em 2012.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.841. Dispõe sobre o financiamento a ser concedido pelo Banco de Crédito da Borracha S.A. para o desenvolvimento da produção da borracha, e dá outras providências, de 17 de outubro de 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4841.htm. Acessos em 2013.

BRASIL. Decreto-Lei nº 6.163, de 31 de dezembro de 1943. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6163-31-dezembro-1943-416420-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessos em 2013.

BRASIL. Decreto-Lei nº 869. Define os crimes contra a economia popular sua guarda e seu emprego, de 18 de novembro de 1938. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-869-18-novembro-1938-350746-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessos em 2012.

BRASIL. Lei nº 19, de 25 de novembro de 1853.

BRASIL. Decreto nº 3.610, de 20 de agosto de 1938

TERRITORIO DO ACRE. Decreto nº 163. Extingue a atividade de comércio do regatão no Acre, de 25 de junho de 1943.

TERRITORIO DO ACRE. Decreto nº 334. Divide o Território em 74 zonas de paz, de 22 de agosto de 1942.

TERRITÓRIO DO ACRE. Decreto Territorial nº 147, de 17 de março de 1944.

TERRITORIO DO ACRE. Prefeitura do Município de Rio Branco. Decreto-Lei nº 243. Regulamenta o trabalho e a produção da borracha no seringal “Empresa”, de 11 de novembro de 1942.

TERRITORIO DO ACRE. Decreto nº 3.610, Rio Branco, de 20 de agosto de 1938

Museu Amazônico-AM

Fundo: J. G. Araújo. Correspondências recebidas. Pasta 90 (1938)

Fundo: J. G. Araújo. Correspondências recebidas. Pasta 78 (1940)

Fundo: J. G. Araújo. Correspondências recebidas. Pasta 84 (1940)

Fundo: J. G. Araújo. Correspondências recebidas. Pasta 87 (1940).

Fundo: J. G. Araújo. Correspondências recebidas. Pasta 98 (1940)

Fundo: J. G. Araújo. Correspondências recebidas. Pasta 112 (1940)

Processos judiciais

a) Centro de Memória do Amazonas, Belém-PA

Fundo: Poder Judiciário do Estado do Pará. Processo Crime nº 1.163/1946. Centro de Memória do Amazonas, Belém-PA. Caixa-Código 255.260.336.308.901

Fundo: Poder Judiciário do Estado do Pará. Processo Crime nº 4.825/1944. Centro de Memória do Amazonas, Belém-PA. Caixa-Código 255.260.336.308.901

Fundo: Poder Judiciário do Estado do Pará. 5ª Vara Criminal da Comarca de Belém. Processo Crime s/nº, outubro de 1946

Fundo: Poder Judiciário do Estado do Pará. 5ª Vara Criminal da Comarca de Belém. Processo Crime s/nº, novembro de 1946

b) Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Acre

Território do Acre. Comarca de Rio Branco. Processos cíveis e de execução

Território do Acre. Comarca de Xapuri. Processos cíveis, criminais, justificação e de execução

Território do Acre. Comarca de Brasília. Processos cíveis, criminais e de execução

Relatórios

Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1946

BRASIL. Relatório do Ministro do Trabalho Indústria e Comercio referente ao período de 1938-1949, p. (inlegível). Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2308/000011.html>, p. 16. Acesso em: 11.04.2013

Diário da Assembléia Constituinte de 1946.

Interventoria Federal no Estado do Amazonas. Exposição ao Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas, Presidente da República, por Álvaro Maia, Interventor Federal, Manaus, 1939.

Relatório da Coordenação Especial de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia - CAETA, dezembro de 1945. CPDOC/FVG. CAETA/C733.

Relatório do Departamento de Geografia e Estatística do Território do Acre, ano 1946

Relatório Final da Comissão de Inquérito da Borracha. Diário do Congresso Nacional, 1946.

USA. Report on the operations of Rubber Development Corporation. Washington, 1944.

Revistas:

Archivo do Amazonas. Revista destinada á vulgarisação de documentos geographicos e históricos do Estado do Amazonas. Anno 1, vol. 1, n.º 1. Manaus, 23.07.1906.

Obras consultadas

ASSOUN, Paul-Lauren. Marx e a repetição da história. Trad. Wilson Sidney Lobato. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BARROS, José D'Assunção. O projeto de pesquisa em História. 5ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. BARROS, José D'Assunção. O campo da História. 3ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia – análise do processo de desenvolvimento. 2.ª ed., Manaus: Editora Valer, Edua, Inpa, 2007.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. Trad. Carlos Braga e Inácia Canelas. 2.ª Ed., Lisboa: Presença/São Paulo: Martins Fontes, [19?]

CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CASTILLO, Beatriz Huertas. Pueblos indígenas y movimiento social en Madre de Dios. Lima: Tarea Gráfica Educativa, 2010.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim – o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 2.ª ed, Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001

- FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). Brasil em Perspectiva. 20ª ed. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1995.
- FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau, 1996.
- _____. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. Microfísica do poder. 14ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- _____. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. 26ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GARFIELD, Seth. In search of the Amazon – Brazil, The United States, and the Nature of a region. Texas: Duke University Press, 2013.
- GENRO, Tarso. Introdução à crítica do Direito do Trabalho. Porto Alegre: L&PM, 1979.
- GOETTERT, Jones Dari. Paradoxos do lugar mundo: brasileiros e identidades. In: SPOSITO, Eliseu Savério; BOMTEMPO, Denise Cristina e SOUZA, Adriano Amaro de (Orgs.). GEOGRAGIA E MIGRAÇÃO: movimentos, territórios e territorialidades. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- GOMES, Angela de Castro e SILVA, Fernando Teixeira da (Orgs.). A justiça do trabalho e sua história. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.
- GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. 3.ª ed, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005
- HOBBSBAWM, Eric J. Da revolução industrial inglesa ao imperialismo. 6.ª ed, Rio de Janeiro: Forense, 2011
- HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. Trad. Waltensir Dutra. 18.ª Ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- IANNI, Octavio. Industrialização e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- ITUASSÚ, Oyama Cesar. Escravidão no Amazonas. Manaus: Metro Cúbico, 1981
- LÊNIN, Vladimir Ilich. O imperialismo – fase superior do capitalismo. Trad. Olinto Beckerman. 4.ª Ed, São Paulo: Global, 1987.
- LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. Da guerra na floresta aos escombros da História – o caso dos soldados da borracha. In: Fronteiras do Tempo - Revista de Estudos Amazônicos. Imprensa e Mudos do Trabalho, n. 03, jan/dez. 2012.
- LOBO, Valéria Marques; DELGADO, Ignacio Godinho e VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Trabalho, proteção e direitos – o Brasil além da era Vargas. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.
- LUZ, Nícia Vilela. A luta pela industrialização do Brasil. 2ª ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- MARTINS, José de Souza. Imigração e a crise do Brasil agrário. São Paulo: Pioneira, 1973.
- MARX, Karl. Grundrisse – Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Dauyer e Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. O dezoito brumário de Louis Bonaparte. Trad. Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Moraes, 1987.
- _____. Formações econômicas pré-capitalistas. Trad. João Maia, 3.ª Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PEREIRA, Marcos Carvalho. A guerra na Amazônia. Diário de um soldado da borracha. Ricardo Silva Pereira (Org.). Rio de Janeiro: [s.ed.], 2001
- PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- PRADO, Marira Lígia Coelho e CAPELATO, Maria Helena Rolim. A borracha na economia brasileira da primeira república. In: Fernando Henrique Cardoso (Org.). O Brasil republicando - Estrutura de poder e economia (1889-1930), vol. 1, 6.ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- RIBEIRO, Mariana Cardoso. Venha o decreto de expulsão – a legitimação da ordem autoritária no Governo Vargas (1930-1945). São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2012.

- ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. Micro-história italiana: modos de uso. Trad. Jurandir Malerba. Londrina: Eduel, 2012.
- _____. Antimanual do mau Historiador ou como fazer uma boa história crítica. Trad. Jurandir Malerba. Londrina: Eduel, 2007.
- SÁ, Jorge Franco de. Manaus – higiene, meio ambiente e segurança do trabalho na época áurea da borracha. Manaus: Edua, 2012.
- SEWELL JR, William H. Loics of history – social theory and social transformation. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- SOUZA, Raimundo F. Arigó. São Paulo: Scortecci, 2004.
- TEIXEIRA, Carlos Corrêa. Servidão humana na Amazônia. Manaus: Valer; Edua, 2009.
- VARGAS, Getúlio. Discurso do Amazonas. Pronunciado pelo Exmo. Sr. Dr. Getulio Dornelas Vargas, digno Presidente da República, em 10 de Outubro de 1940. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1943.
- VEYNE, Paul. Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed., Brasília: UnB, 2008
- VISENTINI, Carlos Alberto. A teia do fato. São Paulo: Hucitec, 1997
- WEINSTEIN, Barbara. A borracha na Amazônia – expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.